



---

**Universidade de Brasília**  
Faculdade de Comunicação  
Programa de Pós-Graduação em Comunicação

**Jornalismo e História**  
**O jornalista como historiador do presente**

**Dacio Renault da Silva**

**Brasília - DF**  
**Junho/2011**

**Jornalismo e História**  
**O jornalista como historiador do presente**

**Dacio Renault da Silva**

*Tese apresentada à Banca Examinadora da Universidade de Brasília,  
como exigência parcial para a obtenção do Grau de Doutor em  
Comunicação – Área de Jornalismo e Sociedade, sob orientação da  
Profa. Dra. Maria Jandyra Cavalcanti Cunha, em 10 de junho de 2011.*

**Brasília - DF**

**Junho/2011**

## **Jornalismo e História**

### **O jornalista como historiador do presente**

Tese apresentada à Banca Examinadora da Universidade de Brasília, como exigência parcial para a obtenção do Grau de Doutor em Comunicação – Área de Jornalismo e Sociedade, sob orientação da Prof<sup>a</sup>. Dra. Maria Jandyra Cavalcanti Cunha, em 10 de junho de 2011.

#### **BANCA EXAMINADORA**

##### **Presidente da Banca:**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Jandyra Cavalcanti Cunha (PPG-C/FAC/UnB)

##### **Membros:**

---

Prof. Dr. Roberto Muniz Barreto de Carvalho (SDA/CNPq)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Graça Ramos (IPHAN-DF)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cristina Stevens (PPG-TEL/IL/UnB)

---

Prof. Dr. Sérgio Dayrell Porto (PPG-C/FAC/UnB)

---

Prof. Dr. Luiz Gonzaga Motta (PPG-C/FAC/UnB)

Para Sissi

Para Bárbara, Patrícia, Isabella e Luísa

Para Mundinho e Cenira (*in memoriam*)

## **Agradecimentos**

Especialmente, a Maria Jandyra Cunha, minha orientadora

Aos colegas e professores da UnB

Aos meus irmãos e irmãs

## Sumário

### **Apresentação**

1. Antecedentes-----	01
2. Objetivos e hipótese-----	04
3. Perguntas da pesquisa-----	04
4. Justificativa-----	05

### **Capítulo I – A História**

1.1. Introdução-----	08
1.2. A História como disciplina autônoma-----	08
2. As fontes históricas-----	14
2.1. Fontes impressas-----	14
2.2. Fontes orais-----	15
2.3. Fontes arqueológicas-----	21
2.4. Fontes documentais-----	25
2.5. Fontes biográficas-----	28
2.6. Fontes audiovisuais-----	31
3. O método da pesquisa histórica-----	33
4. História do presente-----	36

### **Capítulo II – A narrativa**

2.1. Introdução-----	42
2.2. A narrativa-----	42
2.3. A narrativa jornalística-----	47
2.4. A personagem-----	50
2.5. A personagem jornalística-----	57
2.6. A tênue linha entre jornalismo e ficção-----	62
2.7. O ciclo do herói-----	63

### **Capítulo III – O Jornalismo**

3.1. O que é Jornalismo-----	70
3.2. O jornalismo como ciência ou forma de conhecimento-----	77

3.3. O método jornalístico-----	85
3.4. As fontes jornalísticas-----	89
3.5. Jornalismo em Revista-----	91
3.5.1. As origens-----	91
3.5.2. As características-----	93
3.5.3. Segmentação-----	95
3.6. Revista <i>Veja</i> -----	98

## **Capítulo IV - Procedimentos metodológicos e análise**

4.1. <b>Introdução</b> -----	108
4.2. <b>Corpus da pesquisa</b> -----	110
4.3. <b>Análise do corpus</b> -----	113
4.3.1. A utopia real de Fernando Gabeira-----	113
4.3.2. O guerrilheiro da lucidez-----	134
4.3.3. Uma bela cena num filme ruim (Ensaio de Roberto P. de Toledo)-----	141
4.3.4. Gabeira e os outros (Artigo assinado por Thales Alvarenga)-----	148
4.3.5. Gabeira para presidente (Artigo assinado por Diogo Mainardi)-----	150
4.3.6. O PT acabou (páginas amarelas)-----	153
4.3.7. Frases atribuídas a Fernando Gabeira na coluna ‘Veja Essa’-----	158

<b>Considerações Finais</b> -----	162
-----------------------------------	-----

<b>Bibliografia</b> -----	174
---------------------------	-----

<b>Anexos</b> -----	181
---------------------	-----

**LISTA DE QUADROS**

<b>Quadro 1:</b> Referências a Fernando Gabeira na revista <i>Veja</i> nos anos 2005/2006	p. 03
<b>Quadro 2:</b> Tipos de arquivos de acordo com os documentos neles alojados	p. 26
<b>Quadro 3:</b> Comparação entre os ciclos do herói de Campbell, Vogler, Pereira Lima, Martinez e Dácio Renault	p. 67
<b>Quadro 4:</b> Principais revistas publicadas no Brasil no século XX, baseado na pesquisa de Paulo Paniago	p. 94
<b>Quadro 5:</b> Trajetória política das personagens Fernando Gabeira e Severino Cavalcanti	p. 141

## Resumo

Este trabalho pretende discutir a narrativa jornalística como (a) parte da História do Presente e (b) a personagem como uma categoria estruturante dessa narrativa. Partindo do princípio de que a personagem jornalística é uma mistura de fato e ficção, questionamos se isso não compromete a configuração do noticiário como fonte de informação para a documentação da História. O corpus foi retirado da revista *Veja* no período entre 15 de junho de 2005 a 20 de setembro de 2006. As unidades de análise incluem notícias em que o deputado federal Fernando Gabeira (P V-RJ) aparece como personagem principal. Com a proposta metodológica, seguimos “O caminho das seis leituras interpretativas”, criado por Sérgio Porto (1999).

**Palavras-chave:** História do presente, narrativa jornalística, personagem

## Abstract

This thesis aims at discussing the journalistic narrative as a piece of the ‘History of the Present’, whose structure has the character as a basic category. Considering that there is a mixture of fact and fiction in the construction of a character, we question whether this will affect the objective report of news which ultimately will be an information source for the documentation of History. The research corpus was drawn from the Brazilian weekly magazine *Veja* between 15 June 2005 and 20 September 2006. The analysis units include those pieces of news which present the State Representative Fernando Gabeira (PV-RJ) as the main character in the narrative. As analysis procedure, we followed “the path of the six interpretative readings” created by Sergio Porto (1999).

**Keywords:** History of the present, journalistic narrative, character

## **Apresentação**

---

### **1. Antecedentes**

O dia era 30 de agosto de 2005. O cenário, o plenário da Câmara dos Deputados em Brasília onde uma ousada frase do deputado Fernando Gabeira renderia manchetes em todos os telejornais do dia, jornais *on line* (*Folha on line*, *Globo on line*, etc.), nos principais jornais impressos do dia seguinte, entre eles jornais de referência dominante<sup>1</sup>, isto é, jornais que compõem a chamada “grande imprensa”. No Brasil, são considerados “grande imprensa” os jornais *O Globo*, *Folha de S. Paulo*, *Estado de S. Paulo*, *Correio Braziliense* e *Zero Hora*, e revistas semanais como *Veja*, *Época*, *Isto É* e *Carta Capital*.

Vossa Excelência está se comportando de maneira indigna com o cargo de presidente da Câmara. Vossa Excelência está em contradição com o Brasil. Vossa Excelência na presidência da Câmara é um desastre para o Brasil. Vossa Excelência ou se cala ou vamos iniciar um movimento para derrubá-lo. (Folha on line, 30/08/2005)

Com esse discurso, a imagem que ficou no imaginário popular é a de Fernando Gabeira, dedo em riste apontando para o então presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti, dizendo de alto e bom som ao nobre colega que tomasse a iniciativa de se calar ou ele e seus pares se encarregariam de tirá-lo de lá.

Os antecedentes desse enfrentamento entre os dois políticos era o fato de Severino Cavalcanti ter dado entrevista no dia 30/08/2005 ao jornal *Folha de S. Paulo*, em que negava a existência do mensalão, um escândalo que envolveu um esquema de compra de votos de parlamentares para aprovação de projetos de interesse do Governo com a participação de auxiliares próximos ao presidente Lula. Cavalcanti disse nessa entrevista que é menos grave receber dinheiro numa bolada só do que em forma de mesada e que financiar campanhas com dinheiro clandestino é um crime menor, razão pela qual defendeu que os acusados recebessem penas mais brandas. Dias depois, em 7

---

<sup>1</sup> A expressão “jornais de referência dominante” aparece no trabalho *El Pais o la referencia dominante*, do teórico da comunicação marroquino Gerard Imbert com o sociólogo espanhol José Vidal Beneyto (1986), identificando os jornais que contribuem de forma definitiva para a criação de uma consciência e um imaginário coletivo, uma memória de índole civil.

de setembro, a revista semanal *Veja* publica em reportagem de capa que o empresário Sebastião Buani acusava Severino de cobrar propinas em troca da renovação dos contratos de concessão para uso e funcionamento dos seus restaurantes nas dependências do Congresso Nacional. O episódio, em alusão ao mensalão, ficou conhecido como o “escândalo do mensalinho”.

Por causa da pressão política gerada pelo episódio, principalmente pela exposição negativa de sua imagem na mídia, o deputado Severino renunciou à presidência da Câmara dos Deputados e ao próprio mandato para não sofrer um processo de cassação. Foi representado na mídia como o vilão da história. Gabeira, como o herói.

Por outro lado, resultado ou não da super exposição na mídia, o fato é que Gabeira foi o candidato a deputado federal mais votado no Rio de Janeiro nas eleições do ano seguinte, com cerca de 300 mil votos. Nas eleições anteriores, de 2002, ele havia conseguido pouco mais de 40 mil votos e foi o último colocado entre os deputados eleitos no estado. Severino, por sua vez, depois de exercer o mandato de deputado por 10 vezes consecutivas pelo seu estado, Pernambuco (sete como deputado estadual e três como federal), perderia a primeira eleição proporcional de sua vida após o chamado “escândalo do mensalinho”.

A partir desses fatos, o nosso interesse inicial de pesquisa era tentar entender o súbito destaque obtido pelo deputado Fernando Gabeira nos meios de comunicação brasileiros. A primeira decisão foi fazer a análise da narrativa jornalística do episódio “mensalinho” tendo como base o que foi publicado em *Veja*. A opção por essa revista se deu em função dela ser considerada a revista semanal mais influente no Brasil, com tiragem de cerca de 1,1 milhão de exemplares. Depois do levantamento, no entanto, verificamos que das cerca de 80 matérias publicadas entre os dias 07 – reportagem de capa de *Veja* denunciando o “mensalinho” – e 23 de setembro de 2005 – data da renúncia de Severino, a personagem principal era o deputado pernambucano. Pouco se falava de Gabeira, a não ser declarações suas sobre o episódio.

Em contrapartida, numa busca em *Veja on line* pelo nome Fernando Gabeira, mais de 600 ocorrências foram encontradas, sendo a maioria no *blog* de Reinaldo Azevedo, hospedado naquele portal. Analisamos, então, apenas as edições impressas da revista e

constatamos que, além de reportagem de capa escrita por Lucila Soares em 20/09/2006 (anexo 1), *Veja* trazia uma outra reportagem sobre Gabeira em 21/06/06 (anexo 2), entrevista nas páginas amarelas em 15/06/05 (anexo 6), sete frases de efeito do deputado na coluna *Veja Essa* (anexo 7) e textos generosos dos articulistas Roberto Pompeu de Toledo em 07/09/05 (anexo 3), Tales Alvarenga em 21/09/05 (anexo 4) e Diogo Mainardi em 31/05/06 (anexo 5) destacando suas qualidades e comparando-o a personalidades políticas nacionais e internacionais. Foram pesquisados os anos de 2005 e 2006, período em que Gabeira se destacou na mídia em face das críticas feitas às dezenas de escândalos políticos/financeiros no governo Lula (Sanguessugas, caso Lulinha, caso Renan Calheiros, etc.)<sup>2</sup>.

#### **Quadro 1:Referências a Fernando Gabeira na revista *Veja* nos anos 2005/2006**

<b>Tipo de referência</b>	<b>Data</b>	<b>Edição</b>	<b>Autor da notícia</b>
Páginas amarelas	15/06/2005	1909	Thaís Oyama
Ensaio	07/09/2005	1921	Roberto P. Toledo
Artigo	21/09/2005	1923	Tales Alvarenga
Artigo	31/05/2006	1958	Diogo Mainardi
Páginas internas	21/06/2006	1961	Júlia Dualibi
Reportagem de capa	20/09/2006	1974	Lucila Soares
Coluna <i>Veja Essa</i>	24/08/2005	1919	
Coluna <i>Veja Essa</i>	07/09/2005	1921	
Coluna <i>Veja Essa</i>	28/09/2005	1924	
Coluna <i>Veja Essa</i>	31/05/2006	1958	
Coluna <i>Veja Essa</i>	07/06/2006	1959	
Coluna <i>Veja Essa</i>	28/06/2006	1962	
Coluna <i>Veja Essa</i>	16/08/2006	1968	

<sup>2</sup> O escândalo Sanguessuga referia-se à venda irregular de ambulâncias em pelo menos 11 Estados brasileiros, em que mais de 100 cidades e mais de 60 parlamentares estariam envolvidos. O caso Lulinha, em referência ao filho do presidente Lula, era a denúncia de que ele estaria beneficiando o grupo de telefonia Telemar, obtendo em troca vantagens financeiras. E o caso Renan Calheiros, aliado do governo, denunciava que o presidente do Senado teria despesas pessoais pagas pelo lobista Cláudio Gontijo, da empreiteira Mendes Júnior. Os pagamentos teriam sido feitos para a jornalista Mônica Veloso, com quem Calheiros tem uma filha.

Após essa pesquisa inicial, chegamos à conclusão de que para entender o sucesso midiático do deputado Gabeira não bastaria uma simples análise da narrativa jornalística dos textos publicados em *Veja* sobre o “mensalinho”. Fez-se necessário selecionar as matérias publicadas sobre Gabeira em que ele é a personagem principal. Além disso, verificamos a necessidade de pesquisar o fenômeno midiático a partir de uma perspectiva histórica, política e social com a intenção de verificar se o noticiário jornalístico, com suas falhas e contradições, com o seu poder de construir e destruir personagens, pode servir como fonte confiável de informações para os leitores de hoje e para as gerações futuras.

## **2. Objetivos e hipótese**

O objetivo maior desta pesquisa é analisar a construção da narrativa jornalística como história do presente a partir da representação simbólica da personagem Fernando Gabeira na revista *Veja*. A pesquisa pretende também verificar se o noticiário jornalístico pode se configurar como história do presente e, portanto, fonte confiável para seus leitores e para os historiadores do futuro.

Partimos do princípio de que a personagem pode ser considerada uma categoria estruturante da narrativa jornalística, ou seja, tudo o que ocorre na narrativa gira em torno da personagem. Trabalhamos com a hipótese de que na construção da atualidade midiática, os meios de comunicação reconstroem o presente (ou o acontecimento) de maneira seletiva, fixando para o futuro a história do presente que lhe interessa, utilizando, muitas vezes, as personagens como fio condutor da narrativa. No caso de *Veja*, a revista utiliza o enquadramento do ciclo do herói para compor reportagens sobre Gabeira, ciclo esse que será por nós abordado na seção 2.5 do Capítulo II.

## **3. Perguntas da pesquisa**

As perguntas que orientam a pesquisa são:

- 1) Por que o jornalista pode ser considerado um historiador do presente?
- 2) Em que momento, a narrativa jornalística deixa de ser factual e passa, se é que passa, a ser ficcional?

#### 4. Justificativa

As informações produzidas pelos veículos de comunicação são fatos discursivos e não a fiel reprodução de acontecimentos e opiniões. Neles, a realidade não existe tal qual existe, mas é construída no texto e através dele. Em outras palavras, esses veículos constroem seu próprio referente, os sujeitos - personagens das notícias - e o objeto – a informação propriamente dita.

Dessa forma, os veículos de comunicação exercem uma função política, através da utilização de dispositivos sutis como a apresentação, em tom aparentemente imparcial, de fatos positivos ou negativos a respeito de ideias, de instituições ou de indivíduos; através da ordenação hierárquica das notícias; através da supressão de uma matéria ou de sua inserção truncada; através da escolha do trecho de um discurso a ser relatado e da forma como se dá esse relato, enfim, através da valorização ou do menosprezo de fatos.

No entanto, o texto não é um produto acabado. Sua construção se completa no momento da recepção, ou seja, a reflexão do leitor é uma forma de argumentação que o leva a posicionar-se, a determinar se deve ou não dar crédito àquilo que lê. Nesse aspecto, a afinidade entre a posição ideológica do jornal e a do leitor é fundamental na atribuição de valores que poderão vir a ser compartilhados ou não, dependendo da maneira particular de cada um ver o mundo.

Além disso, há que se mobilizar, segundo nos ensina Dominique Maingueneau em *Análise de Textos de Comunicação* (2008), outras instâncias para produzir e interpretar um enunciado: uma competência lingüística (domínio da língua em questão) e uma competência enciclopédica (considerável conhecimento sobre o mundo).

A revista *Veja* produz seus textos jornalísticos para um público de leitores dessa segunda categoria (competência enciclopédica), que participam da construção do sentido do texto, utilizando-se tanto dos valores ideológicos do grupo a que pertence como de suas experiências de vida. As evidências dessa afirmação podem ser conferidas no capítulo III, item 3.5, onde mostramos que 68% dos assinantes de *Veja* têm ensino

superior e 73% pertencem às classes A e B, além do que 30% assinam a revista há pelo menos cinco anos.

Como citado anteriormente, trabalhamos com a hipótese de que a maioria dos veículos de comunicação, inclusive *Veja*, reconstróem o presente (ou o acontecimento) de maneira seletiva, fixando para o futuro a história do presente que lhe interessa utilizando as personagens como elemento estruturante da narrativa jornalística, reforçando, assim, na mente das pessoas, aquilo “de bom” que deve ser lembrado e o “de ruim” que deve ser esquecido.

Recorremos a Mário Mesquita (2004) para desenvolver nosso raciocínio: a personagem é uma categoria tradicional da análise literária, na medida em que constitui freqüentemente “o eixo em torno do qual gira a ação e em função da qual se organiza a economia da narrativa” ( p. 125). Cremos que no jornalismo, também, frequentemente a personagem é o elemento estruturante da narrativa jornalística.

Para alguns autores, entre eles Luiz Motta (2005), é a partir do conflito estabelecido entre o protagonista e o antagonista que a história se desenvolve, o conflito é o núcleo em torno do qual gravita tudo o mais na narrativa. Ele abre espaço para novas ações e sequências que são sucessivamente narradas, prolongam e mantêm a narrativa viva ou a encerram. Enfim, Motta defende que é a expectativa em torno do desenlace das histórias que mantêm as notícias no jornal.

Este trabalho adota uma perspectiva diferente. Nesta pesquisa, tentaremos demonstrar que o conflito nem sempre funciona como uma categoria estruturante da narrativa jornalística nem centraliza a narrativa. Seria apenas um critério de noticiabilidade, um valor-notícia, e, como tal, o ponto de partida, o marco zero da narrativa. Concordamos que sem conflito a narrativa no jornalismo, principalmente o político, torna-se desinteressante e chama pouco a atenção do público, mas é com a entrada em cena das personagens que a tensão, a intriga, a trama, se instalam.

A discussão em torno do entendimento do jornalismo como história do presente é ainda muito recente e não há consenso acerca da questão. Esta pesquisa pretende contribuir com o debate, tentando esclarecer se a narrativa jornalística de *Veja*, na

construção da atualidade midiática, que inclui a composição de personagens, pode se constituir ou não em fonte confiável para seus leitores e para os historiadores do futuro.

A pesquisa está dividida em quatro capítulos. O primeiro deles é *A História*, onde traçamos um breve panorama das origens desta disciplina, as fontes que utiliza, o método e a sua relação com a História do Presente. O segundo capítulo traz conceitos do que é *narrativa*, a construção de personagens, a relação entre jornalismo e ficção e modelos interpretativos como o do ciclo do herói. No terceiro capítulo trazemos a questão do *jornalismo* como ciência ou forma de conhecimento, o método que utiliza para escrever suas narrativas, suas fontes, o jornalismo de revista e um relato sucinto sobre a revista *Veja*, nosso *corpus*. Os procedimentos metodológicos, a apresentação do *corpus* e a análise dos textos compõem o quarto capítulo. As *Considerações Finais* encerram a pesquisa.

## Capítulo I – A História

---

### 1.1. Introdução

Para situar a narrativa jornalística como documentação da história do presente, iniciamos este capítulo discutindo o conceito de história como ‘ciência do passado’ (seção 1). A seguir (seção 2), identificamos os tipos de fontes utilizadas em estudos históricos – impressas, orais, arqueológicas, documentais, biográficas e audiovisuais. Na terceira seção abordamos o método utilizado na investigação histórica e, finalmente, na quarta e última seção deste capítulo, tratamos da história do presente.

### Seção I

#### 1.2. A História como disciplina autônoma

A História é conhecida tradicionalmente como a ciência do passado, a ciência que estuda o desenvolvimento do homem no tempo, analisando os processos históricos, personagens e fatos para poder compreender um determinado período histórico, cultura ou civilização. Há definições mais refinadas, como a de Jacques Le Goff:

A palavra 'história' (em todas as línguas românicas e em inglês) vem do grego antigo *historie*, em dialeto jônico [Keuck, 1934]. Esta forma deriva da raiz indo-européia *wid-*, *weid* 'ver'. Daí o sânscrito *vettas* 'testemunha' e o grego *histor* 'testemunha' no sentido de 'aquele que vê'. Esta concepção da visão como fonte essencial de conhecimento leva-nos à ideia que *histor* 'aquele que vê' é também aquele que sabe; *historein* em grego antigo é 'procurar saber', 'informar-se'. *Historie* significa pois "procurar". É este o sentido da palavra em Heródoto, no início das suas Histórias, que são "investigações", "procuras" [cf. Benveniste, 1969, t. II, pp. 173-74; Hartog, 1980]. Ver, logo saber, é um primeiro problema. Mas nas línguas românicas (e noutras), 'história' exprime dois, senão três, conceitos diferentes. Significa: 1) esta "procura das ações realizadas pelos homens" (Heródoto) que se esforça por se constituir em ciência, a ciência histórica; 2) o objeto de procura é o que os homens realizaram. Como diz Paul Veyne, "a história é uma série de acontecimentos, a narração desta

série de acontecimentos" [1968, p. 423]. Mas a história pode ter ainda um terceiro sentido, o de narração. Uma história é uma narração, verdadeira ou falsa, com base na "realidade histórica" ou puramente imaginária – pode ser uma narração histórica ou uma fábula (Le Goff, 1990, p. 18).

Desde que a História se firmou como disciplina autônoma, no final do século XIX, as discussões em torno dos métodos que fazem da história um ofício e uma ciência foi longa e contínua. Le Goff explica que o “Ocidente conheceu paragens, atrasos e acelerações, por vezes recuos; não avançou em todos os seus aspectos no mesmo ritmo, nem sempre deu o mesmo conteúdo às palavras pelas quais procurava definir os seus objetivos, mesmo o que é aparentemente mais "objetivo", o da verdade” (Le Goff, 1990, p. 112).

O desenvolvimento da História, sob o ponto de vista desse historiador francês, teve como momentos essenciais o período greco-romano do século V ao I a.C., que inventa o "discurso histórico", o conceito de testemunho, a lógica da história, e funda a história na verdade; o século IV, em que o Cristianismo ilumina a ideia de acaso cego, dá um sentido à história, difunde um conceito de tempo e uma periodização da história; o Renascimento começa por esboçar uma crítica dos documentos, fundada na filosofia e acaba na concepção de uma história perfeita; o século XVII, com os Bolandistas e os Beneditinos de S. Mauro, lança as bases da erudição moderna; o século XVIII cria as primeiras instituições consagradas à história e alarga o campo das curiosidades históricas; o século XIX afina os métodos de erudição, constitui as bases da documentação histórica e vê a história em tudo; o século XX, a partir dos anos trinta, conhece ao mesmo tempo uma crise e uma moda da história, uma renovação e um alargamento considerável do território do historiador, uma revolução documental.

O historiador Rafael Ruiz (2005) apresenta um raciocínio diferenciado sobre o percurso da História, mas aponta para o mesmo fim, ou seja, uma revolução no seio da disciplina a partir do século XX. Ruiz desenvolve suas ideias a partir das considerações apontadas pelo historiador francês François Hartog em 1996, durante uma conferência em Paris. Segundo ele, houve três modos de entender a História e o papel do historiador: o modelo clássico, "mestra da vida", inaugurado por Tucídides e Cícero, que se voltava para o passado para mostrar o futuro. Perdurou até meados do século XVIII, quando a Revolução Francesa e o Iluminismo na Alemanha exigiram uma nova

conceituação; O novo conceito agora desenvolvido carregava consigo a descoberta da História como processo, um processo progressivo e teleológico, ou seja, que leva a algum lugar, que tem objetivo. A História seria, assim, uma “história do futuro”. O terceiro modelo apresentado por Ruiz é a história do presente, situada no hoje, aqui e agora. Teria surgido no período entre guerras e mais notadamente ao término da Segunda Grande Guerra, quando o presente tornou-se mais importante do que o passado ou o futuro.

Esses modelos, contudo, parecem ser insuficientes para dar conta da atual História. Ruiz diz que a História está à procura de um novo modelo e que a queda do Muro de Berlin, em 1989, é o momento desta mudança:

Não é mais possível falar do futuro porque as velhas teorias deterministas, de uma história positiva, uma sucessão linear e progressiva não passavam de uma ilusão. Não é mais possível ver o passado porque, depois da queda do muro, é mais fácil perceber que há muitos pontos de vista convergindo sobre esse passado e narrando-o de formas muito diferentes (Ruiz, 2005, p.77).

A resposta, ou sugestão, de um novo modelo de estudar a História é dada pelo próprio Hartog, segundo o relato de Ruiz: adotar como princípios o ponto de vista do narrador e realizar sempre uma abordagem comparativa. Construir o ponto de vista histórico significa, de acordo com Ruiz, construir conceitos e aplicá-los diante das variadas situações e problemas; significa selecionar, relacionar e interpretar dados e informações de maneira a ter uma maior compreensão da realidade que estiver sendo estudada; significa construir argumentos que permitam explicar a si próprios e aos outros, de maneira convincente, a apreensão e compreensão da situação histórica; significa, enfim, “ter uma percepção o mais abrangente possível da condição humana, nas mais diferentes culturas e diante dos mais variados problemas” (Ruiz, 2005, p. 78).

Ruiz lembra que Hartog chamava a atenção para a impossibilidade de o historiador dar conta da História do presente, num momento em que se verifica não apenas que a realidade está fragmentada, mas que a própria narrativa permite inúmeras possibilidades. Por isso, ele propõe a adoção de um modelo narrativo. O narrador, pelo fato de narrar, posiciona-se a partir de um ponto de vista, que fica explícito na sua própria narrativa:

E esse mesmo narrador, quando a obra literária é um clássico, sempre adotará uma cosmovisão abrangente, sempre nos permitirá olhar para as personagens e para o fio condutor da sua história com um olhar mais amplo, mais relacional, onde tudo ou quase tudo – o político, o social, o individual, o íntimo, o econômico, o religioso, o explícito e o implícito... tudo, enfim, o que compõe a estrutura do humano – possa ser compreendido num único golpe de vista, o golpe de vista do leitor, que será, ao mesmo tempo, espectador da história que está sendo contada e que lhe permitirá adquirir uma visão muito além do que até agora lhe permitiam os antigos modelos da História (Ruiz, 2005, p. 91).

Em dois artigos sobre narrativas jornalísticas em livros – ‘Um só fato, três enquadramentos: a narrativa jornalística da História’ (2009) e ‘A Operação Condor: lugar de fala e enquadramento na narrativa jornalística da História<sup>1</sup>’ (2010) – a linguista Maria Jandyra Cunha insere um ponto externo à narração, o “lugar de fala”, na conceituação do enquadramento jornalístico, que tradicionalmente é visto apenas como o ponto de vista. A autora explica que o “lugar de fala” – termo que ela toma emprestado do trabalho de Margareth Mead (1996)<sup>3</sup> – é anterior à narrativa e é ideológico. “É o autor e não o narrador que escolhe o tema a ser discutido em seu trabalho; é ele também que faz o enquadramento”.

Em outro artigo, em que discutem a interface da literatura com o jornalismo, Cunha e Corrêa (2010) afirmam que no interior do texto a focalização narrativa pode partir de três pontos básicos, ou seja, a história pode ser contada por um narrador onisciente (focalização total) – o narrador sabe de tudo, capta as emoções, sentimentos e ações das personagens -, pelo ponto de vista de uma só personagem, ou várias personagens, (focalização parcial interna) – ou pela focalização parcial externa, quando são apresentadas apenas as ações das personagens, sem que sejam conhecidos seus sentimentos e emoções.

As ideias de Cunha e Corrêa encontram respaldo nos argumentos do historiador inglês Keith Jenkins que, em seu livro *A História repensada* (2005), chama a atenção para o fato de que o mundo, pelo menos o mundo passado, sempre nos chega como narrativas e que a história constitui um dentre uma série de discursos a respeito do

---

<sup>3</sup> Margareth Mead, ao analisar como escreve o antropólogo, diz que cada um escreve “de onde senta”, uma admissão de que ninguém enxerga mais do que parte da realidade. (1996, p. 22).

mundo (ou do passado). Jenkins utiliza o termo “discurso” no sentido de que ele relaciona a interesses e a poderes as ideias das pessoas sobre a história.

Para explicar o que a história é na teoria, Jenkins parte do pressuposto de que a história, sendo discurso, está numa categoria diferente daquela sobre a qual discursa – o passado. A história deve ser entendida como o que foi escrito sobre o passado, e não como o próprio passado, já que o passado já aconteceu e os historiadores só conseguem trazê-lo de volta mediante seus relatos, que podem ter diferentes leituras interpretativas. Mais diferentes interpretações terão ainda se os fatos forem relatados por diferentes profissionais, como por exemplo, um sociólogo ou um geógrafo. Cada um desses profissionais utilizará abordagens, pressupostos epistemológicos e metodológicos diferentes, o que certamente resultarão em relatos completamente diversos um do outro.

Isso leva a uma outra questão levantada por Jenkins: se história e passado são coisas distintas, e se o historiador quer captar o passado em seu discurso histórico, como ele concilia estas duas coisas? Para tentar responder a esta questão, há que se pensar nos campos teóricos da epistemologia, da metodologia e da ideologia. Não sem antes lembrar das dificuldades de acesso que o historiador tem ao conhecimento, já que seu objeto de estudo não existe mais, apenas vestígios.

Epistemologia significa conhecimento (do grego *episteme*) e se refere ao campo filosófico das teorias do conhecimento. Esta área diz respeito a como sabemos o que quer que seja, o que, para Jenkins, é particularmente complicador no caso da história: “Se é complicado ter conhecimento de algo que existe, então fica especialmente difícil dizer alguma coisa sobre um tema efetivamente ausente como é o passado na história” (idem, p. 30). O conhecimento histórico seria, portanto, circunstancial e elaborado por historiadores que trabalham sob todo tipo de pressuposto e pressão, ao contrário da pretensão de alguns em apresentar ante nossos olhos “o espectro de um passado real”, no dizer de Jenkins. Existe, assim, uma fragilidade epistemológica que permite aos historiadores apresentarem interpretações variadas sobre o mesmo fato.

Jenkins tenta explicar. Primeiro, porque é ilimitado o conteúdo dos acontecimentos passados, tornando impossível ao historiador abarcar tudo que já

aconteceu sobre determinado fato ou acontecimento. Ele só recupera fragmentos. Segundo, nenhum relato consegue recuperar o passado tal qual ele era, porque o passado são acontecimentos, situações, e não um relato. Terceiro, a história é um constructo pessoal, o ponto de vista do narrador que enxerga a partir de onde está (lugar de fala). Quarto, ao traduzir o passado em termos modernos e usar conhecimentos que talvez não estivessem disponíveis antes, o historiador descobre não só o que foi esquecido sobre o passado, mas também “reconstitui” coisas que, antes, nunca estiveram constituídas como tal.

Após apresentar os limites epistemológicos da História, Jenkins sustenta também que os métodos dos historiadores são tão frágeis quando a sua episteme, e que não existe um procedimento metodológico definitivo que seja considerado correto. Existem dezenas de metodologias, todas consideradas rígidas, mas, para Jenkins, o que em última análise determina a interpretação está para além do método e das provas - está na ideologia. E sua explicação é simples: embora a maioria dos pesquisadores concorde que um método rigoroso é importante, existe o problema de saber a qual método rigoroso eles se referem. Resumindo, “é enganoso falar do método como o caminho para a verdade” (idem, p. 37). O conceito de verdade com o qual trabalhamos será exposto ainda neste capítulo, na seção 3, que trata do método na pesquisa histórica.

O pesquisador inglês quer dizer com isso que o que move o historiador na escolha do método é sua ideologia: “O fato de que a história propriamente dita seja um constructo ideológico significa que ela está sendo constantemente retrabalhada e reordenada por todos aqueles que, em diferentes graus, são afetados pelas relações de poder – pois os dominados, tanto quanto os dominantes, têm suas próprias versões do passado...” (idem, p. 40).

Dessa forma, para Jenkins, a história é basicamente um discurso em litígio, um campo de batalha, em que os historiadores fazem suas interpretações do passado de acordo com suas conveniências ou conveniências do grupo ou classe a que pertencem. “Ao fim, a história é teoria, e a teoria é ideologia, e a ideologia é pura e simplesmente interesse material” (idem, p. 43).

Apesar do pessimismo deste historiador inglês com relação aos rumos da história, ele esclarece que suas críticas são construtivas e que as questões que coloca não devem ser consideradas como verdades absolutas - porque essas devem ser discutidas no campo da Filosofia - mas apenas como objeto de reflexão.

## Seção II

### 2. As fontes históricas

#### 2.1. Fontes impressas

A pesquisadora da Unesp Tania Regina de Luca (2008), numa tentativa de mostrar as diversas opiniões acerca da confiabilidade ou não do uso de textos jornalísticos como fonte pelos historiadores, apresenta duas posições completamente opostas sobre o tema, a do jornalista Danton Jobin e a da escritora francesa Marguerite Duras:

Jobin: A objetividade que persegue o repórter em nossos dias (década de 1950) – “os fatos são sagrados” é a regra ideal – concorre para melhorar, tornando mais fidedigno o registro jornalístico. Parte cada vez mais importante desses registros se constitui de fatos objetivos da história, os quais, para usar a expressão de Butterfield, “podem ser estabelecidos por concreta evidência externa” e “podem e devem ser válidos tanto para um jesuíta como para um marxista”. (Jobin, 2008, apud de Luca, p 139)

Duras: Um jornalista é alguém que observa o mundo e o seu funcionamento, que diariamente o vigia muito de perto, que faz ver e rever o mundo, o acontecimento. E não consegue fazer este trabalho sem julgar o que vê. É impossível. Em outras palavras, a informação objetiva é um **logro** total. Uma impostura (Duras, 2008, apud de Luca, p. 139)

Com esses exemplos, de Luca alerta para o fato de que esse tipo de discussão não leva a lugar algum e pouco colabora para o trabalho efetivo do historiador com suas fontes. Para ela, a imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de se chegar até o público. “O historiador, de sua parte, dispõe de ferramentas provenientes da análise do discurso que problematizam a identificação imediata e linear entre a narração do acontecimento e o próprio acontecimento, questão, aliás, que está longe de ser exclusiva do texto da imprensa” (idem, p. 139).

Os historiadores levam em conta vários aspectos quando utilizam jornais ou revistas como fontes, entre eles a motivação que levou algum assunto a ser notícia. Além disso, são levados em consideração o destaque dado ao assunto (se na capa da revista, ou na primeira página do jornal), qual a editoria (nos jornais de referência, a de polícia tem menos peso que a de política ou economia), se houve retorno ao assunto nos dias subseqüentes, quais os recursos tipográficos e ilustrativos utilizados, só para citar alguns. A análise do conjunto, dos discursos apresentados, é que vai propiciar ao historiador uma interpretação adequada do fato ou acontecimento.

De Luca alerta que jornais e revistas não são obras solitárias, mas empreendimentos que reúnem vários indivíduos em torno de ideias, crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita:

Daí a importância de se **identificar cuidadosamente o grupo responsável pela linha editorial, estabelecer os colaboradores mais assíduos, atentar para a escolha do título e para os textos programáticos**, que dão conta de intenções e expectativas, além de fornecer pistas a respeito de leitura de passado e de futuro compartilhada por seus propugnadores. Igualmente importante é **inquirir sobre suas ligações cotidianas com diferentes poderes e interesses financeiros**, aí incluídos os de caráter publicitário. Ou seja, à análise da materialidade e do conteúdo é preciso acrescentar aspectos nem sempre imediatos e necessariamente patentes nas páginas desses impressos (de Luca, 2008, p. 140) (negritos no original).

Assim, de acordo com o raciocínio de de Luca, a utilização pelos historiadores da imprensa periódica como fonte não se limita a extrair um ou outro texto de autores isolados, por mais representativos que sejam, mas antes prescreve “a análise circunstanciada do seu lugar de inserção e delinea uma abordagem que faz dos impressos, a um só tempo, fonte e objeto de pesquisa historiográfica, rigorosamente inseridos na crítica competente” (idem, p. 141).

Como orientação final, a pesquisadora da Unesp aconselha ao historiador que recorra também a outras fontes de informação para dar conta do processo que envolve a organização, o lançamento e a manutenção do periódico.

## 2.2. Fontes orais

A história oral é uma metodologia de pesquisa interdisciplinar por excelência, pois utiliza ferramentas teóricas de diferentes disciplinas das Ciências Humanas e pode ser aplicada nas mais diversas áreas do conhecimento, sem exceção. Sua particularidade é que os testemunhos de fatos ou acontecimentos do passado ou do presente são gravados, ao contrário do que fazem os jornalistas, por exemplo, que nem sempre gravam suas entrevistas, apenas anotam em papel os depoimentos dos indivíduos.

As primeiras experiências de História oral moderna tiveram início no final da segunda década do século XX, apesar de que historiadores da antiguidade – Heródoto, Tucídides, Políbio – já utilizavam esse procedimento para escrever sobre acontecimentos da sua época. De acordo com a pesquisadora da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Verena Alberti (2008), Heródoto (século V a.C), conhecido como o ‘pai da História’, escreveu sobre as Guerras Médicas, entre gregos e persas, (490-479 a.C), e sobre o mundo oriental. Tucídides (séculos V e IV a.C) escreveu sobre a Guerra do Peloponeso (431-404 a.C). Políbio (século II a.C) escreveu sobre as conquistas romanas de sua época. Os três eram gregos; Políbio radicou-se em Roma e acompanhou os líderes romanos em suas batalhas.

Numa rápida retrospectiva, Alberti, em “Histórias dentro da História” (2008), conta que entre 1918 e 1920 os pesquisadores poloneses radicados nos Estados Unidos William Thomas e Florian Znaniecki publicaram histórias de vida de imigrantes poloneses, o que os transformaram nos precursores da História oral moderna. Esses pesquisadores pertenciam à Escola de Chicago, cuja nova tendência era exigir do pesquisador a sua saída das bibliotecas para realizar pesquisas em campo.

Em 1948, ano da invenção do gravador a fita, e também da criação do Columbia University Oral History Research Office, é fixado o marco inicial da História oral moderna - caracterizada, principalmente, por exigir a gravação das entrevistas no contexto de projetos de pesquisa e com objetivos bastante específicos. Alberti (2008) explica que o Programa de História Oral da Columbia University fazia entrevistas, em sua maior parte, com personalidades americanas de destaque. Paralelamente, outras experiências despontavam em outras partes do mundo: na Europa, depoimentos de chefes da Resistência francesa (2ª Guerra Mundial) eram gravados; o mesmo acontecia

na Alemanha com o testemunho de indivíduos em geral; no México, eram registradas as recordações de chefes da Revolução mexicana.

Outro marco referencial no uso de depoimentos e testemunhos é o trabalho desenvolvido na primeira metade do século XX por Everett Stonequist, professor do Skidmore College, Estados Unidos. Em 1937, Stonequist abordou o conflito social que envolvia membros das minorias étnicas trazendo seus próprios depoimentos como evidência científica (Cunha, 2007).

Passada essa primeira fase, conhecida como a “primeira geração da História oral”, ainda segundo Alberti, na década de 1960 começaram a surgir as “entrevistas de histórias de vida”, fase conhecida como a da História oral militante, “praticada por pesquisadores que identificavam na nova metodologia uma solução para “dar voz” às minorias e possibilitar a existência de uma História “vinda de baixo” (aspas da autora). Esses pesquisadores, como se pode ver, se opunham à linha seguida pelo Programa da Columbia University, que privilegiava o estudo das elites. O reconhecimento do registro das “vozes dos humildes” como fontes para a História oral só foi possível após amplo movimento de transformação das Ciências Humanas, que deixaram de pensar em termos de uma única História ou identidade nacional para reconhecer a existência de múltiplas histórias, memórias e identidades em uma sociedade, mesmo que com algum tipo de resistência.

No Brasil a discussão sobre o uso de depoimentos orais e histórias de vida aparece na década de 1950, com os estudos feitos pelos sociólogos Florestan Fernandes (1959) e Roger Bastide (1953). Até, então, as histórias de vida ainda permaneciam “presas às suas origens psicológicas”, sem que se explorassem “a sua relação com os fatos sociais propriamente ditos, mas com o desenvolvimento da personalidade na sua relação com o meio social ou cultural” (Cunha, 2007, p. 75).

Florestan Fernandes (1959) lembra que Durkheim, em *Les Règles de La Méthode Sociologique* - na sua opinião a única tentativa bem sucedida de formulação de uma teoria da investigação sociológica – condenou explicitamente o uso de documentos pessoais pelo sociólogo. Mas o fato é que a técnica da história de vida tem encontrado larga aplicação no campo da investigação sociológica, como relata Fernandes: “As

críticas sobre as inconveniências da utilização dos chamados *documentos pessoais* pela Sociologia revelam-se inconsistentes, e, em regra, constituem produtos intelectuais de prenoções metodológicas, herdadas especialmente do Positivismo” (Fernandes, 1959, p.251)

Um dos motivos de resistência para a incorporação desse novo método às práticas acadêmicas era o fato de querer se considerar o registro como a própria História. A esse respeito, diz Alberti:

Com efeito, algumas das práticas e crenças da chamada história oral “militante” levaram a equívocos que convêm evitar. O primeiro deles consiste em considerar que o relato que resulta da entrevista de História oral já é a própria “História”, levando à ilusão de se chegar à “verdade do povo” graças ao levantamento do testemunho oral. Ou seja, a entrevista, em vez de fonte para o estudo do passado e do presente, torna-se a revelação do real. Essa confusão aparece algumas vezes ainda hoje em trabalhos ditos acadêmicos; por exemplo, em dissertações ou teses que se limitam a apresentar o texto transcrito de uma ou mais entrevistas realizadas, como se esse fosse um resultado legítimo e final da pesquisa. É claro que a publicação de uma ou mais entrevistas não constitui problema em si. O equívoco está em considerar que a entrevista publicada já é “História”, e não apenas uma fonte que, como todas as fontes, necessita de interpretação e análise. Em nome do próprio pluralismo, não se pode querer que uma única entrevista ou um grupo de entrevistas dêem conta de forma definitiva e completa do que aconteceu no passado (Alberti, 2008, p.158).

Alberti aponta ainda outro equívoco decorrente da História oral “militante” – o uso da noção de História “democrática” ou História “vista de baixo”. O fato de o pesquisador entrevistar membros da elite não quer dizer que esteja escrevendo uma história “não democrática”. O importante, segundo explica, é que se permita o registro e o estudo da experiência de um número cada vez maior de grupos, e não apenas dos que se situam em uma posição ou outra na escala social.

A partir dos anos 1970, pode-se dizer que a História oral começou a passar por tentativas de sistematização da sua metodologia, passando de “militante” a “acadêmica”. Surgem as primeiras publicações, como a norteamericana *Oral history Review* (1973) e a britânica *Oral History* (1973), além de alguns manuais de história oral com o propósito de estabelecer padrões na coleta e no tratamento de entrevistas.

Encontros internacionais também começam a acontecer e, em 1978, a cidade de Essex, na Grã-Bretanha, sedia o primeiro deles. No Brasil, a História oral chega em 1975, com a realização do I Curso Nacional de História Oral, organizado pelo Subgrupo de História Oral do Grupo de Documentação em Ciências Sociais, formado por representantes da Biblioteca Nacional, Arquivo Nacional, Fundação Getúlio Vargas e do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação.

Várias outras iniciativas ocorreram a partir daí e, na década seguinte (1980), houve o processo de consolidação do que vinha acontecendo até então. Vários núcleos de pesquisa e programas de história oral, voltados para diferentes objetos e temas de estudo, foram criados. Esse crescimento perdura na década de 1990 e durante o II Encontro Nacional de História Oral, realizado no Rio de Janeiro, foi criada a Associação Brasileira de História Oral (ABHO).

A História praticada no século XIX sofria forte influência positivista e preconizava as contemporâneas. As fontes orais não teriam credibilidade, seriam originárias das “sociedades sem escrita” e a utilização de temas atuais carecia do recuo necessário no tempo para que possibilitasse a imparcialidade do historiador. Além disso, considerava-se que os relatos pessoais, as histórias de vida e as biografias eram demasiadamente subjetivas, o que não contribuía para o conhecimento do passado.

Foi somente a partir da década de 1980 que os temas contemporâneos foram incorporados à História, adotando o nome de História do tempo presente. Essa guinada deu-se em função de diversos motivos, mas o principal deve-se aos avanços tecnológicos, que modificaram os hábitos de comunicação e de registro. Assim, o documento escrito deixou de ser o repositório exclusivo das vozes do passado, e os historiadores passaram a utilizar como fonte, além das entrevistas de História oral, também músicas, fotografias, gravações radiofônicas, desenhos, filmes e uma infinidade de outras fontes.

O pesquisador que realiza sua pesquisa utilizando a metodologia da história oral não tem sua vida facilitada, pelo contrário. Ele precisa preparar a entrevista, relacionar os entrevistados, gravar depoimentos, transcrevê-los, revisá-los e analisá-los. Verena Alberti diz que

A história oral é hoje um caminho interessante para se conhecer e registrar múltiplas possibilidades que se manifestam e dão sentido a formas de vida e escolhas de diferentes grupos sociais, em todas as camadas da sociedade. Nesse sentido, ela está afinada com as novas tendências de pesquisa nas ciências humanas, que reconhecem as múltiplas influências a que estão submetidas os diferentes grupos no mundo globalizado (Alberti, 2008, p.164).

Assim, no entender da coordenadora do Programa de História Oral do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV), uma das principais riquezas da História oral está em permitir o estudo das formas como pessoas ou grupos efetuaram e elaboraram experiências, incluindo situações de aprendizado e decisões estratégicas. Alberti explica que essa nova forma de fazer História permite "entender como pessoas e grupos experimentaram o passado torna possível questionar interpretações generalizantes de determinados acontecimentos e conjunturas" (idem, p. 165). Em outras palavras, a História oral permite questionar de modo crítico a aplicação de teorias macrossociológicas sobre o passado, sendo que a entrevista tem a capacidade de contradizer generalizações sobre o passado e ampliar a percepção histórica, permitindo, nesse sentido, a "mudança de perspectiva".

Alberti lembra ainda que uma das principais vantagens da História oral deriva justamente do fascínio da experiência vivida pelo entrevistado, que torna o passado mais concreto, o que reforça a responsabilidade e o rigor de quem colhe, interpreta e divulga entrevistas, "pois é preciso reconhecer que a entrevista não pode ser concebida como um 'retrato' do passado" (idem, p.170).

Pode ser dividido em três momentos o trabalho de produção de fontes orais: a preparação das entrevistas, sua realização e o seu tratamento. Algumas medidas devem ser tomadas, como a elaboração de um projeto de pesquisa e de um roteiro das entrevistas, assim como a definição de que tipo de pessoa será entrevistada, quantas serão e qual tipo de entrevista será adotado.

A interpretação e análise das entrevistas são momentos particularmente delicados. Citando Jacques Le Goff, Alberti alerta que, como toda fonte histórica, a entrevista de História oral deve ser vista como um "documento-monumento", ou seja,

“documento” seria o resíduo imparcial e objetivo do passado, ao qual muitas vezes se atribuía valor de prova; “monumento”, em contrapartida, teria como característica a intencionalidade, uma vez que é construído para perpetuar a recordação, como é o caso das obras comemorativas de arquitetura e das esculturas colocadas em praça pública. “A ideia de”documento-monumento” traz essa intencionalidade para o próprio documento, cuja produção resulta das relações de força que existiram e existem nas sociedades que o produziram” (idem, p. 183).

Portanto, a obrigação do historiador é a de sempre fazer a crítica do documento como “monumento”, analisar as condições de sua produção para poder utilizá-las com pleno conhecimento de causa.

### **2.3. Fontes arqueológicas**

Para entender as causas do que ocorre no presente é preciso se voltar para o passado. A História, como estudo do passado, deriva, portanto, da compreensão do presente.

O historiador da Unicamp Pedro Paulo Funari (2008) diz que a História surge como parte ou consequência da Filologia, o estudo da língua. Isso porque os primeiros historiadores foram, antes de tudo, filólogos, que buscavam conhecer “aquilo que realmente aconteceu”, e para isso precisavam conhecer as fontes e os documentos escritos em sua língua original.

Assim, por sua origem filológica, a História mantém uma ligação muito forte com o documento escrito, ao ponto que a expressão Pré-História é utilizada até hoje em referência a um passado sem escrita. No entanto, Funari lembra que os primeiros historiadores - entre eles Heródoto, considerado o pai da História – fazia História com testemunhos, objetos, paisagens, não necessariamente com documentos escritos. Para escrever *As Histórias*, Heródoto viajou pelos lugares em que haviam ocorrido os combates e lá consultou os habitantes, visitou lugares, templos, edifícios, conheceu paisagens.

Os historiadores antigos, dessa maneira, já faziam uso das fontes materiais, “daquilo que nós chamaríamos de **fontes arqueológicas**” (Funari, 2008, p.84). Mas foi apenas no século XIX, como resultado da Filologia e da História, que a cultura material passaria a ter um estatuto completamente diverso, não mais como objeto artístico, como modelo ou como curiosidade, para tornar-se uma “fonte histórica”. Assim, tudo que antes era coletado como objeto de colecionador passou a ser considerado como fonte de informação para o historiador, capaz de trazer novos dados, indisponíveis nos documentos escritos.

Os museus e instituições científicas exerceram papel importante nesse primeiro momento, ao reunir artefatos oriundos do mundo inteiro e catalogá-los, desenhá-los e publicá-los em livros e artigos científicos. Para esse trabalho arqueológico, foram sendo criados métodos científicos para a transformação da cultura material em fonte histórica, ou seja, todo o material coletado na forma de “antiguidades” passou por um processo de transformação e se tornou fonte científica de informação.

Nas primeiras décadas do século XIX, as duas principais categorias de fontes históricas eram os documentos e arquivo e as obras copiadas pela tradição textual. Foi nessa época que surgiu uma nova categoria de fonte histórica – as inscrições – que continua a ser valorizada até os dias atuais.

Para Funari, as inscrições constituíram a primeira categoria substancial de fontes arqueológicas que passava a determinar e influenciar, de forma decisiva, a escrita da História. Assim, “a História do Egito antigo não se basearia mais apenas em Heródoto e outras fontes gregas da tradição textual, mas estaria calcada, acima de tudo, nas inscrições e manuscritos paleográficos egípcios vindos à luz graças a Arqueologia” (Funari, 2008, p. 88). No século XX essa tendência se acentuou, com a explosão de pesquisas arqueológicas e a ampliação, cada vez maior, dos objetos de pesquisa, dos campos de interesse do historiador. A própria História passou por mudanças conceituais profundas no decorrer do século XX, o que alterou também o entendimento de fontes históricas em geral e arqueológicas em particular.

As certezas do positivismo e a sua busca pela objetividade do que realmente aconteceu foram uma das primeiras a serem questionadas. Mostrava-se como o sujeito

do conhecimento, aquele que busca a verdade, não pode desvencilhar-se de si mesmo, de suas características e interesses e sempre terá uma interpretação subjetiva do mundo.

Ao mesmo tempo, outras disciplinas, como a Sociologia e a Linguística começaram a surgir – já neste contexto mais subjetivista – e partiam do pressuposto de que a sociedade não é algo que se possa conhecer sem mediação de teorias e de quadros conceituais interpretativos, causando repercussão e conseqüências para a História.

Funari explica que esse movimento em outras disciplinas fez com que os historiadores começassem a se convencer de que a História não poderia apenas buscar a “verdade”, que ela tampouco poderia deixar de recorrer a teorias sobre o funcionamento e transformação das sociedades:

A ênfase no fato histórico, irrepitível e único, deveria ser substituída pela atenção às regularidades históricas. Os grandes personagens, reis, imperadores, papas não eram mais compreensivos sem os seus colegas da elite e mesmo sem as grandes massas de trabalhadores que permitiam que eles governassem ou guerreassem (Funari, 2008, p.90).

Assim, houve uma ampliação considerável das fontes históricas, pois passavam a interessar as séries, as trivialidades e o cotidiano das pessoas comuns, principalmente esses últimos, já que em uma pesquisa arqueológica a maioria do que se encontra são artefatos banais, em série, de uso cotidiano.

Um dos pioneiros dessa História pós-positivista foi o historiador e arqueólogo russo Mikhail Rostovtzeff, que se baseava não mais na tradição textual, mas calcada, em grande parte, nos vestígios arqueológicos do cotidiano. Funari esclarece que sua História não era política, como no positivismo, que se centrava nos governantes, mas social e econômica.

As fontes arqueológicas passaram, então, a ser parte integrante e essencial da pesquisa histórica e os bons historiadores, na visão de Funari, mesmo quando não se dedicam, no detalhe, à cultura material, não deixam de levá-la em conta. A esse respeito, diz o historiador da Unicamp:

Os grandes movimentos historiográficos do século XX mostram bem essa preocupação, como no caso da chamada Escola dos 'Annales', com suas origens nas primeiras décadas do século, na Filosofia de Henri Berr e na Sociologia de Emile Durkheim. Desde seus inícios, a ênfase dos renovadores da História em sua luta contra a História positivista, consistiu tanto na busca dos referenciais teóricos nas Ciências Humanas, como na ampliação significativa das fontes, para além da tradição textual e dos arquivos. A 'paisagem', como resultado material da ação humana, foi objeto de preocupação pioneira de Lucien Febvre, assim como a cultura material esteve na base da obra do historiador francês Adolphe Lods sobre Israel Antigo, na obra de Lucien Febvre sobre o surgimento do 'objeto' livro, para culminar com Fernand Braudel, em 1952, e sua monumental obra sobre a 'civilização material' (Funari, p. 90/91).

Quando o historiador pesquisa uma sociedade sem escrita, mas conta com documentos escritos que se referem a essa sociedade, é fundamental que o estudo desses textos esteja aliado à análise dos indícios materiais encontrados. Isso porque em grande parte da História os iletrados constituem maiorias ausentes das fontes escritas, que apenas as descrevem distante e negativamente. Agindo assim, o historiador pode explorar as diferenças e contradições entre as fontes de modo a tentar melhor interpretar seu objeto de estudo. É o caso, por exemplo, dos estudos levados a cabo por Mark Leone e Gladys-Marie Fry e citados por Funari (idem, p. 103/104). Nessa pesquisa, foram estudados como africanos e descendentes de africanos adotaram práticas religiosas de origem africana (vudu), cujo caráter secreto explica sua ausência tanto na literatura da época como das análises feitas a partir de modelos normativos.

Funari diz que as descobertas arqueológicas feitas por Leone nas fazendas escravistas americanas, tardaram a ser estudadas e interpretadas corretamente devido, justamente, ao predomínio da leitura tradicional de que os escravos seguiam sem contestar as normas ditadas pelos senhores. Nos encruzamentos das paredes das casas-grandes norteamericanas, escondidos nos fundamentos, foram encontrados objetos utilizados pelos africanos para prejudicar os donos da casa, tais como pó de cobra, escorpião, unhas e cabelos, entre muitos outros que, segundo as crenças, tinham a capacidade de provocar doenças, enlouquecer, controlar, inchar, envenenar, causar reumatismo, cansaço, cegar, matar.

Nesse caso, segundo ainda o relato de Funari, constata-se que os subalternos não apenas não aceitavam os valores impostos, como usavam de uma simbologia e práticas desconhecidas por seus dominadores para prejudicá-los. Essas fontes arqueológicas

havia passado, anteriormente, despercebidas dos historiadores, acostumados que estavam à leitura imediatista das fontes escritas e pouco preparados para o entendimento dos códigos usados pelos escravos.

Caso semelhante pode ter ocorrido no Brasil com relação aos indígenas, retratados nos livros tradicionais de História como indolentes e preguiçosos, inaptos, portanto para o trabalho escravo, como queriam os portugueses na fase de colonização do país. Faltou ao historiador uma interpretação correta e adequada da resistência do índio ao trabalho escravo. Afinal, acostumado historicamente a viver em completa liberdade, só poderia se rebelar contra qualquer tipo de agressão ao seu modo de viver.

Por fim, Funari explica que no contexto contemporâneo, em que se valoriza a diversidade cultural como um dos maiores aspectos da humanidade, do viver em sociedade, as fontes arqueológicas ajudam o historiador a entender um passado muito mais complexo, contraditório, múltiplo e variado do que apenas uma única fonte de informação permitiria supor.

#### **2.4. Fontes documentais**

A matéria-prima principal dos historiadores são as fontes documentais, especialmente aquelas que se encontram em arquivos. Mas a escolha do arquivo a ser pesquisado depende do objeto de pesquisa do historiador, seus interesses e questionamentos.

São várias as instituições arquivísticas que hoje abrigam acervos de caráter permanente. O historiador da USP Carlos Bacellar (2008), em *Uso e mau uso dos arquivos*, relaciona uma tabela resumida que classifica as principais instituições arquivísticas brasileiras, a saber:

- Arquivos do Poder Executivo, que guarda documentos como ofícios e requerimentos, matrículas de classificação de escravos, matrículas e frequências de alunos, documentos sobre obras públicas, de polícia e sobre terras, entre outras;
- Arquivos do Poder Legislativo, compostos de atas e registros;
- Arquivos do Poder Judiciário, com inventários e testamentos, processos cíveis e criminais;
- Arquivos cartoriais, que abriga notas e registro civil;

- Arquivos eclesiásticos, com os seus registros paroquiais, processos e correspondências; e
- Arquivos privados, que comporta documentos particulares de indivíduos, famílias, grupos de interesse ou empresas.

Os primeiros arquivos brasileiros surgiram com a instalação da Corte Portuguesa no país, em 1808. Porém, a sua evolução deu-se de modo precário, sem maiores regulamentações, o que dificulta o trabalho do historiador, já que ele “deveria ter preocupações em conhecer o funcionamento da máquina administrativa para o período que pretende pesquisar” (Bacellar, 2008, p.44). Para uma melhor visualização, apresentamos a seguir um quadro contendo as instituições e os tipos de documentos que guardam.

**Quadro 2: Tipos de arquivos de acordo com os documentos neles alojados**

<b>Tipos de arquivo</b>	<b>Tipo de documento</b>
Arquivos do Poder Executivo	Correspondência: Ofícios e requerimentos Listas nominativas Matrículas de classificação de escravos Listas de qualificação de volumes Documentos sobre imigração e núcleos coloniais Matrículas e frequências de alunos Documentos de polícia Documentos sobre obras públicas Documentos sobre terras
Arquivos do Poder Legislativo	Atas Registros
Arquivos do Poder Judiciário	Inventários e testamentos Processos cíveis Processos crimes
Arquivos cartoriais	Notas Registro civil
Arquivos eclesiásticos	Registros paroquiais Processos Correspondência
Arquivos privados	Documentos particulares de indivíduos, famílias, grupos de interesse ou empresas

Bacellar explica que é fundamental que se tenha um mínimo de referência, pois deve haver correspondência entre a estrutura dos órgãos produtores de documentação e

sua posterior organização no arquivo público. O pesquisador deve estar ciente, por exemplo, das mudanças de nomenclatura e competências das repartições ao longo do tempo, em especial em momentos de mudança institucional profunda, como a Independência, a proclamação da República ou a implantação do Estado Novo: “As mudanças na Administração se fazem sentir na documentação resultante da atuação de cada órgão” (idem, p. 44). Exemplo atual ocorre com os arquivos do extinto Serviço Nacional de Informações (SNI), órgão de controle e repressão do regime militar (1964/1985), que recentemente começou a liberar documentos secretos do período, como listas de nomes de pessoas suspeitas, possíveis inimigos do regime (“subversivos”), dossiês sobre políticos e personalidades, entre outros.

Ao iniciar uma pesquisa documental, o historiador deve contextualizar o documento, ou seja, é preciso conhecer a história daquela peça documental que tem em mãos, saber sob quais condições ela foi redigida, com que propósito e por quem. Esses cuidados são necessários porque documento algum é neutro, sempre carrega consigo a opinião da pessoa ou do órgão que o escreveu. Diz Bacellar:

Uma carta pastoral de um bispo, por exemplo, é a opinião do próprio autor, mas profundamente inserido em um panorama ideológico da Igreja daquele momento e daquele local. A interação do bispo com sua comunidade, e com os outros membros do clero, dará um tom muito específico a essa carta, e deve ser considerada (idem, p. 63).

Outro ponto importante citado por Bacellar diz respeito à necessidade de o historiador entender o texto no contexto de uma época, perceber que algumas imprecisões demonstram os interesses de quem as escreveu, assim como o significado das palavras e expressões, já que os significados mudam com o tempo. Ele cita um exemplo bastante esclarecedor: em determinada cidade brasileira, as listas de habitantes de alguns anos se caracterizou pelo “desaparecimento” proposital de alguns jovens, em um claro sintoma de fuga ao recrutamento militar, seja por desejo dos pais ou por conveniência de quem elaborou a lista.

São inúmeras as dificuldades a serem superadas pelos historiadores quando analisam informações presentes em documentos. Nos temas econômicos, enfrentam problemas, por exemplo, com as medidas de comprimento, volume e peso, já que as antigas medidas de origem portuguesa não tinham nada a ver com o atual sistema

métrico. O mesmo ocorre com relação as medidas relativas à produção de gêneros alimentícios: como definir com clareza o que vem a ser uma “mão” ou um “carro” de feijão? Bacellar aconselha que é preciso situar, antes de tudo, a fonte documental para essas informações e só depois buscar algum parâmetro para conversão.

Importante mesmo para o historiador da USP é que, ao se avaliar as possibilidades de uma fonte documental, que se perceba a qualidade das informações que ela pode ou não fornecer, de acordo com a problemática de cada pesquisa. Assim, munido de armas e precauções e de conhecimento prévio sobre o assunto, o historiador está pronto para cotejar informações, justapor documentos, relacionar texto e contexto, estabelecer constantes, identificar mudanças e permanências e produzir um trabalho de História.

## **2.5. Fontes biográficas**

Uma das acepções de Houaiss (2001) para o termo biografia é a de “narração oral, escrita ou visual dos fatos particulares de várias fases da vida de uma pessoa ou personagem”. Tomadas desse ponto de vista, as biografias seriam, então, histórias de vida de determinadas pessoas ou personagens.

Em *Grandezas e misérias da biografia*, a historiadora da Unicamp Vavy Pacheco Borges (2008) faz um breve relato do percurso da biografia no mundo ocidental. Com origem no mundo grego antigo, por cerca de dois mil anos as histórias de vida serviam mais para dar exemplos morais, negativos ou positivos, e não se confundia com a ‘História’, que “narrava fatos coletivos e contava a verdade”. Essa biografia clássica destacava inicialmente o caráter político, moral ou religioso do biografado do que em sua pessoa, em sua singularidade.

Nos séculos XVII e XVIII, na chamada Idade Moderna, a concepção de biografia vai se alterando profundamente, e novos métodos de se investigar uma vida são adotados. Em 1791 foi publicado na Inglaterra *Life of Samuel Johnson*, de James Boswell, considerado o marco inicial da biografia moderna. O autor, para escrever esta obra, empreendeu forte relação de convivência com o biografado, com quase 20 anos de

pesquisa, e se preocupou em contar a “verdade”, dramatizando os diálogos a partir de documentação e entrevistas com personagens variados.

No século XIX, a importância do indivíduo na História sofreu um recuo, em grande parte influenciada pelo positivismo – “a ciência dos fatos sociais” -, que se preocupava com as instituições e trabalhava com objetos de estudo como meio, raça, nação, e não com a vida particular. A esse respeito, diz Borges: “A então dominante História personificava o percurso político pelos grandes homens e essas grandes figuras eram trabalhadas em geral também na literatura; encontram-se assim inúmeras biografias de heróis políticos ou militares produzidos nessa época” (Borges, 2008, p. 206). Somente nos anos 1980, no dizer de Borges, a História se cansa de ser sem rosto e sem sabor e volta ao qualitativo e ao singular. Foi o chamado “retorno” da biografia.

O atual interesse pela biografia pode ter uma explicação: os movimentos da sociedade e o desenvolvimento das disciplinas que estudam o homem em sociedade. Para Borges, cada vez mais o indivíduo tem seu espaço na sociedade e cada vez mais o homem se detém sobre ele mesmo. São freqüentes as discussões sobre a liberdade do indivíduo e sua relação com a sociedade, além do que a mídia cada vez mais explora imagens e testemunhos de pessoas para “saciar” a curiosidade sobre a vida de outras pessoas.

Com relação às mudanças nas disciplinas acadêmicas, Borges lembra as alterações nas formas de se escrever a História, principalmente em função das crises de paradigmas no marxismo e no estruturalismo, por exemplo:

Percebem-se reações contra conceitos totalizantes como “classe” e “mentalidades”, contra categorias predeterminadas (como “revolução”) e um favorecimento da experiência. Próximo a isso, surgiu o interesse pelos “excluídos” ou os “vencidos” da História, como as ditas minorias sociológicas (negros, mulheres, homossexuais) (Borges, p. 210).

É inegável, hoje, o sucesso das biografias junto ao grande público, mas a quase totalidade das obras publicadas não são escritas por historiadores e sim por jornalistas e outros intelectuais. Para Borges, a maioria dessas biografias não satisfaz os historiadores, “por oscilar entre uma idealização simplista do personagem e falsas polêmicas em torno de pessoas famosas, visando a uma grande vendagem; além disso,

muitas se comprazem no anedótico, não no essencial” (idem, p. 212). Exemplos recentes de sucesso editorial desse tipo de biografia podem ser conferidos nas obras dos jornalistas Lira Neto, que narrou a atribulada vida da cantora Maysa em livro do mesmo nome, e Fernando Morais, com o seu *Chatô, o Rei do Brasil*, uma obra com mais de 730 páginas para contar a história de Assis Chateaubriand, o lendário jornalista criador dos Diários Associados.

Há os mais variados tipos de biografia, mas o mais completo seria aquela em que o biógrafo realiza um “mergulho na alma” do seu biografado, ou seja, ele (o biógrafo) procura descobrir o que se passa ou se passou nos recônditos da mente do biografado, procura descortinar seus assuntos íntimos, pessoais, particulares.

Borges explica que é por meio dos documentos da “escrita de si” ou de “produção de si” que se consegue penetrar na intimidade do biografado, ou seja, seria necessário resgatar a memória ou a tradição oral familiar do biografado; se debruçar sobre memórias, autobiografias, ego-história, correspondência, diários; localizar entrevistas veiculadas na mídia (orais, escritas, vídeos, filmes), além dos chamados objetos da cultura material, como fotos, objetos pessoais, a biblioteca, entre outros.

Quando se lê uma biografia não se toma conhecimento apenas da vida da pessoa biografada, mas também sobre a época e a sociedade em que ele viveu. E o que há de verdade nesses relatos? Borges explica que é de entendimento comum que não existe uma única verdade e que para cada fato pode haver várias versões. Todo trabalho de História seria, então, uma “representação” sobre o passado: “Todos nós historiadores construímos representações sobre o passado; toda História é uma construção, resultante de quem a escreve, do seu tempo e espaço, marcado por instituições e grupos” (idem, p.216).

A preocupação atual dos historiadores, segundo ainda a pesquisadora da Unicamp, é com o verossímil, com o que nos parece poder ser verdadeiro, o que é possível ou provável; “Na exposição de um trabalho de pesquisa feito em História o fundamental é não enganar o leitor quanto ao que afirmamos” (idem, p. 217), diz Vavy Borges.

Não há, pois, neutralidade em qualquer trabalho de historiador, mesmo porque na relação sujeito-objeto não há como escapar de certo subjetivismo, já que, por trás do discurso historiográfico, há um sujeito que o produz. A vida do biografado, portanto, terá o sentido que o historiador lhe conferir. Mas é diferente do que ocorre numa obra ficcional, em que o autor tem liberdade total de criação sem preocupação com o real. Borges alerta que o bom biógrafo, como todo bom historiador, apresenta suas fontes e se preocupa com os procedimentos teórico-metodológicos que devem ser adotados em qualquer pesquisa científica.

## **2.6. Fontes audiovisuais**

O cinema, a televisão e os registros sonoros em geral compõem o que os historiadores chamam de fontes audiovisuais. A pesquisa histórica tem dado especial atenção a esse tipo de fonte, porque a sociedade atual é dominada por imagens e sons obtidos “diretamente” da realidade, seja pelo registro documental ou pela encenação ficcional, que utilizam equipamentos tecnológicos cada vez mais sofisticados.

Do ponto de vista metodológico, as fontes audiovisuais são vistas pelos historiadores como fontes primárias novas, mas seu estatuto é paradoxal. Marcos Napolitano (2008), historiador da USP, explica que o cinema, a televisão e os registros sonoros são considerados por alguns testemunhos quase diretos e objetivos da História, principalmente quando possuem um caráter documental. As fontes audiovisuais assumidamente artísticas, como filmes de ficção, teledramaturgia, canções e peças musicais, por outro lado, são percebidas muitas vezes sob o estigma da subjetividade absoluta.

O “efeito de realidade” sobre o observador é o responsável por aquela primeira visão – a “objetivista”. Com efeito, o registro técnico de imagens e sons, principalmente os filmes documentários e os diversos tipos de jornalismo, podem potencializar esse “efeito de realidade”.

Com relação à visão subjetivista, Napolitano cita como exemplo mais nítido o documento musical, dada sua natureza estética e polissêmica, que sugere certa “ilusão de subjetividade”, “cujos significados sociológicos e históricos seriam produto de uma

dose de especulação por parte do historiador, na medida em que a obra teria um conjunto de significados quase insondáveis e relativos, variável de acordo com a fruição do ouvinte” ((2008, p. 236).

As fontes históricas de natureza audiovisual e musical são marcadas, assim, pela tensão entre subjetividade e objetividade. A questão, no entanto, segundo Napolitano, não é essa, e sim “perceber as fontes audiovisuais e musicais em suas estruturas interna de linguagem e nos mecanismos de representação da realidade, a partir de seus códigos internos” (idem, p. 236). Para ele, ambas as visões falham em perceber tais problemas.

A tendência cada vez mais forte entre os historiadores é questionar a transparência dos documentos, mesmo os documentos escritos, tradicionalmente considerados “objetivos” e diretos. Para os documentos de natureza audiovisual ou musical, essa abordagem deve ser mais cuidadosa ainda, “pois os códigos de funcionamento de sua linguagem não são tão acessíveis ao leigo quanto parece, exigindo certa formação técnica” (idem, p. 238).

Há, portanto, de acordo com o historiador da USP, a necessidade de articular a linguagem técnico-estética das fontes audiovisuais e musicais (seus códigos internos de funcionamento) e as representações da realidade histórica ou social nela contidas (seu “conteúdo” narrativo propriamente dito).

A máxima metódica “o documento fala por si” é rejeitada hoje em dia pelos historiadores. Isso porque as armadilhas de um documento audiovisual ou musical podem ser da mesma natureza de um documento escrito. O maior perigo, no entanto, reside na ilusão de objetividade do documento audiovisual, tomado como registro mecânico da realidade ou da pretensa subjetividade impenetrável do documento artístico-cultural.

Napolitano cita como exemplo de que “o documento **não** fala por si” o quadro *O grito do Ipiranga*, de Pedro Américo, em que o observador parece ter acesso imediato à cena histórica da proclamação da Independência por D. Pedro I. O que o observador não sabe é que a “pintura histórica” tem suas próprias convenções e linguagens e que é um

gênero específico que floresceu no século XIX e que possuía suas regras de composição, para além da representação “verdadeira” dos fatos históricos retratados.

Assim, as fontes audiovisuais e musicais são, como qualquer outro tipo de documento histórico, portadoras de uma tensão entre evidência e representação. É o que confirma Napolitano:

Ao contrário da tradição metódica e positivista, que acreditava na neutralidade e na transparência das fontes escritas, desde que “verdadeiras”, estabelecidas sua autoria e datação, a Nova História e seus herdeiros apontam para o caráter representacional das fontes, mesmo as tradicionais fontes escritas, que são documentos e monumentos carregados de intencionalidade e parcialidade ( p. 240).

Em suma, a linguagem não-escrita, apoiada em registros mecânicos, é uma linguagem como qualquer outra, que precisa ser decodificada, interpretada e criticada. Napolitano conclui dizendo que as fontes audiovisuais e musicais não são nem suportes adicionais das fontes escritas, nem autenticação da realidade imediata, nem ilustração de contextos. As fontes audiovisuais constituem um campo próprio e desafiador, que nos fazem redimensionar a permanente tensão entre evidência e representação da realidade passada, cerne do trabalho historiográfico.

### **Seção III**

#### **3. O método da pesquisa histórica**

Entre o fim do século XVIII e o início do século XIX a história conquistou sua autonomia em relação à filosofia e ciências humanas e desenvolveu seus próprios critérios e procedimentos de crítica e análise das fontes para produzir os escritos históricos.

A preocupação dos historiadores, então reconhecidos como cientistas, era a de se afastarem das interferências incômodas como a inevitável confusão entre história e ficção. Segundo Grespan, o praticante da nova ciência procurou se afastar também do filósofo, “cujos pressupostos metafóricos sobre o destino da humanidade passavam por cima do individual, tema por excelência da história” (2008, p.292). Os historiadores procuraram ainda se afastar do teórico de outras ciências humanas, “para quem esse

elemento individual seria apenas exemplos das leis sociais, seu verdadeiro objeto” (idem, p. 291-292).

O historiador, assim, deveria buscar documentos autênticos da época ou acontecimento estudado considerando-o na sua singularidade absoluta. Era o mesmo procedimento dos teóricos das ciências da natureza que utilizavam o método experimental. O problema é que os historiadores trabalham com o individual, avesso, portanto, às leis gerais como as das ciências naturais.

O método então desenvolvido pelos historiadores levava em consideração a ideia de verdade para distinguir a história da ficção. Nesta, não há um compromisso com o real, na história é imprescindível tal correspondência. O conceito de verdade foi emprestado das ciências naturais: “Verdade seria a correspondência, a adequação entre as proposições cientificamente formuladas e apresentadas pelo sujeito do conhecimento e o objeto real descoberto pela pesquisa empírica” (Grespan, 2008, p. 292).

Grespan chama a atenção, porém, que durante os procedimentos metodológicos – a autenticidade das fontes, sua análise correta, a seleção dos fatos individuais relevantes – a ideia de verdade não está sempre garantida: a verdade é obtida por meio de operações e atitudes específicas do historiador. Assim, o método forneceria a possibilidade de obter a verdade, mas não poderia simplesmente refletir a forma de certo conteúdo, “pois esta forma não se apresentaria diretamente ao cientista, para quem o real aparece, à primeira vista, como algo caótico” (idem, p. 293). A estrutura do real teria de ser descoberta e o método passa a ser concebido apenas como instrumento de trabalho, como ferramenta que pode ser bem ou mal utilizada.

Até o começo do século XX as formulações metodológicas eram ditadas pela Escola Histórica alemã, que pregava a neutralidade do saber como esvaziamento da subjetividade do cientista, procedimento que permitiria adequadamente dizer o objeto, refletir sua realidade. Ou seja, somente se obtém a objetividade por meio da neutralização do sujeito, o que significa que quaisquer hipóteses formuladas previamente sobre o tema teriam de ser abandonadas, pois elas poderiam influenciar e distorcer seus resultados. A respeito do pensamento da escola alemã, Grespan completa:

Embora seja inegável que haja conhecimentos anteriormente acumulados, sistematizados às vezes na forma de teorias, eles não deveriam ser levados em conta a ponto de impedir o historiador de perceber a diferença específica ou a novidade do objeto que se desvela na pesquisa atual. Hipóteses, expectativas e teorias fazem parte da subjetividade que justamente tem que ser afastada para garantir a adequação pretendida ao objeto” (Grespan, 2008, p. 294).

A partir do início do século XX, os historiadores reconheceram ser impossível esta atitude de neutralidade diante do objeto. E foram mais além, defendendo que nem tudo na pesquisa histórica é restritamente racional, que muitas vezes os historiadores devem apelar para a sua intuição e imaginação. Em outras palavras, é a revalorização da subjetividade.

A intuição e a fantasia seriam, então, decisivas na forma de fazer história, pois critérios puramente racionais não permitiriam ao pesquisador romper com os quadros teóricos estabelecidos e alcançar novas descobertas. Grespan diz que a partir dos anos 1970 alguns autores pretenderam ir além dessa nova postura:

Julgando estéril o saber objetivo, fechado num domínio unilateral, propuseram então considerar predominante a dimensão estética da História – a narrativa como arte, o ponto de vista como estilo. A fronteira entre a História e a Literatura se caracterizaria, assim, por uma indiscutível porosidade, resultante de uma suspeita em relação ao conceito mesmo de verdade: a ciência e o seu método não podiam garantir a objetividade do saber histórico; os limites entre este saber e a imaginação, entre os fatos e a ficção estariam suspensos. Contar a história “como ela aconteceu”, lema da Escola Histórica, soaria como um claro disparate, pela impossibilidade de se conhecer todos os aspectos envolvidos em um acontecimento e deste ter objetividade isenta de interpretações subjetivas” (Grespan, 2008, p. 297).

Grespan explica que é na perspectiva desse diálogo que se redefine hoje o conceito de verdade nas várias vertentes da fenomenologia e da hermenêutica, por exemplo, e acrescenta que se se reconhece que não existe objetividade pura, mas apenas a perpassada pelas incontáveis subjetividades que convivem objetivamente no mundo, não há porque descartar a ideia mesma de verdade, que poderia ser definida como o acordo das subjetividades:

Já nesse caso aparece um critério de objetividade que define uma função crucial para o método: ele não pode estar totalmente determinado no âmbito de cada teoria, de cada visão subjetiva de mundo, pois é

justamente um dos fatores que permite colocá-las de acordo. Ou seja, a intersubjetividade implica que a experiência realizada por alguém pode ser repetida por ele mesmo ou por outro, tendo de seguir regras e normas claras e imitáveis, portanto. É o que deve reger também a pesquisa histórica, por mais variados e inovadores que sejam seus materiais e procedimentos. Daí que o pesquisador tenha de se limitar a afirmações que encontrem contrapartida em material acessível a qualquer outro, que possa ser verificado, que seja de domínio público de alguma forma. E daí também que a intuição e a imaginação, por mais importantes que sejam na pesquisa individual, não possam ser critério de divulgação e generalização dos conhecimentos, depois de obtidos. Elas são faculdades cuja operação não tem a forma de um conjunto de regras de procedimento para serem seguidas por outros sujeitos; são íntimas, individuais, subjetivas no sentido definido pela Escola Histórica” (idem, p. 299).

Temos, assim, duas posições antagônicas: a Escola Histórica alemã propunha o método da neutralização do sujeito e afirmação do objeto; os seus críticos do século XX invertem a polaridade, recusando a objetividade do conhecimento e afirmando radicalmente a sua subjetividade. Para Grespan, se não se admite mais o conceito tradicional de verdade dada como correspondência com o real, é porque se aprendeu o quanto há de subjetivo no objeto, que de forma alguma é ‘puro’, assim como o sujeito do conhecimento, que não pode jamais ser considerado neutro.

## **Seção IV**

### **4. História do presente**

O conceito de história do presente, história próxima ou história imediata, entre outras denominações, ainda está em construção e admite diversas interpretações por parte das escolas historiográficas, mas todas elas convergem para uma nova realidade: procuram recuperar a dimensão de coetaneidade implícita no conceito de história contemporânea (Cuesta, 1993). Chauveau e Tétart (1999) entendem que essas três locuções não fazem referência às mesmas cronologias, mas esses três tempos históricos pertencem ao campo do “muito contemporâneo”, o do século 20 pós 1930.

A definição do que seja história imediata parece ser a mais problemática, pois conjuga dois termos contraditórios: história - ciência que estuda o passado da humanidade – e imediato – o momento em curso. Definir com precisão o espaço cronológico que cobre o imediato não é tarefa das mais simples, já que a noção é muito

vaga. O imediato é contíguo, subsequente, e pode representar algumas horas, algumas semanas, meses ou anos.

O procedimento da história imediata é mais parecido com as técnicas jornalísticas do que com os da ciência histórica. Como bem lembram Chauveau e Tétart, afinal, foram a pressão jornalística e a demanda social conjugadas que impuseram o princípio da história imediata a partir dos anos 50 do século passado.

A principal diferença entre a história imediata e a ciência histórica é que esta tem como um dos seus principais pressupostos metodológicos o recuo, o distanciamento no tempo com relação ao fato. É uma visão positivista. A imediata, ao contrário, é escrita pelo historiador que também é testemunha do período analisado, ou seja, ele é também ator, já que está em relação direta com o seu tema. Segundo Chauveau e Tétart (p. 25 e 26), esta condição faz com que o historiador do presente seja ativo ou passivo, neutro ou engajado, e sua obra pode se tornar tomada de posição ideológica, moral, benevolente ou combativa. E se seu trabalho adota a forma de uma observação científica rigorosa, de uma dedução dos fatos procurando a maior neutralidade, esta não é menos objeto da história do que a leitura dos fatos através de um prisma ideológico, filosófico, moral ou religioso.

As duas outras expressões utilizadas – história próxima, história do presente - suscitam debates mais amenos, já que possuem o recuo necessário para a abordagem científica, além do que definem-se por características comuns como a natureza dos arquivos e sua forma de acessibilidade, a natureza dos métodos, o círculo dos historiadores, a continuidade cronológica num século. De acordo com os autores acima, história próxima é considerada, nos muitos pontos de vista, aquela que ocorreu nos últimos 30 anos e a história do presente os 50 ou 60 últimos anos.

O conceito que serve ao propósito deste trabalho é aquele definido por Josefina Cuesta como “a possibilidade de análise histórica da realidade social vigente, que comporta uma relação de coetaneidade entre a história vivida e a narração dessa mesma história, entre os atores e testemunhas da história e os próprios historiadores” (1993, p.11. tradução nossa). Em outras palavras, a história do tempo presente é aquela que é,

ao mesmo tempo, “vívuda e narrada” pelo historiador, ou pelo jornalista, no caso da narrativa jornalística ser considerada história do presente.

Em *Questões para a história do presente* (1999), Chauveau e Tétart levantam uma série de questões instigantes com relação ao que eles chamam de história imediata, história próxima ou de história do presente: na sua maneira de fazer a história, qual pode ser a natureza da deformação da análise e que elementos concorrem para esta deformação na relação do homem com a história? Quais são os jogos de influência entre os climas ideológicos e os contextos históricos? Há uma responsabilidade do historiador em seu papel cada vez mais valorizado de comentarista do presente ou do imediato?

As primeiras manifestações de interesse pela história do presente deram-se nos anos 30 do século passado, tendo como uns dos seus artífices os franceses Marc Bloch e Lucien Febvre, para quem “a história do presente podia dar a ‘régua e o compasso’ à pesquisa histórica” (*apud* Chauveau e Tétart, 1999, p.11). Mas, até os anos 80, muito pouco havia sido produzido sobre a história do presente, apenas dois artigos relevantes, segundo Chauveau e Tétard: ‘Lê retour de l’événement’, publicado em *Faire de l’Histoire* por Pierre Nora, e ‘L’Histoire immediete,’ publicado em *La Nouvelle histoire* por Jean Lacouture<sup>4</sup>.

Aqui cabe um parêntesis sobre Bloch e Febvre, fundadores do movimento conhecido como a Escola dos Annales. Estes historiadores franceses criam em 1929 a *Revista dos Annales*, com característica fortemente interdisciplinar, com a intenção de se contrapor ao antigo regime historiográfico - a velha história – na qual predominava a narrativa dos acontecimentos políticos e militares, “apresentada como a história dos grandes feitos de grandes homens – chefes, militares e reis” (Burke, 1997, p. 17).

O movimento dos Annales pode ser dividido em três fases, como nos mostra Peter Burke em sua obra *A Escola dos Annales* (1997): de 1920 a 1945, em sua primeira fase, caracterizou-se por ser pequeno, radical e subversivo, conduzindo uma guerra contra a história tradicional, a história política e a história dos eventos. Após a Segunda Guerra Mundial, o movimento se aproxima mais verdadeiramente de uma “escola”, com

---

<sup>4</sup> Traduzindo: “O retorno do acontecimento”, publicado em o *Desenvolvimento da história* por Pierre Nora, e “A História Imediata”, publicado em *A Nova História* por Jean Lacouture.

conceitos diferentes e novos métodos, tendo como nome de destaque Fernand Braudel. A terceira fase se inicia por volta de 1968 e é profundamente marcada pela fragmentação. Seus historiadores abandonam a rigidez dos primeiros tempos e adotam posturas mais abertas em relação às outras correntes historiográficas.

Burke entende que hoje o grupo não existe mais em Paris, embora ainda funcione a *École des Hautes Études em Sciences Sociales*, instituição que, fundada por Lucien Febvre, Charles Macizé e Fernand Braudel, abrigou o movimento. Isso porque, ainda que a Escola tenha em seus quadros historiadores de qualidade, que se identificam com a tradição dos *Annales*, muitos membros do grupo estão redescobrimdo temas da “Antiga História”, como a política e o acontecimento.

Feita esta pequena pausa sobre os *Annales*, voltemos ao assunto História do Presente. Até o fim dos anos 70, a investigação metodológica e epistemológica voltou-se essencialmente para o estudo da Nova História, sendo o presente ignorado pelos pesquisadores. A explicação, entre várias outras possíveis, segundo Chauveau e Tétart, é que aquela escola considerava as estruturas duráveis como mais reais e mais determinantes que os acidentes de conjuntura, e os fenômenos de longa duração como mais decisivos do que os movimentos de curto alcance.

A esse respeito, Cuesta afirma não ser partidária de acrescentar uma nova época na divisão cronológica tradicional da história, e sim de completar a história contemporânea com a aproximação à sua própria coetaneidade:

São maioria os historiadores que se inclinam por aceitar alguns parâmetros móveis para a história do presente que permitam manter a coetaneidade da época – ou geração – que a vive, pois conta entre suas características a simultaneidade entre história vivida e história contada, a identidade entre o sujeito que faz a história e a traduz em historiografia...(tradução nossa) (Cuesta, 1993, p.5)

Para essa autora, a história do presente não é propriamente uma novidade, lembrando que o general e historiador ateniense Tucídides, que viveu no século V antes de Cristo, narrou uma guerra (Peloponeso) que se desenrolava ante seus próprios olhos, assim como César, o imperador romano, que escreveu a história da Guerra das Gálias no exato momento em que ele a fazia.

Cuesta explica que existem várias razões para a emergência da história do presente na nossa época, principalmente teóricas, epistemológicas, historiográficas, de ordem social e existencial, e que as novas relações entre tempo e história – passado e presente - e não somente do passado com a história, são fundamentais para entender esta mudança de perspectiva.

A emergência do presente como horizonte epistemológico constitui uma aportação das reflexões filosóficas que tem enriquecido a história. Questão que leva junto uma segunda, a das relações entre subjetividade e objetividade, cuja problemática tem sido suficientemente abordada em nosso tempo. Outras razões historiográficas subjazem ao impulso do estudo do presente. Certos historiadores têm reclamado do direito de cada geração pensar – e escrever – sua própria história; pois, entendida esta como um saber acumulativo, reclamam para cada geração o direito de enriquecer a produção historiográfica com as interrogações de seu próprio momento sobre a história. Entre os supostos sociais, recordemos a própria percepção atual do tempo presente – sua emergência existencial – e de sua própria aceleração, com a qual contribuem as revoluções científicas com seus vertiginosos descobrimentos e os meios de comunicação, antes citados, com sua cascata de acontecimentos que não cessam (tradução nossa) (idem, p.5/6).

A partir dos anos 80 a história do presente começa a se afirmar como um novo campo científico, principalmente “por meio de uma interrogação metodológica e historiográfica tornada comum: o interesse pelas mentalidades, pelo político e pelo cultural transcendendo as sociabilidades dos historiadores” (Chauveau e Tétart, 1999, p.11 e 12).

Os historiadores do político constituíram a vanguarda da história do presente, favorecendo e afirmando sua expansão. Outros fatores foram o que Chauveau e Tétart chamam de impacto de “geração”<sup>5</sup> e o fenômeno concomitante de demanda social. O impacto de geração pode ser explicado como o impacto dos acontecimentos deste último século sobre os homens e sobre sua vontade de “reagir”, isto é, de tentar explicar o presente. A demanda social pode ser entendida como um vetor central, já que, nesse processo, o aumento e a aceleração da comunicação, a renovação progressiva da imprensa e da edição, a elevação do nível de estudo e a força dos engajamentos ideológicos, morais, dos anos 50 e 60, tiveram um papel determinante.

---

<sup>5</sup> Expressão tomada emprestada de Jean Pierre Rioux, para quem a afirmação da história do presente é um fenômeno de geração.

Para Chauveau e Tétart, outros fatores próprios a cada profissão determinaram a afirmação da história do presente: para os jornalistas, entre outras razões, o papel da decomposição da imprensa nos anos 30 e subsequente desejo de propor, desde 1945, um comentário mais rigoroso do presente, do imediato; para os historiadores, trata-se sobretudo da germinação de um pressuposto metodológico maior: a história não é somente o estudo do passado, ela também pode ser, com um menor recuo e métodos particulares, o estudo do presente.

Começa a se impor, assim, a partir do fim da década de 70 e início dos anos 80, uma reflexão metodológica e epistemológica sobre a história do presente, embora Chauveau e Tétart afirmem que o estudo historiográfico, metodológico e epistemológico dos tempos atuais está apenas desbravado, ainda não há instrumentos de referência e tudo está por fazer.

Nesse Capítulo I, tendo como ponto de partida a conceituação de história, tradicionalmente conhecida como a ‘ciência do passado’, identificamos os tipos de fontes utilizadas pelos historiadores, abordamos o método utilizado nas suas pesquisas e tratamos da história do presente, mostrando que ainda não há consenso entre os historiadores sobre o caráter científico desse novo ramo da História, especialmente em função das suas fragilidades metodológicas e epistemológicas.

## **Capítulo II - A narrativa**

---

### **2.1. Introdução**

Neste capítulo, iniciamos a discussão apresentando como a teoria da narrativa explica a produção de sentidos através de expressões narrativas (seção 1). A seguir, na seção 2, mostramos as diferenças entre os diversos tipos de narrativa e a narrativa jornalística propriamente dita. Nas seções 3 e 4 distinguimos a personagem tradicional de personagem jornalística mostrando como elas são construídas e o papel delas nos diferentes tipos de narrativa. A tênue linha entre jornalismo e ficção é abordada na seção 5, e, finalmente, na sexta e última seção, apresentamos como o jornalismo utiliza-se de categorias e elementos da literatura de ficção para compor suas narrativas – no caso, o ciclo do herói.

### **Seção I**

#### **2.2. A narrativa**

De acordo com Motta (2005), narrar é relatar eventos de interesse humano. A teoria da narrativa procura entender como os sujeitos sociais constroem os seus significados através da apreensão, da compreensão e da expressão narrativa da realidade. Dedicar-se ao estudo dos processos de relações humanas que produzem sentidos através de expressões narrativas, sejam elas factuais (jornalismo, história, biografias) ou ficcionais (romances, contos, novelas, mitos).

Quem narra um fato, real ou imaginário, busca sempre envolver o leitor na história narrada. Por isso o narrador produz certos efeitos de sentido, produz significados na sua narração. Quando se faz uma análise da narrativa, portanto, o que se busca é o significado entranhado na narração. As narrativas são construções discursivas sobre a realidade humana. Segundo Motta, nunca ocorre um conhecimento direto da realidade. Conhecer o mundo não é reproduzi-lo nem representá-lo tal como ele é, mas

criá-lo. “O mundo passa a existir na medida em que as pessoas falam, descrevem, relatam e discutem sobre ele, na medida em que organizam representações mentais sobre ele” (Motta, 2005, p.6).

Ainda sobre significados, a cultura desempenha papel fundamental na interpretação das narrativas. O psicólogo cultural Jerome Bruner (1998) afirma que é a cultura, e não a biologia, que molda a vida e a mente humanas, é ela que confere significado à ação situando seus estados intencionais subjacentes em um sistema interpretativo. Uma narração consta de uma sequência singular de fatos, estados mentais e acontecimentos em que participam seres humanos como personagens ou atores. Porém, como nos alerta Bruner, esses componentes não possuem vida ou significado próprios. Seu significado é dado pelo lugar que ocupam na trama. O ato de compreender uma narração é, assim, dual: “temos que captar a trama que configura a narração para poder dar sentido a seus componentes, que temos de por em relação com a trama” (Bruner, 1998, p.56).

Em *Actos e Significados* (1998), Bruner, um dos autores do que se convencionou designar de “segunda revolução cognitiva”<sup>6</sup>, defende que a psicologia popular é de natureza narrativa e não de natureza lógica, ou seja, as pessoas tomam decisões e agem segundo suas crenças e desejos levando em conta os padrões simbólicos de sua cultura: suas modalidades de linguagem e discurso, as formas de explicação lógica e narrativa e os padrões de vida comunitária mutuamente interdependentes. Para compreender o homem, diz ele, é preciso compreender como suas experiências e seus atos estão moldados por seus estados intencionais; e, em segundo, é que a forma desses estados intencionais só podem se concretizar mediante a participação nos sistemas simbólicos da cultura.

Paul Ricoeur também é um dos estudiosos que se debruçaram sobre a questão da narrativa. Em sua obra *Tempo e Narrativa*, tomo I (1994), desenvolve uma teoria da narrativa a partir das obras *Confissões*, de Santo Agostinho e *Poética*, de Aristóteles, em

---

<sup>6</sup> A segunda revolução cognitiva, também conhecida como Giro Linguístico (*Linguistic Turn*), foi uma tentativa, a partir dos anos 90, de resgatar a revolução original (anos 30/60) inspirada na convicção de que o conceito fundamental da psicologia humana é o de significado e os processos e transações que se dão na construção dos significados.

que faz uma análise profunda entre o tempo e a narração. O que ele pretende é estabelecer uma conexão entre a questão do tempo explorada por Agostinho com a teoria da arte poética de Aristóteles, realizando uma síntese entre esses autores.

Ricoeur defende que a narrativa constitui uma síntese para a diversidade temporal, e que, se não de forma absoluta, pelo menos faz trabalhar uma unidade do tempo. Ele parte do pressuposto de que é o caráter temporal da experiência humana que domina tanto a identidade estrutural da função narrativa quanto da exigência de verdade de toda obra narrativa, seja ela historiográfica ou de ficção. Assim,

O mundo exibido por qualquer obra narrativa é sempre um mundo temporal (...) o tempo torna-se tempo humano na medida em que está articulado de modo narrativo; em compensação, a narrativa é significativa na medida em que esboça os traços da experiência temporal (Ricoeur, 1994, p. 15).

Ao escolher as obras de Agostinho (teoria do tempo) e Aristóteles (teoria da intriga) como suporte teórico, Ricoeur justifica sua opção pelo fato de que esses autores oferecem duas entradas independentes para o estudo do seu problema: o círculo – não vicioso – entre narratividade e temporalidade. Teria assim, uma entrada pelo lado dos paradoxos do tempo e outra pelo lado da organização inteligível da narrativa. Com Agostinho, prevalece “uma representação do tempo na qual a *discordância* não cessa de desmentir o anseio de *concordância* constitutiva do *animus*; a análise aristotélica, em compensação, estabelece a preponderância da concordância sobre a discordância na configuração da intriga” (p.16). São, portanto, uma imagem invertida da outra, e é nessa relação inversa que Ricoeur constituiu o interesse principal do confronto entre as *Confissões* e a *Poética*.

Quando Ricoeur afirma que em Aristóteles há a predominância da concordância sobre a discordância é porque na narrativa há o controle do tempo, enquanto em Agostinho o tempo é fugidio. Para Agostinho, assim que se acaba de falar sobre o presente, o presente já é passado, mas o passado também não existe, porque já foi. O mesmo se aplica ao futuro, porque não existe ainda. Dessa forma, é impossível pensar o tempo apenas exteriormente, razão pela qual Agostinho dá um tratamento apenas psicológico ao tempo.

Em outras palavras, Agostinho quis dizer que onde quer que o tempo apareça, ele é sempre presente na mente, quem articula o tempo é a mente, é nela onde o tempo existe. Assim, o tempo é configurado como presente do passado, presente do presente e presente do futuro, ou seja, o tempo é concebido através da memória, intenção e expectativa. Para Ricoeur, este é o grande achado de Agostinho: reduzir a extensão do tempo à distensão da alma, pois, como falta extensão ao tempo, torna-se necessário haver uma distensão da mente.

A *Poética* de Aristóteles, segundo Ricoeur, não resolve os enigmas gerados pelas aporias do tempo de Agostinho. Pelo contrário, conduz a um impasse, mas ela os faz trabalhar e inverte o predomínio do aspecto discordante sobre o concordante (a composição do poema), propondo mecanismos de concordância levados a cabo pela organização da intriga (*muthos*). As razões da escolha do texto de Aristóteles como contraponto ao de Agostinho são duplas:

De um lado, encontrei no conceito de tessitura da intriga (*muthos*) a réplica invertida da *distentio animi* de Agostinho. Agostinho sofre a coerção existencial da discordância. Aristóteles discerne no ato poético por excelência – a composição do poema trágico – o triunfo da concordância sobre a discordância. É evidente que sou eu, leitor de Agostinho e de Aristóteles, quem estabeleço essa relação entre uma experiência viva, em que a discordância dilacera a concordância, e uma atividade eminentemente verbal, em que a concordância repara a discordância. Por outro lado, o conceito de atividade mimética (*mimese*) colocou-me no caminho da segunda problemática, a da imitação criadora da experiência temporal viva pelo desvio da intriga. Esse segundo tema é dificilmente discernível do primeiro em Aristóteles, na medida em que a atividade mimética tende, nele, a confundir-se com a tessitura da intriga. (Ricoeur, 1994, p. 55/56).

Os termos *mimese* (imitação/representação) e *muthos* (tessitura da intriga) são tratados por Ricoeur como processos ou operações e não como estruturas fixas. A composição de intrigas já é por si só uma atividade, mas a *mimese* também deve ser entendida como algo dinâmico, como a arte de produzir ou representar. Há, portanto, um entrelaçamento entre os dois conceitos, eles são interdependentes. Para o autor, não se pode identificar a representação da ação (a *mimese*) como uma cópia da realidade, como réplica do idêntico, porque mesmo quando se imita há sempre nesse ato uma atividade produtora: “A imitação ou a representação é uma atividade mimética enquanto

produz algo, a saber, precisamente a disposição dos fatos pela tessitura da intriga” (idem, p.60).

É importante para os fins desta pesquisa entender as três concepções de *mimese* construídas por Ricoeur. Sua teoria estabelece três momentos distintos: o ponto de partida, ou *mimese I*, que é o momento ainda não figurado, o mundo ainda não narrado; o momento da criação ou da atividade construtora, ou *mimese II*, em que se trabalha com a ideia de *muthos* ou tessitura da intriga; e o ponto de chegada, ou *mimese III*, que se encontra no leitor ou espectador. Em outras palavras, são os momentos da prefiguração, da figuração e da refiguração, ou ainda, a realidade em si, a apresentação dessa realidade e a representação dessa realidade.

Ricoeur explica que antes do ato constitutivo da intriga existe um campo ético que serve como referência para esse *muthos*, sendo que a *mimese* proporciona uma ligação entre esse mundo ainda não figurado e a construção poética. O que caracteriza a *mimese I*, segundo Ricoeur, é uma base ética pré-narrativa:

Vê-se qual é, na sua riqueza, o sentido de *mimese I*: imitar ou representar a ação é, primeiro, pré-compreender o que ocorre com o agir humano: com sua semântica, com sua simbologia, com sua temporalidade. É sobre essa pré-compreensão, comum ao poeta e a seu leitor, que se ergue a tessitura da intriga e, com ela, a mimética textual e literária (idem, p.101)

Embora esse mundo ainda não esteja figurado, ele é compreendido de alguma maneira, pois, se ao tecer uma intriga imita-se ou se representa uma ação, é preciso que haja algum tipo de pré-compreensão quanto a essa ação para que ela seja representada ou imitada.

A ideia de *muthos*, ou tessitura da intriga, é o objeto de Ricoeur em *mimese II*. Sua função é mediar o mundo prático (*mimese I*) e o mundo do leitor ou espectador (*mimese III*). Ela é mediadora, de acordo com o autor, porque promove a mediação entre acontecimentos individuais e uma história considerada como um todo - ou seja, ela faz com que uma pluralidade de episódios constitua-se em uma mesma história. Além disso, toda uma série de eventos ultrapassa sua mera sucessão temporal e ganha um sentido no tempo através dessa configuração. Outra função da *mimese II* é promover a composição e a mediação de elementos heterogêneos como agentes, intenções,

circunstâncias, meios, fins, etc. Também é mediadora em função de seus próprios elementos temporais, que envolve duas dimensões: uma que considera a dimensão episódica da narrativa e que caracteriza a história como um conjunto de acontecimentos e, outra, que é a própria síntese configurante que transforma os meros episódios ou acontecimentos em história. Assim, como configuração de uma sucessão de episódios, a intriga consegue dar um sentido a atos que, isoladamente, não representam nada.

A intriga, dessa forma, fornece um caminho a ser seguido quando coloca ordem e configura os episódios em história. Ou, nas palavras de Ricoeur, “compreender a história, é compreender como e por que os episódios sucessivos conduziram a essa conclusão, a qual, longe de ser previsível, deve finalmente ser aceitável, como congruente com os episódios reunidos” (idem, p.105).

A *mimese* III, finalmente, marca o encontro do mundo do texto com o mundo do leitor ou espectador, ou seja, é o ponto de chegada como ato refigurante das narrativas, já que o texto é feito para ser lido ou para ser aplicado. Para Ricoeur, “é a intersecção, pois, do mundo configurado pelo poema e do mundo no qual a ação efetiva exhibe-se e exhibe sua temporalidade específica. (...) A narrativa tem seu sentido pleno quando é restituída ao tempo do agir e do padecer em *mimese* III” (p.110).

## Seção II

### 2.3. A narrativa jornalística

As narrativas podem ser ficcionais ou fáticas, ou mesmo híbridas, como são consideradas as biografias. A narrativa jornalística, objeto de interesse desta pesquisa, se alimenta de personagens reais, vindas do mundo dos fatos, e não por meio de *dramatis personae*, como na ficcional. A narratologia jornalística é, portanto, diferente da narratologia literária, embora ela se aproprie de categorias e elementos dessa última: o enredo, a trama, a dramatização, construção de heróis e vilões, utilização de determinados enquadramentos, a espetacularização.

Como as notícias são publicadas no dia-a-dia, elas surgem de forma fragmentada, dificultando ao leitor uma compreensão total da história que está sendo contada. A análise da narrativa jornalística permite integrar as unidades e orientar a

compreensão dos elementos descontínuos. Bruner (1998) diz que só se pode compreender os princípios que regem a interpretação e elaboração dos significados quando se é possível especificar a estrutura e coerência dos contextos mais amplos em que se criam e transmitem significados específicos. Para Motta, os acontecimentos relatados diariamente pelo jornalismo estão imersos em grandes narrativas que recobrem de novos sentidos o fragmentado. A realidade adquire novo clímax, novos desfechos de histórias sucessivas que se encaixam subsequentemente em novas narrativas sucedâneas. “É assim que percebemos e construímos a nossa realidade, a vida se transforma em arte (em narrativa dramática) e a arte se converte em veículo através do qual a realidade se torna manifesta...” (Motta, 2005, p.26). E as personagens têm papel fundamental na construção dessas narrativas.

Quando dissemos anteriormente que a tríplice *mimese* de Ricoeur era importante para esta pesquisa, foi no sentido de que ela também pode ser aplicada à narrativa jornalística. Embora Aristóteles em sua obra se referisse a apenas três tipos de narrativa – a tragédia, a comédia e a epopéia -, nada impede que as reflexões de Ricoeur sobre a *mimese* aristotélica se apresentem como suporte teórico para outros gêneros narrativos, como o moderno romance de ficção e mesmo a narrativa jornalística.

No entanto, algumas peculiaridades têm que ser ressaltadas. Enquanto no romance de ficção o autor tem inteira liberdade de criação, na narrativa jornalística há a exigência de certa normatização. No romance, o autor cria a sua história da maneira que quiser sem se preocupar com a veracidade dos fatos narrados. Ele tece sua intriga tendo como pano de fundo sua própria experiência de vida, a *práxis*, rica em simbologia que proporciona uma inteligência prática que antecede a inteligência narrativa. No máximo, o autor de romance busca algum tipo de referência no real, no vivido, para compor sua história, mas o caminho percorrido do início ao fim vai depender substancialmente do seu poder de criação ou imaginação. A narrativa jornalística, por outro lado, tem o compromisso de relatar fatos e acontecimentos o mais próximo possível da realidade.

Aplicando-se o conceito da tríplice *mimese* à narrativa jornalística, teríamos em um primeiro momento um mundo ainda não narrado pelos jornalistas. Fatos e acontecimentos se sucedem a todo momento em todas as partes do mundo, mas eles não

existem ainda porque não foram narrados. Existe, assim, uma ação humana a espera de ser narrada. Esse seria o mundo prefigurado, ou *mimese I*.

Como toda narrativa pressupõe um mundo narrável ou uma história para ser contada, cabe ao jornalista então a tarefa de selecionar quais os fatos e acontecimentos merecem ser narrados. É nesse momento que a normatização entra em cena, já que seria impossível narrar tudo que ocorre no dia-a-dia. Para tanto, no jornalismo existem normas e critérios para selecionar o que é do seu interesse e o que é de interesse do leitor ou espectador, como o valor-notícia, a relevância do tema ou a viabilidade técnica. Da mesma forma, em um segundo momento, será também necessário obedecer a regras rígidas para a apuração e publicação das matérias.

Selecionados do mundo prefigurado os fatos e acontecimentos a serem narrados, entra em operação o *muthos*, o tecer da intriga, a produção em si da matéria jornalística, que equivale à *mimese II* de Ricoeur. Mas, nesse momento, o jornalista tem que levar em conta a necessidade de validação de seus argumentos por parte do seu público leitor-espectador. Não basta que o texto narrado apresente verossimilhança com o real, como é o caso de textos literários. As informações colhidas - seja por meio de arquivos, testemunhos ou entrevistas - devem ser checadas antes de serem publicadas, comparadas e confirmadas com outras fontes, além de serem de interesse do público a quem se destina. O leitor só compra um jornal e o telespectador só assiste um telejornal se esses veículos lhe passarem credibilidade, e essa credibilidade só é obtida se o jornalista seguir à risca as regras e normas (*ethos*) próprias de sua profissão.

Motta, também utilizando Paul Ricoeur como suporte teórico, diz que para uma teoria da notícia o processo de configurações da intriga (*mimese II*) é significativo. Segundo afirma,

As operações de configuração exercem uma mediação entre a pré-compreensão (montante) e a pós-compreensão (jusante). A tessitura da intriga faz, primeiro, a mediação entre os incidentes individuais e uma história (transforma os incidentes em uma intriga). Segundo, compõe juntos fatores heterogêneos como agentes, fins, meios, circunstâncias, etc. Terceiro, o tecer da intriga realiza uma síntese do heterogêneo (totalidade orgânica) na medida em que combina duas dimensões temporais, uma cronológica (episódica, história de incidentes) e outra configurante, que constitui a unidade configuradora de uma sucessão

(não cronológica). Seguir uma história é avançar no meio de contingências sob a conduta de uma esfera que encontra sua realização na conclusão. Mas, a conclusão não é o final da intriga, é a síntese entre o tempo narrativo linear e a dimensão configurante que transforma a sucessão de incidentes em uma totalidade significativa (tema) (Motta, 2006, p.51).

A *mimese* III é o momento do encontro do texto jornalístico com o seu público. É no ato de recepção que a narrativa se completa, é o momento em que as narrativas são refiguradas, em que cada leitor/espectador vai lançar o seu olhar no texto e daí tirar suas conclusões de acordo com a sua vivência, com seus conhecimentos, enfim, com sua experiência de vida. É por isso que a investigação de Ricoeur sobre as relações entre o tempo e a narrativa não se esgotam no ato configurante. Há um ponto de partida, um meio e também um ponto de chegada, o ato refigurante das narrativas.

### Seção III

#### 2.4. A personagem

Aristóteles (2000) foi o primeiro estudioso conhecido a se preocupar com a questão dos seres ficcionais. Em sua *Arte Poética*, chama a atenção para a semelhança entre a personagem e a pessoa humana, da necessidade que as pessoas comuns têm de encontrar no ser humano pontos de referência nas ações da personagem. Segolin, um aplicado estudioso da obra de Aristóteles, afirma que ele foi além dessas simples proposições e delineou um novo conceito, que passou despercebido por grande parte de estudiosos de sua obra, sobre a atividade mimética do artista, atividade esta “aparentemente destinada a confirmar, através de suas criações, a existência de uma realidade comum a todos nós e dotada das mesmas leis e da mesma ordem que nossas convicções impõem ao mundo” (Segolin, 1978, p.15).

Segolin lembra que o entendimento de que a obra literária seria uma representação do mundo e a personagem o reflexo da pessoa humana foi contestado por Wimsatt e Brooks, em sua *Crítica Literária*, ensaio publicado em 1957. O termo *mimesis* não ressaltaria apenas a faceta representativa da obra literária, mas também o fato de que

Todo trabalho imitativo, por mais fiel que seja ao modelo a cópia oferecida, exige o desenvolvimento de uma operação ordenadora que, ao mesmo tempo que nos remete ao ser imitado, igualmente aponta para a própria imitação, isto é, para a obra enquanto produto de um gesto mimético, que realça não mais o referente, mas o próprio modo como a imitação deste se configura (*In Segolin, p. 16*).

A obra como representação do mundo e a personagem como reflexo da pessoa humana devem ser entendidos também, portanto, como afirma Segolin, como organismos capazes de valerem e se explicarem por si mesmos, sem que se leve em conta sua comum analogia com a realidade de que fazemos parte e que também somos.

Aquele entendimento equivocado da *mimesis* aristotélica é reforçado por Luiz Costa Lima (1973) em sua obra *Estruturalismo e Teoria da Literatura*, onde procura mostrar o desvinculamento dos mesmos em relação a uma rigorosa representatividade. O que a obra nos oferece, de acordo com Lima, não é uma cópia ou reflexo do real, mas um real possível, verossímil. Esse real é fruto não de um gesto puramente imitativo e sim de um trabalho organizador, que associa à verossimilhança externa da imitação a verossimilhança interna. É pelo conceito de verossimilhança interna que a *mimesis* aristotélica ultrapassa a maneira como se tem entendido a relação da arte com a realidade. Comentando os dois tipos de verossimilhança, afirma:

a externa utiliza um conhecimento já sedimentado por parte do receptor, que facilita a sua aceitação. Aí se integram tanto o exemplo de Aristóteles sobre a referência às famílias ilustres pelos trágicos, quanto a moderna técnica publicitária (o anúncio de um produto por alguém que se tornou famoso na área do produto anunciado torna a qualidade deste verossímil). A presunção de certeza resulta de indicadores externos. Esta espécie, em concordância com o que Aristóteles afirmava, é de ordem inferior. A verossimilhança interna, ao contrário, é a que se apóia tão só na necessidade de certo comportamento/desfecho, dentro do encaminhamento da fábula. Mas estas diferenças não anulam as semelhanças entre as duas espécies. Tanto uma quanto outra se apóiam no juízo de reconhecimento por parte do destinatário. Na verossimilhança externa sua tarefa é mais cômoda, na interna, sim ou não, de acordo com a novidade menor ou maior dos recursos sobre os quais a verossimilhança se monta (Lima, 1973, p. 55).

Como exemplo, Costa Lima recorre aos velhos filmes de faroeste, onde o mocinho e o bandido são facilmente identificáveis por traços fisionômicos, pela maneira de vestir ou pelo tipo de barba que cultivam. Essa identificação é possível porque a

caracterização desses tipos já se tornou tradicional, todo mundo já está acostumado com essas caracterizações. Se o diretor do filme resolver mudar a fórmula, porém, o filme será considerado inverossímil, pelo menos até quando essas mudanças não se tornarem rotineiras por meio de outras e sucessivas produções cinematográficas.

Desse modo, aos poucos, o público reconhecerá nova verossimilhança interna: “A verossimilhança, portanto, sempre resulta de um cálculo sobre a possibilidade de real contida pelo texto e sua afirmação depende menos da obra que do juízo exercido pelo destinatário. A obra por si não se descobre verossímil ou não. Este caráter lhe é concedido de acordo com o grau de redundância que contém” (Lima, 1973, p. 56).

Antonio Cândido (1992) concorda com essas posições ao afirmar que a verdade da personagem não depende apenas da relação de origem com a vida, com modelos propostos pela observação, interior ou exterior, direta ou indireta, presente ou passada. Depende, segundo ele, da função que exerce na estrutura do romance e que é mais um problema de organização interna que de equivalência à realidade exterior.

Ao discorrer sobre a origem ou o processo de criação das personagens, Cândido explica que o que se dá:

É um processo criador, em que a memória, a observação e a imaginação se combinam em graus variáveis, sob a égide das concepções intelectuais e morais. O próprio autor seria incapaz de determinar a proporção exata de cada elemento, pois esse trabalho se passa em boa parte nas esferas do inconsciente e aflora à consciência sob formas que podem iludir (Cândido, 1992, p.74).

Para Cândido, a natureza da personagem depende em parte da concepção que preside o romance e das intenções do romancista. O problema seria, então, o da coerência interna: “afirmar que a natureza da personagem depende da concepção e das intenções do autor é sugerir que a observação da realidade só comunica o sentimento da verdade, no romance, quando todos os elementos deste estão ajustados entre si de maneira adequada” (idem, p.74). O autor conclui afirmando que, no plano crítico, o aspecto mais importante para o estudo do romance é o que resulta da análise da sua composição, não da sua comparação com o mundo.

A primeira tentativa de estabelecer uma atividade crítico-teórica desvinculada da tradicional preocupação com ressaltar as relações miméticas entre a obra e o mundo foi levada a cabo pelos formalistas russos, movimento iniciado em 1915 na antiga União Soviética, e que teve como expoentes, entre outros, Boris Eichenbaum, Roman Jakobson e Vladimir Propp.

Eichenbaum explica que “o chamado ‘método formal’ surgiu de uma luta por uma ciência da literatura que fosse tanto independente quanto factual, sem ser um método” (Eichenbaum, 1965, p. 102). Em princípio, o que importava aos formalistas não era como estudar literatura, mas o que realmente é a matéria da literatura. A linguagem poética *per se* era o objetivo da crítica formalista, que lançou as bases para a crítica literária moderna, particularmente no período do estruturalismo.

Em sua obra *Morfologia dos contos maravilhosos*, publicada em 1928, mas conhecida no ocidente somente na década de 50, Propp faz um estudo detalhado da estrutura narrativa dos contos de magia russos e se preocupa com a questão das semelhanças entre os contos em diferentes partes do mundo. O título da obra de Propp denunciava uma das preocupações dos formalistas: distanciar-se da Sociologia, da Filosofia e da Estética, tratando o estudo da literatura como uma ciência natural. Em Botânica, morfologia é o estudo da forma e disposição das partes que compõem um vegetal. Propp, inspirado por essa ideia, procurou fazer uma descrição do conto maravilhoso segundo as partes que o constituem e as relações dessas partes entre si e com o conjunto. Basicamente, procurou desvendar os mecanismos por detrás dos contos estudando a forma dos contos de magia, as transformações ocorridas entre contos e a origem desses contos.

Segundo Propp (1984), no estudo do conto maravilhoso o que realmente importa é saber o **que** fazem as personagens. **Quem** faz algo e **como** isso é feito, já são perguntas para um estudo complementar. Assim, ele chega à conclusão de que o conto maravilhoso atribui ações iguais a personagens diferentes, por mais diferentes que sejam. Isso permite que os contos sejam estudados a partir das **funções** das personagens.

No entanto, em se tratando da personagem jornalística, esse não é o nosso entendimento. A personagem jornalística se destaca não só pelo **que** faz. **Quem** faz é

igualmente importante: se a personagem tiver uma personalidade redonda ou esférica, terá grandes possibilidades de conduzir a narrativa (grifos nosso). Trataremos desse tipo de personagem ainda neste capítulo.

Creemos que no jornalismo a personagem pode se constituir no elemento estruturante da narrativa jornalística, ou seja, tudo gira em torno das ações da personagem. Não qualquer personagem, mas aquelas definidas por Forster como redondas ou esféricas. Somente essas são capazes de nos surpreender convincentemente. É preciso deixar claro, porém, que essa complexidade é um trabalho do autor que assim a constrói.

Há pesquisadores renomados, entre eles Motta (2006), que defendem que é a partir do conflito estabelecido entre o protagonista e o antagonista que a história se desenvolve, o conflito é o núcleo em torno do qual gravita tudo o mais na narrativa. Esta pesquisa propôs uma perspectiva diferente. Ao nosso ver, nem sempre o conflito funciona como uma categoria estruturante da narrativa jornalística nem centraliza a narrativa. O conflito seria apenas um critério de noticiabilidade, um valor-notícia e, como tal, o ponto de partida, o marco zero da narrativa. Concordamos que sem conflito a narrativa no jornalismo, principalmente o político, torna-se desinteressante e chama pouco a atenção do público, mas é com a entrada em cena das personagens que a tensão, a intriga, a trama, se desenrolam.

O conflito, geralmente, funciona como um *frame*. A receita é a mesma e os jornalistas procuram, implicitamente ou não, destacar o lado bom e o lado ruim dos fatos ou das personagens. Isso, porém, depende muito das personagens envolvidas. Às vezes, o lado ruim pode ser entendido pelos leitores/ouvintes/telespectadores como o lado bom, e vice-versa. A personagem-deputado Roberto Jefferson<sup>7</sup>, afinal, só para citar um caso recente, no episódio “mensalão” era o herói ou o vilão? Acreditamos que os dois em momentos diferentes.

No caso “mensalão”, depois de iniciado o noticiário, o conflito já estava estabelecido. Era de conhecimento público um suposto esquema de compra de

---

<sup>7</sup> O deputado destacou-se no episódio “mensalão” por fazer denúncias contra integrantes do governo Lula, principalmente a José Dirceu, então chefe da Casa Civil da Presidência da República. Depois, constatou-se que ele estava envolvido no escândalo, tendo, inclusive, o mandato cassado.

parlamentares para votar projetos de interesse do governo. Era isso o que os meios de comunicação denunciavam. De um lado, os governistas se defendendo; de outro, a oposição cobrando investigações; no meio, o deputado Roberto Jefferson. O que mantinha, então, o assunto na pauta jornalística? O desfecho? Nossas observações indicam que o que sustentava o noticiário era o surgimento constante de novas personagens, que alimentavam o conflito com novas revelações. Sem eles, o assunto se tornaria monótono e cansativo.

No processo de inventar a personagem de romance, de que maneira o autor manipula a realidade para construir a ficção? Partindo dessa questão proposta por Antonio Cândido (1992), pode-se argumentar: no processo de construção da personagem jornalística, como e com que objetivo o jornalista representa a realidade e quando a notícia deixa de ser factual e passa, se é que passa, a ser ficcional? A resposta, aparentemente simples, admite o reconhecimento de que a personagem de ficção é inventada enquanto a personagem jornalística é representada.

Seja ela qual for, ficcional ou factual, toda personagem passa por um processo de caracterização. Uma tendência dos romancistas de todos os tempos, de acordo com Cândido (1992), é tratar as personagens de dois modos: como seres íntegros e facilmente delimitáveis, marcados de uma vez por todas com certos traços que as caracterizam, e como seres complicados, que não se esgotam nos traços característicos, mas têm certos poços profundos, de onde pode jorrar a cada instante o desconhecido e o mistério.

No século XVIII, Samuel Johnson definiu duas maneiras de caracterizar personagens como ‘personagens de costumes’ e ‘personagens de natureza’. As primeiras são apresentadas por meio de traços distintivos, fortemente escolhidos e marcados. Esses traços são fixados fortemente, e cada vez que a personagem surge na ação, basta invocar um desses traços, como no caso de Wilkins Micawber, personagem de Charles Dickens em *David Copperfield*<sup>8</sup>. Antonio Cândido entende que a fixação de traços fortes na personagem é o processo fundamental da caricatura, que tem a sua

---

<sup>8</sup> No romance *David Copperfield*, do escritor inglês Charles Dickens (1812-1870), a personagem Wilkins Micawber é um homem honesto, mas sempre envolvido em dificuldades financeiras. Embora emaranhado em dívidas, ele acredita que as coisas vão melhorar. O nome de Micawber é sinônimo de esperança.

eficácia máxima na caracterização de personagens cômicos, pitorescos, invariavelmente sentimentais ou acentuadamente trágicos.

As personagens de “natureza”, por sua vez, são apresentadas, além dos traços superficiais, pelo seu modo íntimo de ser, e isto impede que tenham a regularidade dos outros. Não são imediatamente identificáveis, e o autor precisa, a cada mudança do seu modo de ser, lançar mão de uma caracterização diferente, geralmente analítica, não pitoresca. É o caso da protagonista de *Orgulho e Preconceito* de Jane Austen, Elizabeth Bennet<sup>9</sup>.

Posteriormente, tornou-se mais comum adotar uma distinção proposta pelo escritor e ensaísta Edward Morgan Forster (1949), que utiliza as expressões ‘personagens planas’ e ‘personagens esféricas’. As ‘planas’ seriam o equivalente das ‘personagens de costume’, construídas em torno de uma única ideia ou qualidade, facilmente reconhecíveis sempre que surgem e permanecem inalteradas no espírito porque não mudam com as circunstâncias. Personagem plana ou desenhada: estática, sem evolução, sem grande vida interior; por outras palavras: a personagem plana comporta-se da mesma forma previsível ao longo de toda a narrativa. Um exemplo clássico desse tipo de personagem é Iracema do livro homônimo de José de Alencar, que é definida por traços característicos clássicos, sem qualquer aprofundamento psicológico e sem grandes contradições<sup>10</sup>.

As personagens ‘esféricas’ seriam aquelas construídas com maior complexidade, com imprevisibilidade de comportamento e capacidade de nos surpreender de maneira convincente. São personagens dinâmicas, capazes de evoluir durante a narrativa como Emma Bovary, a protagonista do romance *Madame Bovary* de Gustave Flaubert<sup>11</sup>.

---

<sup>9</sup> Elizabeth Bennet, a mais famosa heroína da escritora inglesa Jane Austen (1775-1817), surpreende pela mudança de seus sentimentos ao longo do romance.

<sup>10</sup> Iracema, criada pelo escritor brasileiro José de Alencar (1829-1877), é uma personagem construída em torno da imagem romântica do ‘bom selvagem’. Sua imagem é a da “virgem dos lábios de mel” e “cabelos tão escuros como a asa da graúna, e mais longos que seu talhe de palmeira.” (Alencar, 1976, p. 14)

<sup>11</sup> Gustave Flaubert (1821-1880) criou sua personagem maior, Emma Bovary, com grande densidade psicológica. O estilo indireto livre usado pelo escritor francês em *Madame Bovary* nos ajuda a penetrar a mente da personagem, que demonstra grande densidade psicológica.

## Seção IV

### 2.5. A personagem jornalística

Assim como a narrativa jornalística trata de temas factuais, a personagem jornalística representa pessoas ou coisas vindas do real. Ela não é ‘inventada’, como na ficção, mas é construída tendo como referente uma pessoa de carne e osso, um animal, forças da natureza ou qualquer outra coisa. Quando o jornalista cria e publica o perfil ou a biografia de Luis Inácio Lula da Silva, ex-presidente da República, o homem perfilado ou biografado não é o Lula de carne e osso, mas sua representação, o homem transformado em personagem.

É comum ao leitor, ouvinte ou telespectador confundir a pessoa real com a personagem. Afinal, como no exemplo citado acima, as pessoas, ou a maioria delas, nunca viram nem mantiveram contato pessoal com o ex-presidente. O que elas conhecem dele é somente a representação midiática, o que foi publicado acerca dele. É isso que causa uma certa confusão, porque Luis Inácio tem referência no real. Em suma, a criação da personagem é uma atividade estruturante das práticas e do discurso jornalístico. A personagem só existe no papel, é uma figura do discurso, e não deve ser confundida com a pessoa que lhe deu origem.

Existe, portanto, uma grande diferença entre uma pessoa e uma personagem. O escritor argentino Enrique Anderson Imbert (1992) realça bem estas diferenças em *Teoría y técnica del cuento*, ao afirmar que de uma pessoa real sabemos o que inferimos por sua conduta; sabemos generalidades como o seu nascimento, como se alimenta, dorme ou se relaciona com os próximos. Da personagem fictícia sabemos o que o romancista quer que saibamos. O romancista cria a personagem do jeito que quer, enquanto na vida real não se pode ligar a conduta pública de qualquer pessoa com seus pensamentos secretos. Na vida real, “sua intimidade nos está vedada. Julgamos seu comportamento, não suas intenções. Em um romance, por outro lado, é possível julgar até os recônditos desejos da personagem” (Imbert, 1996, p.238).

No entanto, de acordo com Imbert, há um momento em que a personagem pode se assemelhar a uma pessoa. Um escritor, por mais imaginativo que seja, não pode renunciar nem à sua condição humana nem deixar de perceber com seus órgãos sensoriais a realidade à sua volta. Por isso, ele não poderá deixar de projetar sua própria experiência de vida nas personagens que cria. “Neste sentido, e somente neste sentido, se pode dizer que uma personagem se assemelha a uma pessoa” (idem, p.241).

Imbert lembra ainda que as leis que governam a conduta humana, geralmente, são as mesmas que governam a ficção. A sociedade imaginária é como uma sociedade real, sendo que as personagens imaginárias recebem influências e formam hábitos provenientes da vida real. Enfim, mesmo que essas personagens sejam construídas por palavras, sua natureza se apresenta como se fosse uma pessoa de verdade.

O fato de a personagem jornalística ter origem numa pessoa real aumenta a responsabilidade do jornalista quando se refere a ela. O literato, em nome da liberdade estética e criativa, não se importa com a exatidão do que escreve, o que não se aplica ao jornalista, que não tem o livre arbítrio para construir a personagem jornalística. Além da criatividade, na construção da personagem convergem dados curriculares, testemunhos de pessoas, estereótipos difundidos num determinado meio social, a observação e interpretação da pessoa nos seus gestos, comportamentos e obras. É o que pensa Mesquita:

Poderia dizer-se, *mutatis mutandis*, que a personagem jornalística, precisamente por não resultar de um mero trabalho de “cópia” ou “reflexo” da pessoa existente, mas da criatividade do jornalista, que lhe dá unidade, coerência interna e forma final, apela para o sentido de responsabilidade profissional (...) Por isso mesmo, a concepção da personagem, enquanto resultante da pesquisa e da criatividade do jornalista, não conduz a postular o direito do jornalista ao arbítrio. Pelo contrário, vincula-o a uma noção de responsabilidade que se traduz em deveres de exatidão, autonomia, autenticidade, subjetivação e contenção (Mesquita, 1992, p.140).

Mesquita esclarece que ‘exatidão’ deve ser assegurada através da crítica dos documentos e do cotejo das fontes; a ‘autonomia’ estabelece-se pela cautela perante os “gabinetes”, públicos ou privados, onde assessores se dedicam exclusivamente a construir uma imagem positiva de seus assessorados; a ‘autenticidade’ na construção da

narrativa e recriação do vivido passa pelo reconhecimento da componente criativa na construção das personagens jornalísticas; a ‘subjativação’ pressupõe que se apresente a personagem como uma interpretação e uma construção e não como uma ilusão referencial; a ‘contenção’ passa por reconhecer que “a verdade biográfica não é acessível”, guardando-se de juízos definitivos e evitando a devassa da privacidade.

Esses cuidados se fazem mais necessários ainda nos tempos atuais, em que os recursos eletrônicos e de informática facilitam sobremaneira a devassa da vida privada. Mesquita diz que a economia do sistema político e midiático solicita a construção de personagens, o que, naturalmente, estimula a invasão da esfera privada dos cidadãos com vistas a obter materiais que permitam conferir-lhes coerência e verossimilhança. Cita como exemplo mais evidente da história recente o caso Clinton-Lewinsky<sup>12</sup>, em que as mensagens do correio eletrônico trocadas entre a estagiária Mônica Lewinsky e sua colega Linda Trip, apesar de ‘deletadas’ pelas próprias, foram reconstituídas pelos servidores da rede.

Como já abordado anteriormente, a personagem é uma categoria tradicional da análise literária, que tinha como critério decisivo de apreciação das obras literárias a ‘complexidade psicológica’ da personagem (personagens planas e personagens espessas, assim definidas por Forster). Segundo Mesquita, os estudos levados a cabo pelo francês Philippe Hamon<sup>13</sup> mostram que a natureza complexa ou rudimentar da personagem já não se determina apenas através da observação empírica ou das aproximações psicologizantes, passando a ser avaliada em termos de “eixos semânticos” (origem social, riqueza, beleza) ou do modo de “determinação”, através de critérios quantitativos (a frequência de uma informação dada explicitamente pelo texto sobre uma personagem) e qualitativos (informação comunicada pela própria personagem, por outras personagens, pelo narrador ou resultante dos atos praticados pela própria personagem).

---

<sup>12</sup> Amplamente noticiado pela imprensa local e internacional, o chamado ‘caso Lewinsky’ diz respeito ao romance entre Bill Clinton, então presidente dos Estados Unidos (1993-2001), e Monica Lewinsky, que estagiava na Casa Branca.

<sup>13</sup> Mesquita refere-se à obra *Pour un status sémiologique du personnage*, in Roland Barthes et al, *Poétique Du récit*, Paris, Seuil, (Points), 1977.

O mesmo se aplica à personagem jornalística, sendo que esta tende a identificar-se com as personagens planas de Forster, ou seja, ela é reduzida a alguns traços fundamentais, a algumas qualidades essenciais que permitam a sua identificação pelo receptor. Ela tem sua complexidade reduzida. Em vez de acumular dados que dificultem a identificação da personagem o narrador procura, quase sempre, exemplificar e confirmar repetitivamente os traços da ficha sinalética de onde partiu na descrição inicial. Mas, no nosso entendimento, nem sempre é assim. A personagem Fernando Gabeira, objeto de nossa análise, identifica-se como uma personagem redonda, como mostraremos adiante no capítulo 4, onde analisamos a construção dessa personagem pela revista *Veja*.

Assim, os jornalistas não podem esquecer que a sociedade depende dos meios de comunicação para ter acesso a informações sobre o que ocorre na política, na economia ou em questões internacionais. Na construção da personagem jornalística sua responsabilidade é ainda maior, porque pode produzir informações necessárias aos cidadãos na vida política e social – o perfil de candidatos a uma eleição, por exemplo. Esse é um dos motivos pelo qual Mesquita afirma que a concepção da personagem, enquanto resultante da pesquisa e da criatividade do jornalista, deve ser pensada de forma responsável, até porque ele (o jornalista) pode causar danos irreparáveis às personalidades retratadas se se deixar levar pelo arbítrio.

Josefina Cuesta (1993) defende que os meios de comunicação são atores e gestores da história do presente por meio da fabricação dos acontecimentos (e das personagens). Por essa tese, pode-se afirmar, então, que eles também atuam como personagens. A personagem não precisa ser de carne e osso, pode ser a chuva, o vento, um automóvel, um jornal, uma revista. Prop (op. cit) já dizia que importa é o ‘que faz’ a personagem, e não ‘quem’. Acrescentamos que o ‘quem’, no caso de personagens esféricas, faz a diferença.

Se pensarmos na revista *Veja* como personagem, teríamos de pensar em como ela interferiu ou influenciou – ou como agiu – para mudar o curso da história. No caso analisado nesta pesquisa, mostramos que o deputado Fernando Gabeira vinha passando por uma crise de “visibilidade midiática” desde 2002, ano em que quase não foi eleito deputado por seu estado. A partir de 2005, quando estouraram vários escândalos

políticos envolvendo empresários e gente ligada ao governo, a mídia escolheu-o para ser o porta-voz da oposição. A partir daí a sua popularidade foi às alturas e, nas eleições de 2006, foi o candidato a deputado mais votado no Rio de Janeiro.

A ideia que colocamos aqui é a de que *Veja*, atuando como personagem, alterou o curso normal das coisas. A visibilidade proporcionada ao deputado durante os anos de 2005 e 2006 resultou na construção da personagem jornalística Fernando Gabeira - “o paladino da justiça”, “o guerrilheiro da lucidez”, “o herói que veio transformar utopia em realidade”, como mostrado na análise realizada no capítulo 4.

*Veja*, no nosso entendimento, gerou um acontecimento, no sentido proposto por Cuesta, ao dar a um fato (o embate com Severino) proporções extraordinárias. Construiu a imagem de Gabeira ao criar a personagem heróica e destemida em suas “páginas amarelas”, matérias generosas, elogios de articulistas e, principalmente, na capa da revista a poucos dias das eleições de 2006. Não estamos afirmando que o episódio vivido com Severino não teve apelo jornalístico, mas sim que serviu como “gancho” para criar o acontecimento traduzido na personagem Gabeira.

Foi comentado no início deste trabalho que o deputado Gabeira multiplicou por 10 a sua votação depois de tanta exposição na mídia. *Veja* talvez tenha sido a maior responsável por esse sucesso, e o motivo não é difícil de enxergar. Dizemos antes que é importante não só o ‘que’ a personagem faz, mas também ‘quem’ é essa personagem. O ‘que’ a revista fez foi estampar em suas páginas a “trajetória heróica” da personagem Gabeira, levando aos seus leitores uma história fantástica de lutas, batalhas, derrotas e vitórias. Não menos importante é ‘quem’ é a personagem. *Veja* é a maior revista de circulação do país e o seu público leitor integra os chamados “formadores de opinião” (como veremos no capítulo 3, item 3.5, sobre a revista). Não é de se espantar, pois, o milagre da multiplicação dos votos.

## Seção V

### 2.6. A tênue linha entre jornalismo e ficção

Poderia se dizer que o jornalismo difere da literatura ficcional porque ele tem como referência o mundo real. Mas na literatura de ficção também há narrativas que têm o mundo real como palco, a exemplo de romances históricos que utilizam personagens e episódios que de fato existiram.

Para Cristina Ponte (2005), professora do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade Nova de Lisboa, a diferença entre jornalismo e literatura de ficção está em grande parte no estilo e na forma com que apresentam essa referência ao real. Ela afirma que “na obra literária ficcional há uma auto-contextualização, os problemas tratados nos textos literários são-lhes imanescentes, à apresentação sucede-se a resolução do problema, qualquer que seja” (Ponte, 2005, p.33). A informação jornalística, por outro lado, é fragmentada, exige capacidade de contextualização e implica um leitor que se supõe informado capaz de construir narrativas a partir das informações fragmentadas produzidas pelo jornalismo.

A vivência do tempo e a relação com o leitor também diferenciam o jornalismo da literatura de ficção. O tempo escasso no jornalismo, em função da urgência nos processos de produção, é uma característica fundamental nessa diferenciação. A estrutura narrativa, o estilo e o grau de imprevisibilidade também são apontados como critérios de diferenciação entre a opacidade literária e a transparência jornalística. O uso de metáforas é outra diferença estilística nestes dois gêneros. Para Ponte, “enquanto os escritores a usam para surpreenderem o leitor, a metáfora jornalística é um instrumento de comunicação que explora o patrimônio comum das imagens da memória coletiva” (idem, p. 35).

Não há, pois, ao que parece, como estabelecer uma fronteira segura entre o que é jornalismo e o que é ficção literária. As diferenças são tênues. O jornalismo utiliza elementos e categorias próprias da ficção literária que, por sua vez, também utiliza referentes vindos do mundo real. Talvez, mais do que o estilo e a referência ao real, a diferença fundamental esteja no caráter fragmentado das notícias, que força o receptor a construir a sua própria narrativa a partir dos fragmentos diários colhidos na imprensa, ao contrário da literatura de ficção, que fornece ao leitor uma história completa com início, meio e fim. Porém, o jornalismo além ou deveria se ater à veracidade, aos fatos, ao que

pode ser checado. Verdade é um conceito complexo, mas nosso entendimento é de que o jornalismo deve buscar obsessivamente informar a veracidade dos fatos, que se alcança checando e confirmando as informações colhidas junto às fontes.

## Seção VI

### 2.7. O ciclo do heroi

Não é comum nas narrativas jornalísticas a presença do heroi, mas eventualmente isso ocorre. O que é normal é a presença de um ou mais protagonistas e antagonistas, que se enfrentam no decorrer da história e fazem a narrativa jornalística funcionar. O ciclo do heroi de que tratamos aqui deve ser compreendido como um tipo de enquadramento, ou *frame*, utilizado pelos jornalistas para compor suas narrativas. Ressalte-se, entretanto, que esse tipo de enquadramento não é o único nem o principal utilizado pelos jornalistas, há outros que são utilizados mais frequentemente, como jogo de xadrez, corrida de cavalos, jogo de baralho, luta de boxe, entre tantos outros. Destacamos o ciclo do heroi porque esse enquadramento serve aos propósitos dessa pesquisa.

O termo *frame*, traduzido por enquadramento, foi introduzido por Goffman em 1974, e deve ser entendido “como premissas organizativas das atividades dos atores sociais: definições de situações que se constroem de acordo com princípios que organizam a compreensão dos acontecimentos e nossa implicação com eles. *Frames*, marcos ou enquadramentos constituem os modos através dos quais se cataloga e se vive a experiência da realidade” (Motta, 2007, p. 2). Em outras palavras, a vida cotidiana é uma sondagem, um movimento recíproco contínuo de construção e reconstrução de sentidos negociados.

São vários os tipos de enquadramento, que Motta chama de “enquadramentos dramáticos lúdicos”, que os jornalistas, principalmente os que cobrem a área política, gostam de utilizar para relatar a complexidade do mundo: guerra, batalha, jogo de xadrez, luta de boxe, corrida de cavalos, baralho, dominó, ciclo do heroi e outros.

Consciente ou inconscientemente, os jornalistas sabem que esses frames dramáticos são rapidamente compreendidos pelos receptores que os utilizam frequentemente no mundo da vida. São, portanto, definidores prévios da situação de comunicação que se vai estabelecer. Frames de recíproca interação através dos quais os interlocutores tornam possível a comunicação jornalística (*idem*, p. 2).

Os jornalistas utilizam esses enquadramentos dramáticos, ou narrativos, porque a cultura popular se identifica com eles, como mostrado nos argumentos de Brunner no capítulo *A narrativa*. É uma forma de traduzir a complexidade do mundo para seus leitores, muito mais acostumados que estão em compreender a vida como uma sucessão de narrativas. Se estas narrativas forem transpostas para o público como jogos lúdicos, tanto quanto melhor.

O ciclo do herói, entendido como um *frame* narrativo, pode ser resumido assim: a personagem encontra-se em uma situação estável, levando o dia a dia sem maiores sobressaltos. Vive-se o cotidiano. Em seguida, inicia-se a ruptura com a chamada da aventura; aceita o desafio, passa por provações, luta com inimigos, passa por tudo isso e sai vitorioso; retorna ao ponto de partida e recebe a recompensa por seus feitos.

Este tipo de enquadramento é muito utilizado por roteiristas de cinema, romancistas e outros produtores de ficção, mas também, em menor escala, por jornalistas. A estrutura básica utilizada – a partida, a iniciação e o retorno – já havia sido proposta por Campbell na obra *O herói de mil faces* (1992), publicada em 1949, depois de analisar mitos e contos populares e de fadas de todo o mundo. Ele propõe o ciclo do herói em 17 etapas:

#### 1. A partida

- *O chamado da aventura*: evento que mudará a vida do herói na narrativa;
- *Recusa do chamado*: o herói pode hesitar em aceitar e até declinar do chamado;
- *O auxílio sobrenatural*: figuras extraordinárias dão conselhos e segurança ao herói;
- *A passagem pelo primeiro limiar*: a figura do guardião do limiar, comum nas narrativas míticas, tem a função de guardar o portal que separa o herói da experiência;
- *O ventre da baleia*: o herói, exilado de seu cotidiano, passa por um processo de internalização.

## 2. A iniciação

- *O caminho das provas*: no processo de metamorfose, o herói vivencia inúmeras provações;
- *O encontro com a deusa*: a assimilação dos atributos do sexo oposto é a última prova do herói;
- *A mulher como tentação*: o herói deve buscar o equilíbrio, sem cair no extremo de ver o sexo oposto como um mero elemento carnal ou sublimá-lo;
- *A sintonia com o pai*: momento em que ocorre uma ruptura decisiva com os valores do passado;
- *A apoteose*: após as ideias parentais terem sido atualizadas, o herói se torna finalmente livre para sedimentar a mudança de seu nível de consciência;
- *A bênção última*: ultrapassado os limites das imagens terrenas, o herói se confronta com o desafio final de transcender a simbologia dos ícones.

## 3. O retorno

- *A recusa do retorno*: o herói deve voltar e transmitir o conhecimento a seus pares;
- *A fuga mágica*: alguns heróis precisam de auxílio para retornar ao cotidiano;
- *O resgate com auxílio externo*: o que pode envolver a presença ativa de outra personagem da narrativa;
- *A passagem pelo limiar do retorno*: ocorre a passagem do reino místico à terra cotidiana;
- *Senhor de dois mundos*: a mentalidade ampliada do herói leva-o a ter papel benéfico entre seus contemporâneos;
- *Liberdade para viver*: renascido, o herói pode agora desfrutar de uma nova biografia pessoal e abrir-se para novas experiências.

O modelo de Campbell foi posteriormente adaptado para o cinema pelo norte-americano Christopher Vogler, nos anos 1980, e depois para o jornalismo por Edvaldo Pereira Lima, pesquisador da Escola de Comunicação e Arte da USP. A pesquisadora Mônica Martinez, em seu livro *Jornada do herói* (2008), conta que o analista de roteiros Vogler, então trabalhando na Companhia Walt Disney, procurava entender o mecanismo de uma boa história, daquelas que a pessoa tem a sensação de ter vivido uma experiência completa e significativa.

Vogler teve, então, contato com a obra de Campbell, e fez importantes adaptações para o cinema. Entre as modificações (ele diminui as etapas para 12), ele humaniza o herói, caracterizando-o como o protagonista da narrativa. Também eliminou a questão das forças mágicas presentes nos mitos e contos, deixando claro que o herói precisará contar com seus próprios atributos, como determinação, força e ousadia. Outra adaptação, visível nos filmes atuais, foi a de estabelecer um forte contraste entre o cotidiano do protagonista e a aventura que está por vir. Exemplo desta iniciativa é o filme *Indiana Jones e a última cruzada*, em que o herói, antes de enfrentar e derrotar seus inimigos, é mostrado ministrando aula para uma turma de adolescentes.

Na adaptação da estrutura mítica para o jornalismo, a preocupação de Pereira Lima era outra. Segundo Martinez, o pesquisador da USP procurava uma maneira de incorporar à prática jornalística recursos narrativos que dessem sustentação a uma forma mais aprofundada de retratar a realidade e, principalmente, para a construção de histórias de vida de pessoas reais. Sintetizando ainda mais a proposta original, para oito etapas, Pereira Lima, em entrevista a Martinez, ressalta que “um dos diferenciais dessa metodologia é o de trazer à tona, além dos contextos sociais e históricos, os elementos da trajetória humana que muitas vezes não estão visíveis, o que ajuda a elucidar os jogos de força que constroem cada história em particular” (Martinez, 2008, p.61).

A própria Martinez apresenta uma nova abordagem das etapas da jornada do herói, com 12 etapas, como mostrado no quadro abaixo. Ela lembra que a proposta de Vogler é flexível e permite variações do modelo referencial. Além disso, as etapas não são necessariamente lineares, o que significa que o início da história pode se situar em qualquer das etapas, aliás, o que é muito comum no cinema. Acrescentamos, também, uma outra proposta, com a qual pretendemos comentar, no final deste trabalho, a jornada do herói retratado nesta pesquisa. Fizemos ainda uma breve descrição de cada etapa, baseado nos apontamentos de Martinez que, por sua vez, se inspirou em Vogler.

**Quadro 3: Comparação entre diferentes os ciclos do heroi**

<b>O heroi de mil faces, de Campbell (17 etapas)</b>	<b>Jornada do heroi, de Vogler (12 etapas)</b>	<b>Jornada do heroi, de Pereira Lima (8 etapas)</b>	<b>Jornada do heroi, de Martinez (12 etapas)</b>	<b>O ciclo do heroi, de Dacio Renault (9 etapas)</b>
Partida, separação	Primeiro ato	Partida	Partida	Partida
	Mundo comum	Cotidiano	Cotidiano	Cotidiano
Chamado à aventura	Chamado à aventura	Chamado à aventura	Chamado à aventura	Chamado à aventura
Recusa do chamado	Recusa do chamado	Recusa	Recusa	
Ajuda sobrenatural	Encontro com o mentor			Encontro com o mentor
Travessia do primeiro limiar	Travessia do primeiro limiar	Desafios	Travessia do primeiro limiar	Travessia do primeiro limiar
Barriga da baleia		Caverna profunda		Caverna profunda
Descida, iniciação, penetração	Segundo ato		Iniciação	
Estrada de provas	Testes, aliados, inimigos	Testes	Testes, aliados, inimigos	Provação suprema
	Aproximação da caverna oculta			
Encontro com a deusa	Provação suprema		Caverna profunda	
A mulher como tentação			Provação suprema	O caminho de volta
Sintonia com o pai			Encontro com a deusa	Ressurreição
A grande conquista	Recompensa	Recompensa	Recompensa	Recompensa
Retorno	Terceiro ato		Retorno	
Recusa do retorno	Caminho de volta		Caminho de volta	
Vôo mágico				
Resgate de dentro				
Travessia do limiar				
Retorno				
	Ressurreição		Ressurreição	
Liberdade para viver	Retorno com elixir	Retorno	Retorno com elixir	

### *1. Cotidiano*

Esta etapa é fundamental na compreensão da narrativa, porque mostra a situação inicial da personagem vivendo no seu mundo particular. Pode revelar os motivos que a levaram a romper com o seu cotidiano e se lançar à aventura. É importante que o texto inicial seja atraente e interessante, porque somente assim conseguirá prender o leitor até o final da narrativa.

### *2. Chamado à aventura*

O chamado à aventura chega normalmente de forma inesperada, em um momento de relativa tranquilidade da personagem e, muitas vezes, este chamado ocorre por fatores alheios à sua vontade. Por isso mesmo é uma passagem bastante explorada pelo narrador, porque é o momento da ruptura ou recusa ao chamado.

### *3. Encontro com o mentor*

A figura do mentor aparece em muitas narrativas literárias. Ele surge em determinado momento para dar conselhos ou ensinamentos ao protagonista da história para que ele consiga dar prosseguimento à sua missão.

### *4. Travessia do primeiro limiar*

É o momento de o protagonista implementar a mudança. Geralmente, ele ainda tem dúvidas e incertezas, mas vai adiante mesmo sabendo que vai encontrar um mundo desconhecido e cheio de obstáculos. Mas, já que tomou a decisão de ultrapassar o limiar, vai com convicção e coragem.

### *5. Caverna profunda*

É o momento mais crítico da narrativa, o momento da perda de algo muito importante e significativo para o protagonista. Ele se encontra numa situação completamente diferente da anterior, que pode ser entendida como o momento dos preparativos finais para a provação central da aventura. É o momento em que os aliados podem desaparecer e os inimigos se fortalecerem.

### *6. Provação suprema*

Para Vogler, este momento representa o acontecimento central da narrativa, como o fracasso de um empreendimento, o fim de uma relação ou a morte de alguém importante. É o momento da confrontação final, o teste principal, aquele que consagra o herói após ter vencido todas as etapas.

### *7. O caminho de volta*

Após vencer todos os obstáculos e desafios, o herói está pronto para retornar ao cotidiano e usufruir suas conquistas. O herói atingiu sua meta e agora deve iniciar o caminho de volta para contar o que viu e aprendeu.

### *8. Ressurreição*

Para Vogler, este é o ponto mais alto da história, porque provoca a sensação de catarse. É o momento de preparar o reingresso do protagonista na sociedade da qual havia partido. Isso porque, conforme relata Martinez, o protagonista adquire uma personalidade diferenciada para entrar na Jornada, como o soldado que veste o uniforme para ir à guerra. Na volta, precisa limpar-se do ‘sangue’, ao mesmo tempo em que conserva as lições aprendidas para construir um novo ‘eu’ e, assim, reingressar no mundo ordinário. O mais importante é ressaltar o elixir, que tanto pode ser de natureza concreta, como o dinheiro, ou abstrata, como sabedoria.

### *9. Recompensa*

A recompensa é proporcional ao objetivo ao qual se lançou o protagonista. Martinez comenta que nesta etapa o protagonista ampliou seus conhecimentos em dois planos. Ele tem maior consciência da sua realidade externa (as conexões entre as coisas) e interna (como ele é e como se encaixa nesta conexão). Por isto, aparenta estar mais maduro, mais sério, mais digno de respeito, exalando uma maior autoridade.

A narrativa factual e a narrativa ficcional foram os principais temas tratados nesse capítulo, assim como as estratégias utilizadas pelos autores para construir essas narrativas e suas personagens, sejam elas vindas do mundo real ou não. Mostramos também que não é tarefa fácil para o analista ou leitor distinguir claramente o que é jornalismo e o que é ficção, principalmente quando os jornalistas utilizam enquadramentos típicos da literatura, como o ciclo do herói.

## **Capítulo III – O jornalismo**

---

Iniciamos este capítulo definindo o que é Jornalismo ao mesmo tempo em que discorreremos brevemente por seu histórico (seção 1). Em seguida, na seção 2, apresentamos o método utilizado pelos jornalistas na construção de suas narrativas, deixando claro que esse método não é propriamente um método científico em sua acepção tradicional. A exemplo do que fizemos no capítulo sobre a História, aqui também mostramos, na seção 3, os diversos tipos de fontes de informação a que os jornalistas recorrem para executar seu trabalho de historiador do presente. O jornalismo de revista é abordado na seção 4 e, a última seção (5), foi destinada exclusivamente à revista *Veja*, o corpus do nosso trabalho.

### **Seção I**

#### **3.1. O que é Jornalismo**

Definir o que é jornalismo em uma frase ou mesmo em um livro, como já disse Nelson Traquina (2005) na obra *Teorias do Jornalismo*, é tarefa impossível. Jornalismo é ciência, é senso comum, é um campo de estudos, é uma forma de conhecimento? Os jornalistas diriam que jornalismo é a realidade, mas esta é uma definição calcada na ideologia profissional da categoria, o que não a invalida por completo. Afinal, existe uma relação de confiança, um acordo tácito, entre o jornalista e o leitor/ouvinte/telespectador que permite ser possível ao jornalismo ter credibilidade e assim “retratar” a realidade a partir de construções ou representações simbólicas dessa realidade.

Os manuais de jornalismo ensinam que jornalismo é notícia, portanto não-ficção. Os fatos e acontecimentos são extraídos do mundo real e as personagens têm existência

também no real. No entanto, como veremos ainda nesse capítulo, a notícia não é nem pode ser a realidade em si, mas uma versão dessa realidade, um discurso dessa realidade, ou seja, ela é construída ou representada a partir de determinada visão do autor e sofre interferências externas de toda ordem, como as rotinas de trabalho impostas ao jornalista e a carga de subjetividade que o próprio jornalista carrega consigo. Ressalte-se, entretanto, que o esforço do jornalista é representar da maneira mais factível possível essa realidade com objetividade, neutralidade e imparcialidade<sup>14</sup>. Antes de ampliar um pouco mais esse assunto, um breve resumo da história e expansão do jornalismo no mundo ocidental.

A origem do jornalismo que se pratica hoje nas sociedades democráticas remonta ao século XIX, quando surgiu a imprensa – o primeiro *mass media*. Foi também naquele século que surgiu um novo paradigma - a oferta, pelos jornais, de informação e não mais propaganda. Traquina, que faz um relato da expansão da imprensa a partir do século XIX, diz que

Este novo paradigma será a luz que viu nascer valores que ainda hoje são identificados com o jornalismo: a notícia, a procura da verdade, a independência, a objetividade, e uma noção de serviço ao público – uma constelação de ideias que dá forma a uma nova visão do “pólo intelectual” do campo jornalístico (Traquina, 2005, p. 34).

O desenvolvimento da imprensa só foi possível graças à industrialização da sociedade e o surgimento da publicidade, que permitiu à imprensa a conquista de uma maior independência em relação aos partidos políticos, então, a principal fonte de receita dos jornais. Até o século XIX, jornais e partidos políticos se autofortaleciam. “Os partidos emergiam” – afirma o historiador Edwin Emery – “ao mesmo tempo em que os jornais começaram a ser uma força nos negócios políticos e sociais de um povo interessado mais e mais no governo” (Emery, 1962, p. 18). A partir dos anos 1880, tornou-se comum e crescente a publicação de anúncios de armazéns e farmácias nas

---

<sup>14</sup> Para a maioria dos pesquisadores em jornalismo, a objetividade, a neutralidade e a imparcialidade não passam de mitos, mas são conceitos caros ao *ethos* jornalístico. Segundo Traquina (2005), a objetividade no jornalismo não é a negação da subjetividade, mas uma série de procedimentos que os jornalistas utilizam para assegurar uma credibilidade como parte não interessada e se protegerem contra eventuais críticas ao seu trabalho. Ser neutro significa que ele não deve tomar partido nem a favor nem contra numa discussão ou contenda. E, ser imparcial, quer dizer que deve escrever suas reportagens desapaixonadamente.

páginas dos jornais. Essa nova receita viria a consolidar a independência das empresas de jornais dos partidos políticos.

Soma-se a tudo isso os avanços na rapidez de transmissão da informação por meio do telégrafo, em 1844, e do telégrafo a cabo, em 1866, que transformaram de vez a forma de se fazer jornalismo. Era o sinal de uma nova era, global, e cada vez mais ligada à atualidade: “A identificação do jornalismo com a atualidade seria irrepreensivelmente atingida e a obsessão dos jornalistas com a obrigação de fornecer as últimas notícias, de preferência em primeira mão e com exclusividade, tornar-se-á um marco fundamental da identidade jornalística” (Traquina, 2005, p. 38).

Outros dois fatores contribuíram para a expansão da imprensa, ainda no século XIX: o processo de urbanização crescente em cidades como Londres, Paris e Nova York, e a instituição de escolas públicas para a alfabetização em massa. Assim, milhares de novos leitores ansiosos ajudaram a alimentar a indústria da imprensa, sem contar que vivia-se uma época de conquista de direitos fundamentais, incluindo a liberdade de imprensa. Nos Estados Unidos, por exemplo, seguindo o novo paradigma no jornalismo, ou seja, o do jornal de informação, a imprensa se despolitiza. Traquina informa que a percentagem de jornais abertamente partidários naquele país caiu de 43% no início do século para 16% no final.

A afirmação da nova legitimidade jornalística ocorre perante o antagonismo do poder político, inserido num processo secular em luta pela liberdade e, subsequentemente, pela conquista de uma nova forma de governo: a democracia. O poder absoluto é posto em causa e existe a procura de caminhos alternativos, perante dúvidas sobre os benefícios e os custos de um sistema de poder que tem como base a “opinião pública”, termo utilizado pela primeira vez em 1744, embora sem um sentido político (Traquina, 2005, p. 42/43).

Como produto de massa, o jornal teve extraordinário impulso com as conquistas tecnológicas, em particular no domínio da técnica tipográfica. Para se ter uma ideia, em 1871, com as rotativas de Marinoni, era possível imprimir 95 mil páginas por hora, enquanto na época de Gutenberg (sec. XV), o inventor do tipo móvel, apenas era possível imprimir 50 páginas por hora. Além disso, outras invenções contribuíram para a expansão da imprensa, como as melhorias na reprodução de imagens (a fotogravura,

em 1851, e a heliogravura, em 1905) e a invenção da máquina fotográfica, que inspirou o jornalista a ser “as lentes” da sociedade.

Ao mesmo tempo em que ocorriam essas mudanças, as tiragens aumentavam e os jornais passaram a ser encarados como um negócio que rende lucros. A informação é vista como uma mercadoria e as notícias são baseadas nos fatos e não em opiniões. Em decorrência, surge um novo grupo social – os jornalistas - e a sua conseqüente profissionalização.

Naquela época de profundas transformações na sociedade, a imprensa sofria pesadas críticas por parte do poder político dominante, que tachava os jornalistas de “escritores de terceira categoria”, mas temidos como “perigosos revolucionários”. A expressão “O quarto poder”, para se referir à imprensa, surgiu daí, em 1828, quando um deputado do Parlamento inglês apontou para os jornalistas que estavam na galeria e os chamou de “O quarto poder”. Na época, o “poder” tinha como quadro de referência três poderes: o clero, a nobreza e a burguesia/povo.

O jornalismo adotava, assim, uma nova ideologia: os jornais deveriam servir os leitores e não os políticos e traziam informações interessantes e úteis aos cidadãos, em vez de privilegiar os políticos. Enfim, pregava fatos e não opinião, e implicitamente estava autorizado a agir em nome da então emergente opinião pública. A prática desse novo jornalismo e a sua obsessão pelos fatos fez surgir uma figura mítica na história do jornalismo – o repórter. Traquina assim se refere a ele: “A caça hábil dos fatos dava ao repórter a categoria comparável à do cientista, do explorador e do historiador” (Traquina, 2005, p. 52).

O físico nuclear Donald Braben, descrevendo os cientistas, também os compara aos jornalistas, mas identifica nos primeiros a necessidade da exclusividade:

Os cientistas são um curioso grupo de pessoas, com uma sede insaciável de conhecimento. Não de qualquer conhecimento. Para trazer algum alívio, o conhecimento deve ser novo e o alívio pode ser apenas temporário, já que as descobertas atuais logo se tornam saber herdado do passado e, nesse momento, a sede volta. **Os jornalistas têm problema semelhante**, mas, mas, no caso do cientista, tudo o que ele publica **deve aparecer como furo jornalístico em escala mundial: uma reportagem**

**exclusiva sobre algum aspecto novo** dos caminhos pelos quais a natureza se conduz (Braben, 1996, p. 27, grifo nosso)

O conteúdo dominante dos jornais passou a se concentrar cada vez mais em acontecimentos e não em opiniões políticas. A figura do repórter se consolidou nos jornais devido a uma própria necessidade desses, que era encher o jornal com notícias de interesse do leitor, todos os dias, e assim conseguir manter a tiragem. Pode parecer estranho nos dias de hoje, mas no primeiro jornal norteamericano, que surgiu em 1690, o Diretor prometeu que o jornal iria fornecer notícias regularmente... isto é, uma vez por mês. O Diretor explicou que o jornal poderia aparecer com maior frequência “se acontecer algum excesso de ocorrências”, e continuou: “A responsabilidade pelo fabrico de notícias é inteiramente de Deus, ou do Diabo” (Traquina, 2005, p. 56).

Essa nova configuração se consolida ainda no século XIX. Nos Estados Unidos, o crescimento da imprensa pode ser expresso em números: “em 1820, ali se publicaram mais de 50 mil títulos, entre livros, revistas e jornais” (Paniago, 2008, p.75). Os jornais se transformam em empresas jornalísticas, com uma crescente divisão do trabalho, e produzem inovações, como o desenvolvimento da reportagem, da entrevista, o uso da técnica da descrição e a utilização de testemunhos oculares. Tudo isso foi introduzido na guerra civil norteamericana, entre 1861 e 1865, quando os leitores tinham acesso imediato às notícias de batalhas, do desempenho dos soldados e generais ou às suas estratégias militares.

Essa visão de um jornalismo progressista e até revolucionário, que deu ao jornalista um *status* romântico da profissão e até mesmo de herói, até hoje perdura no imaginário popular. A esse respeito, diz o pesquisador da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Aluizio Ramos Trinta:

Graças a essa noção, o jornalista costuma ser percebido como um misto de aventureiro e herói: exercerá livremente seu trabalho, sem se submeter a regras rígidas; mas, ao mesmo tempo, estará investido de uma importante missão política e social. A representação simbólica deste profissional recupera arquétipos, como o destemor de Davi, o idealismo de Dom Quixote, o sentido justiceiro de Robin Hood ou o dinamismo benevolente do Super-Homem (Trinta, 2004, p.2).

Mas, Trinta lembra que o caráter comercial - que o jornalismo assumiria desde a mercantilização da notícia - seria responsável pela generalização de outra imagem, oposta à primeira:

Sob tal perspectiva, a atividade jornalística é objeto de um indissimulável descrédito quanto ao seu rigor e a sua independência, estando fadada a pecar pela superficialidade e pelo sensacionalismo. Por conseguinte, o jornalista é visto como um profissional mercenário e pouco escrupuloso, propenso a manter relações promíscuas com o poder (idem, p.2).

A esse respeito, é interessante lembrar o que pensam os pesquisadores ligados aos estudos econômicos e políticos da comunicação. A mercantilização, segundo Vincent Mosco (1998), tem sido entendida há muito tempo como o processo de tomar bens e serviços que adquirem um valor em função de seu uso – como alimentos para saciar a fome, estórias para transmitir informação – e transformá-los em mercadorias cotadas pelo valor que podem obter no mercado.

O processo de mercantilização, de acordo com Mosco, apresenta uma significação dupla para a pesquisa em informação. Em primeiro lugar, as práticas e tecnologias informacionais contribuem para o processo de mercantilização geral em curso na sociedade; segundo, a mercantilização é um ponto chave para a compreensão das práticas e instituições informacionais específicas. Por exemplo, a expansão da mercantilização em âmbito mundial nos anos oitenta, respondendo parcialmente ao declínio global do crescimento econômico, levou a uma crescente comercialização da informação, à privatização das instituições públicas de mídia e telecomunicações e à liberalização dos mercados de informação.

A economia política da informação tem se destacado pela ênfase na descrição e exame do significado dessas formas estruturais, principalmente nos negócios e no governo, responsáveis pela produção, distribuição e troca de mercadorias de comunicação e pela regulação do mercado de informações.

No jornalismo, campo de interesse nessa pesquisa, a informação também se transformou em um bem de consumo, e como tal tem um preço. Richeri, em estudo sobre os sistemas televisivos europeus, afirma que “eles não dependem diretamente de decisões baseadas em uma política de comunicações, e sim de decisões derivadas de

uma política industrial e de objetivos de natureza econômica complexa” (Richeri, 1985, p. 63).

Schiller (1973) é outro autor que reforça essa ideia e retrata bem essa situação, quando mostra a criação de mitos pela indústria da informação para a formação de falsas consciências cidadãs. Para ele, os meios de comunicação transmitem apenas as informações, devidamente tratadas, de interesse de seu país ou das instituições políticas, sociais e econômicas que o representam.

O grande interesse da indústria da comunicação não é, como parece ser, universalizar a informação, assim como, só para fazer um paralelo, o da ciência não é universalizar o conhecimento e compartilhar os benefícios daí oriundos. O mais provável é que as redes de comunicação estejam interessadas é na criação de novas demandas, de novos públicos que possam pagar por informação e entretenimento. Grande parte dos cientistas, por sua vez, estão hoje a serviço das grandes empresas capitalistas de produtos tecnológicos, e não da humanidade.

Em tese, toda informação de interesse da sociedade deveria ser compartilhada, seja por meios de comunicação públicos ou privados, independentemente das forças econômicas ou políticas que detêm o controle dos meios de comunicação. Poderia se perguntar então: existe algum tipo de interesse altruísta nos meios de comunicação de massa na disseminação da informação? Para Dallas W. Smythe (in Garnham, 1985, p.121), não! Para ele, as empresas privadas agora não vendem espaço publicitário para seus clientes, vendem o próprio público. Toda economia política dos meios de comunicação de massa deve basear-se em uma análise de sua forma de mercadoria, e a forma de mercadoria específica dos meios de comunicação é o público, ou seja, a função crucial desses meios não consiste em vender pacotes de ideologia aos consumidores e sim públicos aos anunciantes.

Esses poucos parágrafos sobre o “lado” mercantilista da informação explica-se pela necessidade de compreender que os meios de comunicação, antes de tudo, são empresas, e que, como toda empresa, visa o lucro. Se é preciso criar mitos para atrair mais leitores ou telespectadores, que se criem mitos! Se a sociedade passa por uma crise

de desânimo diante das repetitivas notícias sobre escândalos e corrupção, que se crie um herói para combater, ou pelo menos se indignar, com esse estado de coisas.

Quantos aos estudos teóricos, Trinta diz que as análises críticas se concentraram mais no desempenho do jornalismo, considerado quase sempre medíocre e que a ação jornalística era condenada por revelar-se simplificadora, por recorrer a expedientes invasivos, por mostra-se sectária e portando-se de forma destrutiva e pessimista.

Essa onda de pessimismo com relação aos estudos jornalísticos começa a mudar de rumo com a retomada de perspectivas pouco exploradas pelos pesquisadores, como a ideia original de Robert Ezra Park<sup>15</sup>, em meados do século passado, que reconhecia o jornalismo como uma forma de conhecimento, como mostraremos no próximo capítulo.

De um modo geral, o jornalismo que se pratica hoje teve suas raízes no século XIX com a expansão da imprensa, a sua crescente comercialização, com o aumento do número de pessoas trabalhando em jornais, a divisão do trabalho e também uma crescente especialização no setor. Segue-se a tudo isso, o desenvolvimento do ensino universitário em jornalismo, que teve início nos Estados Unidos ainda nos anos 1860. A partir dos anos 1940, também nos Estados Unidos, surgem os primeiros programas em mestrado e doutorado na área.

A verdade é que o jornalismo mudou. Desde que se empenhou no combate à autoridade aristocrática em favor dos ideais burgueses, transformando-se em instrumento político para o estabelecimento de uma nova ordem econômico-social, passou a ser o mediador entre os indivíduos e a realidade. Como se faz essa mediação é o que vamos refletir a seguir.

### **3.2.O jornalismo como ciência ou forma de conhecimento**

---

<sup>15</sup> No artigo intitulado *News as a form knowledge*, publicado em 1955, o sociólogo e jornalista norte-americano Robert Ezra Park procura delimitar o jornalismo como uma forma particular de conhecimento. Segundo sua tese, o jornalismo produz um conteúdo com um conhecimento da realidade diferente do *conhecimento científico (knowledge about)* e do *conhecimento obtido no cotidiano ou senso comum (acquaintance with)*.

A contribuição de Robert E. Park (1970) sobre a função cognitiva do jornalismo mostra que a notícia se localiza entre o senso comum (*aquaintance with*) e o saber científico (*knowledge about*). A primeira expressão significa que o jornalismo produz um tipo de conhecimento diferente do conhecimento científico, um conhecimento superficial obtido a partir da experiência sensorial ou imediata, o qual se incorpora pelo uso e pelo hábito. Já o *knowledge about* significa que o conteúdo produzido é reflexivo, formal e sistemático, baseia-se na observação e no fato de forma criteriosa e com a adoção de parâmetros científicos rigorosos. Park defende que a notícia exerce para o público as mesmas funções que a percepção cumpre para o indivíduo, ou seja, além de informado, o indivíduo é também orientado.

No artigo *Jornalismo, Ciência e Senso Comum* (2006), o jornalista e professor da Universidade Federal de Sergipe, Carlos Eduardo Franciscato, retoma a discussão iniciada por Park. O que ele busca é uma melhor definição e compreensão do jornalismo executando um movimento de aproximação com a ciência. São três as questões trabalhadas por Franciscato: 1. Os métodos e técnicas de pesquisa científica podem contribuir para uma melhoria no rigor e precisão da apuração jornalística? 2. Quais os pontos de encontro, divergência e vantagem comparativa entre um jornalismo de precisão baseado em pesquisa quantitativa e um jornalismo baseado em pesquisa qualitativa? 3. Quais limites existem para o jornalismo, em suas características e especificidades, adotar métodos científicos sem desconfigurar os princípios, compromissos e práticas de sua atividade?

Em suas ponderações, Franciscato diz que sua pesquisa reforça a tese implícita em Park de que o jornalismo pode beneficiar-se de uma aproximação com as ciências, ao considerar que “a racionalidade embutida na metodologia de construção do conhecimento científico dá ao jornalismo instrumentos mais rigorosos e precisos de captação e interpretação de informações durante a reportagem” (2006, p.13).

No entanto, Franciscato também ressalta que a maioria dos autores não consegue discutir o jornalismo a partir de sua lógica interna. Argumenta que eles nem se preocuparam em debruçar sobre aquilo que o jornalismo tem de específico, único e original :

(...)a discussão sobre a adequação de novas metodologias à reportagem jornalística padece de um enfrentamento maior de compreender o próprio objeto principal (“o jornalismo”), suas características e papel social. Se, na relação entre ciência e jornalismo, este pólo não é adequadamente compreendido, repete-se o erro da transposição acrítica de metodologias (Franciscato, 2006, p.13).

O pesquisador sergipano conclui que a efemeridade do conteúdo jornalístico leva o profissional a adotar um método de trabalho baseado em técnicas simplificadas para coleta de informações e construção de relatos, se comparado com o rigor científico:

Localizar-se entre um nível de elaboração intermediário entre as ciências e o senso comum permite ao jornalismo, em contrapartida, dialogar com essas duas formas de conhecimento, alimentar-se de ambas em seus quadros interpretativos, métodos e práticas, formas e conteúdos, sem que, no entanto, perca a sua especificidade (idem, p. 13).

O jornalismo, afinal, é uma forma de conhecimento? Esta pergunta também foi feita por Eduardo Meditsch (1997), professor de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Já na introdução do seu trabalho ele adverte que, embora seja uma pergunta demasiado complexa e com interpretações diferentes, a resposta, na sua visão, é afirmativa, embora com algumas ressalvas. O jornalismo transmite conhecimento ou degrada o saber? Esta é outra pergunta que faz, mas que também responde prontamente: “O jornalismo é uma forma de conhecimento. No entanto, na prática, esta forma de conhecimento tanto pode servir para reproduzir outros saberes quanto para degradá-los, e é possível que muitas vezes faça essas duas coisas simultaneamente” (Meditsch, 1997, p.2).

Como já foi dito, a questão do jornalismo enquanto conhecimento é complexa e admite muitas interpretações. Meditsch classifica essas interpretações em três abordagens principais, como mostradas a seguir.

A primeira delas remonta ao Positivismo, em que a ciência é a única fonte de conhecimento digna de crédito. O conhecimento é definido não como um dado concreto, mas como um ideal abstrato a alcançar. Para se conhecer e dominar o mundo era necessário adotar o método científico, e toda tentativa de conhecimento era desmoralizada se não fosse adotado esse padrão. Assim, nesta primeira abordagem, o

jornalismo não produz conhecimento válido e contribui apenas para a degradação do saber.

A abordagem seguinte do jornalismo como conhecimento coloca-o como uma ciência menor, mas de alguma utilidade. Um dos defensores desta abordagem é exatamente Robert Park, que define o jornalismo a partir do que ele tem de diferente e do que lhe é específico como forma de conhecimento da realidade. Park propõe a existência de uma gradação entre as duas espécies de conhecimento (*acquaintance with e knowledge about*) e coloca a notícia em um nível intermediário entre elas. Quanto a esta abordagem, Meditsch diz que

Este tipo de diferenciação do Jornalismo a partir do grau de profundidade que alcança comparativamente à Ciência ou à História é admitido pelos próprios jornalistas. Ao fazerem comparações entre o seu trabalho e o dos cientistas, os jornalistas costumam sugerir esta forma de gradação. Quando não se refere à profundidade de análise, a gradação pode referir-se também à velocidade da produção, e o Jornalismo já foi definido como a História escrita à queima-roupa (Meditsch 1997, p.4).

A terceira abordagem dá mais ênfase não ao que o jornalismo tem de semelhante com a ciência, mas ao que ele tem de único e original, como citado por Eduardo Franciscato. Por esse raciocínio, o jornalismo não revela nem mais nem menos a realidade do que a ciência, simplesmente revela diferente. E, ao revelar diferente, como ressalta Meditsch, pode mesmo revelar aspectos da realidade que os outros modos de conhecimento não são capazes de revelar.

O jornalismo não apenas reproduz o conhecimento que ele próprio produz, reproduz também o conhecimento produzido por outras instituições sociais. A hipótese de que ocorra uma reprodução do conhecimento, mais complexa do que a sua simples transmissão, ajuda a entender melhor o papel do Jornalismo no processo de cognição social (Meditsch,1997, p.4).

Para tornar aceitável esta última abordagem, Meditsch relaciona alguns estudos recentes nas áreas da epistemologia, teoria do discurso, sociologia do conhecimento e psicologia da cognição. As epistemologias críticas, por exemplo, têm se dedicado a desmitificar o preceito positivista da infalibilidade da ciência e a demonstrar o caráter cultural e histórico de toda forma de conhecimento. Meditsch aponta que “ao relativarem as verdades científicas, estas correntes críticas permitiram também a

aceitação de outras verdades como eventualmente válidas e relativas, de acordo com os seus pressupostos e objetivos” (idem, p.5).

O desenvolvimento da compreensão das linguagens também contribuiu para esta nova visão. Na linha de Bakhtin, Meditsch diz que o estudo do discurso, que se interessa pela utilização concreta das linguagens, demonstrou que todo o enunciado que se refere à realidade, ao refleti-la de certa maneira, também necessariamente a refrata de outra maneira. Assim,

Por este caminho, procura-se distinguir a verdade que um enunciado pode conter da realidade mesma, a realidade referente que se encontra fora do enunciado. Falar de “a verdade”, enquanto substantivo, atributo coisificado, assim vai perdendo o sentido. Mais apropriado será se falar no adjetivo, no enunciado “verdadeiro”. E poderão existir muitos enunciados verdadeiros, eventualmente até contraditórios entre si, ainda que cada um coerente com seus pressupostos, porque nenhum enunciado é capaz de esgotar a realidade inteira (idem, p.5).

Dessa forma, de acordo ainda com Meditsch, os diferentes gêneros do discurso vão abordar a realidade de diferentes maneiras, definindo verdades diversas, cada uma pertinente a um objetivo ou a uma situação. Os argumentos validados num campo do saber poderão ser considerados absurdos em outros.

Outra corrente favorável a essa nova visão vem da sociologia e da antropologia do conhecimento, que reforçaram a ideia de que a metodologia científica não é o único caminho para se conhecer a realidade. Fizeram isso estudando e acompanhando o cotidiano das pessoas comuns, e não apenas confiando nos estudos, pesquisas e relatos dos estudiosos.

A contribuição da ciência cognitiva também é notável para reforçar a tese do jornalismo como forma de conhecimento. Para os estudiosos desta área, a comunicação está indissolivelmente ligada à cognição, o cérebro humano não registra nem arquiva informações tal qual as recebe, mas as processa, classifica e contextualiza, reconstruindo a informação recebida a partir de esquemas de interpretação e informação prévias sobre o tema, o emissor e a situação comunicativa. Meditsch dá como exemplo desta situação o sentimento da emoção, antes desprezada em nome da objetividade

científica e hoje considerada como “um combustível imprescindível à maquinaria da razão humana” (idem, p.7).

Meditich conclui seu raciocínio afirmando que ao se deixar de considerar o jornalismo apenas como um meio de comunicação para considerá-lo como um meio de conhecimento, estará se dando um passo no sentido de aumentar a exigência sobre os seus conteúdos.

Liriam Sponholz (2009) também se debruça sobre a questão do jornalismo enquanto conhecimento e faz as mesmas perguntas: que tipo de processo de conhecimento o jornalismo representa? Senso comum ou ciência? O que o diferencia e o que o assemelha à ciência e ao senso comum? Para essa jornalista brasileira e professora da Universidade de Erfurt, Alemanha, o jornalismo difere da ciência e do senso comum, seja pelas funções sociais que cumpre, seja pelas questões epistemológicas que decorrem das diferenças no corte da realidade feito por ambos, seja pelos recursos disponíveis.

Como defendido por Robert Park, a função das notícias é orientar as pessoas no mundo em que vivem. Por isso representam uma forma de conhecimento como a do senso comum, pois as notícias teriam de alguma forma a mesma função para o público que a percepção tem para o indivíduo. Liriam Sponholz explica que isso tem a ver com a necessidade de atender a uma demanda que o jornalismo assumiu historicamente desde que o mundo adquiriu uma complexidade que tornou impossível perceber as mudanças por experiência própria. Na Idade Média, por exemplo, os homens podiam vivenciar as mudanças do mundo à sua volta, o que não é mais possível.

Sponholz defende que para se considerar o jornalismo como senso comum é necessário verificar qual a perspectiva sob a qual este processo de conhecimento é visto: se com relação ao processo de produção (quando o jornalista transforma a realidade social em realidade midiática) ou se com relação ao processo de recepção (quando o receptor conhece a realidade através do jornalismo, ou seja, quando a representação da realidade social é transformada em realidade do público).

Quando o jornalismo exerce a função de orientação às pessoas, ele pode, segundo Sponholz, ser classificado como senso comum. Mas, quando se olha pela perspectiva do que é produzido pelo jornalismo, este se difere do senso comum, porque, na percepção individual, a realidade é vivenciada dentro de um contexto, contexto este reconstruído pelo jornalista (subjetivamente) por meio de técnicas e regras profissionais.

A conclusão de Sponholz é de que o jornalismo e o senso comum se assemelham no que diz respeito à sua função. No entanto, “considerando-se o recorte através do qual o senso comum, o jornalismo e a ciência possibilitam o acesso à realidade, o jornalismo difere de ambos” (Sponholz, 2009, p.109).

Adelmo Genro Filho (1987) também se ocupou com esta questão. Para este pesquisador gaúcho, os diferentes tipos de conhecimento podem ser sistematizados em três categorias: singular, particular e universal. Ele utilizou essas três categorias filosóficas para defender sua tese sobre a pirâmide invertida<sup>16</sup>, recolocando a pirâmide no seu estado original, tal como ela está fincada nas areias do Egito: o singular corresponde ao núcleo da notícia, ao fato, ou seja, ao ápice da pirâmide, e a base ao particular.

Dessa forma, não se trata de relatar dos fatos mais importantes aos menos importantes, mas de um único fato tomado de uma singularidade decrescente, tal como acontece com a percepção individual na vivência imediata. Embora Genro Filho defenda que a singularidade seja a principal característica do jornalismo como tipo de conhecimento, é isso que impede que o jornalismo seja classificado como ciência, já que a ciência busca regularidades e o jornalismo se concentra em casos específicos, que não se repetem.

---

<sup>16</sup> A técnica da pirâmide invertida dispõe as informações em ordem decrescente de importância. Os fatos mais interessantes são utilizados para abrir o texto jornalístico, enquanto os de menor relevância aparecem na sequência. O termo pirâmide invertida é utilizado porque a base desta, aquilo que é noticiosamente mais importante, se encontra no topo – em ordem muito distinta à que seguem, por exemplo, a novela, o drama ou o conto.

Voltando a Sponholz, ela compactua com as ideias de Genro Filho e diz que o fato de o jornalismo se concentrar em singularidades não significa que não se possa adquirir conhecimento, mesmo porque este tipo de conhecimento pode revelar aspectos da realidade que a ciência considera irrelevantes. A autora aponta ainda um outro ponto de convergência, embora não consensual, entre o jornalismo e a ciência – a utilização de um método, embora esses métodos difiram fundamentalmente entre si. Voltaremos à questão do método no capítulo seguinte.

Em linhas gerais, ela explica que a prática do jornalismo não se orienta por meio de um sistema teórico, como a ciência. No jornalismo não há hipóteses a testar, mas pautas a cumprir. Sponholz alerta, porém, para o fato de que os jornalistas, para escrever as notícias, não partem de uma teoria científica, mas que isso não deve ser confundido com o (não) desenvolvimento de hipóteses. Segundo afirma, hipóteses científicas são a teoria formulada em frases que podem ser testadas empiricamente. Como as teorias em jornalismo e ciência são diferentes, as hipóteses que resultam delas também o são. Sponholz sustenta seu raciocínio afirmando que:

Jornalistas têm uma ideia ou uma pré-opinião sobre aquilo que noticiam, antes mesmo de começar a reportagem. Isto não significa que essas ideias ou suposições possam ser igualadas com hipóteses científicas, já que estas são deduzidas a partir de teorias formuladas em relação a outras teorias ou estudos. Ou seja, a formulação de hipóteses na ciência é o resultado de uma acumulação de saber sobre o tema. No jornalismo, a acumulação é mais limitada e se refere, sobretudo, a informações reunidas sobre o assunto da pauta (Sponholz, p. 113/114).

Por fim, Sponholz esclarece que jornalistas desenvolvem hipóteses a serem testadas durante a reportagem, embora essas não possam ser retratadas como científicas. Suas suspeitas não vêm de uma teoria, mas sim das informações sobre o caso a ser investigado. Elas também são testadas de maneira diferente.

O pensamento de Sponholz é compactuado com Traquina (2005), ao afirmar que os jornalistas têm uma maneira própria de agir, são pragmáticos, e que o jornalismo é uma atividade prática, onde não há tempo para pensar, porque é preciso agir. Ao contrário dos acadêmicos, que se ocupam de um exame reflexivo reunindo informações para construir ou verificar a teoria, ajustando fatos concretos aos enquadramentos teóricos: “os acadêmicos procuram regularidades, padrões entre os acontecimentos e

proposições universais que têm as suas raízes na reflexão teórica e não na participação pessoal” (Traquina, 2005, p. 44).

Nelson Traquina diz que os jornalistas são, por conseqüência, conhecedores não-teóricos que dependem de um contato, concreto, em primeira mão, instintivo, com os acontecimentos. É esta postura epistemológica dos jornalistas – prioridade à ação e não à reflexão – que explica a dificuldade que eles têm em responder a uma pergunta tão central na sua atividade profissional: o que é notícia, ou seja, quais são os critérios de noticiabilidade que utilizam no processo de produção das notícias? Traquina diz que os jornalistas reivindicam o monopólio de um saber especializado, precisamente o de saber produzir notícias. “Ser jornalista é saber não só elaborar a notícia: é ter uma perspicácia profissional, possuir uma perspicácia noticiosa” (idem, p.45).

## **Seção II**

### **3.3 O método jornalístico**

Se jornalismo não é ciência, não há que, portanto, adotar um método científico para desenvolver seus trabalhos. Isso não quer dizer, porém, que o jornalista trabalha às cegas, sem rumo, e que as notícias que produz são obras do acaso. Existe uma rotina nas redações para a produção de notícias, que se inicia, geralmente, com uma reunião diária de pauta<sup>17</sup> entre representantes de todas as editorias, que vão definir os assuntos ou temas a serem abordados pelos jornalistas.

Para Sponholz, existe um método jornalístico. Os procedimentos de escolher o tema, enquadrá-lo, selecionar fontes, formular perguntas, exigem uma racionalidade mínima e as decisões tomadas também não são arbitrárias, pois levam a um determinado objetivo, que pode ser resumido, segundo a autora, como a mediação de informações atuais, relevantes e concordantes com a realidade. No entanto,

---

<sup>17</sup> Segundo Thaís de Mendonça Jorge (2008), a pauta, nas redações, é um instrumento de organização interna, que veio colocar ordem no caos que eram os jornais do século XIX. Com ela pôde-se esquematizar o fechamento, planejar a rotina dos jornalistas e estabelecer padrões de produção de conteúdos e funcionamento das empresas.

O trabalho jornalístico não é determinado unicamente pela busca da realidade, mas também pelas expectativas do leitor, pelas estruturas organizacionais das empresas jornalísticas, pelos valores profissionais dos jornalistas, etc. A produção de uma notícia é determinada tanto pela utilização de escolhas racionais (método) quanto pelas repetições inconscientes aprendidas e socializadas na redação, ou seja, as rotinas produtivas. Pertencem à esfera de influência das rotinas produtivas os horários de fechamento dos jornais, a jornada de trabalho dos jornalistas, a infraestrutura de uma redação (o número de carros, de cameramen, de repórteres), entre outros (Sponholz, 2008, p.123).

Com o tema na mão, o jornalista vai a campo apurar a notícia. No jargão jornalístico, apurar é colher informações sobre determinado fato ou acontecimento, analisá-las, confrontá-las com outras informações, entrevistar pessoas e, enfim, construir a notícia. Thaís de Mendonça Jorge (2008) explica que, para apurar, o jornalista tem que saber onde e quando procurar, o que e a quem buscar, por que e como verificar as informações. Para isto, segundo esta autora (*idem*, p.99), só existem três maneiras de conseguir informações:

1. Repórter no local: indo ao lugar onde estão acontecendo os fatos. O Jogo, o discurso, a greve, o julgamento, o incêndio, a eleição, a explosão, o descarrilamento de trens, o desastre automobilístico são cobertos pelos repórteres enviados à cena do acontecimento;
2. Entrevistas com os envolvidos ou com fontes de informação: ninguém tem obrigação de dar informações ao repórter, mas os profissionais experientes sabem como obter as respostas que desejam, atuando com jeito e paciência, às vezes com candura, sempre com muita tenacidade. Fazer as perguntas certas na hora adequada é uma ciência que se aprende por meio da prática e da observação. Entrevistas também podem ser feitas por telefone, fax, e-mail ou por sistemas de mensagem instantânea na internet;
3. Fontes secundárias: a lista telefônica *on line* ou catálogo telefônico, junto com o dicionário, são fontes preciosas de consulta para o repórter. Ele vê ainda documentos, fitas e filmes, relatórios, arquivos, livros e revistas, recortes e, naturalmente, a internet, e tem que saber avaliar o peso de cada um dentro do processo de apuração. Um repórter deve desenvolver condições de fazer matéria a partir de um relatório, de uma palestra ou de um

bate-papo, por exemplo, usando recursos de interpretação, o próprio *background* de informação ou uma pesquisa rápida.

Mendonça Jorge ressalta que, como toda atividade profissional, a coleta de dados no jornalismo tem sua metodologia, e resume esses métodos de apuração em direto e indireto. No primeiro, as informações são colhidas diretamente na fonte, ou seja, com os autores que participaram do fato ou acontecimento, sem esquecer que o repórter pode ser a própria fonte, se ele participou como observador do fato ou acontecimento. No método indireto pode-se alinhar o *off the record*, as fantasias, o recurso à assessoria de imprensa e o uso de questionário.

O recurso ao *off* – quando o jornalista entrevista a fonte mas não pode citá-la – não é das práticas mais recomendáveis no jornalismo, por motivos óbvios. Isso acontece, por exemplo, quando o jornalista recebe uma denúncia, mas o autor pede que seu nome não seja divulgado. Cabe ao jornalista procurar outras fontes que possam confirmar ou não as informações em *off* antes de publicá-las, já que, sem citação da fonte, a responsabilidade é sua e pode colocar em jogo sua própria reputação e a do veículo para o qual trabalha.

As fantasias, ou disfarces utilizados pelos jornalistas, são outro método de apuração indireta. Por ele, o repórter encontra um outro jeito de chegar à informação quando o método direto falha. Ele pode se utilizar de artimanhas, trocar de voz ou de personalidade e até mesmo mentir para conseguir o que deseja, mas, como alerta Mendonça Jorge, não é comum veículos de comunicação encorajarem o profissional a usar subterfúgios para obter a informação:

Mentir para obter informação é procedimento condenado pelo código de ética da profissão. Somente quando fracassam todos os recursos ou quando a experiência pessoal do repórter é requerida, o órgão de comunicação pode autorizar e até participar de uma encenação cujo objetivo seria denunciar uma operação ilegal, um ato arbitrário ou criminoso. O repórter deve ter consciência do risco que está correndo, e os editores precisam de respaldo da direção para mandar executar a reportagem (Mendonça Jorge, 2008, p.102).

Quando o repórter recorre ou se utiliza de informações produzidas por assessorias de imprensa, está sempre obtendo informação por um meio indireto. As

assessorias de imprensa são, geralmente, comandadas por jornalistas, que têm como função passar uma imagem positiva da instituição para a qual trabalha, seja criando pautas, facilitando o contato de repórteres com dirigentes da instituição ou mesmo produzindo suas próprias publicações, impressas ou eletrônicas.

Mendonça Jorge diz que, do ponto de vista dos jornalistas, as assessorias são vistas como obstáculo entre o repórter e a fonte “e muitas não fazem outra coisa a não ser impedi-lo de aproximar-se do entrevistado” (Jorge, 2008, p. 104). Sob essa ótica, os repórteres considerariam assessores de imprensa mais como antagonistas do que como colaboradores no processo de produção da informação. Mas esta opinião não é compartilhada por Nilson Lage (2006), para quem a experiência brasileira não sustenta esta contradição:

O surgimento das assessorias contribuiu decisivamente para a profissionalização do setor de informação pública, com delimitação clara de posições, tanto do lado de quem fornece a informação quanto de quem a coleta. Ficou mais nítida a posição do repórter como agente do público, sujeito, embora, ao contexto das relações econômicas e de poder de que nada escapa da sociedade – certamente não as empresas jornalísticas (Lage, 2006, p.51).

Mas o fato, na conclusão de Mendonça Jorge, é que o repórter usufrui do sistema quando aprende a usar a máquina a favor, principalmente cultivando fontes nas mais diversas instituições. Também é verdade que ninguém quer ler ou ouvir apenas elogios, nem apenas críticas nos meios de comunicação. Cabe ao repórter, portanto, encontrar esse ponto de equilíbrio produzindo notícias o mais próximo possível da realidade.

Outro recurso indireto de obter a informação é por meio de questionário, que só é utilizado em última instância, quando o acesso ao entrevistado fica totalmente impossibilitado. Mendonça Jorge alerta que o questionário limita o trabalho do repórter, pois não permite réplica: “No chamado diálogo interativo há uma troca de emoção e energias entre o entrevistador e o entrevistado. Isso não acontece com o rol de perguntas pré-fixadas, no qual, em muitos casos, não se permite que o jornalista acrescente novas questões ou exponha dúvidas quanto às declarações do entrevistado” (idem, p.105).

O questionário funciona muito bem quando tem a função apenas de orientar o entrevistado sobre os rumos da entrevista. Tendo conhecimento prévio do assunto ou das perguntas que lhe serão dirigidas, poderá se preparar e assim conceder uma boa entrevista.

### Seção III

#### 3.4 .As fontes jornalísticas

De um modo geral, entende-se por fontes jornalísticas as pessoas, entidades e documentos de todos os tipos capazes de fornecer algum tipo de informação aos jornalistas. Lage explica que poucos jornalistas escrevem notícias ou reportagens baseando-se apenas em suas observações, sendo o mais comum recorrer à instituições ou personagens que testemunharam ou participaram de eventos de interesse público: “é tarefa comum dos repórteres selecionar e questionar essas fontes, colher dados e depoimentos, situá-los em algum contexto e processá-los segundo técnicas jornalísticas” (Lage, 2006, 49).

Para Mauro Wolf, uma primeira definição de fonte atribui essa denominação a todas “as pessoas que o jornalista observa ou entrevista (...) e às que fornecem apenas informações enquanto membros ou representantes de grupos (organizados ou não) de utilidade pública ou de outros setores da sociedade” (Wolf, 1985, p.199). São diversas as classificações das fontes, de acordo com o parâmetro a que se faz referência, como exemplifica Wolf: podem distinguir-se as fontes institucionais das fontes oficiosas ou as estáveis das provisórias. Lage (2006) diz que as fontes podem ser mais ou menos confiáveis, pessoais, institucionais ou documentais e as classificam em: a) oficiais, oficiosas e independentes; b) primárias e secundárias; e, c) testemunhas e *experts*.

As fontes oficiais, de acordo com o entendimento de Lage, são consideradas as mais confiáveis e as informações que repassam são, *a priori*, verdadeiras. Estas fontes são mantidas pelo Estado ou preservam algum poder de Estado, como cartórios de ofício, juntas comerciais, sindicatos e fundações. Uma declaração do ministro da Agricultura afirmando que a safra de grãos de 2010 aumentou em 20% em relação ao

ano anterior é considerada, portanto, verdadeira, e nenhum repórter procura outras fontes para confirmar ou não o que disse o ministro.

No entanto, Lage adverte que é comum às fontes oficiais maquiarem a realidade, seja sonogando informações, seja impondo dificuldades inexistentes de acesso à informação ou mesmo destacando aspectos da realidade que convém às instituições.: “Fontes oficiais, como comprovam autores de todas as épocas, falseiam a realidade. Fazem isso para preservar interesses estratégicos e políticas duvidosas, para beneficiar grupos dominantes, por corporativismo, militância, em função de lutas internas pelo poder” (Lage, 2006, p.63).

As fontes oficiosas, por outro lado, são aquelas que, reconhecidamente ligadas a uma entidade ou indivíduo, não estão, porém, autorizadas a falar em nome dela ou dele, o que significa que o que disserem poderá ser desmentido. Por isso, suas declarações são geralmente publicadas em *off*, ou seja, seus nomes não são citados. Elas têm sua serventia, no entanto, principalmente quando instituições ou pessoas sonogam ou manipulam informações. Muitas vezes, o papel dessas “fontes oficiosas” é justamente este: o de repassar esse tipo de informação para os jornalistas. É comum também essas fontes veicular boatos com o fim de denegrir a imagem de alguém ou tentar interferir numa decisão econômica ou política.

As fontes independentes são geralmente designadas, no Brasil, de *não-governamentais* (ONGs), e demonstram dedicação extrema naquilo que defendem. Por isso mesmo, os dados que fornecem não são recebidos com confiança pelos jornalistas. Lage assim as define: “Conhecedores dos mecanismos de produção do jornalismo – particularmente de televisão – oferecem, para vender suas ideias, matérias completas e atraentes, recheadas de informações espetaculares, produzidas com esmero e beleza plástica” (Lage, 2006, p.65).

Outro fator que pode influenciar na credibilidade das informações dessas fontes é que, na verdade, segundo Lage, essas entidades não são inteiramente governamentais, já que quem as financia são fundações e institutos que repassam recursos não apenas de grandes grupos econômicos, mas também de governos, o que pode influenciar no destino das verbas.

Na definição de Lage, fontes primárias são aquelas em que o jornalista se baseia para colher o essencial de uma matéria; fornecem fatos, versões e números. Fontes secundárias são consultadas para a preparação de uma pauta ou a construção das premissas genéricas ou contextos ambientais. Assim, se o jornalista for escrever uma reportagem sobre o recente terremoto no Japão, as fontes primárias serão as pessoas atingidas diretamente pelo desastre, e as fontes secundárias especialistas da área como geólogos e engenheiros. As entrevistas com as fontes secundárias servem para um aprofundamento da questão, embasando o repórter de informações importantes para o desenvolvimento da sua reportagem.

O testemunho mais confiável, para Lage, é o imediato, porque ele se apóia na memória de curto prazo. É mais fidedigno, embora eventualmente desordenada e confusa: “Para guardar fatos na memória de longo prazo, a mente os reescreve como narrativa ou exposição, ganhando em consistência o que perde em exatidão factual” (idem, p.67). Lage aponta ainda que um bom princípio é só confiar inteiramente em histórias contadas por três fontes que não se conhecem nem trocaram informações entre si, tomando-se como verdade o que é o mínimo comum aos três relatos, separando o que é fato do que é versão ou interpretação.

Na última classificação de Lage – *experts* – estes são considerados fontes secundárias, que o jornalista procura em busca de versões ou interpretações de um fato. Quando for entrevistar estes especialistas, é pertinente que o jornalista se municie antes com o máximo de informações para poder fazer perguntas adequadas, já que ele, teoricamente, não domina o assunto em pauta. É conveniente, também, ouvir mais de um especialista e variar os especialistas que se ouvem. Lage explica que um dos truques dos assessores de imprensa para influir na linha editorial dos jornais é indicar *experts* que darão versões ou opiniões favoráveis à instituição assessorada.

## **Seção IV**

### **3.5. Jornalismo em Revista**

#### **3.5.1. As origens**

As primeiras revistas brasileiras surgiram no século XIX, sendo considerada a primeira delas *As Variedades ou Ensaios de Literatura*, lançada em 1812 e com apenas duas edições publicadas. Werneck Sodré (1999) diz que ela, como as demais do período, não possuía caráter noticioso, mas informações sobre viagens, trechos de autores clássicos, histórias antigas, discursos e anedotas, entre outras. Seguiram-se à *As Variedades* outras revistas com as mesmas características, que não lembram em nada as publicações de hoje. Entre elas podemos citar: *Revista da Sociedade Filomática* (1833), *Revista Brasileira* (1857), *Revista da Sociedade Ensaios Literários* (1876) e *Revista da União Acadêmica* (1899).

No início século XX os jornais sofrem mudanças estruturais, entre elas a separação do material literário das demais informações, o que permite às revistas também se reestruturarem. A esse respeito, Sodré informa que as alterações levadas à cabo pelos jornais fizeram com que as revistas passassem a ser essencialmente literárias, “embora também um pouco mundanas e, algumas, críticas” (Sodré, 1999, p.30). Com os homens de letras, que antes trabalhavam nos jornais, entrincheirados nelas, surgiram naquela época várias revistas: *A Rua do Ouvidor* (1900), *Revista da Semana* (1901), *Ilustração Brasileira* (1901), *O Minarete* (1903), *Kosmos* (1904), *Renascença* (1904), *A Vida Moderna* (1907), *Fon Fon* (1907), *Careta* (1908), *Revista Americana* (1909), *A cigarra* (1913), etc.

Mas foi somente em 1928, com a criação de *O Cruzeiro*, que o jornalismo em revistas começou a se firmar. Considerada pioneira na reportagem brasileira, a revista circulou até 1975 e pertencia aos Diários Associados, o grupo de Assis Chateaubriand. Dos anos 40 em diante, a dupla Jean Mazon e David Nasser ficou famosa ao percorrer todo o Brasil e trazer fotos e histórias extraordinárias, consolidando o gênero reportagem na história do jornalismo brasileiro.

Nascimento (2002), que faz um breve relato da história das revistas brasileiras na obra *Jornalismo em revistas no Brasil*, conta que a revista *Diretrizes*, criada por Samuel Wainer em 1938, também foi destaque no gênero reportagem e se destacou na produção jornalística com textos investigativos e críticos. Ela sobreviveu até 1944, sendo obrigada a encerrar suas atividades em decorrência de problemas de censura vigente no Estado Novo de Getúlio Vargas.

A *Manchete*, revista com uma concepção tida como mais moderna, foi lançada em 1952. De acordo com Paniago (2008), inspirada na revista francesa *Paris Match*, foi a primeira revista *off set* do Brasil. A revista surgiu como concorrente de *O Cruzeiro*. Uma de suas principais características era a utilização de grande número de fotos, razão pela qual a nova revista conseguiu trazer para a sua equipe o consagrado fotógrafo Jean Mazon, da revista *O Cruzeiro*. *Manchete* alcançou grande popularidade ao publicar reportagens históricas como o suicídio de Getúlio Vargas em 1954 e a inauguração de Brasília em 1960. Foi também a única revista a registrar a imagem do ex-presidente João Goulart deposto e a primeira revista a abrir uma sucursal em Brasília.

Outra revista que fez história é *Realidade*, lançada pela editora Abril em abril de 1966. A revista circulou mensalmente entre 1966 e 1975. A periodicidade mensal lhe permitia fazer reportagens de fôlego. A abordagem de suas reportagens possuía caráter investigativo dos fatos e foi considerada um exemplo de qualidade jornalística. Claudio Moreira, professor da Universidade de Brasília, assim se referiu a ela: “... pode-se assegurar que foi um marco na história da imprensa brasileira. Pelos assuntos que abordava, pelo tratamento dado a esses assuntos, pela renovação em termos de estilo e linguagem (Moreira, 2002, p.411).

Ainda na década de 60, surge outra revista que viria a ser, até os dias de hoje, o maior sucesso editorial do ramo: *Veja*, criada em 1968, também pela editora Abril, a qual apresentaremos com detalhes no próximo capítulo por ser o *corpus* desta pesquisa. Também neste segmento, duas outras revistas se destacaram: a *Isto é*, criada por Mino Carta em 1978 e a *Época*, lançada pela editora Globo em 1998. Ambas são revistas semanais e concorrem com a revista *Veja*.

### **3.5.2. As características**

As revistas semanais se diferenciam do jornal pelo formato, temática, tratamento visual (títulos sensacionalistas, cortes fotográficos) e, principalmente, pelo tratamento textual. Para Nascimento, as revistas podem produzir textos mais criativos em função do tempo que dispõem para análises e interpretações: “Sem o imediatismo imposto aos jornais diários, as revistas lidariam com os fatos já publicados pelos jornais ou já

veiculados pela televisão de maneira mais analítica, fornecendo um maior número de informações sobre determinado assunto” (Nascimento, 2002, p.18).

**Quadro 4: Principais revistas brasileiras entre 1900 e 1970 (Paniago, 2008)**

<b>Título</b>	<b>Criação</b>	<b>Cidade</b>	<b>Circulou até</b>
A Rua do Ouvidor	1900	Rio de Janeiro	
O Malho	1902	Rio de Janeiro	1954
Kosmos	1904	Rio de Janeiro	1909
O Tico Tico	1905	Rio de Janeiro	1959
Careta	1907	Rio de Janeiro	1960
Fon Fon!	1907	Rio de Janeiro	1945
O Pirralho	1911	São Paulo	1918
O Parafuso	1915	São Paulo	1921
O Cruzeiro	1928	Rio de Janeiro	1975
Revista Nova	1931	São Paulo	1932
O Globo Juvenil	1937	Rio de Janeiro	1950
Diretrizes	1938	Rio de Janeiro	1944
Revista do Rádio	1948	Rio de Janeiro	1970
Mindinho	1940	Rio de Janeiro	1974
Manchete	1952	Rio de Janeiro	2000
Visão	1952	Rio/São Paulo	1993
Senhor	1959	Rio de Janeiro	1964
Quatro Rodas	1960	São Paulo	em circulação
Cláudia	1961	São Paulo	em circulação
Fatos& Fotos	1961	Rio de Janeiro	1985
Contigo	1963	São Paulo	em circulação
Civilização Brasileira	1965	Rio de Janeiro	1968
Realidade	1966	São Paulo	1976
Exame	1967	São Paulo	em circulação
Veja	1968	São Paulo	em circulação
Pais&Filhos	1969	São Paulo	em circulação
Ele Ela	1969	Rio de Janeiro	em circulação
IstoÉ	1976	São Paulo	em circulação
Carta Capital	1994	São Paulo	em circulação
Época	1998	Rio de Janeiro	em circulação
Piauí	2006	São Paulo	em circulação

Para Sérgio Vilas Boas, o texto da revista se propõe mais abertamente a interpretar o fato, mesmo porque “toda reportagem de revista traz no texto, implícito ou não, uma espécie de *ponto de vista*, que aqui não deve ser confundido com qualquer tipo de opinião” (1996, p. 21). O autor adverte, porém, que existe uma pequena diferença entre *ponto de vista* e angulação: o primeiro admite interpretação; a angulação é o “rumo”, a escolha de uma ou várias nuances do fato.

A interpretação no jornalismo, segundo Vilas Boas, significa submeter os dados recolhidos a uma seleção crítica e depois transformá-los em matéria. O jornalista procura determinar o sentido de um fato por meio da rede de forças que atua nele, e não valorizar o fato, típico do jornalismo opinativo. Enfim, “interpretar é dar a informação sem opinar, expondo ao leitor o quadro completo de uma situação atual” (idem, p.77). Mas Vilas Boas lembra que o texto interpretativo não pode ser obtido pela digestão de seu conteúdo, é preciso permitir que o leitor o interprete.

Poder-se-ia dizer que a característica marcante das revistas atuais é complementar os vazios informativos deixados pela cobertura jornalística de jornais, rádio e televisão, já que, por limitação de tempo e espaço, os noticiários desses veículos são geralmente superficiais. De acordo com Vilas Boas, as revistas aprofundam o que ainda está em evidência nos noticiários, acrescentando a estes, por meio de textos e imagens elegantes e sedutoras, pesquisa, documentação e riqueza de detalhes.

### **3.5.3. Segmentação**

Nascimento mostra em sua obra *Jornalismo em Revistas no Brasil* a segmentação também como uma forte característica das revistas. Hoje, o homem, a mulher, o adolescente, o cientista, a dona de casa, todos eles têm à sua disposição títulos específicos que tratam de assuntos que lhes interessam. Esta segmentação levou à necessidade, por parte de estudiosos, de tentar classificar estas publicações no mercado editorial.

O autor cita algumas tentativas de classificação dessas revistas, como a de Muniz Sodré, em 1971, que relaciona quatro grupos principais de revistas no início da década de 1970: informação geral e entretenimento, informação e análise de notícias,

revistas femininas ou dedicadas a problemas de família e revistas de conhecimentos gerais. Cita ainda a proposta de Vallada, de 1989, também com uma divisão em quatro classes: informativas, de interesse geral, de interesse específico e especializadas.

Esta última divisão, de Vallada, coincide com a proposta de Marques de Mello e Galvão (1984), que subdivide ainda as classes de revistas em *espécies* e *subespécies*, resultantes de maior ou menor *seletividade* e de maior ou menor *concentração de difusão*<sup>18</sup>. Mello chama a atenção para o fato de que o termo *subespécie* não é utilizado no sentido pejorativo, mas de *maior índice de especialização*. Veremos, a seguir, como ele detalhou sua proposta.

**Revistas de Interesse Geral:** *O Mundo Ilustrado*, *Revista da Semana*, *O Cruzeiro* (1ª fase), *Manchete*, *Fatos&Fotos* são algumas que mais se destacaram neste segmento. Seu conteúdo é produzido para interessar qualquer tipo de pessoa, independente de sexo, idade, classe social ou nível intelectual, até mesmo analfabetos, “para ver figuras”. É o que Mello diz:

As revistas de interesse geral são superficiais, apresentam muitas matérias fúteis e “frias” ou de interesse irrelevante, o que as torna de leitura extremamente rápida e desinteressada, sendo postas de lado em pouco tempo, o que também não é bom para o anunciante. Suas matérias “mais atuais” já foram amplamente cobertas pelos jornais e pela TV dias antes. Além de fotos a cores sensacionalistas – e na maioria das vezes, de um “sensacionalismo barato” – pouco acrescentam ao que já foi dito. São, enfim, revistas mais para se “ver” do que para se “ler” (Mello, 1984, p. 31).

**Revistas de Informação:** Em lugar de frivolidades, como as revistas de Interesse Geral, estas apresentam informação, interpretação e opiniões, cativando leitores das classes culturais e sócio-econômicas mais elevadas, pelo menos teoricamente. Representam este segmento no mercado brasileiro revistas como *Veja*, *Isto É* e *Época*.

Mello explica que, por serem semanais, estas revistas perdem em atualidade, mas seus leitores ganham porque têm a oportunidade de acompanhar um fato já noticiado em profundidade, com os antecedentes, comentários, opiniões e análises.

---

<sup>18</sup> Mello baseia-se nas características do jornalismo discutidas por Otto Groth para formular sua proposta classificatória. Assim, quanto maior o grau de especialização de uma revista, tanto menor será sua difusão; tanto menor o universo (no sentido de seletividade) de seus leitores (Mello, 1984, p. 28).

Costumam apresentar, também, um resumo dos acontecimentos mais importantes da semana ocorridos no país e no mundo.

**Revistas de Interesse Específico:** Estas ocupam uma posição intermediária entre as de Interesse Geral e as Especializadas. Seu público leitor é indefinido e heterogêneo, independente de sexo, idade, estado civil e outros fatores, mas que, por algum motivo, tem um interesse maior por um assunto específico. Pertencem a este gênero as chamadas revistas femininas, as masculinas, as infantis, as esportivas e as de análise econômica como *Exame* e *Senhor*, apenas para ficar nesses exemplos.

Mello explica que esse interesse específico pode ser permanente, temporal ou circunstancial:

Assim, uma jovem entre 18 e 25 anos, noiva, tem, durante um certo tempo, seu interesse voltado para o noivado e o casamento. Quando ela se casa, seus interesses específicos serão alterados. Quando esta mesma jovem estiver grávida, também terá outro interesse específico ou segmentado. Anos mais tarde, já com as crianças de diferentes idades, seus interesses específicos também serão diferenciados (Mello, 1984, p. 32).

A maioria dessas revistas possui desdobramentos, que constituem suas espécies e subespécies. A revista *Cláudia*, por exemplo, pode ser desdobrada em *Cláudia Moda* (espécie) e *Cláudia Moda Infantil* (subespécie). Mello lembra que o conteúdo das revistas de Interesse Específico é normalmente restrito ao seu tema central e apresentado em uma linguagem que, embora acessível e não técnica nem especializada, é correta e precisa.

### **Revistas Especializadas**

Já as revistas Especializadas, de acordo com Mello, são as que possuem a maior quantidade de títulos e maior variedade de assuntos cobertos. Por isso mesmo, é o setor mais dinâmico e onde a rotatividade de títulos é mais acentuada. São lançadas geralmente por empresas privadas, instituições governamentais, associações de classe, institutos de pesquisa, universidades.

O conteúdo dessas revistas são reportagens, ensaios, pesquisas, estudos, teses e outros assuntos de interesse direto, “sempre com um caráter de aprofundamento da informação, de interpretação e de formação” (idem, p. 33). Seus leitores, assim, são selecionados e definidos por um ponto de interesse básico como o setor em que trabalham ou o campo de seu interesse especializado. Na visão de Mello, são publicações indispensáveis e fundamentais para o aperfeiçoamento e atualização profissional, tecnológica ou científica. Entre as inúmeras espécies e subespécies desta categoria de revista, Mello cita algumas:

**Técnico-setoriais:** dirigidas a um setor industrial, comercial, profissional ou de serviços, como um todo;

**Técnico-profissionais:** sua fórmula editorial visa ao homem especializado em um determinado assunto, tendo como objetivo a atualização e aprimoramento daquele profissional;

**Acadêmico-científicas:** são as de elevado nível científico, contendo em suas páginas especulações teóricas sobre seu tema central, teses, revisões, resultados de pesquisa, e destinadas também a um leitor altamente selecionado como cientistas, pesquisadores e estudiosos do assunto;

**Empresariais:** são editadas por empresas industriais, comerciais ou de serviços, distribuídas gratuitamente a seus empregados, representantes, distribuidores, clientes, acionistas e outros interessados, com fins institucionais, promocionais ou apenas de integração interna ou da empresa com a comunidade.

## Seção V

### 3.6. Revista Veja

Prestes a completar 43 anos de circulação, *Veja* é a revista semanal de informação mais duradoura do país e, de longe, a de maior tiragem entre suas concorrentes diretas do mesmo segmento, com cerca de um milhão e cem mil exemplares distribuídos a cada semana, contra uma média de 350 mil das concorrentes, conforme registrado na publicação *Mídia Dados Brasil 2010*<sup>19</sup>.

---

<sup>19</sup> Segundo a publicação, em 2009 a tiragem semanal de *Veja* foi de 1.097,5; da revista *Época*, 413,3; da *IstoÉ*, 344,0; e da *Carta Capital*, 31,7.

*Veja* nasceu em 11 de setembro de 1968, em pleno regime militar, ano conturbado e marcado por grandes acontecimentos no Brasil e no mundo, que provocaram intensas transformações políticas e comportamentais que influenciaram a segunda metade do século XX no Ocidente. Manifestações estudantis ocorriam em vários cantos, principalmente na França; nos Estados Unidos eram assassinados o senador Robert Kennedy e o líder pacifista negro Martin Luther King; Na Europa, as tropas militares do Pacto de Varsóvia, a aliança militar dos países do Leste Europeu, invadiam a Tchecoslováquia para reprimir os anseios de democracia da população, episódio que ficou conhecido como “A primavera de Praga”. No Brasil, os protestos contra o regime militar, principalmente dos estudantes, levam o governo a decretar o Ato Institucional nº 5, a expressão mais acabada da ditadura militar, que concede poder de exceção aos governantes para punir arbitrariamente os inimigos do regime. O Congresso Nacional é fechado.

Quem idealizou a revista foi Roberto Civita, filho de Victor Civita, proprietário da editora Abril. *Veja* seria um semanário semelhante às norte-americanas *Time*, *Look* ou *Life* ou à francesa *Paris Match* ou à alemã *Der Spiegel*. A revista foi editada com um projeto gráfico inspirado na também norte-americana *Newsweek*. No livro *Veja sob censura* (2009), Maria Fernanda Lopes Almeida conta com detalhes esta história, inclusive com depoimento de Roberto Civita revelando seu sonho de lançar uma revista semanal de informação no Brasil.

A edição especial da revista de setembro de 1972, que conta sua história, traz em seu editorial, assinado por Mino Carta, o primeiro Diretor de Redação de *Veja*, um depoimento desafiador ao assumir uma postura independente, focada no leitor, e de crítica às suas concorrentes:

*Veja*, uma revista semanal de informação que está completando quatro anos de idade, não é feita para marcianos, embora se disponha a servi-los em caso de necessidade. Basta-lhe servir informação correta e completa a um bom número de terráqueos – e completa não quer dizer minuciosa como uma escritura pública, mas pousada numa perspectiva que permita diagnosticar as causas dos acontecimentos e estudar os seus possíveis desenvolvimentos. Quanto à correção, isto significa que se garante informação honesta, sem a mais leve pretensão de objetividade, uma qualidade que outras publicações costumam atribuir-se, como se estivessem levitando entre o céu e a terra, acima do bem e do mal. *Veja* deixa a objetividade para as máquinas bem azeitadas e melhor

programadas, irremediavelmente e humildemente certa de que o jornalista, um homem comum, exprime a si mesmo até na hora menor de colocar a mais recatada das vírgulas. Honesta, sim, isto é, decidida, por natureza e formação, a contar os fatos como os viu – e, quando isso não for possível, o destinatário perdoe e entenda as vicissitudes de um momento especial.

A verdade é que *Veja* nasceu como uma representante da modernização da imprensa do país baseada nos elementos visuais importados de exemplos americanos. Vivia-se a fase de consolidação da indústria cultural brasileira e o jornalismo já possuía um carácter empresarial. A Editora Abril, por exemplo, editava publicações importantes como *Realidade* e *Quatro Rodas*, revistas de fotonovelas, de moda ou voltadas para segmentos específicos do público (*Manequim*, *Cláudia*), além de revistas em quadrinho.

Vivia-se também um momento histórico e político particularmente perturbado, principalmente pela censura imposta aos meios de comunicação pelo regime militar. A ditadura militar no Brasil durou de 1964 a 1985. Durante este período, os veículos de comunicação eram obrigados a conviver em suas redações com censores, matérias eram vetadas por telefone e até por bilhetinhos, certos assuntos não podiam ser abordados (tabus), determinadas pessoas não podiam ser entrevistadas ou citadas<sup>20</sup>, jornalistas eram presos e torturados e por diversas vezes exemplares de jornais e revistas, inclusive *Veja*, chegaram a ser recolhidos em bancas de jornal.

Maria Fernanda Lopes Almeida conta que na primeira lista de proibições enviada à *Veja*, em 12 de fevereiro de 1974, havia 26 itens. Não se podia falar de seqüestros, estouro de bombas, tortura, greve de fome, de personalidades como D. Pedro Casaldáliga, D. Hélder Câmara, este último considerado “o líder da ala progressista da Igreja Católica, que fazia duras críticas ao governo, em especial quanto às injustiças sociais agravadas pelo modelo econômico adotado” (Almeida, 2009, p. 112/113).

---

<sup>20</sup> Almeida cita, como exemplo, que a imprensa brasileira estava proibida de publicar qualquer notícia sobre o cantor e compositor Geraldo Vandré, pois ele era considerado *persona non grata* por contestar o regime militar. Defensor de uma cultura nacional e popular, Vandré é autor da canção *Pra não dizer que não falei das flores*, símbolo das manifestações estudantis nas décadas de 1960/70.

Para alertar seus leitores que estava sendo censurada, *Veja* adotava estratégias. Após receber a lista de proibições, ilustrou com anjinhos e diabinhos as matérias censuradas da revista numa sequência de seis edições.

A censura à imprensa no Brasil é anterior à criação da revista *Veja*. O Ato Institucional nº 2 (AI-2), de 27 de outubro de 1965, Artigo 24, “retirou do juri a competência para o julgamento dos abusos da imprensa e aumentou o prezo de prescrição das correspondentes ações penais.” O artigo 12 determinava que “não será tolerada propaganda de guerra, da subversão da ordem ou de preconceito de raça ou de classe”. Entretanto, foi com a publicação da Lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967 (Lei de Imprensa), do Decreto-Lei nº 898, de 29 de setembro de 1969 (Lei de Segurança Nacional) e do Ato Institucional nº 5 (AI-5), de 13 de dezembro de 1968, que a censura instalou-se definitivamente no país. O artigo 9 do AI-5 determinava a censura de correspondência, da imprensa e das telecomunicações.

Com o AI-5, vieram não só a censura, mas também prisões de jornalistas e apreensão de edições de jornais e revistas. A revista *Veja* teve a edição de nº 15, de 18 de dezembro de 1968, apreendida porque publicou uma foto do presidente Costa e Silva sozinho sentado na Câmara dos Deputados. Não havia nada escrito. Roberto Civita entendeu que a capa falava por si, como relatado por Almeida no diálogo entre o diretor da Abril e o censor durante um almoço:

- Estou pensando em colocar o presidente na capa – disse Roberto Civita ao censor.

- O que o senhor vai escrever na capa?

Roberto Civita pensou por um momento e respondeu, seriamente:

- Nada.

Qualquer coisa que escrevêssemos, ia ter que ser tirado. Então, eu achei que a capa falava por si. Ele achou a capa ótima. Não pensou muito no que estava rolando e lá se foi a capa. Um pouco devido ao vinho, um pouco devido ao fato de que falei que não ia escrever nada. A capa foi uma bomba e não agradou aos militares. O nosso censor sumiu. Foi trocado na semana seguinte por um outro. (Almeida, 2009, p. 101).

Naquela época, a censura era feita por meio de telefonemas, bilhetinhos e telex. Ela veio com força no início dos anos 1970. *Veja* teve mais uma edição apreendida nas bancas, a de nº 66, de 10 de dezembro de 1969, que trouxera uma reportagem sobre a censura. A edição anterior (nº 65), já tratara do assunto publicando os principais tipos de

tortura realizados nas prisões brasileiras e uma reportagem sobre Frei Betto, então preso em Porto Alegre e incomunicável por 16 dias.

Depois da apreensão da edição nº 66, a censura ficou mais rígida. Primeiro foi feita por militares por cerca de um ano na própria redação da revista. A partir de 1971, começou a ser feita por agentes da Polícia Federal. Era comum naquela época dirigentes de *Veja* serem convocados para depor. Almeida conta que Roberto Civita teve de viajar várias vezes a Brasília para dar explicações sobre matérias publicadas.

Em 1º de dezembro de 1971, *Veja* teve mais uma edição apreendida, a de nº 169. A revista trazia reportagem sobre Haroldo Leon Peres, governador do Paraná, que renunciou ao mandato em função de acusações sobre corrupção. O assunto havia sido censurado pelo governo. Em resposta, a editora Abril denunciou à Comissão de Liberdade de Imprensa da América Latina essa violação contra a liberdade de imprensa.

Almeida relata que em 24 de março de 1973 a editora Abril recebeu um comunicado de que a revista passava a ter a circulação condicionada à aprovação prévia pela censura. O motivo era a matéria de capa, da edição nº 245, que estampava a atriz Darlene Glória, símbolo sexual da época. A matéria trazia assuntos considerados tabu, como prostituição, homossexualismo e aborto, o que irritou os censores.

A censura à *Veja* acabou em 1974, no início do governo Ernesto Geisel, a partir da edição nº 291, que publicou matéria sobre os 10 anos do golpe militar. Durou pouco. A censura voltou a partir da edição nº 297. O motivo foi a charge de Millôr Fernandes, na edição anterior, que mostrou um prisioneiro pendurado na parede com uma bola de ferro nos pés e o seu carcereiro dizendo: “Nada consta”. Millôr era um dos principais alvos dos censores. Maria Fernanda Almeida conta que ele teve 19 desenhos proibidos e 505 linhas riscadas. “Somente a frase ‘Livre pensar é só pensar’ foi vetada oito vezes” (Almeida, 2009, p. 133).

A censura saiu de *Veja* definitivamente em junho de 1976 e, nos outros órgãos de comunicação, dois anos depois, em junho de 1978, como informa Almeida. Um coronel, conhecido como Félix, deu a informação por telefone a um assessor de Edgard

Faria, diretor responsável da editora Abril, que não precisava mais mandar a revista, já impressa, para a casa do censor.

Entretanto, como a criação de *Veja* foi orientada por questões empresariais e mercadológicas, ou seja, como um produto para dar lucro, sua posição era tanto conciliadora como ambígua em relação aos governos militares. A revista apoiava, quando lhe era conveniente, já que se favorecia com ela, a política econômica oficial, assim como também proclamava a liberalização do regime, porém de forma cautelosa para não provocar a “linha dura” do regime, que poderia endurecer ainda mais sua posição.

*Veja*, como qualquer outro órgão da imprensa da época, dependia do governo para continuar sobrevivendo. O Estado praticava a censura, mas também foi o grande incentivador da indústria cultural. Pressionava a grande imprensa através da liberação ou não de recursos financeiros para o seu próprio desenvolvimento; autorizava ou não a importação de equipamentos gráficos, assim como também autorizava ou não a publicidade nos veículos de imprensa.

Dessa forma, o caráter empresarial de *Veja* preservava as relações capitalistas, ao mesmo tempo em que adotava um caráter conservador em suas matérias para poder se manter no mercado. Porém, em questões específicas, como a censura, a tortura, e a campanha pelas eleições presidenciais diretas, *Veja* entrou em conflito com os militares. Essas questões estavam dentro daquilo que a revista defendia como fundamental para o retorno ao Estado de Direito. A partir daí, incluíam-se a liberdade de pensamento, as garantias individuais dos sujeitos e o direito ao voto do cidadão.

Exemplo de profissionalismo de ‘*Veja* daquela época’ foi o apoio dado ao jornalista Luis Cláudio Cunha durante a apuração do sequestro dos uruguaios Universindo Diaz, Lilian Celiberti e seus filhos Camilo (8 anos) e Francesca (3) em Porto Alegre em 1978. Cunha, que então era o chefe da sucursal da revista na capital gaúcha, reconstitui, com detalhes inéditos no livro *Operação Condor. O sequestro dos uruguaios. Uma reportagem dos tempos da ditadura* (2008), o episódio indo além, antes e depois do dia 17 de novembro daquele ano, quando ele próprio foi testemunha ocular

do sequestro<sup>21</sup>. Durante quase vinte e um meses, Cunha dedicou-se à investigação daquela que se comprovaria ser uma ação da Operação Condor, uma organização fundada no Chile do general Augusto Pinochet, em 1975, na presença de representantes da Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai. Conhecida hoje como o ‘Mercosul do Terror’, a Condor atuava à margem da lei, clandestinamente. Nunca antes se vira uma organização de terrorismo de Estado tão ampla (os seis países do Cone Sul e, mais tarde, o Equador e Peru) durante tanto tempo (1975 a 1981). Da inicial fase de troca de informações e criação de um banco de dados sobre os opositores dos regimes ditatoriais, as ações da Condor evoluíram para troca de prisioneiros e operação conjunta de sequestros, execuções e atentados. Certamente o apoio da direção de *Veja* a Cunha e sua equipe foi fundamental para o desenvolvimento da investigação jornalística que desmascaria, pela primeira vez, uma ação da Condor.

Em 43 anos, *Veja* se tornou a terceira revista semanal de informação mais lida no mundo e a primeira no país. A edição especial comemorativa dos 40 anos da revista, publicada em setembro de 2008, mostra que o seu leitor é representado por 47% de homens e 53% de mulheres; 40% deles são casados; 68% dos assinantes têm ensino superior, dos quais 24% são pós-graduados; 73% pertencem às classes A e B; 30% assinam a revista há pelo menos cinco anos; 55% têm entre 20 e 49 anos.

Esses números mostram que o perfil dos leitores de *Veja* corresponde ao que se poderia chamar de “formadores de opinião”, uma classe privilegiada de brasileiros que estudaram, trabalham e integram a elite econômica do país.

Após o fim da ditadura, em 1985, a revista tem sofrido pesadas críticas sobre a sua linha editorial. Na opinião de jornalistas, ela se tornou conservadora e veicula informações sem indícios concretos. Luis Nassif é um dos jornalistas que condenam a revista, através do seu *blog* na internet, onde publicou o “dossiê *Veja*”, reproduzido em mais de 800 *blogs*.

---

<sup>21</sup> No livro, Cunha ‘fala’ de um lugar privilegiado, porque ele foi testemunha ocular dos acontecimentos. Quando ele se situa no cenário dos acontecimentos, a narração é feita em primeira pessoa, caracterizando-o como narrador e protagonista. Outras vozes também se ouvem através da sua, como as dos seqüestrados Universindo Dias e Lilian Celiberti, “vozes que não conseguiam ser ouvidas... que precisavam ser ouvidas” (Cunha, 2010, p. 18).

O “dossiê *Veja*” foi publicado em capítulos para denunciar a postura da revista, como ‘lobbies com políticos e empresários’, ‘assassinatos de reputação’, ‘manipulações’ e ‘outros despezos à lei”. A publicação eletrônica *Portal Vermelho* publicou entrevista de Nassif, em 5 de março de 2008, onde o jornalista afirma que “*Veja* está num processo de deterioração moral” e que a revista é o “maior fenômeno de antijornalismo nos últimos anos” .

O “dossiê *Veja*” conta os bastidores e as evidências desse processo de antijornalismo. Mostra as relações promiscuas entre o diretor de Redação de *Veja*, Eurípedes Alcântara, e o banqueiro Daniel Dantas. Relata também o clima bélico injetado contra jornalistas de outros veículos, a campanha ostensiva contra o governo do presidente Lula, entre outros descabros. Na entrevista, Nassif diz que enfrentar *Veja* é lutar em defesa do jornalismo. Mas o dossiê só tem êxito, segundo ele, porque a internet começou a democratizar a informação no Brasil, permitindo denúncias de abusos, além de contrapontos fora da grande mídia.

Alberto Dines, editor de *O Observatório da Imprensa* publicação *on line* que analisa a atuação dos jornalistas e meios de comunicação, é mais um que não poupa críticas à revista. Em 16 de maio de 2006, publicou artigo onde afirma que “jornalismo de *Veja* não vê, chuta”. Ele se refere à edição nº 1956, de 17 de maio de 2006, a qual “transformou-se instantaneamente num clássico da impostura jornalística”. Nessa edição, *Veja* é acusada de publicar uma reportagem, “A guerra dos porões”, inconsistente, incoerente, duvidosa, incerta e insegura:

A matéria ‘A guerra dos porões’ (pags. 40-45) segue uma linha que *Veja* persegue há tempos - derrubar o presidente da República, a maior autoridade do país. Mas foi pensada, escrita e editada no extremo oposto – nos porões de uma profissão que já foi considerada missionária, romântica, decente e respeitável. (Dines, 16/05/2006, *Observatório da Imprensa*)

As críticas direcionadas a *Veja* não são apenas de jornalistas. O jornal *O Globo*, em sua edição de 13 de março de 2005, publicou carta que enviara à revista e que essa se negara a publicá-la. Diz o início da carta:

Reportagem da *Veja* na semana passada, intitulada ‘Operação abafa’, com críticas ao *Globo*, foi motivo de carta enviada pelo jornal à redação da revista. Pelas discussões jornalísticas que o caso proporciona, *O Globo* publica a seguir a íntegra da mensagem que remeteu à *Veja* e que não foi publicada pela revista.

A reportagem de *Veja* criticava os outros veículos de comunicação que, por “amizade”, teriam “protegido” o cantor e compositor Chico Buarque ao não divulgar fotos suas com a nova namorada numa praia do Rio de Janeiro. A resposta de *O Globo*, a qual publicamos abaixo, ilustra bem os tipos de crítica que a revista *Veja* vem recebendo.

1. A *Veja* não tem como sustentar, pois é rigorosamente falsa, a insinuação de que tenha existido qualquer telefonema de “assessores” de Chico Buarque ao jornal *O Globo*, em qualquer instância, solicitando que as fotos do compositor não fossem publicadas. Prestei a informação correta por escrito à *Veja* mas ela foi omitida da matéria;
2. Não é verdade que *O Globo* tenha sido “um dos jornais que cobriram mais extensamente” as confusões do casamento do craque Ronaldo com Daniella Cicarelli. Uma apuração menos preguiçosa teria notado que *O Globo* foi, entre os grandes jornais, o único a não ter um enviado especial ao cenário do casamento. Sequer a correspondente do *Globo* em Paris foi deslocada para Chantilly. A “extensa cobertura” do *Globo* limitou-se a um texto-legenda na editoria de Esportes e a notas de coluna;
3. *Veja* omitiu capciosamente do texto – provavelmente porque isso iria contrariar a tese embutida na sua matéria – a informação que enviei por escrito à revista dando conta de que *O Globo* nunca publicou fotos de Ronaldo com uma modelo tiradas por paparazzi na Itália, quando ainda era casado com Milene;
4. Chega a ser infantil a afirmação de que Chico Buarque, um dos maiores artistas do país, em ação há mais de 40 anos, precisa de “amigos” na imprensa para dar uma forçinha em sua carreira. *O Globo* possui realmente um bom relacionamento com Chico e é motivo de orgulho que ele tenha sido colunista do jornal por um período. *O Globo* não tem problemas com o sucesso dos artistas brasileiros e estabelece com eles uma relação profissional e de respeito. *O Globo* não negocia o acesso a artistas em troca de resenha favorável a suas obras;
5. A decisão de não publicar as fotos seguiu uma linha editorial que vem sendo adotada pelo *Globo* há muito tempo – diante disso, a opção foi muito clara. Apenas para informação dos leitores da *Veja*, cabe lembrar episódios recentes, de áreas diversas, em que a mesma orientação foi seguida. Quando a atriz Carolina Dieckman saiu de casa, e sabia-se que estava em processo de separação, a orientação do jornal no episódio para a coluna de TV foi de que não havia interesse nesse tipo de assunto, envolvendo fútricas familiares que poderiam causar prejuízos à vida particular dos envolvidos. O mesmo ocorreu há poucos meses quando o compositor Caetano Veloso saiu de casa e revistas de celebridades fizeram campanha na sua porta: o assunto foi aberta e francamente discutido com editores da coluna de gente do jornal e *O Globo* decidiu minimizá-lo, Conduta semelhante *O Globo* adotou quando a revista *Contigo!* Ofereceu fotos da apresentadora Angélica de topless num hotel em Miami: nada publicamos. Mais atrás ainda, o mesmo comportamento norteou a linha editorial do jornal – e de toda a imprensa brasileira, *Veja* inclusive – quando o ministro Ciro Gomes e a atriz Patrícia Pillar começaram a namorar;

6. No caso de Chico, que está separado há quase 10 anos, nem mesmo uma notícia havia no episódio para justificar a publicação;
7. A postura do *Globo* de respeito aos fatos, aos leitores e às fontes tem sido consagrada pela circulação crescente, pela coleção de prêmios e pela credibilidade do jornal junto ao público formador de opinião no país. Pesquisa apresentada este ano no Fórum Econômico de Davos pela maior agência de relações públicas independente do mundo (Edelman) aponta *O Globo* como o veículo de maior credibilidade entre todos os meios de comunicação brasileiros;
8. Cada veículo tem a sua linha editorial, baseada em suas discussões internas, no perfil de seus leitores e em seus princípios éticos. Se a *Veja* publica fotos de paparazzi, está no seu direito. *O Globo* evita avançar na intimidade de seus personagens de forma sensacionalista. Por isso, não vê relevância jornalística neste tipo de fotos. Veículos de qualidade pelo mundo afora também agem assim. Essa não é uma decisão simples, é fato editorial bem mais complexo do que faz supor a vã aula jornalística da *Veja*. No próprio episódio Chico Buarque, a maior revista de celebridades do país, a *Caras*, decidiu não publicar as fotos, embora tenha sido procurada pelo fotógrafo que clicou o compositor. E não consta que Chico tenha algum “grande e poderoso” amigo na *Caras* para “dar uma mãozinha”.

Atenciosamente, Rodolfo Fernandes, Diretor de Redação (*O Globo*, 13/03/2005, Primeiro caderno, p. 25).

Este capítulo, dedicado exclusivamente ao jornalismo, discutiu a questão se o jornalismo é ciência, se é uma forma de conhecimento ou se é simplesmente senso comum. Mostrou que as opiniões são controversas e que ainda não há consenso entre os pesquisadores acerca do caráter científico ou não do jornalismo. Também apresentou evidências de que o jornalismo, mesmo não sendo considerado ciência, trabalha de forma organizada por meio de um método, embora esse método não possa ser considerado científico. As fontes de informação com as quais trabalham os jornalistas foram apresentadas e, para finalizar o capítulo, apresentamos um breve relato do que é jornalismo de revista e nos fixamos mais detalhadamente na revista *Veja*, nosso *corpus*.

## **Capítulo 1V – Procedimentos metodológicos e Análise**

### **4.1. Introdução**

O percurso metodológico adotado nesta pesquisa constou de três etapas, sendo a primeira a revisão do estado da arte dos aportes teóricos desta pesquisa, ou seja, História do presente, narrativa jornalística e personagem. A segunda, o levantamento do que foi publicado na revista *Veja* sobre a personagem Fernando Gabeira. Na terceira e última etapa, a da análise dos textos, foi a adoção da proposta de Sérgio Dayrell Porto (1999) e que ele chama de “O caminho das seis leituras interpretativas”. A seguir, resumimos a proposta de Porto::

1. **Leitura Polissêmica ou Literária**, em que o leitor deixa-se levar pelo próprio texto sem o compromisso de identificar as intencionalidades do enunciador. Ele não reprime a polissemia, ou seja, não se preocupa com a multiplicidade de sentidos contidos em qualquer texto. Também não se preocupa com possíveis paráfrases – sentidos já estratificados, sentidos que se mantêm e se repetem, sentidos originais e intencionais, metafrases – contidas no texto. Nessa leitura silenciosa e descompromissada, os sentidos irão fatalmente brotar, o campo ainda é o da intuição e da inteligência sensível.
2. **Leitura Parafrásica ou Científica**. É nessa segunda leitura que se buscam as intenções dos interlocutores, ver em que medida inovam, em que medida insistem nas mesmas ideias. A finalidade é obter respostas que possam confirmar ou negar previamente algumas indagações, de preferência uma hipótese já formulada. Pelo senso da ciência, é hora de questionar o texto não deixando-o falar livremente, verificar se ele está vinculado a algum paradigma ou a alguma corrente de pensamento identificável.
3. **Leitura Arqueológica**. É o momento da busca do *já dito*, dos arquivos (vivos e mortos), momento de arqueologia (quais lembranças os interlocutores fazem aflorar em seus textos?). Nesta leitura buscam-se

referências documentais, históricas e contextuais do texto, dedicando-se à função simbólica da narrativa, ou seja, que símbolos, que palavras estão sendo usadas pelos interlocutores e como se desenvolveram através de um tempo que possa uni-los, ou não. Buscam-se, enfim, as malhas (as tramas) nodais, fundamentais, os fios de montagem, as malhas básicas que sustentam a narrativa, assim como outras malhas, tecidos visíveis no texto, que embora não sendo preponderantes, exerçam papéis destacáveis.

4. **Leitura Enunciativa**, que identifica e nomeia os sujeitos enunciadore e enunciatários, ou receptores. É o momento de caracterizar bem as suas posições, se firmes e fixas ou se em mutações constantes, de identificar os enunciadore principais. É o *momento do dizer*, através dos sujeitos da enunciação, dos sujeitos dos enunciados e dos sujeitos das formações discursivas.
5. **Leitura Argumentativa**, que analisa as principais ideias que estão sendo mostradas, discutidas ou impostas. É hora de verificar o tom dialogal da narrativa, ou autoritário, ou até mesmo seu caráter lúdico. De analisar como essas ideias são defendidas pelos sujeitos da enunciação e dos enunciados, a sua força argumentativa, e se se baseiam mais no sentido lógico ou no lado comovente da retórica. Trata-se de um texto com argumentos visíveis ou simplesmente portador de ideias de passa-tempo? Sendo argumentos, eles são inventivos, bem locucionados, bem dispostos linguisticamente, apelando bem para a memorização das ações envolvidas ou existem problemas nesse caminho persuasivo? Pela argumentação o texto deve ser lógico e essa lógica deve ser explicitada.
6. **Leitura do Acontecimento**. É o momento do encontro da estrutura da linguagem com a história, em que se nota o esquecimento ou a imposição ideológica, momento da fratura discursiva, momento em que aparece com cores nítidas a ilusão dos sujeitos envolvidos na narrativa. Deve-se procurar saber se a narrativa flui normalmente, sem atropelos lógicos, ou se existem contradições argumentativas. Chegou então o momento de encontrar a exterioridade do texto em seu contexto, no vão dos interdiscursos, onde a presença do outro sempre evidenciará as marcas de um novo acontecimento.

É importante observar que essas leituras propostas por Porto (*op. cit*), embora independentes, não se excluem, mas se interpenetram, compreendem-se a si mesmas, são solidárias umas com as outras. Isso possibilita, como o próprio teórico explica, “que tanto se faça uma leitura após a outra segundo sua ordem de apresentação, ou que se volte à segunda, e se passe à quarta e assim por diante” (p. 23). O método previsto por Porto acolhe essas idas e vindas. É possível que se leia o escrito hoje ou amanhã, sem abandonar o publicado ontem.

Neste trabalho, a apresentação das análises não obedeceu a ordem cronológica da publicação dos textos. Optamos por apresentar, em primeiro lugar, a análise da matéria em que a personagem Gabeira foi capa da revista, por ser a mais completa e a que deu maior destaque à personagem. Os outros textos, como veremos adiante, apresentam sempre as mesmas informações, pouco acrescentando em termos de conteúdo.

#### **4.2. Corpus**

Nesta pesquisa, analisamos como *Veja* construiu a imagem do deputado personagem Fernando Gabeira em diversas matérias publicadas pela revista. Por isso, o *corpus* foi retirado da versão impressa da revista. As unidades de análise estão datadas no período entre 15 de junho de 2005 a 20 de setembro de 2006. Nestas, somente serão analisados os textos (num total de 13) em que Gabeira aparece como protagonista. Esse corte se fez necessário porque Gabeira é citado em centenas de outras notícias, mas nelas não é o assunto principal.

A escolha de *Veja* como objeto empírico se justifica por dois motivos. Primeiro, porque é considerada a maior e mais lida revista brasileira semanal do gênero. Como afirma a própria *Veja* na seção Carta ao Leitor, da edição 2095, de 14/01/2009, a revista é a terceira do mundo, com mais de 1,1 milhão de tiragem. Segundo, a quantidade de textos jornalísticos sobre Gabeira em diferentes órgãos de imprensa nos anos pesquisados exigiu esse recorte temporal, porque seria difícil analisar tudo o que foi publicado ou mostrado nas centenas de matérias em que ele aparece como personagem, mesmo que nem sempre como o protagonista. Os textos que foram objetos de análise são os seguintes:

► **Reportagem de capa publicada na edição nº 1974, de 20/09/2006, assinada por Lucila Soares**, cuja manchete é *A utopia possível de Fernando Gabeira*, seguida do subtítulo *o deputado que foi guerrilheiro se tornou um paladino da ética e da lucidez na política brasileira (anexo 1)*;

► **Entrevista nas páginas amarelas na edição 1909, de 15/06/2005, assinada por Thaís Oyama**, cujo título é *“O PT acabou”* seguido do subtítulo *Ícone da esquerda brasileira, o deputado diz que o PT é “igual aos outros partidos” e que o presidente Lula está deslumbrado com o poder (anexo 2)*;

► **Reportagem publicada na edição 1961, de 21/06/2006, assinada por Júlia Duailibi**, cujo título é *O guerrilheiro da lucidez*, e o subtítulo *Gabeira consegue criar a CPI das Sanguessugas e mostra por que tem sido uma voz racional no pântano de Brasília (anexo 3)*;

► **Ensaio assinado por Roberto Pompeu de Toledo na edição 1921, de 07/09/2005**, com o título *Uma bela cena num filme ruim*, seguida do subtítulo *Gabeira faz crer que quem sabe um dia sejam derrotadas a safadeza e a estultície (anexo 4)*;

► **Artigo assinado por Tales Alvarenga na edição 1923, de 21/09/2005**, com o título *Gabeira e os outros*, seguido do subtítulo *“Para justificar antigas crenças demolidas pelos fatos, muitos integrantes da esquerda se tornam intelectualmente desonestos. Mentem para se agarrar a teses já desmoralizadas” (anexo 5)*;

► **Artigo assinado por Diogo Mainardi na edição 1958 de 31/05/2006**, com o título *Gabeira para presidente* e o subtítulo *“Ganhar ele não ganha. O que eu espero dele não é isso. O que eu espero dele é que manifeste toda a minha repulsa por lulistas e opositoristas” (anexo 6)*;

**Frases atribuídas a Fernando Gabeira e publicadas na coluna Veja Essa (anexo 7):**

#### **Edição 1919, 24/08/2005**

● “O governo está morto. Nós estamos discutindo o que fazer com o corpo até 2006”, ao sair da reunião das oposições que discutiu a crise;

#### **Edição 1921, 07/09/2005**

- “Senhor presidente, peço a palavra, pela ordem, para uma reclamação. Já pedi a palavra há algum tempo e vossa excelência finge que não está vendo”, dirigindo-se ao presidente da Câmara, Severino Cavalcanti;

- “Então, vossa excelência tem a palavra. Vossa excelência falou muito baixo ou muito fino”, Severino Cavalcanti, respondendo com sua típica educação;

- “Vossa excelência concedeu uma entrevista à Folha de S. Paulo não compatível com um presidente da Câmara. Ou Vossa excelência começa a ficar calado, ou vamos iniciar um movimento para derrubá-lo”, acusando Severino de defender empresas que utilizam trabalho escravo e de se comportar de forma indigna no cargo;

#### **Edição 1924, 28/09/2005**

- “Não há mais salvadores. Há processos de recuperação, mas sem características messiânicas”, acreditando na maturidade do eleitor brasileiro, depois das mancadas do governo petista;

#### **Edição 1958, 31/05/2006**

- “Daqui a pouco a Polícia Federal vai ter uma ala só para os assessores do senador Ney Suassuna”, sobre a prisão de assessores parlamentares envolvidos na máfia das ambulâncias;

#### **Edição 1959, 07/06/2006**

- “Minha proposta não é só ir ao Supremo Tribunal Federal, é ir para a guerra”, indignado com as manobras do presidente do Senado, Renan Calheiros, que impede a instalação da CPI dos Sanguessugas;

#### **Edição 1962, 28/06/2006**

- “Primeiro Lula inaugurou obras inacabadas. Agora vai vistoriá-las. O próximo passo será promover eventos em que o presidente ‘desejará’ o surgimento de uma obra”, Paineis da Folha de S. Paulo;

#### **Edição 1969, 16/08/2006**

- “Tenho certeza de que foi parar dinheiro em bolso de parlamentar. Eles transformaram o Ministério da Ciência e Tecnologia em coisa de compadre”, referindo-se aos políticos do PSB.

### 4.3. Análise do corpus

#### 4.3.1. A utopia real de Fernando Gabeira (anexo 1)

Partindo do modelo de Sérgio Porto, ele propõe como primeiro passo uma leitura polissêmica ou literária, em que o leitor é levado pelo próprio texto sem o compromisso de identificar as intencionalidades do enunciador. Durante essa leitura, o leitor de *Veja* certamente se deslumbrará com a narrativa fantástica produzida pela revista, verdadeira odisséia, da trajetória daquela personagem, iniciada em 1968. Dessa leitura, depreenderá que Gabeira era um promissor jornalista de um dos mais importantes jornais impressos da época, o *Jornal do Brasil*. Após o golpe militar, rebelou-se contra o governo militar constituído e ingressou na luta armada contra esse poder; participou do seqüestro do embaixador dos Estados Unidos, então a maior potência econômica e militar do planeta; foi preso, torturado e depois exilado. No exílio, morou em diversos países e sobreviveu submetendo-se a empregos muito aquém de sua capacidade intelectual e profissional, como os de porteiro de prédio e maquinista de trem; volta ao Brasil, anistiado, 10 anos depois e choca a sociedade ao defender ideias consideradas adiantadas para aquele tempo, como questões ligadas ao feminismo, luta dos negros e das minorias sexuais; escreve livros, participa de movimentos sociais e, em 1986, entra na política, candidata-se ao governo do estado do Rio de Janeiro pelo Partido Verde, que ajudou a criar, mas não obtém sucesso; em 1994 e em 1998, elege-se deputado federal; passa por um período de relativo ostracismo e quase não se reelege nas eleições de 2002, obtendo menos de 40 mil votos. Em 2005, retorna triunfante ao palco político ao desafiar o então presidente da Câmara dos Deputados Severino Cavalcanti, envolvido em denúncias de corrupção; a mídia, com este episódio, alça-o às alturas, chama-o de “guerrilheiro da lucidez”, em referência ao seu passado, e compara-o a figuras históricas e revolucionárias como os pacifistas americano Martin Luther King e o indiano Mahatma Ghandi.

É a partir da segunda leitura – parafrásica ou científica – que o leitor, meio desconfiado e com algumas hipóteses na mente, procura verificar as reais intenções do enunciador. Como ele construiu uma imagem tão positiva do deputado? Nas análises

abaixo, advertimos que quando nos referimos a Fernando Gabeira estamos nos reportando à personagem, e não à pessoa real, o deputado.

Começa sua análise pela capa (anexo 1). Um close de Gabeira, alinhado à margem esquerda, toma toda a página. Esse alinhamento foi feito para que houvesse espaço para o título e o subtítulo, à direita. Embora seja uma solução gráfica, a imagem à esquerda pode ser representativa dos posicionamentos ideológicos do fotografado. Na parte superior, uma tarja amarela com uma chamada para outra reportagem.<sup>22</sup> A foto, sobreposta num fundo azul, a cor que invoca paz e tranquilidade, apresenta um Gabeira sorridente, autoconfiante, de óculos com *design* moderno, cabelos revoltos partidos ao meio, vestindo um paletó escuro e uma camisa branca, elegantemente desabotoada na parte do colarinho. Tudo aparentemente simples, mas repleta de mensagens. É uma imagem que o traz para uma posição dominante.

Segundo Milton Pinto (1999), a explicitação do dispositivo de enunciação passa também pela imagem, nos textos em que essa semiótica se faz presente. São poucos os casos em que o único sistema semiótico presente em um texto é o imagético. Segundo ele, o mais comum na cultura midiática contemporânea são os textos mistos, que reúnem texto verbal e imagens. Pinto afirma que “a análise de discursos defende a ideia de que qualquer imagem, mesmo isolada de qualquer outro sistema semiótico, deve sempre ser considerada como sendo um discurso, recusando a categoria de ‘signos icônicos’ ou ‘ícones’ em que são em geral classificadas pelos semiólogos” (1999, p.33)”. Isso quer dizer que nas imagens encontram-se intertextualidade, enunciadores e dialogismo, tal como nos textos verbais. A mídia impressa, em especial nas capas de revistas e na primeira página dos jornais, utiliza diversas técnicas de tratamento de imagens e diagramação para definir posições enunciativas.

A intenção do enunciador na capa em análise é bastante clara: a de construir uma imagem positiva do deputado Fernando Gabeira. Não bastasse a foto produzida, o título e o subtítulo também chamam a atenção do leitor. Com “A utopia possível de Fernando Gabeira” e “O deputado que foi guerrilheiro se tornou um paladino da ética e da lucidez

---

<sup>22</sup> Curiosamente, porque isso não é usual, esta edição de *Veja* teve duas capas: uma, que circulou somente em São Paulo, tratava da morte do coronel do Carandiru, Ubiratan Guimarães; a outra, que circulou no Rio de Janeiro e no restante do país, trazia Gabeira na capa.

na política brasileira”, o enunciador se alinha de maneira inequívoca com o movimento de tentativa por parte de alguns parlamentares de moralizar o Congresso Nacional. O interdiscurso está claramente presente no sujeito enunciador quando ele, de propósito, utiliza palavras de forte apelo social e adequadas ao contexto político da época como “utopia”, “guerrilheiro”, “paladino”, “ética”, “lucidez”.

Milton Pinto (1999) diz que ao produzirem um texto para se comunicar, as pessoas utilizam a linguagem verbal e outros sistemas semióticos com três funções básicas: construir o referente ou universo de discurso ou mundo do qual seu texto fala (função de mostração), estabelecer os vínculos socioculturais necessários para dirigir-se ao seu interlocutor (função de interação) e distribuir os afetos positivos e negativos cuja hegemonia reconhece e/ou quer ser reconhecida (função de sedução).

Ao adentrar nas páginas internas, o leitor continua sua leitura parafrásica e, já no título - *A utopia real de Gabeira* – verifica algo interessante: o substantivo *utopia*, que significa sonho impossível, irrealizável ou impraticável, é seguido do adjetivo *real*, ou seja, algo palpável, possível de ser concretizado. É um título forte, que desperta de imediato a atenção do leitor pela contradição nele existente. Mas essa é a intenção do enunciador. Ele quer dizer que Gabeira não é um ser mortal comum, ele é diferente dos demais e, por isso, é capaz de realizar tarefas só possíveis aos deuses ou aos super-homens. O leitor também não deixará de notar que o enunciador insiste nas mesmas ideias, já que o termo “utopia” aparece tanto na capa como internamente.

Essa ideia de “super-homem” é reforçada no subtítulo quando afirma que: “aos 65 anos, o **ex-guerrilheiro coroa** uma carreira de **rupturas radicais** como o **principal nome da luta** pela recuperação da **ética** e da **credibilidade** da política brasileira”. As palavras em negrito (nosso) fixam-se automaticamente no inconsciente do leitor: *guerrilheiro* soa como algo romântico (Che Guevara, Fidel), saudosista, está enraizado no imaginário popular como gente que lutou ou luta por uma causa nobre.

Da mesma forma, ao utilizar o verbo *coroa*, liga Gabeira à realeza (quem usa coroa é rei ou rainha); diz que ele é capaz de se adequar ao presente ao romper com um possível passado equivocado (rupturas radicais) e que é, entre todos os parlamentares brasileiros, aquele que tem condições de moralizar o Congresso Nacional.

A foto que abre a matéria nas páginas internas (p. 44/45) mostra um Gabeira, do mesmo modo que na capa, sorridente e auto-confiante, não mais de paletó e camisa social, mas de camiseta listrada e jaqueta esportiva. É uma imagem que remete à juventude. A intenção é representá-lo como uma personagem que, apesar da idade madura e de ser um parlamentar, não perde o espírito jovem, se comporta e se veste como um. Em toda a reportagem há a preocupação dos enunciadores em criar uma imagem do deputado associada à modernidade. A imagem é a de um homem sexagenário que viveu experiências extraordinárias, ainda na década de 1960, e que hoje está totalmente integrado à sociedade que o abriga. Um homem que não se apega ao passado, pelo contrário, se adapta e tenta modificar o estado de coisas que considera retrógrado ou ultrapassado.

A foto ocupa quase as duas primeiras páginas da reportagem, sobrando espaço para apenas uma coluna de texto, um subtítulo e uma legenda, esta coerente com a imagem representada: “Fernando Gabeira, às vésperas de concluir o terceiro mandato: Não podia mais ficar só pensando em grandes causas e me omitindo em relação ao que estava acontecendo no Congresso”.

A diagramação das páginas confirma as ideias defendidas por Pinto (1999) de que a mídia impressa, especialmente as revistas, utiliza diversas técnicas de tratamento de imagens e textos para definir posições enunciativas. As páginas iniciais da reportagem impressionam pelo forte apelo simbólico: a primeira apresenta a imagem do deputado em *close* ampliado, com o seu ombro e braço (arqueado) esquerdos ocupando quase a metade da outra página; o subtítulo foi colocado rente ao ombro, e a legenda entre o braço e a cintura. Entretanto, é no título que as marcas do enunciador aparecem de forma mais contundente. Em duas linhas, à altura da cabeça do deputado e se estendendo até a margem direita da segunda página, em letras garrafais o título anuncia: *A utopia real de Gabeira*. O nome Gabeira está sozinho na segunda linha, em caixa alta e em cor vermelha, dominando, junto com a foto, todo o cenário.

A reportagem analisada apresenta oito fotos e um desenho, o que mostra a preocupação dos enunciadores em contar uma história convincente, já que as imagens servem para comprovar e reforçar os fatos narrados. Esta ideia é compartilhada pela

pesquisadora da Universidade de Brasília Miriam Paula Manini, para quem “cabe ao usuário fazer da fotografia o uso que bem entender, desde duplicar informações, reforçando com uma fotografia um dado já registrado através da escrita, até, em alguns casos, fazer da imagem fotográfica seu objeto de pesquisa” (Manini,2010, p.25).

Manini afirma ainda que quando se fala em narrativa, não se deve esquecer os ensinamentos da teoria literária, onde é sabido que a participação da categoria *tempo* em qualquer narrativa textual é condição indispensável à sua existência:

Numa narrativa sempre há os fatos que já aconteceram e que explicam os posteriores; os acontecimentos do momento em que se está narrando, que se relacionam com os que já passaram e, finalmente, as coisas que ainda irão acontecer. Pode-se falar também em antes, durante e depois; início, meio e fim; introdução, desenvolvimento e conclusão: tudo é tempo, tudo obedece se não a uma ordem (pois há os flash-backs e os vaticínios) ao menos a uma lógica narrativa temporal (idem, p.18).

É o que a revista *Veja* faz. A fotografia como narrativa, de acordo ainda com Manini, pode ser aquela colocada em sequências, curtas ou longas, em que um conjunto de fotografias colocadas em sequência lógica e, na maioria das vezes, entremeada com textos, narra uma história ou acontecimento. Se o co-enunciador da reportagem não tivesse tempo ou simplesmente não quisesse ler todo o texto da reportagem bastaria que olhasse as fotos e lesse as legendas para um perfeito entendimento da história.

A primeira foto, como já mostrado, apresenta o deputado Gabeira dominando as duas primeiras páginas. O título, o subtítulo e a legenda deixam bem claro que ele pode ser a salvação da Pátria “no pântano de corrupção” que se transformou o Congresso Nacional. A segunda foto (p. 46), ocupando dois terços da página (ou duas colunas), retrata-o caminhando displicentemente, olhar fixo na cidade, vestido de calças pretas e camisa branca de manga curtas no calçadão das praias do Rio de Janeiro, tendo ao fundo a imagem do Pão de Açúcar, cartão postal da cidade.

A imagem é polissêmica por definição, pode ter as mais diversas interpretações. A foto de um homem caminhando no calçadão das praias do Rio pode não dizer nada ou pode dizer tudo que o enunciador deseja. No caso dessa foto analisada, a legenda define o que o leitor deve interpretar. Diz a legenda: “Gabeira em campanha no Rio: apontado

e aplaudido como o homem que expulsou Severino Cavalcanti do Congresso”. Ora, ele está solitário na foto, não há ninguém aplaudindo-o, mas o enunciador não perde a oportunidade de ligá-lo à imagem desgastada do ex-deputado Severino. Ou seja, está construindo o significado que lhe interessa e que deseja que o co-enunciador absorva.

No canto superior esquerdo da foto há ainda uma ‘aspas’ do deputado: “Faço minha autocrítica. Blindamos o Lula com o argumento de que as pessoas que achavam que ele dizia coisas sem sentido eram preconceituosas. Temos que acabar com o elogio da ignorância”. Aparentemente, a declaração está fora de contexto, mas em perfeita coerência com toda a reportagem. Para o leitor que decidiu apenas passar o olho pelas fotos e ler as legendas e as aspas, a história começa a ter sentido: Gabeira, além de ser uma alternativa política ‘a tudo que está aí’, está no momento fazendo campanha em busca de votos e é lembrado por sua atuação corajosa ao expulsar o presidente da Câmara dos Deputados do cenário político. As aspas mostram que ele é um homem do diálogo, capaz de rever suas posições, reconhecendo o erro de ter apoiado sem ressalvas o presidente Lula em passado recente.

A foto seguinte (p. 47) é uma volta ao passado, o *flash back* da teoria narrativa, mas que dá sequência lógica à narrativa. O co-enunciador, ao visualizá-la, perceberá que Gabeira está sentado frente a uma mesa, a sigla do PT ao fundo, aparentemente falando para determinado público, numa posição de destaque entre o ex-presidente Lula e o senador Eduardo Suplicy, uma das eminências pardas do Partido dos Trabalhadores (PT) à época. A legenda explica: “Entre Suplicy e Lula, ainda companheiros de legenda em 2003: a discordância com as práticas do PT no governo e no Congresso levou Gabeira a romper com o partido”. A legenda não explica que encontro foi aquele ou em que local se encontravam. A intenção da revista, ao escolher esta foto, é apenas mostrar que existia uma relação próxima entre aquelas personagens.

É interessante notar que as fotos em que Gabeira aparece caminhando no calçadão das praias do Rio de Janeiro e a que ele se posiciona entre Lula e Suplicy estão dispostas uma ao lado da outra (p. 46/47). A primeira, apresenta Gabeira com fisionomia de “mais velho”. A outra, bem mais jovem. O enunciador certamente quer mostrar a longa trajetória de Gabeira. Que sua experiência política remonta à juventude e que essa experiência lhe deu condições de lutar politicamente por um país melhor e mais justo.

Como se pode observar, a história vai sendo construída também imagetivamente. O *flash back* mostra que Gabeira foi uma figura de prestígio, compartilhava da companhia de homens hoje poderosos na política brasileira, mas que nem por isso deixou de romper com eles. As aspas ao lado da foto, com o título “Sonho”, esclarece o seu rompimento com os antigos aliados: “Não digo que meu sonho acabou. Digo que sonhei um sonho errado”.

A próxima foto (p. 47), logo abaixo dessa, é uma volta ao presente. Mostra Gabeira frente ao microfone, no Congresso Nacional, desafiando Severino Cavalcanti. A legenda esclarece o teor de seu discurso: “Vossa Excelência está se comportando de maneira indigna com o cargo...Vossa Excelência ou se cala ou vamos iniciar um movimento para derrubá-lo”. Abaixo, outra aspas do deputado: “Lula tenta repetir Júlio Cesar, mas não consegue, porque teria de reformular a frase célebre, dizendo: ‘Até tu, quem?’”. O enunciador esclarece que a declaração é a resposta de Gabeira sobre as declarações de Lula de que “não interessava se foi A, B ou C que lhe deu uma ‘facada nas costas’ com o mensalão.

Das quatro últimas fotografias que integram a reportagem, duas trazem Gabeira para a atualidade – andando de bicicleta em frente ao Congresso Nacional e outra caminhando em meio à multidão no Rio de Janeiro. Esta última (p. 50), numa flagrante falha dos editores, a legenda é a mesma de uma foto anterior (“Gabeira em campanha no Rio: apontado e aplaudido como o homem que expulsou Severino Cavalcanti do Congresso). A foto o coloca no meio do povo que poderia elegê-lo. É um Gabeira, feliz, confiante. Na outra foto (p. 48), há o cuidado, de novo, de representá-lo como um senhor saudável, jovem e consciente e, principalmente, ligado à plataforma política do Partido Verde, o qual ajudou a fundar. A legenda diz: “Gabeira de bicicleta, rumo ao Congresso, em Brasília: alternativo na política e no estilo de vida”.

Duas outras fotografias à página 49 remetem o leitor e o enunciador da narrativa a momentos distintos da trajetória de Fernando Gabeira. Primeiro, com os demais 39 companheiros de guerrilha trocados pelo embaixador Elbrick em 1969 (seção 4.2.1). Logo abaixo dessa foto, está o retrato falado de Gabeira, divulgado pela polícia à época do sequestro. A outra foto mostra Gabeira na Suécia, fazendo pose para a câmera.

A foto tirada antes do embarque para o exílio é repleta de informações. Manini explica que, enquanto narrativa fotográfica, uma foto nunca é única, a ela sempre é possível relacionar uma outra, ou um texto, ou uma informação originária do repertório do receptor: “Quando se parte para a leitura dos aspectos informacionais, geralmente o olhar ocidental percorre a imagem de cima para baixo, da esquerda para a direita; outras vezes a atenção recai sobre um ponto mais sedutor: o *punctum*, de Barthes” (Manini, 2010, p.17). O *Punctum*, na definição de Barthes, é o detalhe que chama a atenção do olhar do receptor. Ele parte da imagem e não de uma predisposição do fotógrafo, ou seja, o *punctum* é algo que se acrescenta à fotografia e que, no entanto, já está nela.

A foto em questão mostra mais de 40 pessoas em pose de time de futebol – em pé e agachados – inclusive crianças. O *punctum* poderia ser qualquer detalhe que despertasse o conhecimento enciclopédico do receptor, ou talvez chamasse atenção a presença de crianças. Nessa varredura de cima a baixo e de um lado a outro e – como esclarece Manini – tentando adivinhar alguns *insights* que a polissemia oferece, vai-se reconhecendo ou não lugares, pessoas e objetos. Mas, o receptor, ao analisar esta foto, fica privado parcialmente dessa possibilidade, porque sua atenção é desviada automaticamente para o canto inferior direito da foto, local onde está Gabeira, com um círculo vermelho identificando-o. Não é um *punctum*, já que o círculo não estava lá originalmente, mas funciona artificialmente como um.

O leitor vai reparar também que a reportagem foi escrita no tempo presente. Isso é importante porque os tempos verbais empregados funcionam como sinais linguísticos de que o conteúdo do texto em que se inserem deve ser entendido respectivamente como um relato ou um comentário. Segundo Weinrich (1968), o mundo narrado e o mundo comentado são caracterizados, sobretudo, pelo tempo verbal empregado na locução. Os tempos do mundo narrado são pretérito perfeito simples, pretérito imperfeito, pretérito mais que perfeito e futuro do pretérito; os do mundo comentado são presente, pretérito perfeito composto, futuro do presente e futuro do presente composto.

O texto de *Veja* é nitidamente comentador, porque é construído à base do presente, embora utilize também o pretérito perfeito simples. Este é um sinal esclarecedor para o pesquisador, já que nesse tipo de discurso o enunciador deseja transformar o seu discurso num fragmento de ação, visando provocar reações, interferir no mundo e modificá-lo. Nesse plano de discurso, o enunciador emite sinais de que a alocação não deve ser recebida com displicência, mas que ela exige uma resposta.

Já o primeiro parágrafo da reportagem traz a informação de que Gabeira “está vivendo dias especiais” e que, desde que voltou do exílio com a cabeça cheia de temas avançados demais para sua época, “ele virou uma espécie de homem-elefante<sup>23</sup> da política” e “chama atenção pelas qualidades morais, pela sensibilidade, pela inteligência, características que marcam um imenso contraste com a fauna que o circunda no Parlamento”. Toda a informação é altamente subjetiva e mostra efetivamente o descompromisso do enunciador com um relato objetivo e factual. Faz, claramente, juízo de valor ao denominar, por exemplo, os outros parlamentares de animais (fauna). A intenção é, mais uma vez, diferenciar Gabeira dos demais.

Como se, em busca de uma resposta, ainda no primeiro parágrafo o enunciador procura envolver o leitor mostrando que Gabeira, apesar de suas “inequívocas” qualidades, é um sujeito acessível e que, “além de seus eleitores habituais, de classe média da Zona Sul carioca, param para falar com ele motoristas de taxi, senhoras de cabelos brancos, circunspectos aposentados”. O convite para votar nele vem logo em seguida, com a informação de que Gabeira está entre os 10 nomes mais lembrados entre os candidatos a deputado federal no Rio de Janeiro e recebe mais de 1 milhão de visitas por semana em seu site na internet.

O professor da USP Adilson Citelli, no livro *Linguagem e Persuasão* (2007), discorre sobre a existência de uma série de raciocínios discursivos<sup>24</sup> que entram na construção dos mecanismos persuasivos do discurso, entre eles o raciocínio retórico, que tem como características o convencimento racional e o emotivo: “o raciocínio

---

<sup>23</sup> Referência ao personagem do filme *O homem elefante*, de David Lynch.

<sup>24</sup> A partir da retórica clássica, que havia reconhecido a existência de uma série de raciocínios discursivos, Citelli arrola alguns desses raciocínios conectando-os com situações próximas do nosso cotidiano, a saber: o raciocínio apodítico, que possuía o tom da verdade inquestionável; o raciocínio dialético, que buscava quebrar a inflexibilidade do raciocínio apodítico; e o raciocínio retórico, que buscava o convencimento racional e emotivo.

retórico é capaz de atuar junto a mentes e corações, num eficiente mecanismo de envolvimento do receptor” (p.20).

Assim, a personagem Gabeira é representada como um sujeito acessível, que tem votos na classe média (público da revista) e é uma pessoa comum, simples, numa tentativa de convencimento pelo assentimento lógico assim como pela referência por afinidade.

O segundo parágrafo não é diferente e reforça a importância do tempo verbal, o presente, como um aspecto gramatical capaz de fornecer indicações sobre as intenções do enunciador e, conseqüentemente, sobre a interpretação que se deve dar ao texto. Assim, o leitor fica sabendo que Gabeira “é dono de uma trajetória única na política brasileira, marcada por rara independência, que começou a questionar os rumos da esquerda ainda no exílio e foi atraído pelo pacifismo de Gandhi e Luther King”. Esta última informação exige do leitor certo conhecimento enciclopédico, o que o levará a associar a figura do deputado àquelas personagens históricas<sup>25</sup>.

Mais emblemáticas ainda são as próximas construções frasais: “Deu-se então a segunda grande ruptura na vida de Gabeira. A primeira o levava à luta armada. Essa agora o fazia dar um **adeus às armas**” (negrito nosso). É uma forma sutil de remeter a um dos maiores jornalistas-escritores americanos, Ernest Hemingway, autor do livro *Adeus às armas*, que narra a história de amor entre dois jovens no conturbado cenário da I Guerra Mundial.

Passada a “fase turbulenta” de luta armada, o enunciador procura explicar, a seguir, que Gabeira procurou “preencher sua paixão pela luta de libertação pessoal”, tornando-se um “ardoroso” defensor do feminismo, encantando-se com os movimentos negros e adotando a agenda das minorias sexuais. Ora, as mulheres, os negros e os discriminados sexualmente travam há muito tempo batalhas no seio da sociedade em

---

<sup>25</sup> Mahatma Gandhi, com sua filosofia da não-violência e de lutar sem armas, na primeira metade do século passado tornou-se o mais proeminente líder do movimento de independência da Índia em relação ao domínio britânico ao promover uma crescente campanha de desobediência civil. O norte-americano Martin Luther King foi um dos principais líderes na luta pelos direitos civis dos Estados Unidos e no mundo, através de uma campanha de não-violência e de amor para com o próximo. Ambos morreram assassinados: Gandhi em 1948, e King em 1968.

busca da igualdade de direitos e de oportunidades. Poucas são as vozes públicas ou políticas que se atreviam a defender essas bandeiras, mas eis que, de repente, surgia o ‘salvador da pátria’.

A figura de personagens que lutam para defender minorias e desamparados, sejam quais forem elas, é uma característica muito forte da literatura de ficção (Robin Hood, por exemplo). Gabeira é uma pessoa que existe, é de carne e osso, mas na reportagem de *Veja* é uma personagem – jornalística, é verdade – mas uma personagem, uma “figura de papel”. De acordo com Cândido (1992), é comum os autores de ficção partirem de um fato real, ou de personagens reais, para construir suas histórias. Parece ser o que acontece com este texto analisado: Gabeira é uma personagem jornalística, que tem sua origem no real, mas que aos poucos vai se transformando numa personagem de ficção.

As funções de mostração, interação e sedução, apontadas por Adilson Citelli, se realizam de modo integrado. Nesses dois parágrafos analisados, a mostração consistiu em designar e identificar as coisas ou pessoa de que se fala (Gabeira), estabelecendo relações entre elas e localizando-as no tempo e no espaço, levando em conta o que o leitor supostamente conheceria desse universo em pauta. Na interação, houve a interpelação e o estabelecimento de relações de poder com o receptor, na tentativa de cooptá-lo e de agir sobre ele ou sobre o mundo por seu intermédio. O processo de sedução é o mais visível no texto, já que esse consiste em marcar as pessoas, coisas e acontecimentos referidos com valores positivos ou eufóricos e negativos ou disfóricos, ou ainda em demonstrar uma reação afetiva favorável ou desfavorável a eles.

A menção às figuras históricas já é o que Sérgio Porto chama de terceiro passo da leitura interpretativa, a leitura arqueológica, em que essas referências fazem aflorar às mentes dos leitores as mais diversas lembranças. Ao invocar Luther King e Gandhi, o enunciador dedica-se à função simbólica da narrativa, ou de sustentação da narrativa. A personagem Gabeira aparece, assim, não como um deputado qualquer, mas um homem capaz de promover mudanças radicais no comportamento ético dos políticos brasileiros sem recorrer à violência. Ao romper com um passado de luta armada, inspirou-se nos dois pacifistas para levar a cabo suas ideias moralizantes.

Também é o caso quando o texto se refere às lutas das mulheres, dos negros e das minorias sexuais pela igualdade de direitos, bandeiras defendidas por setores da sociedade a partir do término da Segunda Grande Guerra nos Estados Unidos e Europa, e no Brasil com mais fervor a partir dos anos 60 e 70<sup>26</sup>. Gabeira é inserido, assim, na história dos movimentos sociais brasileiros como um ativo participante em defesa das “minorias abandonadas”.

O enunciador mostra uma preocupação excessiva quando se trata de resgatar o passado de Gabeira, mesmo em atitudes e posturas, digamos assim, pouco convencionais para um deputado, como o fato de ele, em 1979, “bater de frente com os antigos companheiros da esquerda que não estavam nem um pouco ligados em discutir a política do corpo e a descriminalização das drogas”. Em um tom nitidamente desaprovador, *Veja* também critica os parlamentares de esquerda, “que mais de uma vez acusaram Gabeira de traição por votar com a ‘direita’, como na privatização da telefonia e na quebra do monopólio da Petrobrás”. Aqui, o enunciador quer lembrar aos seus leitores que o Brasil, daquele tempo para cá, praticamente universalizou o acesso à telefonia, ‘graças à privatização do setor,’ e que só uma pessoa que enxerga longe, como Gabeira, teria a ousadia de romper com seus antigos aliados e votar contra as orientações dos partidos de oposição ao governo.

Gabeira também é um político corajoso e independente, segundo se depreende do texto. Nas eleições de 2002 apoiou Lula, mas um ano depois “rompeu com o PT por discordar das práticas do partido no governo e no Congresso”. Em um país como o Brasil em que o apadrinhamento político, a troca de favores, a barganha por cargos e o nepotismo são marcas registradas, surge um político (Gabeira) que não liga para nada disso. O termo “Discordar das práticas do partido”, numa leitura arqueológica, aflora na mente do leitor uma prática política que perdura há séculos e que, aparentemente, contra a qual nada se pode fazer.

---

<sup>26</sup> Sucessivas leis federais mudaram radicalmente a situação desses grupos na sociedade brasileira nos últimos 10 anos. Não existe hoje nenhum tipo de discriminação entre mulheres e homens para o qual não haja previsão de punição legal. Qualquer tipo de preconceito racial para com os negros é crime. Eles obtiveram conquistas importantes, como cotas específicas para estudar em universidades públicas. O Supremo Tribunal Federal reconheceu este ano a união estável entre homossexuais para fins de herança, planos de saúde, imposto de renda.

Na quarta leitura, a enunciativa, são identificados e nomeados os sujeitos enunciadore e enunciatários. O principal sujeito da enunciação é a autora da reportagem, que narra a história no tempo presente, o que transmite a ideia de ação. Sua posição ao longo da narração é firme e coerente com o propósito estampado no título e no subtítulo da reportagem, ou seja, caracterizar a personagem Gabeira como uma figura espessa, esférica (Forster), diferente dos simples mortais e que surpreende a todo momento seus interlocutores. Usa e abusa de adjetivos generosos, de referências históricas e de palavras de efeito, com a intenção clara de persuadir o leitor de que ele não está diante de uma figura qualquer: “Gabeira tornou-se um guerrilheiro da lucidez, a materialização das utopias possíveis”.

Para reforçar suas intenções, a autora da reportagem põe em cena outros enunciadore, a começar por uma personagem simbólica, o homem-elefante - “Eu não sou um animal político. Sou um ser humano, sou um homem...”, que desperta pena, compaixão e revolta aos que assistiram o filme. O Gabeira representado certamente não desperta esses tipos de sentimentos em seus leitores, mas a simpatia ou empatia que a personagem do filme transmite pode ser carregada para ele.

O filme *O homem elefante* (1980), dirigido por David Lynch, é um drama biográfico que relata a história do inglês John Merrick (1862-1890), portador de uma doença de nascença que provocou terríveis deformidades em 90% do seu corpo. No filme, Merrick, interpretado pelo ator inglês John Hurt, é rotineiramente humilhado e espancado em um circo de aberrações. Um famoso cirurgião, Frederick Treeves, interpretado por Antony Hopkins, fica fascinado por aquela personagem grotesca e a leva para o hospital onde trabalha. Fora daquele ambiente hostil, o médico vai descobrir que, a despeito de sua aparência incomum, Merrick é um ser humano sensível, inteligente e gentil.

Assim, o leitor de *Veja* não terá dificuldade em associar a personagem Merrick, com suas deformidades físicas, com a personagem Gabeira, com suas cicatrizes políticas que a luta armada lhe impingiu.

Para compensar em parte a alta carga subjetiva do texto, e reforçar a autenticidade da narrativa, aparece também um enunciador supostamente de peso, a

cientista política Lúcia Hipólito, que utiliza mão do discurso direto com aspeamento: "Gabeira representa a face mais avançada da esquerda mundial, que não nega a modernidade, não rejeita o mercado nem a globalização e ao mesmo tempo defende as minorias. Ele não ficou embolorado naquela esquerda ultrapassada, albanesa" (p. 46).

A própria personagem Gabeira também faz uso do discurso direto. A intenção é justificar e amenizar o que aparentemente seria politicamente incorreto, ainda mais partindo de um parlamentar - a sua relação com o consumo de drogas: "aqui não fumo porque é contra a lei, mas, quando vou a Amsterdã, dou uns tapinhas...!" A justificativa é apresentada de forma jocosa, não leva em conta o fato de que consumir drogas, aqui ou em qualquer outro lugar do mundo, é uma prática pouco recomendável. Como se para compensar esse deslize, o enunciador acrescenta que Gabeira é engajado e adepto do politicamente correto, ou seja, não come carne vermelha, anda de bicicleta e de moto, fala baixo usando o plural majestático, mudou seu estilo de vestir tornando-se mais sóbrio, clássico, e que está em ótima forma física.

O parágrafo anterior nos remete ao jornalista e sociólogo Perseu Abramo (2010) que, no ensaio *Significado político da manipulação na grande imprensa*, apresenta quatro tipos de padrões de manipulação utilizados pela mídia: ocultação, fragmentação, inversão e indução. Fica claro que a frase de Gabeira ("aqui não fumo porque é contra a lei...") é o que Abramo classificaria como a inversão da forma pelo conteúdo, ou seja, o texto passa a ser mais importante que o fato que ele reproduz. A frase da personagem Gabeira está muito mais próxima da ficção que da realidade, é a frase cuidadosamente lapidada no lugar da informação. Afinal, faltou clareza da reportagem ao ocultar (outro padrão de manipulação) o fato de que a liberação, por parte das autoridades locais, do consumo de drogas na cidade holandesa de Amsterdã não amenizou o problema, pelo contrário, agravou. Além disso, dá a entender que o fato de ser proibido consumir drogas como a maconha no Brasil não impede que esta mesma droga seja consumida em outro país, passando, talvez, a ideia de que as leis brasileiras são ultrapassadas.

A leitura argumentativa mostra como as ideias estão sendo apresentadas. O argumento utilizado é lógico, sem contradições e se baseia em uma personagem da política brasileira que "é diferente de tudo que está aí": Gabeira é descrito como honesto, ético, experiente, moderno, sensível, combativo sem ser violento. Ele é

apresentado como apto, portanto, para liderar ou conduzir as reformas que a sociedade exige no campo da política. Ainda no subtítulo isso está bastante explícito, onde ele surge "como o principal nome da luta pela recuperação da ética e da credibilidade da política brasileira".

Para sustentar o argumento, o narrador enuncia uma afirmação geral (citação acima) e dá exemplos com a finalidade de comprová-las. Assim, o texto traça a trajetória profissional e política de Gabeira. Mostra como ele abandona a carreira de jornalista para entrar na luta armada contra a ditadura militar, suas experiências no exílio, o retorno triunfante, sua atuação como defensor das minorias, a ruptura com ideias consideradas ultrapassadas ou retrógradas, o êxito nas urnas, a consagração na mídia. Em suma, o enquadramento típico do ciclo do herói, em que ele sai de uma situação inicial estável, há um desequilíbrio, passa por provações, vence essas provações e é premiado por isso.

Os argumentos de convencimento se tornam mais nítidos a partir do quarto parágrafo, onde se diz que o ponto de partida da popularidade de Gabeira ocorreu em setembro de 2005, quando enfrentou o então presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti. Depois, "teve participação decisiva na instalação da CPI dos Sanguessugas e também na aprovação em primeiro turno do voto aberto". Para reforçar estas informações, *Veja* usa novamente o discurso direto, colocando na boca do cientista político da UnB, Ricardo Caldas, que Gabeira "fazia o discurso de um grupo restrito, o Posto 9 de Ipanema, uma audiência muito pequena. Quando foi em cima de Severino, teve a atenção de todo o eleitorado brasileiro, estava falando para 100 milhões de pessoas" (p. 48).

A personagem Gabeira, a partir daquele episódio, segundo a reportagem, teve seu prestígio político ampliado, sendo assediado por candidatos e partidos de outros estados para gravar depoimentos a serem exibidos no horário eleitoral gratuito. Como um político que não se deslumbra com a popularidade, o enunciador faz questão de frisar: "Até o momento, ele recusou".

A sexta e última leitura interpretativa, a do acontecimento, mostra o encontro da estrutura da linguagem com a história, em que se nota, segundo Porto, o esquecimento

ou a imposição ideológica, o momento em que aparece com cores nítidas a ilusão dos sujeitos envolvidos. A reportagem de *Veja* não é em si um acontecimento, no sentido jornalístico da expressão. Não aconteceu nenhum fato extraordinário envolvendo Gabeira naquele momento para que ele merecesse a capa da mais influente revista semanal brasileira.

O leitor mais atento talvez sinta a necessidade de recorrer a Michel Foucault (1996) e questionar a “vontade de verdade” no texto analisado. O jornalista – assim como o juiz, o padre ou o médico – está autorizado a falar em nome da sociedade em seus respectivos campos do saber. Para cada um desses profissionais o discurso é exclusivo de seu grupo, e é esse discurso que controla o que vai ser divulgado para a sociedade. Segundo Foucault, o ser humano não é capaz de viver sem a verdade, a qual ele chama de vontade de verdade. O problema é que essa vontade de verdade, que todos nós temos, faz com que elejamos certos discursos como verdade sem questionarmos se esses discursos são efetivamente verdadeiros. A revista *Veja*, ao representar Gabeira como um herói e situá-lo no meio de diversos acontecimentos políticos como protagonista, não está mais do que reafirmando sua condição de porta-voz de seu grupo e, autoritariamente, da sociedade. Em outras palavras, com a sua autoridade legitimada pela sociedade do discurso, *Veja* manipula o discurso sem que muitos de seus leitores atentem para a veracidade dos fatos, aceitando tudo como se fosse verdade.

*Veja* “criou” um novo acontecimento a partir de pequenos episódios do passado, como a participação de Gabeira no sequestro do embaixador americano, a sua volta do exílio, o seu discurso contestador e o embate travado contra políticos que considerava anti-éticos e desonestos. Estes fatos estavam lá, quase esquecidos, e *Veja* configurou-os com uma nova roupagem. No caso do sequestro do embaixador Charles Elbrick, por exemplo, *Veja* se ‘esqueceu’ de dizer que a participação de Gabeira no episódio foi irrelevante, como ele próprio relata em seu livro *O que é isso, companheiro?* (*op. cit.*). Perseu Abramo classificaria essa estratégia discursiva como um padrão de manipulação de ocultação, onde há um deliberado silêncio militante sobre determinados fatos da realidade. Não se trata, segundo o autor, de fruto do desconhecimento e nem mesmo de mera omissão diante do real: “esse é um padrão que opera nos antecedentes, nas preliminares da busca da informação...” (Abramo, 2010, p. 2)

Porto diz que nesta leitura deve-se encontrar a exterioridade do texto em seu contexto, no vão dos interdiscursos, onde a presença do outro sempre evidenciará as marcas de um novo acontecimento. Não é por acaso que o texto remete a acontecimentos históricos (Luther King, Gandhi), procura dar voz a enunciadores com presumível autoridade para tal (Hipólito) ou compara-o a personagens simbólicas (o homem-elefante). O contexto político do momento de publicação da reportagem é realçado com cores fortes no texto: o país estava a poucos dias das eleições majoritárias e proporcionais e era preciso reagir, dar um basta à bandalheira que reinava na política brasileira.

Na leitura do acontecimento também é o momento de verificar se a leitura flui normalmente, sem atropelos lógicos, ou se existem contradições argumentativas. Ao longo de todo o texto vê-se coerência nas argumentações, mesmo quando o enunciador procura justificar o que seria uma omissão, ou uma reação tardia do deputado frente à “deterioração do Congresso”. Diz o texto: “Aos olhos dos cínicos, a indignação de Fernando Gabeira é um tanto suspeita. Por que ele não se levantou antes contra a bandalheira que o cercava? Por que só reagiu agora?” A resposta vem no discurso direto do próprio Gabeira: “Achei que bastava não me envolver com os corruptos e navegar ao largo da bandalheira até que vi que o Congresso estava chegando ao fundo do poço”.

Embora a resposta do deputado-personagem apenas reforce a ideia de omissão, o enunciador não se contradiz e, pelo contrário, reafirma que “os cínicos continuam no direito de achar essa atitude de Gabeira um tanto alienada. Mas o certo é que ele, mais uma vez, rompeu com algo que se tornara insuficiente. Desta vez, rompeu com a ética passiva”.

No parágrafo anterior o enunciador coloca de tal maneira as frases que há a necessidade de o co-enunciador recorrer a regras pragmáticas. Para Dominique Maingueneau (2008), trata-se de uma situação muito comum em que o leitor precisa buscar recursos não estritamente de ordem linguística, porque exige dele uma análise do contexto e não apenas uma interpretação semântica. O conector “Mas”, que no parágrafo tem o sentido de oposição ou de restrição, acaba por anular a frase anterior se o leitor construir sua interpretação da mesma forma que o enunciador pretendeu.

Ao utilizar a expressão “os cínicos” para definir os adversários de Gabeira, o enunciador lança mão de um recurso que, teoricamente, não deveria ser utilizado nos textos jornalísticos - a ironia. Maingueneau (2008) explica que para que um texto se caracterize como irônico basta que se deixe transparecer na enunciação oral uma entonação específica ou que, na escrita, estejam presentes alguns índices que marcam o distanciamento (reticências, palavras enfáticas, etc.), para que o co-enunciador pressuponha que se trata de uma enunciação irônica.

A enunciação irônica, segundo Maingueneau, apresenta a particularidade de desqualificar a si mesma, de se subverter no instante mesmo em que é proferida:

(...) O enunciador produz um enunciado que ele invalida ao mesmo tempo em que fala(...) Há também casos de ironia extrema em que ocorre uma franca desqualificação da personagem encenada e, no outro extremo, enunciações que apenas se revestem de um ‘colorido’ irônico, quando o enunciador toma alguma distância, sem deixar que o co-enunciador perceba de maneira nítida a ruptura entre os dois pontos de vista (p. 178).

A tentativa do enunciador de desqualificar os adversários de Gabeira é bastante clara. Os políticos que o criticam são cínicos, compactuam e se aproveitam com o estado de coisas que prevalece na política brasileira e que não teriam, portanto, envergadura moral para contestá-lo.

O modelo proposto por Porto permite idas e vindas das leituras. Retornando à análise das argumentações, pode-se ver como as ideias do texto são defendidas pelos sujeitos da enunciação e dos enunciados. Para sustentar que “o ex-guerrilheiro tem, de fato, ideias concretas para o que considera o sonho possível neste início do século XXI”, o enunciador diz que Gabeira não se tornou partidário do capitalismo, mas admite que não existe no mundo atual nenhuma alternativa: “o que não se pode é propor algo mais ultrapassado ainda para substituí-lo”.

Reforça o argumento trazendo o cientista político Bolivar Lamounier, para quem Gabeira é a figura mais habilitada para levantar a bandeira da moralidade na política porque não vive de política, mas para a política: “ele passou por uma reflexão pessoal

intensa, está pensando o mundo, pensando sobre si mesmo. É de uma densidade que não se vê muito no meio político. E sabe expressar suas ideias” (p. 49).

Os últimos parágrafos da reportagem de *Veja* dão o toque final naquilo que tentou fazer desde a concepção da capa: uma construção positiva da personagem Fernando Gabeira. É dito que “é fácil achar elogios a Gabeira em figuras que, aparentemente, não compartilham nenhuma ideia com ele”. Cita como exemplo o ex-senador Antonio Carlos Magalhães, então do PFL da Bahia e morto em 2008 e um dos últimos representantes do coronelismo no Nordeste: “A diversidade é que faz o Congresso, e ele tem um bom relacionamento com todo mundo” (p. 49). Outra parlamentar na época da reportagem, a ex-deputada federal gaúcha pelo PSDB e, posteriormente, governadora do Rio Grande do Sul (2007-2010), Yeda Crusius, arremata dizendo que “apesar de radical, ele (Gabeira) é uma pessoa bem articulada com a sociedade, sabe usar a tribuna e tem um senso de oportunidade muito especial” (P. 49). Crusius, certamente, apesar da crítica (chama-o de radical), reconhece a habilidade de Gabeira em tirar proveito de situações políticas para se projetar na mídia. A personagem construída pela revista torna-se, assim, unanimidade, tanto entre partidários como entre adversários políticos.

Traz à tona, ainda, outro cientista político, David Fleischer, da Universidade de Brasília (UnB), com a fala de que “Gabeira catalisa a esperança de que a crise de credibilidade dos políticos resulte em melhores dias para o Brasil” (p. 49). Mas não para por aí e, em mais uma tentativa de inculcar na mente do leitor que nem tudo está perdido e que as atitudes de Gabeira podem transformar o país, cita como exemplo o caso dos Estados Unidos que, após a renúncia do presidente Richard Nixon, em decorrência do escândalo Watergate, promoveram a partir de 1977 um “saneamento político” com novas regras de financiamento de campanha, entre outras medidas. Cita ainda o caso da Alemanha, que também apertou o cerco às contas de campanha depois do episódio envolvendo o ex-chanceler Helmut Kohl, acusado de receber recursos indevidamente: “Quase todos os países passam por altos e baixos. Os exemplos mostram que é possível arrumar a casa” (p. 50), conclui Fleischer. *Veja* reforça, assim, por meio do discurso direto de autoridades de peso, que a utopia de Gabeira é real e possível.

A reportagem apresenta ainda outros recursos gráficos para seduzir o leitor. Em um quadro, disposto verticalmente e com o fundo amarelo, resume-se o teor contido em todo o texto. Com a chamada *Um homem de guinadas radicais*, enumera a série de rupturas ocorridas na trajetória da personagem:

*Com a carreira profissional de jornalista*, em 1968, substituindo-a pela luta armada enquanto a esquerda clássica optava pela resistência militar sem recorrer às armas;

*Com a luta armada*, em 1974, ainda no exílio, substituindo-a pela luta em favor do meio ambiente e pela ideia da luta pacífica inspirada em Gandhi e Luther King, enquanto a esquerda clássica persistia na resistência à ditadura e na aposta da via democrática para chegar ao poder;

*Com o conceito da luta de classes como motor da história*, no fim dos anos 70, adotando uma agenda de questões ligadas às liberdades individuais, como o feminismo, a luta dos negros e das minorias sexuais. A esquerda clássica, inicialmente, considerou essas questões alienantes e insistiu no papel central da luta de classes;

*Com a ideia da hegemonia da classe operária no conjunto das forças democráticas*, nos anos 1980, substituindo-a pela ideia de que a democracia prescinde de líderes salvadores, enquanto a esquerda clássica cristalizou no Partido dos Trabalhadores seu projeto para o Brasil;

*Com a defesa da estatização da economia*, nos anos 1990, substituindo-a pela ideia de que o Estado tem capacidade limitada de investimento. A esquerda clássica curvou-se a contragosto às privatizações;

*Com o Partido dos trabalhadores*, em 2003, substituindo-a por uma atuação crítica ao governo do PT e às práticas dos parlamentares do partido, enquanto a esquerda clássica continuou apostando no projeto do PT e na reeleição de Lula;

*Com a omissão em relação aos desmandos que estão destruindo a credibilidade dos políticos*, em 2005, lutando pela reconstrução ética do Congresso Nacional. Enquanto isso, a esquerda clássica dividiu-se: alguns partidos, como o PSOL, apostam na

mudança ética. Outros, como o PT continuam acreditando que não se faz política sem sujar as mãos.

Temos, assim, num quadro-resumo, toda a trajetória da personagem Gabeira de 1968 a 2005. O seu pensamento sobre ideologia, guerrilha e como enxerga sua própria imagem também é exposto nas páginas da reportagem por meio do discurso direto da própria personagem. Sobre sua imagem, diz “que é impossível alguém defender as posições que defendo e não ser chamado de veado ou maconheiro. Existe aquela tendência a te associar às coisas e a te catalogar e estigmatizar. Mas isso não me incomoda”. É uma estratégia interessante da enunciadora principal, que exime-se de responsabilidade, porque coloca na boca da personagem declarações que supostamente poderiam ser contestadas ou consideradas preconceituosas.

### 4.3.2 O guerrilheiro da lucidez (anexo 2)

Três meses antes da majestática capa de *Veja* estampando Fernando Gabeira, a edição de 21 de junho de 2006 traz nas páginas 56 e 57 reportagem cujo título seria a tônica do discurso da revista: “O guerrilheiro da lucidez”, seguido do subtítulo “Gabeira consegue criar a CPI das Sanguessugas e mostra por que tem sido uma voz racional no pântano de Brasília”. A matéria apresenta três fotos: uma do deputado ocupando mais de três quartos das duas páginas, metade do rosto encoberto em sombras, mas com o semblante sério, em frente a um Congresso completamente envolto na escuridão. As outras duas, bem menores e sobrepostas no canto inferior direito da foto principal, mostram Gabeira em momentos diferentes de sua vida: a primeira em uma praia do Rio de Janeiro, vestido apenas com a sua famosa tanga lilás<sup>27</sup>, e a outra, com a então mulher e suas duas filhas, que *Veja* não identifica pelos nomes.

Essa reportagem, embora publicada antes da edição que traz Gabeira na capa, não traz nenhuma novidade que justificasse o espaço dado pela revista ao deputado. A criação da CPI das Sanguessugas já havia sido amplamente divulgada pelos meios de comunicação e só teria sentido voltar ao assunto se os editores de *Veja* se propusessem realmente a cumprir o papel que cabe a uma revista semanal – aprofundar os fatos, interpretar e apresentar a seus leitores uma versão plausível e coerente sobre o assunto.

Ao contrário, o que se nota, é mais uma ode a Fernando Gabeira. A reportagem, de duas páginas, é composta, além das fotos, de duas colunas, que totalizam 108 linhas. Destas, apenas 11 linhas tratam do assunto CPI das Sanguessugas, logo na abertura da matéria, e relatam que Gabeira obteve uma vitória pessoal ao, depois de um mês, conseguir arrancar a instalação da CPI. Como prêmio, o texto informa que ele é o mais cotado para ser o novo relator da CPI, o que “é uma garantia de trabalho sério e competente”. Somente isso, mas nada sobre a CPI.

---

<sup>27</sup> Logo após retornar do exílio, em 1979, Gabeira desfilou na praia de Ipanema, Rio de Janeiro, com uma minúscula tanga de crochê lilás, o que causou forte reação de segmentos mais conservadores da sociedade.

A foto principal tem muitos significados, mas o mais visível de todos não deixa dúvidas: o clarão ao fundo do prédio, ela foi tirada ao alvorecer, por si só um recado sutil, ou seja, é mais um dia que nasce, mais um dia de esperanças de renovação e purificação do Congresso Nacional. Junto com a esperança a imagem impoluta do deputado, em pé frente à cúpula da Câmara dos Deputados envolta nas trevas. A cúpula do senado não aparece na foto. Gabeira está vestido de terno escuro e são visíveis apenas o colarinho de cor azul de sua camisa e a parte superior da gravata, também azul, misturada com vermelho. Metade do seu rosto, o lado esquerdo, não se vê, faz parte da escuridão, como que se quisesse passar um recado: “a esquerda não existe mais!”. O outro lado mostra um semblante sério e compenetrado, com o olhar fixo para a frente, para o futuro.

Uma revista como *Veja*, com mais de um milhão de tiragem semanal e considerada a mais influente do país, usa e abusa do poder que tem. O analista do discurso Teun Van Dijk (2008), em *Discurso e Poder*, faz uma análise das formas como esse poder é exercido, manifestado, descrito ou legitimado por textos e declarações orais dentro do contexto social. Van Dijk entende que a maior parte do poder discursivo presente na sociedade ocidental diz respeito ao tipo persuasivo e que, embora haja um controle essencial dos modos de produção e distribuição – especialmente no caso do discurso mediado através da massa –, a influência decisiva sobre a “mente” das pessoas dá-se por meio de um controle antes simbólico que econômico:

O modo de produção da articulação é controlado pelo que se pode chamar de “elites simbólicas”<sup>28</sup>, tais como jornalistas, escritores, artistas, diretores, acadêmicos e outros grupos que exercem o poder com base no “capital simbólico”... Esse poder simbólico não se limita à articulação em si, mas também inclui o modo de influência: eles podem determinar a agenda da discussão pública, influenciar a relevância dos tópicos, controlar a quantidade e o tipo de informação, especialmente quanto a quem deve ganhar destaque publicamente e de que forma (Van Dijk, 2008, p. 45).

---

<sup>28</sup> O conceito de Van Dijk para o termo “elite” envolve o controle social exclusivo de um pequeno grupo. Defende que, ao lado das elites política, militar e econômica, as elites simbólicas desempenham um papel essencial ao dar sustentação ao aparato ideológico que permite o exercício e a manutenção do poder em nossas modernas sociedades da informação e da comunicação.

As “elites simbólicas” são, assim, de acordo com Van Dijk, os fabricantes do conhecimento, dos padrões morais, das crenças, das atitudes, das normas, das ideologias e dos valores públicos

Na reportagem ”O guerrilheiro da lucidez” tudo isso é visível. *Veja*, com o seu “poder simbólico”, decidiu (agendou) que o deputado Fernando Gabeira, e não qualquer outro, deveria ganhar destaque público. E não apenas isso: utilizou o assunto CPI das Sanguessugas como gancho para enaltecê-lo. Vejamos a reportagem:

O deputado Fernando Gabeira, do PV do Rio de Janeiro, obteve, na semana passada, uma vitória quase pessoal. Depois de um mês na batalha, conseguiu arrancar a instalação da CPI das Sanguessugas, que vai investigar o envolvimento de dezenas de parlamentares com a compra superfaturada de ambulâncias. Em homenagem ao seu empenho, está cotado para ser o novo relator da CPI. É uma garantia de trabalho sério e competente.

Como dito anteriormente, aqui acaba as referências sobre a CPI, no que pese o subtítulo da matéria, que dá a entender que esse seria o assunto principal. São 11 linhas na coluna e cinco quando digitadas em Word. Também salta aos olhos o interesse do enunciador de ligar a imagem do deputado a uma personagem lutadora, quando utiliza palavras como “vitória”, “batalha” ou “conseguiu arrancar”.

O mesmo parágrafo continua:

Esse mineiro de Juiz de Fora, que adotou o Rio de Janeiro em 1963, participou do célebre seqüestro do embaixador americano em 1969 e, uma década depois, causou furor ao desfilar em Ipanema com uma minúscula tanga lilás, tornou-se um exemplar de uma espécie cada vez mais rara no Congresso Nacional – a chamada “esquerda ética”. Gabeira tem sido um bravo. Foi um dos pioneiros na debandada do PT, armou as barricadas para destituir Severino Cavalcanti do comando da Câmara e já criou uma frente para acabar com o voto secreto nas cassações, cujo objetivo é estancar a farras das absolvições, e outra para defender o Congresso e tirá-lo do pântano do mensalão.

Como pode ser notado, o complemento do primeiro parágrafo é um rosário de informações acerca da trajetória de Gabeira. Em poucas linhas, o leitor fica sabendo, numa leitura descompromissada (polissêmica), que o personagem-deputado é mineiro mas adotou o Rio, foi guerrilheiro urbano, desfilou de tanga, é uma espécie rara,

abandonou o partido político dominante do momento, derrubou o homem mais poderoso da Câmara dos Deputados e contribuiu decisivamente para salvar a imagem do Congresso ao ajudar a acabar com o voto secreto.

A leitura arqueológica desse parágrafo vai mostrar uma série de referências históricas que aviva a memória do co-enunciador: o seqüestro do embaixador remete em aos tempos da ditadura militar; o desfile de tanga nas praias de Ipanema à uma época de atitudes conservadoras, já que ele causou furor junto à sociedade; ao ser um dos primeiros a abandonar o PT, o enunciador está lembrando que o Partido, até então considerado ético, estava sendo acusado de corrupção. O objetivo da leitura arqueológica é exatamente esse: quais lembranças os interlocutores fazem aflorar em seus textos? Não passa despercebida também a maneira como o enunciador inicia o texto que descreve a trajetória do deputado. O determinante demonstrativo “Esse” de “Esse mineiro de Juiz de Fora...” tem uma função específica, o enunciador quis dizer que ele é único, é diferente dos demais mineiros daquela cidade.

Ao tratar de determinantes definidos e demonstrativos na obra *Análise de Textos de Comunicação*, Dominique Maingueneau (2008) explica que eles não permitem o acesso ao referente do mesmo modo, ou seja, uma descrição definida pode designar qualquer referente (o mineiro de Juiz de Fora), enquanto o grupo nominal com determinante demonstrativo designa de maneira direta um referente “apresentado como próximo do ato de enunciação”, presente seja no cotexto, seja no contexto não linguístico. A retomada de termos pelo demonstrativo, segundo Maingueneau, mostra-se particularmente apto para recategorizar, pois designa seu referente como sendo aquele mesmo que se tratou anteriormente:

Quando o enunciador utiliza o demonstrativo para recuperar um termo já introduzido no texto, ele intervém em seu enunciado para operar ‘uma nova apreensão do referente’, que passa, desse modo, a se distinguir de outros da mesma categoria. O demonstrativo permite, assim, recategorizar facilmente, isto é, ‘introduzir numa nova categoria’ um elemento já dado no cotexto (Maingueneau, 2008, p. 187).

“Esse menino de Juiz de Fora” foi, portanto, redefinido, passou para uma nova categoria, recebeu um novo sentido todo especial.

O segundo parágrafo da reportagem se preocupa em mostrar que a experiência de Gabeira como guerrilheiro e até mesmo como maquinista de trem e jardineiro dotou-o de qualidades extraordinárias, como a contundência na defesa dos seus pontos de vista e intervenções certeiras e desinibidas. Veja o texto:

Do passado de guerrilheiro urbano, que lhe valeu quase 10 anos no exílio e empregos como maquinista de trem e jardineiro de cemitério, Fernando Gabeira guarda a contundência na defesa de seus pontos de vista. Suas intervenções são certeiras e desinibidas. “Vossa excelência é um bandidaço”, disse, há duas semanas, do alto da tribuna, dirigindo-se ao deputado Natan Donadon, do PMDB de Rondônia, que já teve a prisão preventiva decretada e andou foragido. No ano passado, quando Severino Cavalcanti saiu em defesa dos mensaleiros, Gabeira, de dedo em riste, despejou-lhe um prognóstico fatal: “Vossa excelência está em contradição com o Brasil. Sua presença é um desastre para o Brasil. Ou vossa excelência fica calado ou vamos iniciar um movimento para derrubá-lo”. Severino, atropelado pelo seu próprio mensalinho, caiu três semanas depois.

Pela argumentação, ensina Sergio Porto em seu método *O caminho das seis leituras interpretativas*, o texto deve ser lógico e essa lógica deve ser explicitada. É o que faz o enunciador nesse parágrafo ao argumentar que o passado de guerrilheiro de Gabeira, o exílio e o exercício de atividades profissionais aquém de sua capacidade intelectual, como as de maquinista de trem e de jardineiro de cemitério, deram-lhe tamanha experiência ao ponto de saber expor, com competência, seus pontos de vista, assim como fazer intervenções certeiras e desinibidas.

O enunciador justifica seus argumentos citando exemplos, como o uso do discurso direto pela personagem-deputado em suas críticas ao deputado Donadon (“Vossa excelência é um bandidaço”) e ao então presidente da Câmara dos Deputados. O deputado Donadon - encarrega-se o próprio enunciador de esclarecer – andou foragido e teve a prisão decretada; Severino, acabou renunciando ao mandato.

Se os dois parágrafos anteriores trataram, principalmente, de descortinar o passado de Fernando Gabeira, o terceiro se preocupa em situá-lo no presente:

Fernando Paulo Nagle Gabeira, separado, pai de duas filhas – uma estudante de psicologia e a outra surfista profissional -, **é um homem do seu próprio tempo**. Apesar de ter passado parte de seu exílio em Cuba, Gabeira **chamou Fidel Castro de “ditador”** há três anos, ao criticar a

perseguição aos intelectuais que se opunham ao governo cubano. “O Brasil tem uma visão nostálgica e romântica de Cuba”, disse. Recentemente, **condenou de pronto a baderna do MLST no Congresso**, apesar de já ter sido colega de partido de Bruno Maranhão, o petista que liderou a arruaça. Gabeira **começou a distanciar-se do ideário petista** no fim dos anos 90, **quando já tinha posições lúcidas e sensatas**. Ele foi **defensor do fim do monopólio das telecomunicações**, que era um tabu para as esquerdas. **Em 2003, saiu do PT, esse partido de “impostores históricos”, “deslumbrados” e “emergentes”**, criticando o presidente Lula e o então ministro da Casa Civil, José Dirceu. **Chamou o governo de “mediocre”** e, cheio de premonições, muito antes da devastadora denúncia de Antonio Fernando de Souza, procurador-geral da República, **Gabeira vislumbrou a existência de uma “quadrilha” no Palácio do Planalto**. Diz ele, com a autoridade de quem foi de esquerda quando isso ainda fazia sentido – no século passado: “O ideal hoje é esquecer a esquerda e ver se é possível encontrar pessoas interessantes, de vários horizontes”. (grifos meus)

O enunciador, sem sombra de dúvida, defende o que considera correto ou incorreto nos tempos atuais, em termos de atitudes e posicionamentos das pessoas, e utiliza a personagem Gabeira para expor seus pontos de vista. Ao afirmar que Gabeira “é um homem do seu próprio tempo” e, em seguida, listar os feitos do deputado não está mais do que concordando e dando voz à personagem. As frases em negrito, numa leitura parafrásica ou científica, são respostas que tentam confirmar a assertiva inicial, ou seja, não faz mais sentido a um homem antenado nos dias de hoje apoiar estadistas como Fidel Castro ou líderes populares como Bruno Maranhão ou ainda defender posições consideradas retrógradas como o monopólio da área de telecomunicações.

Uma leitura do acontecimento, ainda desse parágrafo, pode ser esclarecedora para o bom entendimento das intenções dos interlocutores. Porto diz que esse é o momento de encontrar a exterioridade do texto em seu contexto, o momento do encontro da estrutura da linguagem com a história, em que se nota o esquecimento ou a imposição ideológica. Ao colocar na boca da personagem Gabeira que “o Brasil tem uma visão nostálgica e romântica de Cuba”, o enunciador na verdade está dizendo que o regime político de Fidel Castro teve sentido no seu tempo, mas que hoje está completamente fora da realidade. Da mesma forma, movimentos sociais ou manifestações como o do MLST faziam sentido quando se lutava contra a ditadura militar, mas não hoje, quando se vive em plena democracia. Esses dois exemplos mostram de forma inequívoca o posicionamento ideológico dos interlocutores.

Quando o enunciador diz que Gabeira tinha “posições lúcidas e sensatas” e que por isso começou a distanciar-se do PT, assim como ele foi defensor do fim do monopólio das telecomunicações – “um tabu para as esquerdas” – está reforçando seu posicionamento ideológico, ao mesmo tempo em que coloca o co-enunciador em contato com a exterioridade do texto em seu contexto. Afinal, o leitor de *Veja* com certeza tem conhecimento de que o fim do monopólio das telecomunicações permitiu praticamente a universalização da telefonia no país.

O quarto e último parágrafo da reportagem utiliza o recurso do discurso direto para elogiar a personagem Gabeira. Também utiliza o contraditório para chamar a atenção do co-enunciador: quem elogia Gabeira são duas personagens da política brasileira pertencentes a dois partidos que se encontram em extremos opostos em termos de ideologia. Assim, o deputado agrada tanto ao extremista de esquerda (PSOL) quanto ao representante da direita conservadora (PFL, hoje DEM).

Ele continua vanguardista, sem ser exótico”, diz o deputado Chico Alencar, do PSOL do Rio de Janeiro. “Gabeira é um dos deputados mais preparados co Congresso”, concorda o deputado José Carlos Aleluia, do PFL da Bahia. Sim, Gabeira permanece na defesa das minorias sem voz e no combate ao preconceito. Defende a descriminalização da maconha, a legalização da prostituição, do aborto, do casamento gay. Na vida pessoal, com o passar do tempo, vem amenizando certos rigores. A bicicleta, seu antigo meio de transporte, foi trocada por duas motos, uma no Rio e a outra em Brasília. O vegetarianismo não é mais radical. Ele já come peixe e, de vez em quando, frango. Consome até açúcar, uma vez ou outra, na forma de uma barra de chocolate. A única coisa que parece não mudar é o seu hábito de eventualmente aderir a um cigarrinho proibido. “Vou parar quando fizer 60 anos”, diz. Bem, Gabeira completou 65 anos em fevereiro passado.

Para fechar a matéria, o enunciador, depois dos ‘elogios diretos’, faz questão de lembrar o aspecto liberal e ‘politicamente correto’ da personagem: ele continua defendendo as minorias e temas que poucos políticos ousariam defender; na vida pessoal, pouca coisa mudou, inclusive o hábito de fumar maconha, o que é atenuado pelo enunciador ao utilizar o recurso da ironia para relatar o fato. Afinal, como foi dito no início da reportagem, Gabeira “é um homem do seu próprio tempo”.

### 4.3.3. Uma bela cena num filme ruim (anexo 3)

Neste ensaio<sup>29</sup> assinado por Roberto Pompeu de Toledo, um dos articulistas mais prestigiados de *Veja*, a intenção é fazer um paralelo entre as trajetórias política das personagens Fernando Gabeira e Severino Cavalcanti. O ensaio pode ser definido como um gênero opinativo do jornalismo, o que significa que o autor tem liberdade para escrever o que pensa, mostrar sua opinião, sem que isto se caracterize como um mau jornalismo. Teoricamente, o texto assinado por autores do gênero opinativo não é de responsabilidade do veículo que o publica, mas de quem o escreveu, o que isenta o veículo de qualquer responsabilidade.

Para uma melhor visualização do conteúdo do ensaio de Toledo, apresentamos abaixo um quadro-resumo do conteúdo do texto:

#### Quadro 5: Trajetória política de Fernando Gabeira e Severino Cavalcanti

Severino	Gabeira
1964: elege-se prefeito	1964: redator do Jornal do Brasil
1968: 1º mandato como deputado estadual	1968: ingresso no movimento armado
1971: eleito para o 2º mandato	1969: seqüestro do embaixador Elbrick
	1973: exílio no Chile, queda de Allende
1975: vice-líder da bancada arenista	1975: condutor de metrô na Suécia
1978: recebe medalhas	1979: volta ao Brasil e desfila de tanga
1980: denuncia o padre Vito Miracapillo	
1995: elege-se deputado federal pelo PFL	1995: elege-se deputado federal pelo PV
2005: presidente da Câmara dos Deputados	2005: confronta Severino no Plenário

Começamos nossa análise pelo título: “Uma bela cena num filme ruim”. A frase se refere à cena em que o deputado Gabeira, dedo em riste apontado para o então

<sup>29</sup> O que *Veja* denomina de Ensaio não é propriamente um ensaio. Etimologicamente, ensaio vem da palavra latina *exagiu(m)* – ação de pensar, abrangendo semanticamente os sentidos de provar, experimentar, tentar. Sua linguagem deve se situar no âmbito da ciência, da técnica, em tom mais referencial que emotivo. Por isso, deve ser escrito na terceira pessoa verbal. Além disso, deve apresentar serenidade e equilíbrio no conteúdo.

presidente da Câmara dos Deputados, disse, entre outras coisas, que Severino estava “se comportando de maneira indigna, de que a sua presença na presidência da Câmara é um desastre para o Brasil e para a imagem do país”. Como no título “A utopia real de Gabeira”, este também chama a atenção do leitor pela contradição explícita nos termos “bela cena” “filme ruim”. Com esta última expressão, certamente o autor quer dizer que as sessões do Congresso Nacional são as mesmices de sempre, que os parlamentares não estão preocupados com o futuro do país e que, portanto, o filme, além de conhecido, não tem nenhum mérito. A “bela cena” se refere à atitude do deputado Gabeira que, ao romper com o “marasmo”, brinda os espectadores com uma cena inédita e surpreendente.

“Gabeira faz crer que quem sabe um dia sejam derrotadas a safadeza e a estultície”. Este é o subtítulo que acompanha o título, nada convencional em relação aos padrões jornalísticos da chamada grande imprensa. Entre as várias definições encontradas no *Mini Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa* (1993) sobre o termo “safadeza”, derivação de “safado”, a que melhor se aplica a este caso é a de “imoralidade” (p.490). “Estultície”, por sua vez, é uma expressão pouco utilizada na nossa língua e provavelmente muitos dos leitores de Toledo tiveram que consultar o dicionário para entender o seu significado. O mesmo Aurélio diz que o termo quer dizer tolo, néscio (p. 234). Néscio quer dizer ignorante, incapaz (p. 382).

Embora a frase do subtítulo não deixe explícita onde a safadeza e a estultície podem, um dia, ser derrotadas, se refere ao Congresso Nacional, ou a um ou vários de seus membros. Desse modo, o recado que o ensaísta está dando é de que o deputado Gabeira é a esperança de livrar o Congresso da imoralidade e da ignorância.

A estratégia discursiva empregada por Roberto Pompeu de Toledo é a da oposição, ou mesmo de dualidade, ou seja, mostra-se o que é bom e o que é ruim, o que é o bem e o que é o mal, embora a conclusão do que seja ‘isso’ ou ‘aquilo’ dependa exclusivamente do leitor.

Assim, quando ele escreve que Severino, “no ano entre todos memorável de 1964, elegeu-se prefeito de sua cidade natal”, entra em jogo a capacidade enciclopédica do leitor para interpretar corretamente a referência, irônica, ao ano “memorável” de

1964. Seguindo a leitura arqueológica de Porto – não custa nada lembrar: quais lembranças os interlocutores fazem aflorar em seus textos? – infere-se que, em pleno ano do golpe militar que depôs o presidente João Goulart e instaurou a ditadura no Brasil, Severino, indiferente ao que ocorria em Brasília e no resto do país, inaugura sua vida política elegendando-se prefeito de sua cidade natal.

Ele “estava por cima”, continua a narrativa de Toledo, porque Severino elegeu-se pela legenda da UDN, partido que apoiou o golpe. Assim, o prefeito recém eleito na cidade pernambucana de João Alfredo é marcado de uma vez por todas como um adesista, como um político que apoiava o golpe militar.

Em contraste, na mesma época Gabeira, redator do *Jornal do Brasil*, lembra providencialmente Toledo, “estava por baixo, porque tentou entrar na fila de distribuição de armas ao povo que seria promovida pelo almirante Cândido Aragão e não conseguiu”. Não havia armas. Toledo não dá maiores explicações sobre o que consistia esta tentativa de resistência do almirante, e muito menos quem era este almirante e porque ou como ele tomara aquela iniciativa. Cabe ao leitor resgatar no recôndito de sua memória, numa leitura arqueológica, caso tenha vivido a experiência da época ou lido algo a respeito, lembranças do fato.

O almirante Cândido de Assis Aragão (1907-1998) teve uma atuação destacada às vésperas do início da ditadura, em 1964. Quatro dias antes do golpe, em 27 de março, foi reconduzido pelo presidente João Goulart para o comando do Corpo de Fuzileiros Navais. Aragão foi acusado de mobilizar os fuzileiros navais para atacar o Palácio da Guanabara, onde o governador Carlos Lacerda conspirava contra o presidente. O ataque nunca aconteceu e, com a vitória das forças golpistas, o almirante foi preso e depois transferido para a reserva.

Corria o ano de 1968, informa o texto, e Severino agora cumpria seu primeiro mandato como deputado estadual por Pernambuco, pela Arena, “partido que dava sustentação aos governos militares”. Nota-se a intenção do autor do texto em reforçar a imagem de Severino junto ao governo militar. Antes ele pertencia à UDN, partido que apoiou o golpe, agora à Arena, partido de apoio ao governo. Força também uma leitura arqueológica do leitor, porque não explica que a UDN e todos os outros partidos foram

extintos depois do golpe, e que apenas dois outros novos foram criados, o da Aliança Renovadora Nacional (Arena) e o do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), atual PMDB, então de oposição ao governo.

Enquanto Severino estreava na Assembleia Legislativa Estadual de Pernambuco, integrando o partido oficial, Toledo conta com riqueza de detalhes, em estilo literário, o que fazia Gabeira:

Fernando Gabeira selou, nesse mesmo ano, num encontro com um militante mais antigo, na Praça Antero de Quental, no Leblon, seu ingresso num movimento clandestino de combate ao regime. Era uma tarde bonita. Gabeira olhou em volta e estranhou que tudo estivesse no mesmo lugar: as babás que passeavam com as crianças na praça, os carrinhos da Kibon que vendiam sorvete na avenida Delfim Moreira.

O estilo literário deste parágrafo é proposital. A leitura torna-se mais simpática e nos leva “a viajar” pela Praça Antero de Quental. É como se o leitor estivesse assistindo a um filme de suspense ou de espionagem, com as cenas desenrolando-se à sua frente: duas pessoas confabulando discretamente num local de grande movimentação para não levantar suspeitas. Dois outros aspectos chamam a atenção: o enunciador entra na mente da personagem (“Gabeira olhou em volta e estranhou”...) - uma liberdade literária – e o fato de o autor achar relevante citar que o encontro ocorreu na Praça Antero de Quental. Para quem não sabe, Quental foi um árduo defensor dos ideais socialistas em Portugal. Nada mais oportuno, portanto, de situar o encontro de dois “subversivos” numa praça que homenageia um socialista.

O parágrafo seguinte informa, de forma direta, sem rodeios, não dando tempo ao leitor para respirar, que *em 1969* “Gabeira integrou o grupo que sequestrou o embaixador americano Charles Burke Elbrick” e que, Severino, em 1971, “foi eleito para o segundo dos sete mandatos de deputado estadual que exerceria em Pernambuco”. As comparações continuam e revelam que enquanto um luta contra o regime militar, o outro se beneficia dele e continuaria a se beneficiar por longos anos.

No mesmo parágrafo, o leitor se dá conta que enquanto Severino tornava-se vice-líder da bancada da Arena em Pernambuco, Gabeira, em 1973, sofria novo golpe com a derrubada do governo Allende, no Chile, onde se encontrava exilado, o que o

obrigou a se refugiar na Suécia, onde, para sobreviver, passou a exercer a função de condutor de metrô. O autor, agora, apela para os sentimentos do leitor. Não bastassem os intentos revolucionários de Gabeira terem fracassados no Brasil, refugiou-se em um país amigo (o texto não diz, mas o governo Allende era socialista), mas que também sofreu um golpe por parte dos militares. Ao final, restara-lhe um emprego no metrô de um país longínquo e desconhecido.

Talvez a discrepância mais gritante, registrada pelo autor do texto, entre as duas personagens, seja a descrita no quarto parágrafo: “Em 1978, Severino recebeu a Medalha da Soberania Ordem dos Cavaleiros do Estado de São Paulo e, no ano seguinte, a Pernambucana do Mérito, classe ouro. Em 1979, Gabeira voltou ao Brasil, beneficiado pela anistia, e apresentou-se na Praia de Ipanema com uma minúscula sunga de crochê”. O autor explica que a sunga era um manifesto político, significava que a política do corpo se acrescentara a seu ideário. Não deixa de ser cômica, e irônica, a situação pintada por Toledo. Enquanto Severino se regalava com medalhas - presume-se que em reconhecimento a algum tipo de serviço prestado – Gabeira fora “beneficiado” com a anistia, retornara ao país e agora militava pela política do corpo nas praias cariocas.

A má vontade com a personagem Severino é patente no texto de Toledo, que fecha o quarto parágrafo lembrando a todos os leitores católicos de *Veja* que o deputado pernambucano era um inimigo da Igreja: “Em 1980, Severino perpetrou sua primeira ação de repercussão nacional ao denunciar o padre italiano Vito Miracapillo, que se recusara a celebrar missa no dia 7 de setembro em protesto contra o regime. A denúncia foi acolhida pelo ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, e o padre, expulso do Brasil”. Não passa despercebido o tom irônico do autor, ao tachar a iniciativa de Severino como o seu primeiro grande ato na política nacional.

Forster, como discutido no capítulo II, define as personagens como planas e complexas. As primeiras são simples, normais, incapazes de produzir ou de participar de lances extraordinários; as complexas, ao contrário, têm a capacidade de nos surpreender a todo momento. Severino representa uma personagem plana, Gabeira, uma complexa, como nos mostra Roberto Pompeu de Toledo, que usa e abusa das figuras de linguagem para conseguir um efeito do real:

Se a vida de cada pessoa pudesse ser traduzida em rabiscos de eletrocardiograma, a de Gabeira configuraria uma disparada de impulsos que desembestam em tropelia, enquanto a de Severino Cavalcanti exibiria a linearidade da planície. Uma é complexa, a outra simples. A primeira tem a marca da inquietação, responsável tanto por explorações inovadoras como por equívocos, a segunda se nutre da acomodação fronteiriça e da cautela esperta.

Tudo que foi narrado até agora por Toledo representa uma espécie de “preparação” para o encontro entre as duas personagens. Como em um filme, ou em um romance, conta-se a trajetória das personagens, que não se conhecem, de forma a justificar o desenlace. Antes do embate final, porém, o autor do texto trata de pintar com cores ainda mais fortes as características dos combatentes:

Esses dois homens tão diferentes encontraram-se, em 1995, onde os diferentes devem mesmo se encontrar: a Câmara dos Deputados. Por coincidência, iniciam no mesmo ano uma carreira federal, Gabeira eleito pelo Partido Verde do Rio de Janeiro, Severino pelo PFL de Pernambuco. Gabeira se destacaria por causas novas como a do meio ambiente ou polêmicas como a discriminação da maconha. Severino, pelo aumento de salário dos deputados e pelo direito de nomear parentes para o serviço público.

O leitor atento vai reparar que Severino agora se encontra alojado em outro partido, o PFL. Se ele puxar um pouco da memória, ou do seu conhecimento enciclopédico, ou se fizer uma leitura arqueológica, se lembrará que o PFL foi criado para abrigar antigos parlamentares da extinta Arena, e que já nasceu aderindo ao governo do momento. Reparará também que, desde o início desta narrativa, este já é o terceiro partido que o abriga. De modo mais aberto, o narrador marca fortemente os traços da personalidade das duas personagens ao julgar a atuação parlamentar do deputado Gabeira como defensor de causas nobres e polêmicas, enquanto as preocupações de Severino voltavam-se para interesses pessoais.

O penúltimo parágrafo procura explicar o título do ensaio em análise, ou seja, o confronto entre os deputados Gabeira e Severino. Mais uma vez, porém, a cena é descrita em detalhes, com frases intercaladas por vírgulas, uso de metáforas e ironia, e o leitor não pode deixar de ter a sensação de estar assistindo, ao vivo, a cena:

Na terça-feira passada, quem assistiu à cena do deputado Fernando Gabeira, o dedo em riste, investindo contra o colega Severino Cavalcanti, durante sessão plenária da Câmara, viu uma cena bela, de recuperar a crença no Parlamento. Como no começo desta história, Severino estava por cima, encarapitado na presidência da mesa, e Gabeira por baixo, um cavaleiro solitário no centro do redemoinho que cerca o microfone dos apartes. Naquela manhã, a Folha de S. Paulo trouxera uma entrevista em que Severino Cavalcanti negava a existência do mensalão e defendia que as punições no Congresso se limitassem a “censuras”, sem chegar ao rigor das cassações de mandatos.

O embate, o encontro final, é relatado no último parágrafo, iniciado com o recurso do discurso direto: “Vossa Excelência está se comportando de maneira indigna, começou Gabeira”. Esta é uma forma de destacar o que se quer ressaltar, além do que permite comentários acerca do que foi dito, o que fez Toledo, sem a menor cerimônia: “Ele falava com a fúria dos justos”. O texto continua com “Vossa Excelência está em contradição com o Brasil, acrescentou Gabeira”, no que também aproveitou Toledo para informar que Gabeira estava “fazendo-se porta-voz de todos quantos querem puxar o Brasil para a frente, na face de alguém cujo propósito notório é empurrá-lo para trás”. A terceira frase atribuída a Gabeira – “A sua presença na presidência da Câmara é um desastre para o Brasil e para a imagem do país” -, foi seguida do comentário de Toledo “Ficou no ar a esperança de que um dia, quem sabe, contra todas as evidências oferecidas pela hora presente, possam ser derrotadas a mediocridade, a safadeza e a estultície”, que resume seu pensamento sobre o episódio, além de explicar o que queria dizer no subtítulo.

#### 4.3.4. Gabeira e os outros (anexo 4)

Neste artigo, Tales Alvarenga ocupa-se de duas coisas: enaltecer o deputado Fernando Gabeira e criticar integrantes do Partido dos Trabalhadores (PT). Não poderia ser de outra forma, já que, como o próprio título dá a entender, só há Gabeira, os outros não são nada. Ele começa o texto dizendo que se fosse consultado indicaria o deputado, do Partido Verde do Rio, para presidente da Câmara no lugar de Severino Cavalcanti. E explica o motivo: “Gabeira é inteligente, é um esquerdista darwiniano (evolui) e parece tão honesto como água de bica. Para mim, Gabeira representa o que de melhor a esquerda produziu no Brasil. Precisou dar uma volta imensa antes de se tornar o ideólogo equilibrado e flexível que conhecemos hoje”.

Mas não basta desfiar as qualidades ou atributos da personagem, é necessário mostrar o que ela fez. Assim, prossegue Alvarenga a respeito de Gabeira:

Sequestrou o embaixador dos Estados Unidos em 1969, converteu-se à “política do corpo” nos anos 70, desfilando seminu nas areias de Ipanema, defendeu a liberalização do uso da maconha, transferiu-se para o ambientalismo através do Partido Verde. Tudo isso para, finalmente, descobrir ao fim da linha o que eu já sabia sobre a esquerda nos anos 60. Não importa que tenha demorado. Adquiriu experiência e densidade. Neste momento, participa da ação de um grupo de deputados para livrar a Câmara de Severino Cavalcanti. Gabeira conquistou uma autoridade moral talvez sem par no Congresso hoje em dia.

Não há nada de novo na descrição de Alvarenga. Tudo o que ele disse a respeito da personagem Gabeira já havia sido publicado pela imprensa, inclusive *Veja*. Mas ele precisa reforçar o seu ponto de vista, por isso a repetição. Não escapa ao leitor atento a “sabedoria” do narrador, que nos anos 60 “já sabia tudo” sobre a esquerda, coisa que o deputado-personagem só conseguiria perceber muitos anos depois.

Para criticar integrantes do PT, Alvarenga primeiro cita Gabeira como um exemplo raro de militante de esquerda “que tem uma máquina cerebral suficientemente forte para libertá-lo dos mitos que absorveu na juventude”. Ele critica a filósofa Marilena Chauí e o ex-guerrilheiro, ex-deputado e ex-chefe da Casa Civil do governo

Lula, José Dirceu, a quem ele identifica como intelectualmente desonestos e mentirosos que se agarram a teses já desmoralizadas:

A filósofa Marilena Chauí, a musa cerebrina do PT, afirmou em cerimônia do partido na semana passada que o PT é odiado por puro despeito dos seus adversários. “Nós fomos o principal construtor da democracia neste país e não seremos perdoados por isso nunca”. E eu, pobre de mim, que estava pensando no PT como o principal construtor da roubalheira “neste país”. Chauí é uma filósofa que se recusa a enxergar o óbvio.

Entre os intelectualmente desonestos, José Dirceu é o patrono. “O objetivo das forças que me atacam”, afirmou ele, “é interromper o processo de organização dos trabalhadores e de consolidação de uma alternativa popular para o país”. E eu, pobre de mim, que pensava em Dirceu como o chefe da quadrilha petista, conforme o definiu Roberto Jefferson.

Os outros, portanto, são Dirceu, Chauí e o PT, é o que depreende o leitor. Já Gabeira “é um homem de esquerda com raciocínio próprio”, fecha o artigo Alvarenga, não sem antes solicitar a atenção do leitor para ler algumas declarações da personagem Gabeira publicadas no jornal *Folha de S. Paulo* e transcritas por ele no final do texto.

#### 4.3.5 Gabeira para presidente (anexo 5)

Diogo Mainardi, o autor deste artigo, é um jornalista que escreve de forma sarcástica e irônica. Para entendê-lo, é necessário discernir o que é sério e o que é brincadeira. Ele inicia o texto, por exemplo, com a frase “Fernando Gabeira é meu candidato a presidente. O que falta agora é convencê-lo a se candidatar”. E termina assim: “Eu apoio Fernando Gabeira para presidente. Meu maior temor é que ocorra um acidente e ele seja eleito. Um candidato só é realmente bom se a gente sabe que ele nunca poderá ganhar”.

O que Mainardi faz na sua coluna semanal de *Veja*, na verdade, é ridicularizar temas ou personalidades da atualidade política, utilizando sem precedentes a radicalização do discurso. Entretanto, para efeito de análise de como a revista construiu a imagem da personagem Fernando Gabeira, o importante é que ele é um dos colunistas mais lido da publicação, segundo informa a própria *Veja*.

Para criticar a classe política, ele coloca Gabeira em cena como um político “diferente dos outros”, mas é irônico e sarcástico o tempo todo:

Na semana passada, Fernando Gabeira disse que se sentia frustrado “ao ver que os bandidos estão triunfando na vida pública”. E concluiu: “Não rolei tanto barranco para entregar o ouro aos bandidos”. Claro que rolou. Claro que ele terá que entregar o ouro aos bandidos. Como todos nós. Mas o tom de seu discurso está certo. O que Fernando Gabeira pode oferecer a mim e a um montão de gente como eu, durante a campanha eleitoral, é isso mesmo: um tantinho de teatro e um tantinho de demagogia, chamando sempre os bandidos de bandidos.

Gabeira é mencionado em todos os sete parágrafos do artigo, mesmo que a intenção principal do articulista seja ridicularizar ou desmoralizar a classe política ou os eleitores de Lula. Gabeira, neste caso, entra como contraponto, ou melhor, para dar sustentação e veracidade ao discurso de Mainardi:

Os opositoristas não entendem porque não conseguiram arrebanhar o eleitorado antilulista. Eles não conseguiram porque o eleitorado não é tonto e sabe perfeitamente que eles não são antilulistas. Como declarou Fernando Gabeira na última quarta-feira, o Congresso foi tomado por

quadrilhas. Essas quadrilhas estão acima do interesse partidário ou ideológico. Diante delas, lulistas e opositoristas se comportam de maneira igual. O caso da empresa do filho de Lula é emblemático. Os opositoristas tinham a oportunidade de atingir diretamente o presidente, mas preferiram ignorar o assunto, porque suas afinidades com a Telemar acabaram prevalecendo.

Como se vê, para entender o que Mainardi diz é preciso muito mais do que simples paciência. Ele mistura assuntos aparentemente desconexos, iniciando com a incapacidade de os opositoristas conquistarem o rebanho (“arrebancar”) dos que não são pró-Lula e explicando logo em seguida que isso não é possível porque eles não são anti-Lula; em seguida, utiliza o argumento da autoridade, na voz de Gabeira, dizendo que o Congresso foi tomado por quadrilhas. Termina lembrando o caso da empresa do filho de Lula com a Telemar, e que a oposição não fez nada porque também tinha interesse naquela empresa telefônica. Ao final, salva-se Gabeira, que disse que o Congresso foi tomado por quadrilhas.

O próximo parágrafo é mais uma alfinetada em Lula - aliás, tema constante dos artigos de Mainardi - e utiliza a personagem Gabeira mais uma vez para mostrar o que pensa, mesmo que com uma ponta de ironia e de cobrança:

Para conquistar o eleitorado antilulista, Fernando Gabeira terá de dar o passo que ele ainda não ousou dar. Ele chamou Severino Cavalcanti de bandido. Ele chamou Ney Suassuna de bandido. Ele chamou Romero Jucá de bandido. Ele chamou Natan Donadon de bandido. Ele só não chamou Lula de bandido. Estou aqui, esperando.

Em outro parágrafo, Mainardi utiliza o recurso discursivo aplicado acima, em que repete a mesma frase diversas vezes com a intenção de fixar na mente do leitor o que ele deseja:

Fernando Gabeira apoiou Lula na campanha presidencial de 2002. Eu não. Fernando Gabeira foi contra a CPI dos bingos. Eu não. Fernando Gabeira se preocupa com o acúmulo de nitrogênio no solo. Eu não. Mas não importa o que ele pensa. Fernando Gabeira é o único político que ainda pode dar algum sentido à disputa eleitoral, representando a recusa de uma parcela do eleitorado em aceitar calada essa bandidagem tão rudimentar.

Não se pode afirmar que o texto de Mainardi é favorável à personagem Gabeira quanto ao seu conteúdo, permeado de elogios e intercalado de cobranças. Do ponto de

vista midiático, de visibilidade, não resta dúvida de que é positiva a impressão que fica. Mainardi é conhecido como um articulista, no mínimo, polêmico. Suas críticas são direcionadas principalmente ao ex-presidente Lula e a membros do PT, mas também a jornalistas, artistas e empresários, o que já lhe custou dezenas de processos na justiça por calúnia, difamação, ofensa a honra, entre outros<sup>30</sup>. Polêmicas à parte, o que importa é que ele é um dos columnistas mais lidos de *Veja*, o que significa visibilidade para os assuntos e personagens que são alvos de sua pena.

---

<sup>30</sup> Segundo o próprio Mainardi, em entrevista concedida ao jornalista Marconi Formiga para a revista *Brasília em Dia*, em 22/07/2006, ele responde a mais de 400 processos judiciais por expressar sua opinião. Disponível em <http://www.almanaquecomunicacao.com.br/artigos/565.html>, acessado em 20/10/2009.

#### 4.3.6. O PT acabou (anexo 6)

As páginas amarelas de *Veja* é um dos espaços jornalísticos mais cobiçados por políticos ávidos em obter visibilidade junto ao público. Ela representa o gênero entrevista pingue-pongue e cumpre a tarefa de “dar voz” ao entrevistado, geralmente oriundo da esfera político-governamental, da esfera científico-acadêmica e, em menor grau, da esfera artístico-esportiva. Para Nívea Silva (2008), os entrevistados das páginas amarelas são considerados, pela editoria e pelo público, pessoas que têm algo relevante a dizer e que discutem temas ou assuntos de interesse público. É a entrevista mais densa da publicação, ocupando sempre cerca de três páginas, um espaço considerado amplo para os moldes da revista.

Esse tipo de entrevista, segundo Silva, cumpre a tarefa de reafirmar, exemplificar e solidificar determinadas ideias, com a intenção de “fechar” uma opinião sobre determinado tema. Para tanto, “as perguntas que se fazem ao entrevistado apresentam-se ‘umedecidas’ de críticas veladas e ‘atravessadas’ por um tom de ironia do jornalista. Outras vezes, apresentam-se ‘emolduradas’ por um tom cerimonioso para com a figura do entrevistado” (Silva, 2008, p.7).

Assim, a revista veicula a opinião de um especialista que constitui “voz” de autoridade e atribui “validade” ao conjunto de ideias expostas. No caso da entrevista com Gabeira, logo no subtítulo e na abertura da matéria a revista deixa claro que a entrevista não seria conduzida em tom de crítica e muito menos em tom cerimonioso ( a não ser pelo tratamento de “Senhor” dado ao entrevistado) , mas em tom de camaradagem, como se pode ver abaixo, principalmente nas últimas perguntas.

O subtítulo “Ícone da esquerda brasileira, o deputado diz que o PT é ‘igual aos outros partidos’ e que o presidente Lula está deslumbrado com o poder”, é seguido da abertura:

Na lista de sucessão de erros que diz ter cometido ao longo da vida, o deputado e escritor Fernando Gabeira (PV) acrescentou, recentemente, mais um: o apoio ao governo Lula, que ele hoje define como uma “farsa”. O ex-guerrilheiro do MR-8, que participou do sequestro do embaixador americano Charles Elbrick em 1969, afirma que Lula “traiu” a nação e

que o autoritarismo intrínseco do PT, partido ao qual ele pertenceu até 2003, está na raiz da sua derrocada – que ele considera consumada. O ícone da esquerda brasileira, que já quis morrer pela revolução e se libertar pelo desejo, hoje diz que crê apenas na eficácia e na nobreza das pequenas ações. Aos 64 anos, pai de duas filhas – uma, surfista profissional, outra, estudante de psicologia -, o deputado já não vai mais de bicicleta ao Congresso, trocou-a por uma moto. O existencialismo que o inspirou na juventude ainda se revela no formato do atual casamento: à moda de Sartre, é cada um na sua. Na semana passada, ele deu a seguinte entrevista a *Veja*.

O tom da abertura é extremamente favorável ao deputado Gabeira. A personagem é representada, como em todos os outros textos da revista que lhes fazem referência, como um ex-guerrilheiro, um dos autores do seqüestro do embaixador americano, ícone da esquerda brasileira e que deu adeus às armas para se libertar pelo desejo. Essa “colaboração valorativa”, no dizer de Silva, evidencia, por parte da revista, movimentos de adesão à pessoa do entrevistado e a seu discurso.

Das 18 perguntas feitas a Gabeira na entrevista, precisamente 13 delas referem-se a Lula e ao PT, o que significa que a intenção da revista é fechar opinião sobre esses temas, utilizando, para tanto, a voz de uma autoridade, ao mesmo tempo que reforça a imagem da personagem Gabeira como um legítimo representante da classe política. A estratégia do entrevistador foi a de “pegar” as respostas do entrevistado como “gancho” para as perguntas subseqüentes, explorando, assim, o tema à exaustão.

Inicia a entrevista perguntando: “O senhor escreveu, em artigo recente, que a chegada de Lula à presidência foi uma crueldade histórica. O que isso significa?” A resposta dá conta que a chegada de um operário ao poder ocorreu em um momento histórico em que isso não significava mais nada, em função da derrocada do socialismo no mundo. O resultado prático foi apenas o deslumbramento de Lula com o poder.

O entrevistado aproveita a oportunidade e pergunta: “Em que momentos o senhor percebe esse deslumbramento?” no que Gabeira explica que o fato de uma pessoa pobre e humilde ascender socialmente, desfrutar de bens materiais com os quais não tinha acesso, leva ao deslumbramento, ainda mais como uma pessoa como Lula, que não é inquieta do ponto de vista intelectual.

Mais uma vez, o entrevistador faz a pergunta seguinte com base na última observação: “Essa inquietação poderia ter contribuído para amenizar o deslumbramento a que o senhor se refere?” A resposta do entrevistado é sim, porque a chegada ao poder, com todos os atrativos que ele oferece, é sempre um questionamento da sua sabedoria. É um desafio à capacidade de saber olhar os seus projetos e se manter fiel a eles. Ele cita como exemplo a gravação de um programa político do PT, em que vários intelectuais se negaram a participar das gravações.

A pergunta seguinte, como não poderia deixar de ser, é: “O senhor se recusou a participar da gravação desse programa?” Gabeira responde que não foi convidado para participar daquele programa, mas foi convidado para participar do programa final, com Lula já eleito no primeiro turno, mas se negou a participar das gravações porque parecia mais um programa de auditório, e não um programa político.

“Foi nesse momento que o senhor achou que o trem começava a sair dos trilhos?” é a próxima pergunta, e a resposta é de que o trem saiu dos trilhos quando Lula decide que vai ganhar, e que, para ganhar, é preciso ter dinheiro e um excelente programa de televisão.

Os questionamentos do entrevistador seguem no mesmo tom ao longo da entrevista. Não é intenção desta pesquisa analisar o discurso da personagem Gabeira através de suas respostas, mas sim o discurso da revista *Veja* sobre a personagem Gabeira. A entrevista pode ser lida na íntegra no anexo 6, mas apresentaremos aqui, apenas para constar, o restante das perguntas, na ordem em que foram feitas.

- O senhor participou da montagem do governo. Houve, portanto, um momento em que acreditou nele.
- Qual o futuro da sigla, na sua opinião, diante dessa crise?
- Do ponto de vista histórico, então, o PT estaria condenado. E do ponto de vista ideológico?
- Em que momento isso aconteceu? (sobre o fim da ideologia do PT)
- Em que medida essa saída fisiológica não seria também responsabilidade do sistema político brasileiro, em que o Executivo não tem maioria garantida no Congresso e precisa ficar o tempo todo tentando seduzi-lo para conseguir governar?

- O ministro José Dirceu esteve presente em vários momentos importantes de sua vida. Foi um dos presos libertados por seu grupo em troca do embaixador americano seqüestrado, esteve exilado em Cuba na mesma época em que o senhor e teve peso fundamental na sua saída do PT. Qual a relação que vocês têm hoje?

- Houve um momento em que o senhor acreditou na luta de classes como saída para a transformação da sociedade. Em outro momento, defendeu a política do corpo e, mais recentemente, viveu a experiência de ser, por dez meses, governo. Foram três decepções?

- O senhor se separou recentemente. Voltou a se casar?

- É um casamento a La Sartre, então?

- O ministro Gilberto Gil declarou que parou de fumar maconha aos 50 anos. O senhor também parou?

Em nenhum momento o entrevistador causa embaraços ao entrevistado fazendo perguntas maliciosas ou comprometedoras. As perguntas seguem um fluxo normal obedecendo o ritmo das respostas. A impressão que fica no leitor, ao final da entrevista, é de que a personagem Gabeira é, realmente, o que há de mais representativo, ético e honesto na política brasileira – como a revista quer mostrar – e de que o PT é simplesmente um partido político como outro qualquer.

Assim, da série de respostas pode-se criar uma narrativa em que a personagem principal rompe com o Partido dos Trabalhadores por considerá-lo antiético e ultrapassado, desprovido de ideologia própria e comandado por um “deslumbrado”. Que um dos principais líderes do Partido, o ex-deputado José Dirceu, com medo de que ocupassem seu espaço político conquistado a duras penas no PT, minou a candidatura de Gabeira como vice-presidente de Lula nas eleições contra Collor. Que a personagem Gabeira primeiro quis fazer a revolução pelas armas, depois desiluiu-se com os ideais marxistas e que hoje crê apenas na eficácia e na eficiência das pequenas ações. Que lhe restou de convicção, atualmente, lutar pela democracia, pela defesa dos direitos humanos, da consciência ecológica e pela justiça social.

Um detalhe chama a atenção na entrevista: as últimas três perguntas referem-se à vida pessoal de Gabeira, o que demonstra o grau de intimidade do entrevistador para com o entrevistado. Perguntado se ele voltou a se casar (havia se separado

recentemente), a personagem Gabeira disse que tinha uma companheira, mas cada um no seu canto. “Um casamento a La Sartre?” insistiu o entrevistador. Por último, Gabeira é perguntado se, a exemplo de Gilberto Gil, o ministro da Cultura, cantor e compositor, havia parado de fumar maconha.

### 4.3.7 Coluna Veja Essa (anexo 7)

Esta coluna presta-se a publicar comentários curtos e ferinos de personalidades nacionais e internacionais sobre assuntos que foram destaque na semana no Brasil e no mundo. Fartamente ilustrada, nas edições analisadas misturam-se comentários de políticos de peso como o vice-presidente José Alencar, do senador gaúcho Pedro Simon e do senador baiano Antonio Carlos Magalhães, junto com atrizes e modelos como Cléo Pires, Luana Piovani e Melanie Griffith e de outras “estrelas” como o jogador de futebol Pelé.

Gabeira, no período analisado, foi contemplado sete vezes na coluna, das quais três com direito a foto. A edição nº 1919, de 24/08/2005, traz a personagem Gabeira sentada em um banco numa praça com a frase dele:

“O governo está morto. Nós estamos discutindo o que fazer com o corpo até 2006”.

A frase foi proferida, informa a revista, quando ele saía de uma reunião das oposições que discutia a crise por qual passava o governo - a crise do mensalão. A personagem Gabeira torna-se, assim, o porta-voz dos partidos de oposição.

A edição nº 1921, de 07/09/2005, coloca um diálogo entre Gabeira e Severino Cavalcanti estrategicamente entre duas personalidades internacionais bastante conhecidas – a atriz norte-americana Melanie Griffith e a cantora também norte-americana Gwen Stefani, vocalista do *No Doubt*. O diálogo tem início com a fala de Gabeira dirigindo-se ao presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti<sup>31</sup>:

“Senhor presidente, peço a palavra, pela ordem, para uma reclamação. Já pedi a palavra há algum tempo e vossa excelência finge que não está vendo”.

“Então, vossa excelência tem a palavra. Vossa excelência falou muito baixo ou muito fino”, respondendo Severino com sua típica educação.

---

<sup>31</sup> As frases foram publicadas na revista com aspas. Os comentários que se seguem às falas das personagens são da coluna, não do autor deste trabalho.

“Vossa excelência concedeu uma entrevista à Folha de S. Paulo não compatível com um presidente da Câmara. Ou vossa excelência começa a ficar calado, ou vamos iniciar um movimento para derrubá-lo”, foi a resposta de Gabeira, acusando Severino de defender empresas que utilizam trabalho escravo e de se comportar de forma indigna no cargo.

Neste curto diálogo a intenção da coluna é mostrar um Gabeira combativo porém educado, que não perde a compostura nem quando seu oponente tenta desqualificá-lo, dizendo que ele “fala baixo ou muito fino”. A personagem Severino, por outro lado, além de mal educada, é pintada como defensor de escravagistas e de manter um comportamento não adequado com o cargo que ocupa.

*Veja Essa* publica em sua edição 1924, de 28/09/2005, a declaração de Gabeira de que

“não há mais salvadores. Há processos de recuperação, mas sem características messiânicas”.

O comentário da revista, irônico, é de que Gabeira acredita na maturidade do eleitor brasileiro, depois das mancadadas do governo petista. Interessante notar que ao lado da frase de Gabeira foi colocada uma foto do vice-presidente José Alencar com a seguinte frase atribuída a ele: “Esses empréstimos...Ninguém pode acreditar nesses empréstimos”. O comentário explica que a declaração de Alencar foi dada no programa *Roda Viva*, da TV Cultura, duvidando da origem do dinheiro do caixa dois da campanha petista. É uma clara tentativa de mostrar que Alencar, uma personagem respeitável nos círculos político e empresarial, segue a mesma linha de raciocínio da personagem Gabeira.

As duas próximas declarações atribuídas à Gabeira, publicadas na edição nº 1959, de 07/06/2006, referem-se à atuação de colegas seus no parlamento:

“Daqui a pouco a Polícia Federal vai ter uma ala só para os assessores do senador Ney Suassuna”, sobre a prisão de assessores parlamentares envolvidos na máfia das ambulâncias.

A outra,

“Minha proposta não é só ir ao Supremo Tribunal Federal, é ir para a guerra”, indignado com as manobras do presidente do Senado,

Renan Calheiros, que impede a instalação da CPI das Sanguessugas.

Desse modo, Gabeira é apresentado não somente como um crítico feroz do PT e de seus integrantes, mas também se preocupa com o rumo do dinheiro público, especialmente a aquele destinado à saúde.

Três semanas depois, na edição nº 1962, de 28/06/2006, Gabeira surge novamente na coluna, com foto, que transcreve uma declaração do deputado publicada no *Painel da Folha de S. Paulo*:

“Primeiro Lula inaugurou obras inacabadas. Agora vai vistoriá-las. O próximo passo será promover eventos em que o presidente ‘desejará’ o surgimento de uma obra”.

A declaração, irônica ao extremo, foi publicada ao lado de uma foto da modelo e apresentadora de TV Ana Hickmann (apenas de biquíni). Gabeira, assim, torna-se também uma espécie de “produto cultural”, uma imagem a ser consumida da mesma forma que personalidades artísticas o são.

Na última declaração analisada, Gabeira, agora como sub-relator da CPI das Sanguessugas, ataca políticos do PSB:

“Tenho certeza de que foi parar dinheiro em bolso de parlamentar. Eles transformaram o Ministério da Ciência e Tecnologia em coisa de compadre”.

O conjunto de declarações atribuído a Gabeira na coluna *Veja Essa* parece ter um objetivo definido: mostrar que o Brasil passa por momentos delicados no campo político, em que a corrupção, o compadrio, os interesses particulares, a antiética, correm à solta na Esplanada dos Ministérios. Em meio a tudo isso, porém, luta solitário o deputado Fernando Gabeira, “um dos poucos que ousam levantar a voz contra tais desmandos e descaminhos”. A coluna *Veja Essa* é um espaço adequado para realçar a atuação da personagem Gabeira. A coluna não publica “furos” (notícias em primeira mão), mas declarações de personalidades que julga interessante ou importante. Ter uma

frase selecionada, ou várias, como no caso analisado, é certeza de visibilidade. Ainda mais quando as frases caracterizam a personagem como o mocinho da história.

Neste capítulo, apresentamos o *corpus* desta pesquisa e analisamos a narrativa de *Veja* em relação à personagem. Constatamos que a personagem Fernando Gabeira foi representada de forma positiva pela revista, até com certo exagero, em contraste ao tratamento dado a outras personagens representadas, principalmente o ex-presidente Lula e o PT e seus membros, sempre criticados, direta ou indiretamente, de forma obsessiva. O empenho de *Veja* em mostrar Gabeira nos diversos espaços editoriais da revista – reportagem de capa, páginas amarelas, artigos, coluna *Veja Essa* – aponta para um objetivo bastante claro: atingir todo o seu público-leitor (já que nem todos lêem a revista toda), que é definido pela própria revista como heterogêneo em termos de gênero, idade, classe social, classe econômica. A seguir, passaremos para as considerações finais, onde responderemos as perguntas formuladas inicialmente.

## **Considerações finais**

No início deste trabalho, fizemos duas perguntas: 1) Por que o jornalista pode ser considerado um historiador do presente? 2) Em que momento, a narrativa jornalística deixa de ser factual e passa, se é que passa, a ser ficcional?

Para responder a primeira pergunta, iniciamos nossa discussão pelo argumento mais evocado pelos historiadores tradicionais: o jornalista não pode reivindicar o *status* de historiador do presente porque entre o acontecimento e a representação desse acontecimento não há o distanciamento necessário no tempo, condição essencial para que o relato seja produzido objetivamente e sem qualquer tipo de envolvimento emocional do jornalista.

Com relação ao recuo no tempo, esse argumento não se sustenta. Se assim o fosse, Tucídides não teria escrito a *História da Guerra do Peloponeso* (2008), nem Júlio César *As Guerras da Gália* (2010) - ambas narradas no momento em que elas ocorriam. Já foi dito nesse trabalho que para entender o presente é necessário recorrer às experiências do passado e tirar de lá lições para poder projetar o futuro. Hoje, é preciso mais do que isso. Os historiadores do presente, que convivem com a “aceleração” do tempo presente, em função das sucessivas e instantâneas descobertas científicas e tecnológicas, exigem a escrita de uma história no exato momento em que ela acontece.

Dois fatores contribuem para a urgência de uma história do presente. O fenômeno da demanda social e o que se convencionou chamar de “impacto de geração”. Esse último se refere à necessidade que o homem tem de reagir, de tentar entender o que acontece no presente diante da cascata de acontecimentos que ocorrem ininterruptamente ao vivo e em cores nas últimas décadas. A invasão do Iraque pelos Estados Unidos e por tropas da ONU, assim como a guerra do Afeganistão ou o atentado às torres gêmeas do World Trade Center, em Nova York, não precisou ser registrada pela história, foram vistas na televisão e na internet por milhões de pessoas no momento em que tudo acontecia. As pessoas querem entender os motivos, as intenções, os porquês desses acontecimentos no calor do momento, não vão esperar o distanciamento no tempo exigido pelos historiadores para que a história seja escrita.

O fenômeno da demanda social traduz-se pelo desejo natural, inclusive de muitos historiadores, de cada geração ter o direito de escrever sua própria história. A História deve ser entendida como um saber acumulativo, sendo que os relatos da atual geração enriqueceriam a produção historiográfica com as interrogações de seu próprio momento histórico. Nada mais interessante, portanto, do que sentir o “pulsar” da história através dos relatos dos próprios atores ou espectadores do acontecimento.

Outra desvantagem ou empecilho para os historiadores do presente – sejam eles jornalistas ou historiadores – seria a alegação de que a falta do distanciamento no tempo os privaria de saber as conseqüências que determinado fato teria para o futuro. Ou seja, a história escrita sobre a Primeira Guerra Mundial, por exemplo, 50 anos depois de ocorrida, daria ao historiador condições de analisar a sua repercussão para as gerações seguintes porque as suas conseqüências já teriam sido sentidas. O mesmo não se aplicaria à Guerra do Iraque, porque ainda não se sabe os possíveis desdobramentos desse conflito.

A história está sendo reescrita em ritmo vertiginoso nos últimos tempos. Novas versões históricas sobre fatos e personagens chegam em profusão às livrarias. Fatos que antes eram considerados a mais absoluta “verdade”, porque foram narrados obedecendo aos pressupostos epistemológicos e metodológicos da disciplina – entre eles o distanciamento no tempo –, recebem agora interpretações variadas. Exemplo disso, no nosso país, são os livros publicados pelo jornalista e escritor Laurentino Gomes (2007) sobre a História do Brasil sob uma perspectiva totalmente diferente dos tradicionais livros encontrados nas bibliotecas das escolas. São livros produzidos sob um ponto de vista próprio, uma construção particular do autor.

Outro exemplo de história reescrita já foi comentado neste trabalho. Nos Estados Unidos, os livros de história davam conta de que era cordial e amistosa a relação entre os escravos e os seus patrões. Só recentemente, durante a demolição de casas em antigas fazendas americanas, descobriram-se nos vãos das entre paredes da Casa Grande objetos da cultura africana que, segundo a crença daquele povo, prejudicaria de alguma forma seus moradores (vudu). Isso prova que nem sempre o distanciamento no tempo é garantia de uma história “verdadeira”.

Não vemos, portanto, razões suficientemente convincentes para desqualificar o trabalho do jornalista como historiador do presente em função do não distanciamento no tempo entre o fato e o seu relato. Pelo contrário, acreditamos na possibilidade de análise histórica da realidade social da atualidade por atores e testemunhos que “vivem” e “narram” o fato ou acontecimento.

A ausência de procedimentos metodológicos rígidos próprios da ciência seria outra característica que invalidaria o trabalho jornalístico como história do presente. Ora, o método científico, como o único caminho para se chegar ao conhecimento, desde há muito é contestado por pesquisadores de todas as áreas do saber. Esta concepção positivista foi substituída por outras mais flexíveis, como já exposto neste trabalho, tomando como referência os estudos desenvolvidos por Park, Meditsch, Franciscato e Genro Filho, entre outros.

O jornalismo poderia ser visto, assim, não como o que ele tem de semelhante com a ciência, mas ao que ele tem de único e original. O jornalismo, não custa lembrar, não revela nem menos nem mais a realidade do que a ciência, simplesmente revela diferente. As epistemologias críticas, ao relativizarem as verdades científicas, permitiram a aceitação de outras verdades como válidas, de acordo com seus pressupostos e objetivos. Além disso, os diferentes gêneros do discurso abordam a realidade de maneiras diferentes, definindo verdades diversas, cada uma pertinente a um objetivo ou a uma situação.

A falta de uma metodologia científica no jornalismo não significa que o jornalista não disponha de um método para desenvolver suas narrativas. Antes de ir a campo, ele se municia de informações sobre o assunto a ser abordado, discute o enfoque a ser dado na reportagem com o seu editor, seleciona as pessoas a serem entrevistadas, formula as perguntas, checka as informações com outras fontes e assim por diante. No fundo, existe, sim, um método jornalístico, embora ele não possua a rigidez do método científico em sua acepção tradicional.

Nem poderia deixar de ser assim. Os cientistas, quando desenvolvem suas pesquisas, buscam regularidades no fenômeno estudado, enquanto o jornalismo se

concentra em casos específicos que não se repetem. Uma reportagem é única e as informações nela inseridas são exclusivamente para o consumo de seus leitores, ouvintes ou telespectadores. O fenômeno não se repete e não há o que testar e novamente testar - como é comum na ciência - para se chegar aos mesmos resultados da pesquisa original. O máximo que pode acontecer é que terceiros procurem conferir a veracidade das informações publicadas, já que o repórter cuidadoso não se esquecerá de citar as fontes consultadas ou entrevistadas.

Podemos, ainda, reforçar o nosso entendimento sobre o método, lembrando que a prática do jornalismo não se orienta por meio de um sistema teórico, como a ciência, e que não há hipóteses a serem testadas, mas pautas a cumprir. Hipóteses científicas são a teoria formulada em relação a outras teorias ou estudos, que podem ser testadas empiricamente, enquanto no jornalismo as hipóteses, se é que podem ser chamadas assim, são formuladas a partir de informações sobre o caso a ser investigado.

A suposta fragilidade do método jornalístico, portanto, não é também motivo para contestar a condição do jornalista como historiador do presente. Restam as críticas sobre a fidedignidade das fontes que, no jornalismo, são, por excelência, constituídas de testemunhos orais, mais conhecidos como entrevistados. Afinal, os jornalistas produzem matérias para serem publicadas diariamente e seria impensável e impraticável, tal qual os historiadores, escarafunchar por meses ou anos a fio os arquivos históricos das bibliotecas ou tentar decifrar resíduos arqueológicos para montar a sua narrativa. Os jornalistas contam suas histórias, quando não presenciam o fato diretamente, baseando-se nos relatos de pessoas que presenciaram ou tiveram conhecimento do fato, ouvindo especialistas sobre o tema ou pesquisando, na maioria das vezes, nos arquivos de seu próprio jornal.

A História tradicional, ou Velha História, era reticente quanto à validade dos registros orais como fontes históricas. Sob influência positivista, no século XIX, as fontes orais não teriam credibilidade porque eram originárias das “sociedades sem escrita” e eram demasiadamente subjetivas, como todo relato pessoal. Entretanto, hoje, a realidade é outra. As fontes orais foram incorporadas, a partir dos anos 1980, definitivamente como procedimento metodológico válido para se fazer história, sendo que o documento escrito deixou de ser o repositório exclusivo das vozes do passado. Se

atualmente a própria História, como disciplina autônoma, como ciência, reconhece a credibilidade do depoimento oral, não há porque questionar o seu uso pelo jornalismo.

Diante do exposto, só podemos concluir que o jornalista, no que pese as especificidades da sua profissão, pode ser considerado um historiador do presente. Seus relatos são produzidos criteriosamente, com o uso de técnicas apropriadas e tendo em vista que ele não escreve, *a priori*, para a posteridade, mas para um público do presente que quer entender, de imediato, o que se passa neste presente. Já foi dito que se há um lugar onde “pulsa” o coração da história, certamente esse lugar não são as salas frias dos arquivos e bibliotecas, mas as redações do jornal.

A segunda pergunta a que propusemos responder é: “Em que momento, a narrativa jornalística deixa de ser factual e passa, se é que passa, a ser ficcional?” Em primeiro lugar, História não é ficção, assim como o jornalismo também não o é. História é a ciência que estuda o passado do homem ao longo do tempo, com base em registros e fontes consideradas confiáveis. Jornalismo é a prática de narrar os fatos e acontecimentos reais que ocorrem diariamente em todas as partes do mundo. Eventualmente, os relatos de ambos podem se confundir, na sua dimensão estrutural, de algum modo com a literatura ficcional, porque utilizam elementos e categorias próprias desta, tais como personagens, tramas, enredos, heróis, vilões.

Na análise apresentada nesta pesquisa mostramos que a revista *Veja* montou suas reportagens utilizando uma personagem jornalística - Fernando Gabeira – como o elemento estruturante da narrativa. As informações que vão brotando em suas páginas giram em torno da personagem, de seu passado, de suas ações e de suas posições ideológicas. A realidade dos fatos representada pela revista está sempre condicionada, de algum modo, à trajetória do “guerrilheiro da lucidez”. Gabeira é representado como um herói que passou por inúmeras provações e conseguiu superar todas elas, situações comuns em literatura de ficção. É nesse momento que o texto jornalístico pode ficar comprometido, perder sua credibilidade, porque personagens ficcionais são próprias de narrativas ficcionais.

As narrativas factuais, como as empregadas por historiadores e jornalistas, têm no real sua referência. São montadas a partir de estudos, pesquisas e consultas realizadas

em arquivos ou em lugares onde se deram os acontecimentos. As pessoas são entrevistadas – um método, diga-se de passagem, que não é exclusivo do historiador. Tanto o historiador como o jornalista, embora em graus diferentes, utilizam o método para produzirem seus escritos. As narrativas ficcionais, pelo contrário, são criações arbitrárias dos seus autores. Elas tomam empréstados referentes do real, mas as narrativas são desenvolvidas sem nenhum tipo de compromisso com a realidade. O autor ficcional é o senhor absoluto da sua criação, tem liberdade para inventar e matar suas personagens, para criar países e planetas desconhecidos. O que se exige desse autor, para que seja convincente, é a verossimilhança com o real, mas não o real.

Vimos ao longo deste trabalho que toda narrativa jornalística é uma representação da realidade, não a realidade em si. Do mesmo modo, todo trabalho de história é uma representação do passado. Ou, melhor dizendo, toda história é um relato subjetivo resultante de quem a escreve, do seu tempo e espaço, marcada por interesses de instituições e grupos. Ou, ainda, que a história nos chega como narrativas, constitui um discurso dentre uma série de discursos.

Se, então, tanto a história como o jornalismo são representações da realidade por parte de seus autores, em algum momento essa construção do real pode conter elementos da ficcionalidade. Entretanto, o nosso entendimento é de que isso não compromete ou invalida a narrativa jornalística como forma de conhecimento. Não desqualifica o trabalho do jornalista como mediador da realidade, embora o que ele apresente seja uma versão dessa realidade, uma representação que sofre interferências – até mesmo das rotinas de trabalho - e não é isenta de aspectos subjetivos do autor.

O herói é uma categoria tradicional da literatura ficcional e não do jornalismo, o que, em tese, caso constatada sua representação numa narrativa jornalística, caracterizaria o texto jornalístico como ficção, ou seja, mau jornalismo. Mas o fato de jornalistas construírem heróis em suas narrativas também não quer dizer que eles estejam produzindo ficção. Vejamos, como exemplo, o ciclo do herói proposto aqui, tendo a personagem Gabeira como o herói.

Das nove etapas propostas, a primeira se inicia com o *cotidiano*. É a situação inicial da personagem vivendo o seu dia a dia. Gabeira é situado na redação do *Jornal*

*do Brasil*. Em todos os textos analisados não há registros sobre sua vida anterior a 1968, ano em que entrou na luta armada, a não ser uma breve referência feita por Roberto Pompeu de Toledo. O jornalista escreve que em 1º de abril de 1964, dia seguinte ao golpe militar, ele tentara entrar na fila de distribuição de armas ao povo que seria promovida pelo almirante Cândido Aragão. É um sinal de que ele estava insatisfeito com a nova situação política, que se traduziria em ação quatro anos depois.

O *chamado à aventura*, 2ª etapa, chega normalmente de forma inesperada, e a personagem toma a decisão que muda radicalmente o seu modo de vida. No caso em pauta, Gabeira abandona uma promissora carreira de jornalista, aos 27 anos, e resolve combater o regime militar pelas armas.

A terceira etapa da jornada do herói é o *encontro com o mentor*. O fato: aconteceu na Praça Antero de Quental, no Rio, com um militante mais antigo. O mentor é uma figura recorrente em narrativas literárias, e surge em determinado momento do enredo para dar conselhos ao protagonista.

A *travessia do primeiro limiar* pode ser traduzida pela participação no seqüestro do embaixador dos Estados Unidos, Charles Elbrick, em 1969. Os textos analisados não citam outras ações da personagem enquanto integrava o movimento clandestino de combate ao regime. É a partir desse momento, portanto, que o protagonista sela o seu destino de uma vez para sempre.

A quinta etapa – *caverna profunda* – é o momento da perda de algo muito importante e significativo para o protagonista – a liberdade. Seguem-se a prisão, tortura e, posteriormente, o exílio.

A *provação suprema* é a sexta etapa e representa, talvez, o acontecimento central da narrativa. Marca um fim de uma relação, a relação com o país em que vive. Para o nosso protagonista, essa provação constitui-se em viver no exílio, longe dos parentes e amigos, submetendo-se a empregos como maquinista de trem e vigia de cemitério.

Depois de passar 10 anos no exílio, o nosso protagonista deve iniciar o *caminho de volta*, a sétima etapa, para contar o que viu e aprendeu. Ele conseguiu sobreviver, resta agora usufruir suas conquistas.

A penúltima etapa é a *ressurreição*. Depois de se insurgir contra o governo militar, abandonar a carreira de jornalista, participar do seqüestro do embaixador americano, ser preso, torturado, exilado, renasce com a decretação da anistia aos exilados políticos. É um ponto alto da história, de preparar o reingresso do protagonista na sociedade da qual havia partido.

Enfim, o herói está pronto para receber sua *recompensa*, a última etapa, traduzida no reconhecimento do seu povo elegendo-o como representante político. A mídia (neste caso, *Veja*) também reconhece-o como herói, dando-lhe a visibilidade necessária que todo político necessita para ser bem sucedido. A revista, a 10 dias das eleições de 2006, brinda-o com uma vistosa capa, consagrando-o de uma vez por todas como um político capaz, ético, honesto, experiente, moderno. Assim, é perfeitamente possível identificar na narrativa jornalística a jornada do herói, ou o ciclo do herói. Nem sempre as etapas estão claramente identificadas, mas nas entrelinhas e no conjunto dos textos é possível identificá-las. Dessa forma, os jornalistas utilizam em suas narrativas elementos e categorias da literatura de ficção sem que essas narrativas se caracterizem como tal.

Vimos também neste trabalho que as personagens não são pessoas, são figuras do discurso, são representações de pessoas. Na ficção, o escritor é o senhor absoluto da personagem criada, uma situação que difere para o historiador ou jornalista. Estes descrevem as suas personagens utilizando-se de trabalhos de observação, documentação, inquérito e interpretação, pelos quais reúnem os elementos relativos ao “referente objetivo”. No caso do jornalismo, a personagem “representa” uma pessoa de existência real, ainda que seja também uma figura do discurso.

É preciso lembrar que as personagens históricas também são construções. D. Pedro I proclamou a independência do Brasil às margens do riacho Ipiranga, mas é improvável que a cena real seja aquela imortalizada no quadro de Pedro Américo. Historiadores que já reescreveram esse episódio da nossa história constataram que

naquela época as estradas eram precárias e havia muitos morros e serras a serem transpostas, o que exigia animais resistentes como mulas e burros, e não um alazão vistoso como o que D. Pedro monta na representação de Pedro Américo. No quadro, D. Pedro e sua escolta mostram-se impecavelmente vestidos, o que também é improvável, já que uma viagem daquelas, de muitos dias, exigia muitos sacrifícios, menos o de manter a vestimenta limpa e alinhada.

Nem por isso deixa de ser fato que houve a proclamação da Independência no dia 7 de setembro de 1822, às margens do riacho Ipiranga, quando D. Pedro retornava de uma viagem da cidade litorânea de Santos, em São Paulo, onde mantinha um caso amoroso com a Marquesa de Santos. Tudo isso está registrado nos livros de História e ninguém duvida de sua veracidade. O que ocorre são variações na maneira de narrar o episódio e, conseqüentemente, a representação das personagens.

As personagens trazem consigo a marca do seu criador, principalmente no caso das personagens biografadas, em que suas vidas terão o sentido que o historiador lhe conferir. Não há neutralidade em qualquer trabalho de historiador, porque é impossível ser totalmente objetivo, já que, por trás do discurso historiográfico, há um sujeito que o produz.

Quando o jornalista e escritor Fernando Morais escreveu *Chatô, o rei do Brasil* (1994), representou a personagem Assis Chateaubriand como um empresário que criou um império de comunicação no Brasil à custa de empréstimos nunca quitados, chantagens, subornos e outras práticas não recomendáveis. Que Chateaubriand criou instituições como o Aeroclub de São Paulo e o Museu de Artes de São Paulo, o MASP, utilizando recursos financeiros de terceiros, obtidos, segundo Morais, por meios escusos. Por outro lado, outros livros sobre Chateaubriand, como *O pensamento de Assis Chateaubriand* (2000), editado pela Fundação que leva o mesmo nome, retrata o jornalista como um homem de “visão caleidoscópica do mundo, um grande homem, um homem extraordinário, um gênio, um visionário, em qualquer época, em qualquer cultura, em qualquer continente”. (Fundação Assis Chateaubriand, 2000, p.17).

Assim como D. Pedro I, Chateaubriand foi uma pessoa de carne e osso, que viveu sem dúvida experiências extraordinárias, que se transformou em personagem

histórica, teve sua vida biografada. Seus feitos são incontestes, estão aí para provar. Basta conferir em São Paulo o museu que criou, ou visitar as redações dos jornais que compõem os Diários Associados. No entanto, a personagem Assis Chateaubriand é representada ora como um mecenas, jornalista e empresário de sucesso, ora como um jornalista que utilizava a imprensa para achincalhar seus desafetos, ou ainda, como empresário inescrupuloso e desonesto.

Essas diferentes construções da personagem Assis Chateaubriand não invalidam o que ele, como homem, fez. Há muita ficção e muito de real em suas representações, dependendo do ponto de vista do autor. Porém, o que importa, no nosso entendimento, é que as narrativas sobre sua vida e sobre suas realizações podem ser consideradas verdadeiras, porque são passíveis de serem comprovadas.

No caso do jornalismo isso fica mais patente, porque as personagens jornalísticas, antes de serem representadas como personagens, são pessoas que vivem o seu cotidiano. Suas imagens, independentemente se positivas ou negativas, são apenas representações e podem ser contestadas a qualquer momento. O que realmente interessa é se os fatos narrados, independentemente da construção da imagem da personagem, se aproximam do real.

Ao nosso ver, a narrativa jornalística sobre fatos e acontecimentos flui independente da representação feita da personagem, representação essa, ressalte-se, que é de responsabilidade do jornalista. A personagem não tem vida própria, ela só existe por obra e graça do seu criador. A pessoa que deu origem à personagem não se confunde, ou não deveria se confundir, com a sua representação.

Nesta pesquisa, mostramos que a revista *Veja* narrou uma pequena parte da história política recente do nosso país: o golpe militar em 64, a resistência armada, o exílio de opositores ao regime, a corrupção no governo, a luta política entre parlamentares. Tudo isso aconteceu, foi noticiado por toda a imprensa brasileira. O que *Veja* fez foi focalizar uma personagem no meio de todos esses acontecimentos. A personagem representada, o deputado Fernando Gabeira, foi pintada como um revolucionário, um herói, mas nada na narrativa, em relação aos fatos relatados, deixa de ser real.

Nem mesmo quando o articulista Roberto Pompeu de Toledo - o que pode parecer uma manifestação de liberdade poética, não usual no jornalismo - “entra” na mente da personagem e diz que “Gabeira olhou em volta e estranhou que tudo continuasse no mesmo lugar...”, a narrativa deixa de ter credibilidade. É fato que a personagem Gabeira encontrou-se com outra personagem na praça Antero de Quental para selar sua entrada no movimento contra-revolucionário. Se ele “olhou em volta e estranhou algo”, não compromete em nada a veracidade da narrativa. Aliás, isso é uma técnica de narração, vinda da literatura. O repórter pode ter apurado esse “instante” junto ao entrevistado e assumido no corpo da narrativa. Não significa que inventou isso, o que tornaria o texto em ficção.

Essas liberdades literárias são mais comuns do que se imagina. O sociólogo Ronaldo Conde Aguiar, por exemplo, em sua tese de doutorado, depois transformada em livro, “O rebelde esquecido – tempo, vida e obra de Manoel Bomfim” (2000), também entra no íntimo da personagem, colocando-a refletindo intensamente sobre as agruras do seu tempo, caminhando pela praia de Copacabana, no Rio de Janeiro. Se em uma tese de doutorado em Sociologia isso é considerado normal, não há porque criticar essa prática no jornalismo, considerado muito mais informal que um trabalho acadêmico.

Não existe história e não existe jornalismo sem personagens. O importante não é como essas personagens são construídas, mas se os fatos relatados que as envolvem têm verossimilhança com o real. A personagem jornalística faz parte de uma narrativa jornalística que, por sua vez, é a representação do acontecimento. Não há como dissociar essa representação jornalística da história do presente. Quanto ao historiador do futuro, o que se deve exigir dele é que, quando estiver escrevendo a história de determinado período baseado em fontes jornalísticas, a análise não se centre em notícias fragmentadas, mas em ciclos fechados ou episódicos. Que as personagens estudadas sejam vistas no contexto social e político do momento. Enfim, o historiador deve ter em mente que os meios de comunicação procuram, de acordo com seus interesses, assim como os historiadores, dar novas significações aos fatos, e fazem isso recriando acontecimentos e construindo personagens. Na *Veja*, Gabeira é descrito como herói, mas pode já não sê-lo em outros veículos de comunicação.

A nossa conclusão é a de que o jornalista, mesmo utilizando personagens como categorias estruturantes, além de outros elementos da literatura ficcional, pode ser considerado um historiador do presente e que suas narrativas, embora às vezes tragam as técnicas de redação da ficção, não são ficção.

É oportuno lembrar que um diferencial expressivo entre o jornalismo praticado por jornais e revistas é que, nestas últimas, o texto é mais criativo e utiliza recursos estilísticos incompatíveis com a velocidade do jornalismo diário. Os textos são mais elegantes e sedutores, até porque precisam cativar seus leitores, já que as revistas semanais trabalham com o já noticiado e sua função seria a de preencher os vazios informativos deixados pelas outras mídias. Portanto, a técnica literária é perfeitamente compatível com o estilo jornalístico.

Seja qual for o posicionamento de historiadores do futuro com relação aos registros dos fatos e acontecimentos pela mídia, se eles têm validade ou não, um fator parece decisivo: os jornalistas relatam, mesmo orientados por uma linha editorial específica ou subordinados às rotinas produtivas, aquilo que mais de representativo interessa à sociedade. Os meios de comunicação sabem que, para manter seu público de consumidores, têm que se ater às regras básicas que regem o jornalismo, ou seja, noticiar assuntos de interesse da sociedade com objetividade, neutralidade e imparcialidade. Se essas regras forem respeitadas, *a priori* não haverá motivos para duvidar de que o jornalista é o historiador do presente.

## **Bibliografia**

---

**ABRAMO**, Perseu. *Significado Político da manipulação na grande imprensa*. Extraído de [www.consciencia.net/picadinho/abramo.doc](http://www.consciencia.net/picadinho/abramo.doc), em 22/06/2010.

**AGOSTINHO**, Santo. 2000. *Confissões*. São Paulo, SP: Editora Nova Cultural Ltda. Coleção Os Pensadores.

**AGUIAR**, Ronaldo Conde. 2000. *O rebelde esquecido – tempo, vida e obra de Manoel Bomfim*. Rio de Janeiro, RJ: Topbooks.

**ALBERTI**, Verena. 2008. *Fontes orais: Histórias dentro da História*. In Carla Bassanezi Pinsk (org.): *Fontes históricas*. 2008. São Paulo, SP: Contexto.

**ALENCAR**, José de. 1976. *Iracema: lenda do Ceará*. São Paulo, SP; Ática.

**ALMEIDA**, Maria Fernanda Lopes. 2009. *Veja sob censura: 1968-1976*. São Paulo, SP: Jaboticaba.

**ARISTÓTELES**. 2000. *Poética, Organon, Política, Constituição de Atenas*. São Paulo, SP: Editora Nova Cultural Ltda. Coleção Os Pensadores.

**ATTUCH**, Leonardo. 2005. *A CPI que abalou o Brasil: os bastidores da imprensa e os segredos do PT*. São Paulo, SP: Futura.

**AUSTEN**, Jane. 1982. *Orgulho e Preconceito*. Tradução de Lúcio Cardoso. São Paulo, SP: Abril Cultural.

**BACELLAR**, Carlos. 2008. *Fontes documentais: uso e mau uso dos arquivos*. In Carla Bassanezi Pinsk (org.): *Fontes históricas*. 2008. São Paulo, SP: Contexto.

**BALZAC**, Honoré de. 1999. *Os jornalistas*. Tradução de João Domenech: Rio de Janeiro, RJ: Ediouro.

**BARTHES**, Roland. 1984. *A Câmara clara: nota sobre a fotografia*. Rio, RJ: Nova Fronteira.

**BASTIDE**, Roger. 1953. Introdução a dois estudos sobre técnicas das histórias de vida. IN: *Sociologia*, Universidade de São Paulo, v. XV, nº 1, p. 3-7.

**BENJAMIN**, Walter. 1987. *Sobre o conceito de história*. In *Obras Escolhidas, vol. 1, Magia e Técnica, Arte e Política. Ensaios sobre Literatura e História da Cultura*: São Paulo, SP, Braziliense.

**BENVENISTE**, Émile. 1995. *O Vocabulário das Instituições Indo-européias*. V. 2: Poder, Direito, religião, trad. D. Bottmann, Campinas, SP: UNICAMP.

**BORGES**, Vavy Pacheco. 2008. *Fontes biográficas: grandezas e misérias da biografia*. In Carla Bassanezi Pinsk (org.): *Fontes históricas*. 2008. São Paulo, SP: Contexto.

**BRABEN**, Donald. 1996. *Ser cientista: O espírito de aventura em ciência e tecnologia*. São Paulo, SP: Papirus, pp. 27.

**BRAIT**, Beth. 1993. *A personagem*. São Paulo, SP: Ática.

- BRASÍLIA EM DIA**, Revista. 2006. *Entrevista de Diogo Mainardi concedida ao jornalista Marconi Formiga*. Disponível em <http://www.almanaquecomunicao.com.br/artigos/565.html>, acessado em 20/10/2009.
- BRUNER**, Jerome. 1998. *Actos de significado*. Madrid: Alianza.
- BURKE**, Peter. 1997. *A Escola dos Annales: 1929 – 1989 – A Revolução Francesa da Historiografia*. São Paulo, SP: Fundação Editora da UNESP.
- CAMAROTTI**, Gerson e **LA PEÑA**, Bernardo. 2005. *Memorial do escândalo. Os bastidores da crise e da corrupção no governo Lula*. São Paulo, SP: Geração Editorial.
- CAMPBELL**, J. 1992. *O herói de mil faces*. São Paulo, SP: Pensamento.
- CÂNDIDO**, Antonio e outros. 1992. *A personagem de ficção*. Editora Perspectiva.
- CESAR**, Julio. 2010. *La guerra de las galias*. Madrid, Espanha: Gredos.
- CHAUVEAU**, Agnès e **TÉTART**, Philippe. 1999. *Questões para a história do presente*. tradução Ilka Stern Cohen – Bauru, SP, EDUSC.
- CITELLI**, Adilson. 2007. *Linguagem e Persuasão*. São Paulo, SP: Ática.
- CUESTA**, Josefina. 1993. *Historia Del presente*. Madrid, Espanha: Eudema, S.A.
- CUNHA**, Luis Cláudio. 2008. *Operação Condor: o sequestro dos uruguaios*. Porto Alegre, RS: L&PM editores.
- CUNHA**, Maria Jandyra Cavalcanti, 2009. *A Operação Condor: lugar de fala e enquadramento na narrativa jornalística da História*. *Revista Intercâmbio do XII Congresso Internacional de Humanidades*, em <http://unb.revistaintercambio.net.br/24h/pessoa/temp/anexo1/390/685.pdf>, acesso em 13/3/2011.
- \_\_\_\_\_, 2010. *Um só fato, três enquadramentos: a narrativa jornalística da História*. *Anais do X Congresso da Asociación Latinoamericana de Investigadores de La Comunicación*, em <http://www.rehime.com.ar/escritos/ponencias/X%20Congreso%20de%20ALAIC%20%20Ponencia%20Cavalcanti%20Cunha.pdf>, acesso em 13/11/2011.
- CUNHA**, Maria Jandyra Cavalcanti e **CORREA**, Vitor de Abreu, 2011. *A retirada da Laguna. Um avanço da literatura para o jornalismo de guerra*, artigo inédito, submetido à revista *Intexto*, UFRGS.
- CUNHA**, Maria Jandyra.C. e **ALMEIDA FILHO**, José Carlos Paes de. 2007. *Projetos iniciais em português para falantes de outras línguas*. Brasília, DF: EdUnB.
- DEBORD**, Guy. 1997. *A sociedade do Espetáculo: Comentários sobre a sociedade do espetáculo*. Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto.
- DICKENS**, Charles. 2003. *David Copperfield*. Oxford, OUP: Ed. Nina Burgis.
- DIJK**, Teun A. van. 2008. *Discurso e poder*; Judith Hoffnagel, Karina Falcone (Org.). São Paulo, SP: Contexto.
- DINES**, Alberto. 2006. *Nos porões da Imprensa: Jornalismo de Veja não vê, chuta*. Disponível em <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=381IMQ001>. Acessado em 16/05/2011.

**EICHENBAUM**, Boris. *The theory of the formal method*, in Olson, Paul (org.) *Russian formalist criticism: four essays*. Lincoln: University of Nebraska Press, pp. 98-139.

**EMERY**, Edwin. 1962. *The press and America. An interpretative history of journalism*. Englewood Cliffs, New Jersey, EUA: Prentice-Hall.

**FERNANDES**, Florestan. 1959. *Ensaio de Sociologia Geral e Aplicada*. São Paulo, SP: Pioneira, p. 251-269,

**FERNANDES**, Rodolfo. 2005. *Carta do Globo à revista Veja*. O Globo, Rio de Janeiro, RJ, 13 mar.. 2005, primeiro caderno, p.25.

**FERREIRA**, Aurélio Buarque de Holanda (1993). *Minidicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira.

**FIORIN**, José Luiz. 2008. *Elementos de análise do discurso*. São Paulo, SP: Contexto.

**FLAUBERT**, Gustave. 2004. *Madame Bovary*. Porto Alegre, RS: L&PM.

**FORSTER**, E.M. 1949. *Aspects of the novel*. London, Inglaterra: Edward Arnold.

**FOUCAULT**, Michel. 1996. *A Ordem do Discurso*. São Paulo, SP: Ed. Loyola.

**FRANCISCATO**, Carlos Eduardo. 2006. *Jornalismo, Ciência e Senso Comum: contribuições do método científico para a reportagem jornalística*. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Estudos de Jornalismo, do XV Encontro da Compós, na Unesp, em Bauru, SP, em junho de 2006.

**FUNARI**, Pedro Paulo. 2008. *Fontes arqueológicas: os historiadores e a cultura material*. In Carla Bassanezi Pinsk (org.): *Fontes históricas*. 2008. São Paulo, SP: Contexto.

**FUNDAÇÃO** Assis Chateaubriand. 2000. *O pensamento de Assis Chateaubriand*. Brasília, DF: Fundação Assis Chateaubriand.

**GABEIRA**, Fernando. 1979. *O que é isso companheiro?* Rio de Janeiro, RJ: Codecri (Coleção Edições do Pasquim; v.66).

\_\_\_\_\_. 1981. *Entradas e Bandeiras*. Rio de Janeiro, RJ: Codecri.

\_\_\_\_\_. 1989. *Hóspede da utopia*. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira.

\_\_\_\_\_. 1989. *O crepúsculo do macho*. Rio de Janeiro, RJ: Codecri.

\_\_\_\_\_. 1990. *Sinais de vida no planeta Minas*. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira.

\_\_\_\_\_. 2000. *Navegação na neblina*. Porto Alegre, RS: L&PM.

**GARNHAM**, Nicholas. 1985. *Contribución a uma economia política de la comunicaciones de masas*. In Moragas, M. de. (Org.) *Sociologia de la comunicacion de masa*. Barcelona, Espanha: Gustavo Gili.

**GENRO FILHO**, Adelmo. 1987. *O segredo da pirâmide – para uma nova teoria marxista do jornalismo*. Disponível em [www.Adelmo.com.br](http://www.Adelmo.com.br). Acessado em 17/02/2006.

**GOMES**, Laurentino. 2007. *1808*. São Paulo, SP: Planeta do Brasil

\_\_\_\_\_. 1822. *2010*. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira

**GRESPLAN**, Jorge. 2008. *Considerações sobre o método*. In Carla Bassanezi Pinsk (org.): *Fontes históricas*. 2008. São Paulo, SP: Contexto.

**HOHLFELDT**, Antonio. **MARTINO**, Luiz C. **FRANÇA**, Vera Veiga. 2001. *Teorias da Comunicação: Conceitos, Escolas e Tendências*. Petrópolis, RJ: Vozes.

- HOUAISS**, Antonio. 2010. *Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, RJ: Objetiva.
- IMBERT**, Enrique Anderson. 1992. *Teoría y técnica del cuento*. Barcelona, Espanha: Editora Ariel S.A.
- IMBERT**, Gérard e **BENEYTO**, José Vidal (orgs.). 1986, *El País o la referencia dominante*. Barcelona, Espanha: Editorial Mitre.
- JENKINS**, Keith. 2005. *A História repensada*. Tradução de Mário Vilela. São Paulo, SP: Contexto.
- KOCH**, Ingedore Grunfeld Villaça. 2008. *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo, SP: Contexto.
- KOTSCHO**, Ricardo. 2005. *A prática da reportagem*. São Paulo, SP: Ática. Série Fundamentos.
- JORGE**, Thaís de Mendonça. 2008. *Manual do foca: guia de sobrevivência para jornalistas*. São Paulo, SP: contexto.
- LAGE**, Nilson. 2006. *A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística*. Rio de Janeiro, RJ: Record.
- LE GOFF**, Jacques. 1999. *A visão dos outros: um medievalista diante do presente*. In Chauveau Agnès e Tétard Philippe. (Org.): *Questões para a história do presente*. Tradução Ilka Stern Cohen – Bauru, SP: EDUSC.
- \_\_\_\_\_. 1990. *História e memória*. Tradução Bernardo Leitão et al. Campinas, SP: Editora Unicamp.
- LIMA**, Luiz Costa. 1973. *Estruturalismo e teoria da literatura: Introdução às problemáticas estética e sistêmica*. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes Ltda.
- O HOMEM** elefante. 1980. Direção: David Lynch. Produção: Jonathan Sanger. Intérpretes: Anthony Hopkins, John Hurt, Anne Bancroft, John Gielgud. Roteiro: Christopher De Vore, Eric Bergren e David Lynch, baseado em livro de Sir Frederick Treves e Ashley Montagu. Música: John Morris. Estúdio: Brooksfilms Inc. distribuidora: Paramount Pictures. I filme (124 min.), PB. Produção anglo-americana.
- LUCA**, Tania Regina de. 2008. *Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos*. 2008. In Carla Bassanezi Pinsk (org.): *Fontes históricas*. 2008. São Paulo, SP: Contexto.
- MAINGUENEAU**, Dominique. 2008. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo, SP: Cortez Editora.
- MANINI**, Miriam Paula et al (Org.). 2010. *Imagem, memória e informação*. Brasília, DF: Ícone Editora e Gráfica.
- MARTINEZ**, Monica. 2008. *Jornada do herói: a estrutura narrativa mítica na construção de histórias de vida em jornalismo*. São Paulo, SP: Annablume.
- MATTELART**, Armand e Michèle. 2005. *História das Teorias da comunicação*. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. São Paulo, SP: Edições Loyola.
- MEAD**, Margareth. 1996. *Male and female*. Nova York: W. Morrowe.
- MEDINA**, Cremilda. 2003. *A arte de tecer o presente: narrativa e cotidiano*. São Paulo, SP: Summus.
- \_\_\_\_\_. 2006. *O signo da relação.: Comunicação e pedagogia dos afetos*. São Paulo, SP: Paulus.

- MEDITSCH**, Eduardo. 1997. *Fundamentos e pertinência da abordagem do jornalismo como forma de conhecimento*. Trabalho apresentado no IV Congresso Iberoamericano dos Pesquisadores em Comunicação, em Santos, SP, de 1 a 3 de setembro de 1997.
- MELLO**, José Marques de e **GALVÃO**, Waldimas(orgs.).1984. *Jornalismo no Brasil Contemporâneo*. São Paulo, SP: ECA/USP.
- MESQUITA**, Mário. 2004. *O quarto equívoco: o poder dos media na sociedade contemporânea*. Coimbra, Portugal: Minerva.
- MÍDIA** Dados Brasil 2010.. São Paulo, SP: Ed. Grupo de Mídia.
- MORAIS**, Fernando. 1994. *Chatô – O rei do Brasil*. São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- MOREIRA**, Roberto Sabato Claudio. 2002. *A revista Realidade e o processo cultural brasileiro dos anos 60*. In: *O Jornal: da forma ao sentido*. **PORTO**, Sergio Dayrell (org.). Brasília, DF: Editora UnB.
- MOSCO**, Vincent. 1998. *Repensando e renovando a economia política da informação*. Perspect. Cienc. Inf., vol.3, n.2, p.97-114, jul/dez. Belo Horizonte, MG.
- MOTTA**, Luiz Gonzaga. 2005. *Narratologia: análise da narrativa jornalística*. Brasília, DF: Casa das Musas.
- \_\_\_\_\_. 2006. *Narrativa jornalística e conhecimento imediato do mundo: construção cognitiva da história do presente*. In IV colóquio Espanha/Brasil de Ciências da Comunicação. Málaga, Espanha.
- \_\_\_\_\_. 2007. *Enquadramentos lúdico-dramáticos no jornalismo: mapas culturais para organizar conflitos políticos*. Intexto, Porto Alegre: UFRGS, v.2, n. 17, p. 1-25, julho/dezembro 2007.
- MOTTA**, Luiz Gonzaga. e **GUAZINA**, Liziane. 2010. *O conflito como categoria estruturante da narrativa política: o caso do Jornal Nacional*. *Brazilian Journalism Research*, volume 6-número I, pp.
- NASCIMENTO**, Patrícia Ceolin. 2002. *Jornalismo em Revistas no Brasil: um estudo das construções discursivas em Veja e Manchete*. São Paulo, SP: Annablume.
- NASSIF**, Luis. (2011). *Dossiê Veja*. Blog Luis Nassif Online. Disponível em <http://www.advivo.com.br/luisnassif>. Acessado em 16/05/2011.
- NAPOLITANO**, Marcos. 2008. *Fontes audiovisuais: a história depois do papel*. In Carla Bassanezi Pinsk (Org.): *Fontes históricas*. 2008. São Paulo, SP: Contexto.
- NETO**, Lira. 2007. *Maysa: só numa multidão de amores*. São Paulo, SP: Globo
- NUNES**, Augusto. 2005. *A esperança estilhaçada: crônica da crise que abalou o PT e o governo Lula*. São Paulo, SP: Planeta.
- ORLANDI**, Eni Pulcinelli. 2008. *Discurso e leitura*. São Paulo, SP: Cortez.
- PANIAGO**, Paulo. 2008. *Um retrato interior: O gênero perfil nas revistas The New Yorker e Realidade*. Tese de doutorado inédita. Programa de Pós-graduação em Comunicação. Universidade de Brasília. Orient. Luiz Gonzaga Motta e Jandyra Cunha.
- PARK**, Robert E. 1970. *A notícia como forma de conhecimento: um capítulo da sociologia do conhecimento*. In: **STEINBERG**, Charles (org.). *Meios de comunicação de massa*: São Paulo,SP: Cultrix.
- PINTO**, Milton J. 1999. *Comunicação e Discurso*. São Paulo, SP: Hacker Editores.

- PONTE**, Cristina. 2005. *Para entender as notícias - Linhas de análise do discurso jornalístico*. Florianópolis, SC: Insular.
- PORTO**, Sérgio D. (Org.). 2002. *O jornal: da forma ao sentido*. Brasília, DF: EdUnB.
- \_\_\_\_\_. 2010. *Análise do Discurso: O caminho das seis leituras interpretativas*. Brasília, DF: Casa das Musas.
- \_\_\_\_\_. 1999. *Pesquisa, sexo, era tecnológica: um estudo sobre os chats*. Extraído em <http://www.comunica.unisinos.br/tics/textos/1999/1999-sdp.pdf>. em 20/11/2008.
- PROPP**, Vladimir. 1984. *Morfologia do conto maravilhoso*. Rio de Janeiro, RJ: Forense-Universitária.
- RENAULT**, Dácio. 2010. *A personagem jornalística como categoria estruturante da narrativa jornalística na História do presente*. Trabalho apresentado no VIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo da SBPJor, em São Luiz, MA, entre 8 e 10/11/2010.
- RENAULT**, David. 2006. *A Era FHC nas representações da mídia impressa*. Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em História. Universidade de Brasília. Orient. Maria T. Ferraz Negrão de Mello.
- RICHERI**, Giusepe. 1985. Nuevas tecnologías e investigación sobre las comunicaciones de masas. In Moragas, M. de (Org.) *Sociología de la comunicación de masa*. Barcelona, Espanha: Gustavo Gili.
- RICOEUR**, Paul. 1994. *Tempo e Narrativa*, tomo I; tradução Constança Marcondes César - Campinas, SP: Papyrus.
- \_\_\_\_\_. 2007. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução Alain François. Campinas, SP: Editora da Unicamp.
- ROSSI**, Clóvis. 2006. *O que é jornalismo*. São Paulo, SP: Brasilense. Coleção Primeiros Passos.
- RUIZ**, Rafael. 2005. *Novas formas de abordar o ensino de História*. In **KARNAL**, Leandro (Org.). *História na sala de aula*. São Paulo, SP: Contexto.
- SCHILLER**, Herbert. 1973. *Manipulation and the packaged consciousness. The mind managers*. Boston, EUA: Beacon-Press.
- SCHLESENER**, Anita Helena. 2007. *Hegemonia e cultura: Gramsci*. Curitiba, PR: Ed. UFPR
- SEGOLIN**, Fernando. 1992. *A personagem de ficção*. In **CÂNDIDO**, Antonio e outros. São Paulo, SP: Editora Perspectiva.
- SILVA**, Marconi Oliveira da. 2006. *Imagem e verdade: jornalismo, linguagem e realidade*. São Paulo, SP: Annablume.
- SILVA**, Nívea Rohling da. 2008. *Os índices sociais de valor no gênero entrevista pingue-pongue, do jornalismo de revista*. *Revista Intercâmbio*, volume XVII: 444-460. São Paulo, SP: LAEL/PUC-SP.
- SIQUEIRA**, Carla e **MURILO**, Tatiana. (2001). ‘*Manchete*’. In **ABREU**, Alzira Alves et al. *Dicionário Histórico Brasileiro pós 1930*. Rio de Janeiro, RJ: FGV/CPDOC.
- SODRÉ**, Muniz. 2009. *A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento*. Petrópolis, RJ: Vozes.

**SPONHOLZ**, Liriam. 2009. *Jornalismo, conhecimento e objetividade: além do espelho e das construções*: Florianópolis, SC: Insular .

**THOMPSON**, J.B. 2002. *O escândalo político*. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes.

\_\_\_\_\_. 1998. *A mídia e a modernidade: Uma teoria social da mídia*. Tradução de Wagner de Oliveira Brandão. Petrópolis, RJ: Vozes.

**TRAQUINA**, Nelson. 2005. *Teorias do Jornalismo, volume I – Porque as notícias são como são*: Florianópolis, SC: Insular.

\_\_\_\_\_. 2005. *Teorias do jornalismo, volume II – A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional*. Florianópolis, SC: Insular.

**TRINTA**, Aluizio Ramos, **NEVES**, Teresa C. C. 2004. *A função cognitiva do jornalismo: A contribuição de Robert E. Park*. Trabalho apresentado ao NP 02 – Jornalismo, do IV Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom.

**TUCÍDIDES**. 2008. *História da Guerra do Peloponeso*. São Paulo, SP: Martins Fontes

**WEINRICH**, H. 1968. *Estructura y función de los tiempos en el lenguaje*. Madrid, Espanha: Gredos.

**WOLF**, Mauro. 1995. *Teorias da Comunicação*. Lisboa, Portugal: Editorial Presença.

**VEJA**, Revista. Edição Especial, de set/1972.

**VEJA**, Revista. Edição Especial 40 anos, de set./2008.

**VEJA**, Revista. Edição nº 1956, de 17/05/2006.

**VEJA**, Revista. O PT acabou. Edição nº 1909, de 15/06/2005

O mensalinho de Severino. Edição nº 1921, de 07/09/2005.

Uma bela cena num filme ruim, Edição nº 1921, de 07/09/2005

Gabeira e os outros. Edição nº 1923, de 21/09/2005

Gabeira para presidente. Edição nº 1958, de 31/05/2006

O guerrilheiro da lucidez. Edição nº 1961, de 21/06/2006

A utopia possível de Fernando Gabeira. Edição nº 1974, de 21/09/2006.

*Veja 40 anos*. Edição especial nº 2077, de setembro de 2008.

Coluna ‘Veja Essa’. Edição nº 1919, de 24/08/2005

Edição nº1921, de 07/09/2005

Edição nº 1924, de 28/09/2005

Edição nº 1959, de 07/06/2006

Edição nº 1958, de 31/05/2006

Edição nº 1962, de 28/06/2006

Edição nº 1968, de 16/08/2006

**VILAS BOAS**, Sergio. 1996. *O estilo magazine: o texto em revista*. São Paulo, SP: Summus.

# ANEXOS



ANEXO 1

# PAIXÃO FATAL

A morte do coronel do Carandiru.  
Uma história de medo, ciúme e traição

  
Abril

Editora ABRIL  
edição 1974 - ano 39 - nº 37  
20 de setembro de 2006

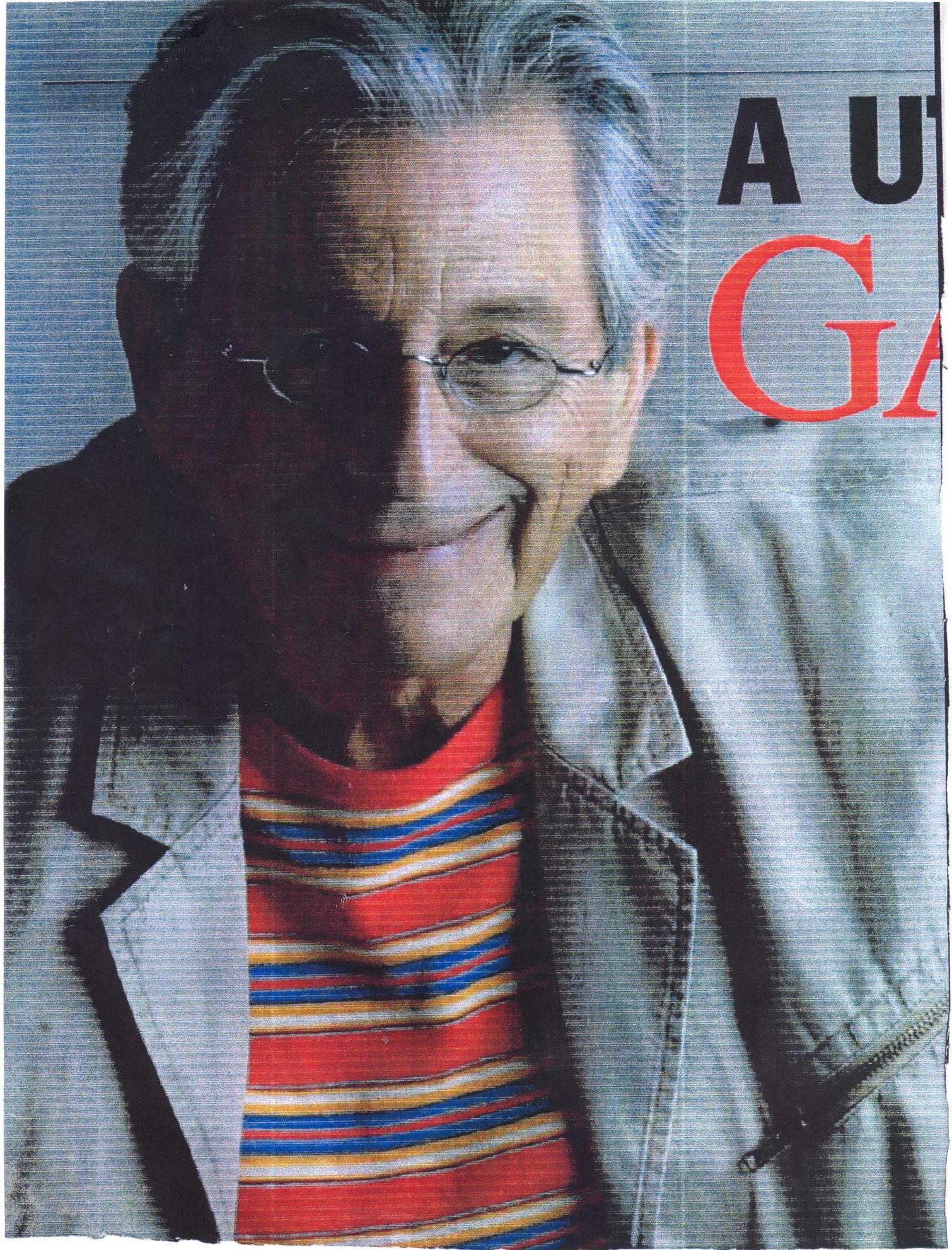
# veja



## A UTOPIA POSSÍVEL DE **FERNANDO GABEIRA**

O deputado que foi guerrilheiro  
se tornou um paladino da ética  
e da lucidez na política brasileira

EXEMPLAR DE  
ASSINANTE  
VENDA PROIBIDA



A U  
GA

# UTOPIA REAL DE GABEIRA

Aos 65 anos, o ex-guerrilheiro coroa uma carreira de rupturas radicais como o principal nome da luta pela recuperação da ética e da credibilidade da política brasileira

Lucila Soares

O deputado federal Fernando Gabeira, candidato à reeleição pelo PV, está vivendo dias especiais. Aos 65 anos, o ex-guerrilheiro que voltou do exílio anistiado e com a cabeça cheia de temas avançados demais para o Brasil de então, como ecologia, sexualidade, drogas, tornou-se um símbolo da ética. Virou uma espécie de homem-elefante da política, um ser que, à semelhança do personagem do filme famoso de David Lynch, grita: "Eu não sou um animal político. Sou um ser humano, sou um homem...". Fernando Gabeira chama atenção pelas qualidades morais, pela sensibilidade, pela inteligência, características que marcam um imenso contraste com a fauna que o circunda no Parlamento. Além de seus eleitores habituais, de classe média da Zona Sul carioca, param para falar com ele motoristas de táxi, senhoras de cabelos brancos, circunspectos aposentados. Um grupo que, até pouco tempo atrás, ou não o conhecia ou o via apenas como um sujeito exótico. Ele está entre os dez nomes mais lembrados entre os candidatos a deputado federal no Rio de Janeiro e recebe mais de 1 milhão de visitas por semana em seu site na internet.

Mineiro de Juiz de Fora e carioca por opção, Gabeira é dono de uma trajetória única na política

Fernando Gabeira, às vésperas de concluir o terceiro mandato: "Não podia mais ficar só pensando em grandes causas e me omitindo em relação ao que estava acontecendo no Congresso"

brasileira, marcada por rara independência. Começou a questionar os rumos da esquerda ainda no exílio. Naquele período, atraiu-o o pacifismo do indiano Mahatma Gandhi e do americano Martin Luther King. Deu-se então a segunda grande ruptura na vida de Gabeira. A primeira o levava à luta armada. Essa agora o fazia dar um adeus às armas. Sua paixão foi preenchida então pela luta de libertação pessoal. Ele se tornou ardoroso defensor do feminismo, encantou-se com os movimentos negros e adotou a agenda das minorias sexuais. Na volta ao Brasil, em 1979 bateu de frente com os antigos companheiros da esquerda que não estavam nem um pouco ligados em discutir a política do corpo, a descriminalização das drogas. Mais de uma vez foi acusado de traição no Congresso ao votar com "a direita", como a privatização da telefonia e a quebra do monopólio da Petrobras. Em 2002, apoiou Lula. Um ano depois, rompeu com o PT por discordar das práticas do partido no governo e no Congresso. Diz a cientista política Lúcia Hippolito: "Gabeira representa a face mais avançada da esquerda mundial, que não nega a modernidade, não rejeita o mercado nem a globalização e ao mesmo tempo defende as minorias. Ele não ficou embolorado naquela esquerda ultrapassada, albanesa". Gabeira tornou-se um guerrilheiro da lucidez, a materialização das utopias possíveis.

Na vida civil, Gabeira é o mesmo há muito tempo. Não come carne vermelha, anda de bicicleta e de moto e continua defensor da legalização da maconha. Sua frase famosa a respeito do tema dá uma idéia de como ele administra as esferas pública e pessoal de sua ética: "Aqui não fumo porque é contra a lei, mas, quando vou a Amsterdã, dou uns tapinhas...!". Fala baixo, usa o plural majestático. Mudou um pouco o estilo de vestir, que se tornou mais sóbrio, clássico, e está em ótima forma física. Tem um eleitorado fiel, que já lhe garantiu três mandatos (o primeiro em 1994) e uma boa votação em 1986, ano de criação do PV, pelo qual concorreu ao governo do Rio de Janeiro. Mas nunca foi um campeão de votos. Na campanha de 2002, quando se elegeu pela legenda do PT, obteve pouco mais de 40 000 votos e quase ficou fora do Congresso.

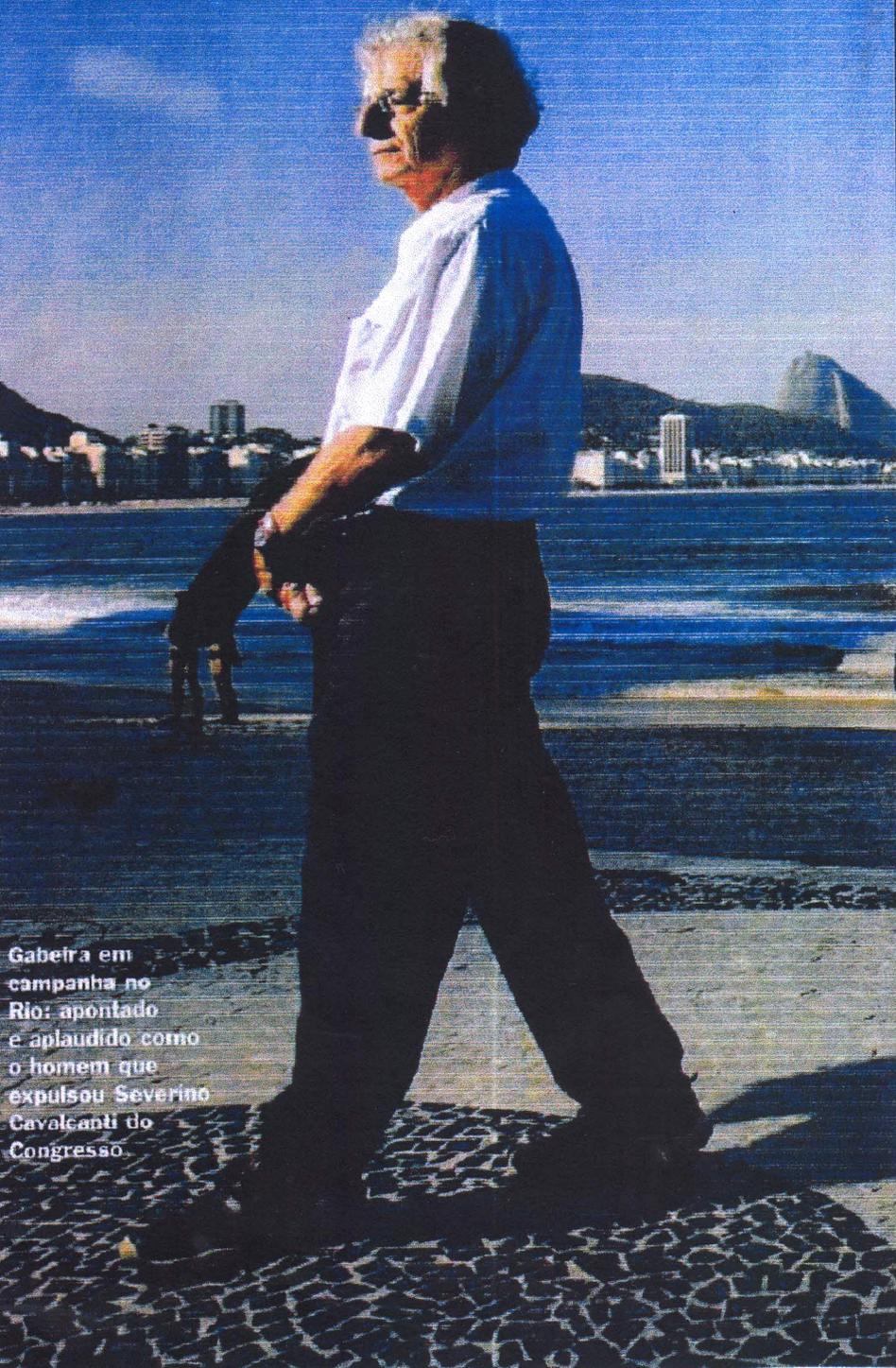
O ponto de partida de sua atual popularidade é inequívoco. Em setembro do ano passado, em discurso, enfrentou, de

## LULA

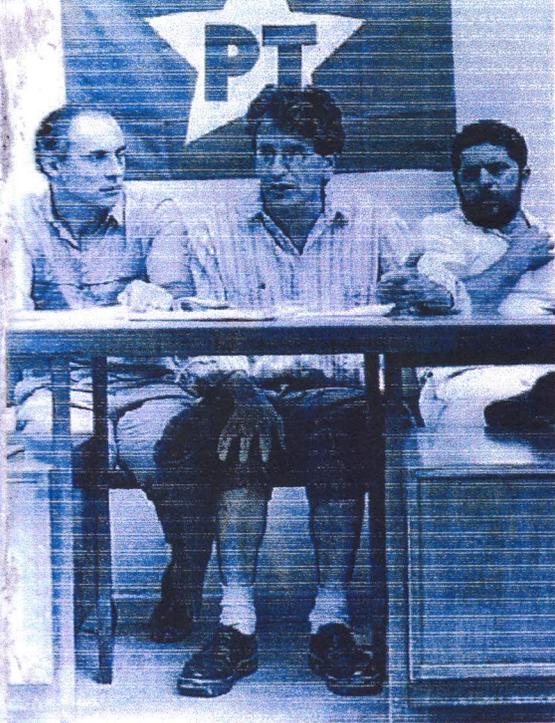
**"Faço a minha autocrítica. Blindamos o Lula com o argumento de que as pessoas que achavam que ele dizia coisas sem sentido eram preconceituosas. Temos de acabar com o elogio da ignorância."**

Setembro de 2005

Entre Suplicy e Lula, ainda companheiros de legenda: em 2003, a discordância com as práticas do PT no governo e no Congresso levou Gabeira a romper com o partido



Gabeira em campanha no Rio: apontado e aplaudido como o homem que expulsou Severino Cavalcanti do Congresso



## SONHO

“Não digo que meu sonho acabou. Digo que sonhei um sonho errado.”

No discurso em que anunciou a Câmara seu desligamento do PT, em 2003



## SEVERINO

“Vossa excelência está se comportando de maneira indigna com o cargo de presidente da Câmara. Vossa excelência está em contradição com o Brasil. Vossa excelência na presidência da Câmara é um desastre para o Brasil. Vossa excelência ou se cala ou vamos iniciar um movimento para derrubá-lo.”

Agosto de 2005

## MENSALÃO

“Lula tenta repetir Júlio Cesar, mas não consegue, porque teria de reformular a frase célebre, dizendo: ‘Até tu, quem?’”

Sobre as declarações de Lula de que “não interessa se foi A, B ou C” que lhe deu uma “facada nas costas” com o mensalão

## UM HOMEM DE GUINADAS RADICAIS

**RUPTURA:** COM A CARREIRA PROFISSIONAL DE JORNALISTA

Quando: 1968

O que a substituiu: a luta armada

O que fez a esquerda clássica: optou pela resistência à ditadura militar sem recorrer às armas

**RUPTURA:** COM A LUTA ARMADA

Quando: em 1974, ainda no exílio

O que a substituiu: a luta pelo meio ambiente e a idéia da luta pacífica, inspirada em Mahatma Gandhi e Martin Luther King

O que fez a esquerda clássica: persistiu na resistência à ditadura e na aposta da via democrática para chegar ao poder

**RUPTURA:** COM O CONCEITO DA LUTA DE CLASSES COMO MOTOR DA HISTÓRIA

Quando: no fim dos anos 1970

O que a substituiu: uma agenda de questões ligadas às liberdades individuais, como o feminismo, a luta dos negros e a das minorias sexuais

O que fez a esquerda clássica: inicialmente, considerou essas questões alienantes. Insistiu no papel central da luta de classes

**RUPTURA:** COM A IDÉIA DA HEGEMONIA DA CLASSE OPERÁRIA NO CONJUNTO DAS FORÇAS DEMOCRÁTICAS

Quando: nos anos 1980

O que a substituiu: a idéia de que a democracia prescinde de líderes salvadores

O que fez a esquerda clássica: cristalizou no Partido dos Trabalhadores seu projeto para o Brasil

**RUPTURA:** COM A DEFESA DA ESTATIZAÇÃO DA ECONOMIA

Quando: nos anos 1990, quando votou a favor da privatização da telefonia

O que a substituiu: a idéia de que o Estado tem capacidade limitada de investimento

O que fez a esquerda clássica: curvou-se a contragosto às privatizações

**RUPTURA:** COM O PARTIDO DOS TRABALHADORES

Quando: 2003

O que a substituiu: uma atuação parlamentar crítica ao governo do PT e às práticas dos parlamentares do partido

O que fez a esquerda clássica: continuou apostando no projeto do PT e na reeleição de Lula

**RUPTURA:** COM A OMISSÃO EM RELAÇÃO AOS DESMANDOS QUE ESTÃO DESTRUINDO A CREDIBILIDADE DOS POLÍTICOS

Quando: 2005

O que a substituiu: a luta pela reconstrução ética do Congresso Nacional

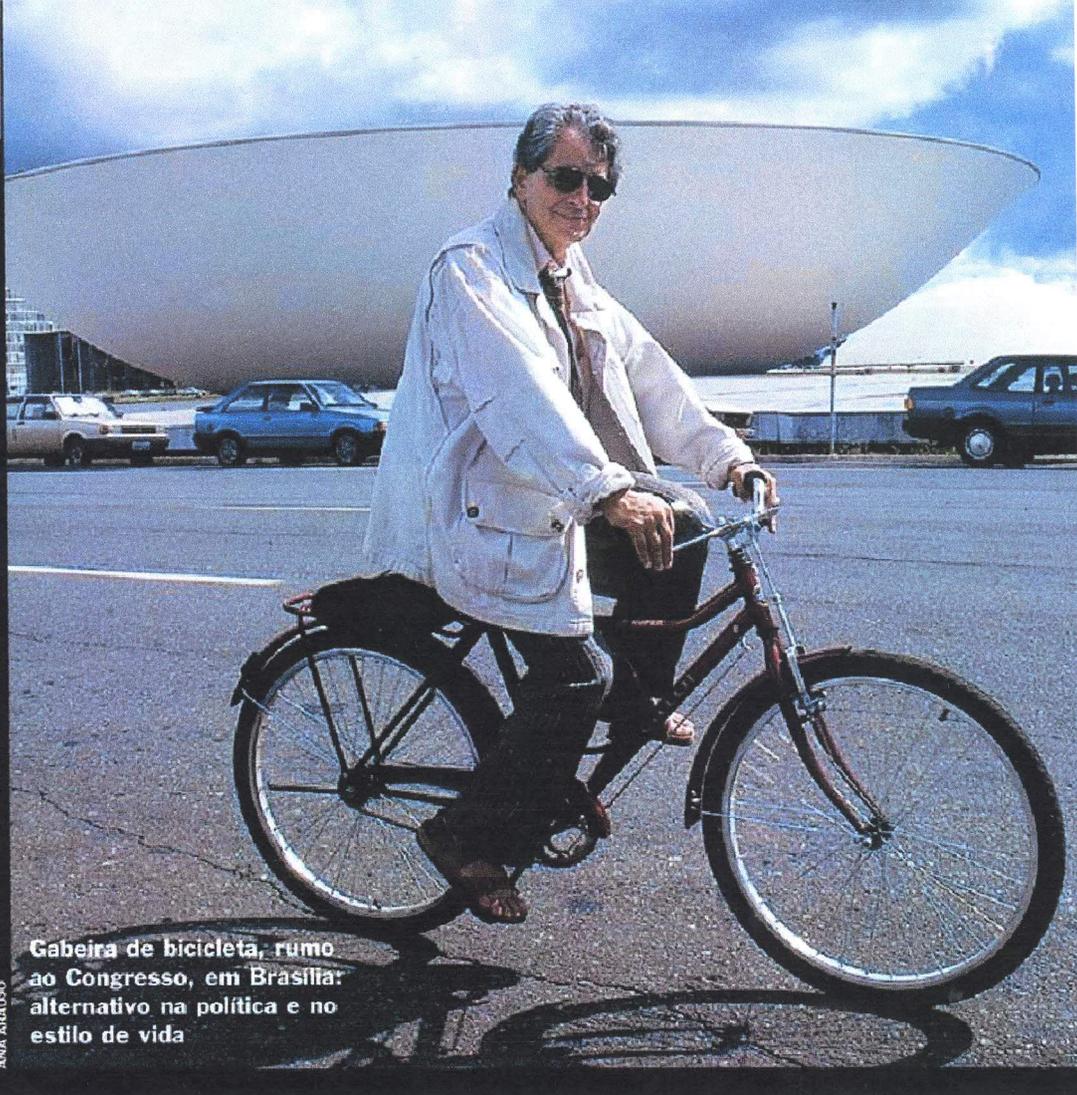
O que fez a esquerda clássica: dividiu-se. Alguns partidos, como o PSOL, apostam na mudança ética. Outros, como o PT, continuam acreditando que não se faz política sem sujar as mãos

## IDEOLOGIA

**“Vários mitos caíram. A ausência de um mito messiânico da classe operária permite concluir que não temos salvadores, o que é um avanço. A decadência moral em que parte da esquerda se meteu mostra que ela não é o bem absoluto. Fica demonstrado também que a direita não é o mal absoluto. Abre-se espaço para novas conformações políticas”**

2005

ANA ARAÚJO



Gabeira de bicicleta, rumo ao Congresso, em Brasília: alternativo na política e no estilo de vida

dedo em riste, o então presidente da Câmara, Severino Cavalcanti. VEJA revelara dias antes que Severino recebia propina do dono do restaurante da Câmara. A intervenção de Gabeira pôs frente a frente o país da corrupção e do atraso e o país inconformado com a situação. “Vossa excelência está em contradição com o Brasil. Vossa excelência na presidência da Câmara é um desastre para o Brasil. Vossa excelência ou se cala ou vamos iniciar um movimento para derrubá-lo”, disse o deputado, com veemência, infelizmente, rara no Brasil. Três semanas depois, Severino renunciou, derubado por seu “mensalinho”.

O deputado Gabeira teve participação decisiva na instalação da CPI dos Sanguessugas e também na aprovação em primeiro turno do voto aberto, há duas semanas. “Ele fazia o discurso de um grupo restrito, o Posto 9 de Ipanema, era uma audiência muito pequena. Quando foi em cima do Severino, teve a atenção de todo o eleitorado brasileiro, estava falando para 100 milhões de pessoas”, diz Ricardo Caldas, do Instituto

de Ciência Política da Universidade de Brasília (UnB). Seu prestígio na classe política se ampliou na mesma proporção. Gabeira tem sido assediado por candidatos de outros estados — e até de outros partidos — para gravar depoimentos a ser exibidos no programa eleitoral gratuito. Até o momento, ele recusou. Mas vem aparecendo em quase todo o Brasil pedindo votos para o PV, que está ameaçado de perder a legenda por não atingir os 5% de votos exigidos pela cláusula de barreira.

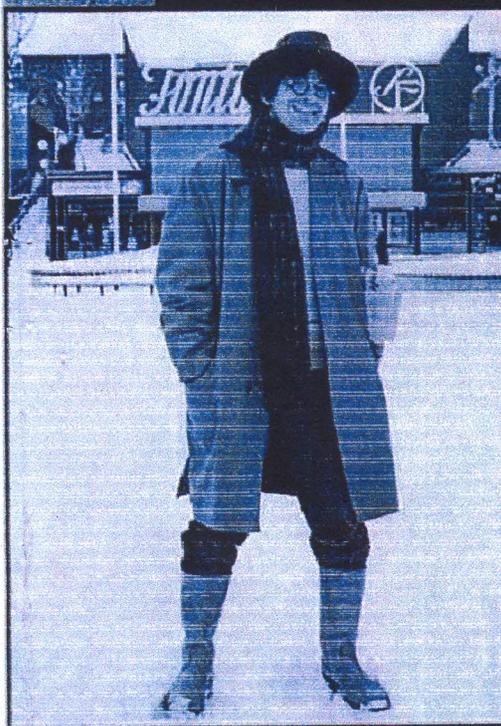
“Eu não podia mais ficar só pensando em grandes causas e continuar a me omitir em relação à deterioração do Congresso”, diz Gabeira. Quando Severino começou a agir para impedir a punição dos mensaleiros, ele decidiu partir para o tudo ou nada. A mesma convicção o moveu na briga pela instalação da CPI dos Sanguessugas. Diante do desinteresse dos presidentes da Câmara, Aldo Rebelo, e do Senado, Renan Calheiros (a quem chamou de “chefe de quadrilha”), pela CPI, chegou à conclusão de que seria impossível sobreviver

sem tomar alguma atitude destinada a interromper o processo de degradação do Congresso Nacional. Aos olhos dos cínicos, a indignação de Fernando Gabeira é um tanto suspeita. Por que ele não se levantou antes contra a bandalheira que o cercava? Por que só reagiu agora? Gabeira já era parlamentar quando se votou a emenda da reeleição de Fernando Henrique Cardoso, processo que transcorreu sob o signo da suspeita de compra de votos. Não se ouviu sua voz condenando nada disso. Diz Gabeira: “Achei que bastava não me envolver com os corruptos e navegar ao largo da bandalheira até que vi que o Congresso estava chegando ao fundo do poço”. Os cínicos continuam no direito de achar essa atitude de Gabeira um tanto alienada. Mas o certo é que ele, mais vez, rompeu com algo que se tornara insuficiente. Dessa vez rompeu com a ética passiva.

A nova frente de ação de Gabeira parte de um pressuposto. “Existe um grupo ético pequeno, um patrimonialista, para ser muito eufêmico, e muita



AG. JB

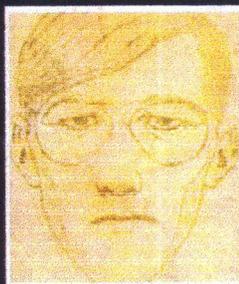


REIS/DA NOTA

## GUERRILHA

**“O que fiz com a minha habilidade para atirar? Derrubava maços de cigarros nos parques de diversões.”**

1995



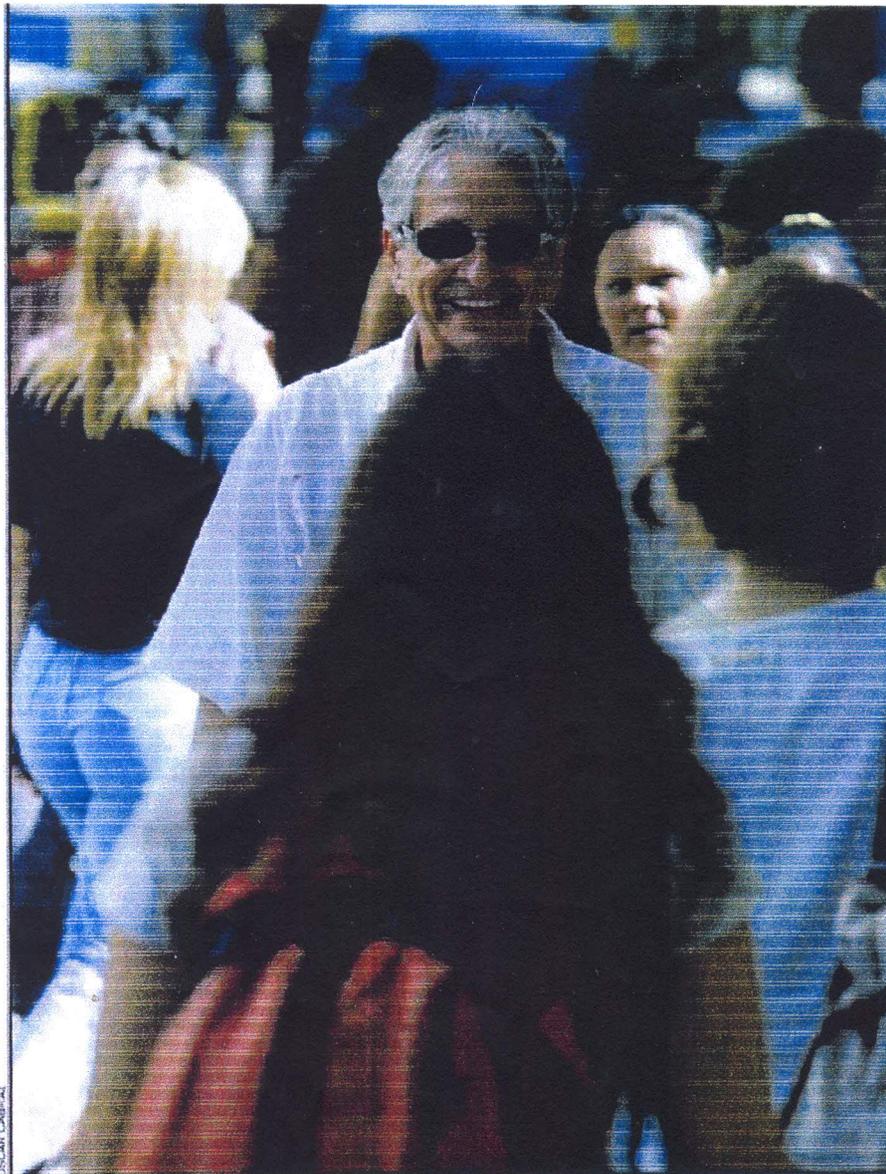
Memórias da luta armada: com os companheiros de guerrilha, logo antes de embarcar para o exílio (acima), na Suécia (centro) e no retrato falado, após o seqüestro do embaixador americano

gente indecisa, que pode votar com o lado ético nas decisões vitais para o país”, resume, pragmático, o deputado. Para o cientista político Bolívar Lamounier, Gabeira é a figura mais habilitada para levantar a bandeira da moralidade na política porque não vive da política, mas para a política. Diz Bolívar: “Ele passou por uma reflexão pessoal intensa, está pensando o mundo, pensando sobre si mesmo. É de uma densidade que não se vê muito no meio político. E sabe expressar suas idéias”.

O ex-guerrilheiro tem, de fato, idéias concretas para o que considera o sonho possível neste início do século XXI. Não se tornou partidário do capitalismo, mas admite que não existe no mundo atual nenhuma alternativa. “O que não se pode é propor algo mais ultrapassado ainda para substituí-lo”, pondera. O caminho que decidiu trilhar é a defesa do desenvolvimento sustentado. No Brasil, isso significa modernização do capitalismo, o que em sua opinião exige em primeiro lugar melhorar a qualidade do gasto público, principalmente em saneamento e educação. “Em alguns programas, a atividade-fim fica em alguns casos com apenas 10% do Orçamento. O resto se perde na burocracia”, afirma. “Isso reduz a capacidade de investimento do Estado, que é a mais baixa desde o pós-guerra, e desestimula, na seqüência, os investimentos privados.” Para Gabeira, sem recuperar a capacidade de investimento, que vai criar emprego e melhorar a renda, não há programa social que funcione a contento para reduzir a pobreza.

É fácil achar elogios a Gabeira em figuras que, aparentemente, não compartilham nenhuma idéia com ele. Caso do senador Antonio Carlos Magalhães, do PFL da Bahia. “A diversidade é que faz o Congresso, e ele tem um bom relacionamento com todo mundo”, diz. A deputada federal Yeda Crusius, do PSDB, participou com Gabeira do movimento Pró-Congresso, pela moralização do Parlamento. Segundo ela, enquanto muitos estavam descrentes e querendo ir embora, Gabeira foi um dos que seguiram pelo caminho contrário, pregando que era hora de fazer resistência, e não de desistir. Diz ela: “Apesar de radical, ele é uma pessoa bem articulada com a sociedade, sabe usar a tribuna e tem um senso de oportunidade muito especial”.

O cientista político David Fleischer, da UnB, sustenta que Gabeira catalisa a esperança de que a crise de credibilidade dos políticos resulte em melhores dias para o Brasil. Isso já aconteceu em outros países. Ele cita como exemplo o caso dos Estados Unidos, que, após a renúncia do presidente Richard Nixon, em decorrên-



OSCAR CABRAL

**Gabeira em campanha no Rio: apontado e aplaudido como o homem que expulsou Severino Cavalcanti do Congresso**

cia do escândalo Watergate, promoveram, a partir de 1977, um "saneamento político", com novas regras de financiamento de campanha, entre outras medidas. Mais adiante, quando o presidente Bill Clinton enfrentou acusações de que teria favorecido ex-financiadores, o Congresso endureceu ainda mais as leis. Caso semelhante ocorreu na Alemanha, que também apertou o cerco às contas de campanha depois do episódio envolvendo o ex-chanceler Helmut Kohl, acusado de receber recursos indevidamente. "Quase todos os países passam por altos e baixos. Os exemplos mostram que é possível arrumar a casa", afirma Fleischer.

Gabeira resume com a lucidez que lhe é característica e a dose de sonho que considera possível sua avaliação quanto ao futuro do Congresso. Diz ele: "Minha

## IMAGEM

**"É impossível alguém defender as posições que defendo e não ser chamado de veado ou maconheiro. Existe aquela tendência a te associar às coisas e a te catalogar e estigmatizar. Mas isso não me incomoda."**

1995

tese é que estão dadas algumas condições históricas para fazer do Congresso um espaço decente e produtivo. Um espaço com o qual o novo presidente possa trocar idéias, e não moedas". O eleito parece concordar. Na semana passada, Gabeira foi nadar num clube carioca, como faz todas as manhãs, e encon-

## 10 DICAS PARA IDENTIFICAR O MAU CANDIDATO

A principal recomendação de Fernando Gabeira é muito simples: "Procure saber quem ele é". Os itens em que o eleitor deve ficar de olho são:

### BIOGRAFIA

Compare o que ele diz com o que ele realmente é. O Google pode ajudar

### HONESTIDADE

Cuidado com quem, diante de uma acusação, alega apenas estar sendo vítima de perseguição

### ACESSIBILIDADE

Deu tapinha nas costas mas não prestou a mínima atenção no que você disse? Esqueça

### TRANSPARÊNCIA 1

Se as contas de campanha não são claras, a atuação parlamentar provavelmente também não será

### TRANSPARÊNCIA 2

Se é candidato à reeleição e você não tem idéia do que ele fez nos últimos quatro anos, é melhor escolher outro

### AUTOCRÍTICA

Quem diz que nunca errou só pode estar mentindo

### IDEIAS

Desconfie de quem não diz como vai cumprir o que promete

### PLANOS

Atenção a quem se candidata a um cargo eletivo já pensando na eleição seguinte

### BRASIL

Essa é óbvia. Não se pode legislar sobre um país que não se conhece a fundo

### DEMOCRACIA

Diz-se um democrata mas aplaude ditadores? Pode usar o mandato para defender medidas autoritárias

trou a piscina lotada. Pediu licença para usar apenas uma raia. Ouviu em resposta: "Quem expulsou Severino Cavalcanti do Congresso pode usar até a piscina inteira". Gabeira nada de braçadas. ■

Com reportagem de Marcelo Bortoloti e Ronaldo Soares

Entrevista: Fernando Gabeira

# “O PT acabou”

**Ícone da esquerda brasileira, o deputado diz que o PT é “igual aos outros partidos” e que o presidente Lula está deslumbrado com o poder**

Thais Oyama

**N**a lista da sucessão de erros que diz ter cometido ao longo da vida, o deputado e escritor Fernando Gabeira (PV) acrescentou, recentemente, mais um: o apoio ao governo Lula, que ele hoje define como “uma farsa”. O ex-guerrilheiro do MR-8, que participou do seqüestro do embaixador americano Charles Elbrick em 1969, afirma que Lula “traiu” a nação e que o autoritarismo intrínseco do PT, partido ao qual ele próprio pertenceu até 2003, está na raiz da sua derrocada — que ele considera consumada. O ícone da esquerda brasileira, que já quis morrer pela revolução e se libertar pelo desejo, hoje diz que crê apenas na eficácia e na nobreza das pequenas ações. Aos 64 anos, pai de duas filhas — uma, surfista profissional, outra, estudante de psicologia —, o deputado já não vai de bicicleta ao Congresso, trocou-a por uma moto. O existencialismo que o inspirou na juventude ainda se revela no formato do atual casamento: à moda de Sartre, é cada um na sua. Na semana passada, ele deu a seguinte entrevista a VEJA.

**Veja** — O senhor escreveu, em artigo recente, que a chegada de Lula à Presidência foi uma crueldade histórica. O que isso significa?

**Fernando Gabeira** — Quando Lula foi candidato pela primeira vez, o Muro de Berlim havia caído e a etapa mundial que nós vivíamos já era a etapa do fracasso completo do socialismo. O que eu quis dizer foi que a eleição de Lula representou, simbolicamente e pela via eleitoral, a chegada de um



**“Ao superestimar o potencial da linguagem publicitária, Lula saiu da história para entrar no marketing”**

operário ao poder, mas em um momento em que isso já não significava muito mais. Era um sonho retardatário. Nós chegamos a ele atrasados em relação à situação mundial. Na verdade, se tivéssemos tido um pouco mais de percepção, veríamos que, em vez do roteiro de Marx — da chegada do operário ao poder —, nós estávamos assistindo à chegada da classe operária ao paraíso. Porque o que aconteceu foi isso: Lula, ao chegar ao poder, ficou deslumbrado com ele.

**Veja** — Em que momentos o senhor percebe esse deslumbramento?

**Gabeira** — Em muitos momentos. A chegada ao governo significa uma as-

sessão social, pelo menos nessa circunstância. Você passa a desfrutar de bens materiais superiores aos que desfrutava antes. E quando você chega ao governo no bojo de um grande movimento social, muito admirado e cortejado, isso contribui para que você, de certa maneira, perca o rumo. E aí você vai ver as pirâmides, tirar foto ao lado das pirâmides, comprar um avião... Isso tudo aconteceu com Lula e, no seu caso, houve ainda a agravante de ele não ser uma pessoa inquieta, do ponto de vista intelectual.

**Veja** — Essa inquietação poderia ter contribuído para amenizar o deslumbramento a que o senhor se refere?

**Gabeira** — Sim, porque a chegada ao poder, com todos os atrativos que ele oferece, é sempre um questionamento da sua sabedoria. E também um desafio à capacidade de saber olhar os seus projetos e se manter fiel a eles. E nem o PT nem Lula souberam responder a isso. Diante da necessidade de abandonar um programa que talvez não estivesse totalmente ajustado à realidade, eles optaram simplesmente por jogar esse programa para o ar — sem substituí-lo. Não foi à toa que, durante a campanha eleitoral, poucos de nós, intelectuais que apoiamos Lula, se submeteram àquele mico no programa de televisão, de andar de um lado para o outro com uma pasta debaixo do braço, dando a impressão de que todos os problemas do Brasil estavam equacionados e que, quando chegássemos ao governo, resolveríamos tudo.

**Veja** — *O senhor se recusou a participar da gravação desse programa?*

**Gabeira** — Eu não fui convidado. Mas quando eles fizeram o programa final, com o Lula já eleito no primeiro turno, nós fomos chamados a São Paulo para gravar. Era um programa de auditório, e nós tínhamos de levantar as mãos, todos juntos, e balançá-las para o alto. Eu fiquei perplexo com aquilo, não fiz. O Lula até reclamou: "Poxa, Gabeira, você tá dormindo?". Claro que eu não estava dormindo, eu estava achando aquilo ridículo. Éramos participantes de um projeto político que, no último momento, havia sido sintetizado em um programa de auditório. Parecíamos chacetes.

**Veja** — *Foi nesse momento que o senhor achou que o trem começava a sair dos trilhos?*

**Gabeira** — O momento em que eu acho que o trem começa a sair dos trilhos é quando o Lula decide, nessa última campanha, que vai ganhar — e que, para ganhar, é preciso ter dinheiro e um excelente programa de televisão. São premissas aparentemente sensatas. Mas, ao descobrir o imenso potencial do veículo e da linguagem publicitária, ele passou a superestimar o trabalho de marketing em detrimento do movimento social que o apoiava. E isso marcou o princípio do governo: a agenda dele passou a ser uma agenda de foto-oportunidade, para usar uma expressão dos ingleses. O presidente recebia misses, por exemplo, enquanto o Cristovam Buar-

que, durante o tempo em que foi ministro, esteve com ele apenas uma vez. O ministro da Educação! Lula saiu da história para entrar no marketing.

**Veja** — *O senhor participou da montagem do governo. Houve um momento, portanto, em que acreditou nele.*

**"O PT foi construído de uma forma autoritária, e essa construção autoritária é que permitiu o deslocamento da camarilha que está hoje no Palácio do Planalto e que designa os caminhos do partido. A população já descobriu que o PT é igual aos outros que ele denunciava"**

**Gabeira** — Eu acreditei pelo seguinte: nunca houve tanto entusiasmo popular em torno de uma candidatura. Nunca tantas pessoas competentes e interessantes se juntaram para ajudar uma candidatura. Então, eu achava que nós tínhamos um capital humano suficiente para realizar um processo de transformação importante para o Brasil. Só que o que houve foi uma traição.

**Veja** — *A quem?*

**Gabeira** — Às pessoas que acreditaram nele. Eu andei mais de 1 000 quilômetros com o Lula. Vi a esperança nos olhos das quebradeiras de coco do Maranhão, das plantadoras de cebola de Santa Catarina... Era visível a esperança delas, era visível que acreditavam na gente: "Essas pessoas são ligadas a nós, vão mudar a nossa vida". Vi mães chorando quando a caravana passava, mulheres levantando os seus bebês para que vissem o palanque... Era um capital de esperança muito grande. E parece que eles não se importaram muito com isso. Eles não tinham um projeto de Brasil,

não tinham um projeto de nação — tinham um projeto de poder. E perderam o contato com a realidade. Prova disso é que, no auge dessa crise, José Dirceu disse àquele grupo de escritores espanhóis com que se encontrou em Madri que o projeto do PT era ficar doze anos no poder.

**Veja** — *Qual o futuro da sigla, na sua opinião, diante dessa crise?*

**Gabeira** — O PT tem um grave erro de origem. Ele opta pelo centralismo democrático, que foi um instrumento criado por Lenin, no princípio do século XX, para organizar trabalhadores fabris na luta contra o Exército do czar. Ora, nós já estamos no princípio do século XXI e o PT continua fazendo coisas em nome desse centralismo, como a expulsão da senadora Heloísa Helena. Isso é uma coisa ridícula, já não existe mais. Na Inglaterra, 240 deputados do Partido Trabalhista votaram contra a guerra no Iraque e continuam lá, ninguém vai expulsá-los. O PT foi construído de uma forma autoritária, e essa construção autoritária é que permitiu o deslocamento da camarilha que está hoje no Palácio do Planalto e que designa os caminhos do partido.

**Veja** — *Do ponto de vista histórico, então, o PT estaria condenado. E do ponto de vista ideológico?*

**Gabeira** — Desse ponto de vista, ele não existe mais. Acabou, foi para o espaço. A população já descobriu que o PT é igual aos outros que ele denunciava.

**Veja** — *Em que momento isso aconteceu?*

**Gabeira** — Quando ele achou que poderia abrir mão da bandeira ética que mantinha quando estava na oposição. Eles adotaram a tática da visita da velha senhora, a peça do Dürrenmatt (*dramaturgo suíço Friedrich Dürrenmatt*). Ele mostra uma prostituta que sai da cidade e volta rica. Aí, diz: "O mundo fez de mim uma prostituta e eu vou fazer desse mundo um bordel". Eles tiveram de conseguir dinheiro, tiveram de entrar no jogo e tiveram de comprar a sua base, já que não podiam buscá-la no PMDB nem no PSDB.

**Veja** — *Em que medida essa saída fisiológica não seria também responsabilidade do sistema político brasileiro; em que o Executivo não tem maioria*

garantida no Congresso e precisa ficar o tempo todo tentando seduzi-lo para conseguir governar?

**Gabeira** — Acho que a culpa dessa estrutura é parcial. Porque, se você considerar a centro-esquerda brasileira, como o PT e o PSDB, existe uma base numérica para você dirigir o país. O problema é que, como os dois não vão jamais se entender, estão ambos condenados ao fisiologismo — ou, como diz o Fernando Henrique, condenados a ser a vanguarda do atraso. O que nos leva a uma situação em que, em 2006, restará só perguntar de quem será a vez de pedir a CPI — e de quem será a vez de abafá-la. Nós poderíamos superar essa etapa da história brasileira criando uma frente política que fosse não tão rigidamente ideológica, como eles querem, mas uma frente política dos homens e mulheres de bem. Havendo essa demarcação ética, o governo conseguiria isolar progressivamente os fisiológicos. O processo do PT foi justamente o contrário: ele fortaleceu o fisiologismo e colocou na presidência da Câmara, por meio dos seus erros, um homem que está em contradição com o Brasil moderno, que é o Severino Cavalcanti.

**Veja** — O ministro José Dirceu esteve presente em vários momentos importantes da sua vida. Foi um dos presos libertados por seu grupo em troca do embaixador americano seqüestrado, esteve exilado em Cuba na mesma época em que o senhor e teve peso fundamental na sua saída do PT. Qual a relação que vocês têm hoje?

**Gabeira** — Não há relação. Ele jamais gostou de mim. Em 1989, fui escolhido pela convenção do PT candidato a vice de Lula na eleição contra Collor e ele ficou muito zangado com isso. Aliás, foi um bombardeio geral. Chegaram a dizer — não ele, pessoalmente, mas aliados e pessoas do próprio PT — que eu não era viril o suficiente para representar a classe operária. Excelente isso, não?

**Veja** — A que se deveria isso, na sua opinião?

**Gabeira** — Acho que o temor dele é que as pessoas ocupem o seu espaço, que ameacem aquele trono que ele construiu tão duramente, através de tantas reuniões e tanto café frio. Imagine uma pessoa que coleciona sessenta grupos de trabalho! Eu digo que ele é o Tio Pa-

tinhas dos grupos de trabalho, que a piscina dele está cheia de relatórios e ele não deixa ninguém chegar perto. Como se dissesse: "Quem vai cuidar do imobilismo aqui sou eu". Mas, de maneira geral, acho que o PT não convive bem com uma personalidade. No sentido de que toda a estrutura do pensa-

**“O Zé Dirceu teme que ameacem o trono que ele construiu através de tantas reuniões e tanto café frio. Ele é o Tio Patinhas dos grupos de trabalho, tem sessenta! A piscina dele está cheia de relatórios e ele pensa: ‘Aqui, quem cuida do imobilismo sou eu’”**

mento da esquerda clássica está voltada para fazer com que o conjunto se imponha sobre o indivíduo. Eles são anteriores à fase em que os indivíduos já deram um passo adiante, buscando a autenticidade como referência. Convivem mal com essa idéia.

**Veja** — Houve um momento em que o senhor acreditou na luta de classes como saída para a transformação da sociedade. Em outro momento, defendeu a política do corpo e, mais recentemente, viveu a experiência de ser, por dez meses, governo. Foram três decepções?

**Gabeira** — Eu acho que, realmente, na escolha do socialismo houve um erro meu no sentido de não compreender o momento histórico. Contribuí para isso o fato de estarmos na ditadura militar e essa ditadura militar ser, em si, um símbolo do atraso. Então, você é facilmente levado à ilusão de que, sendo contra ela, você está na frente, quando a verdade é que você está na frente de um projeto em declínio. Quando entendi isso, com a visão do marxismo sendo su-

perada na minha cabeça, não havia mais uma explicação da história, que era uma espécie de substituição da religião. Aí, eu tive de me voltar para dentro de mim para buscar onde estava a referência. Nisso, me vi com a política do corpo, que eu reconheço que foi absorvida pelo sistema. Passou a ser uma grande indústria, como, aliás, ocorre com todos os grandes movimentos. O elemento mais recente nessa sucessão de fracassos foi esse envolvimento com um governo que ia transformar o país e que resultou nessa farsa que vemos agora.

**Veja** — Diante desses três fracassos, o que restou das suas convicções?

**Gabeira** — A decisão de me apoiar em alguns princípios de atuação: a democracia — como uma visão estratégica, e não mais como os comunistas a viam, uma tática para chegar ao poder —, a defesa dos direitos humanos, da consciência ecológica e, finalmente, da justiça social. E caminhando por aí eu acho que posso fazer alguma coisa. Não é mais uma grande revolução, com o esplendor daqueles tempos, mas é um pouco parecido com aquela história do Salinger, de *O Apanhador no Campo de Centeio*: quando eu era jovem, eu queria morrer pela revolução. Agora, quero viver para transformar um pouco as coisas. Sem grandiosidade, sem melodrama. Com pequenas ações, apenas.

**Veja** — O senhor se separou recentemente. Voltou a se casar?

**Gabeira** — Eu tenho uma companheira, mas vivo na minha casa, com minha filha.

**Veja** — É um casamento à la Sartre, então?

**Gabeira** — O que me fascinou no existencialismo, em Sartre e Simone de Beauvoir, inicialmente, foi justamente a maneira como eles lidavam com essa questão da afetividade. Mas, hoje, não diria mais “a monogamia ou a liberdade”, por exemplo. Diria que, se você está bem com uma pessoa, ótimo. Se não está, acho razoável que tente ficar bem com mais de uma.

**Veja** — O ministro Gilberto Gil declarou que parou de fumar maconha aos 50 anos. O senhor também parou?

**Gabeira** — Ah, mas eu não fiz 50 anos ainda! O Gil é mais velho, eu sou muito jovem... ■

Brasil

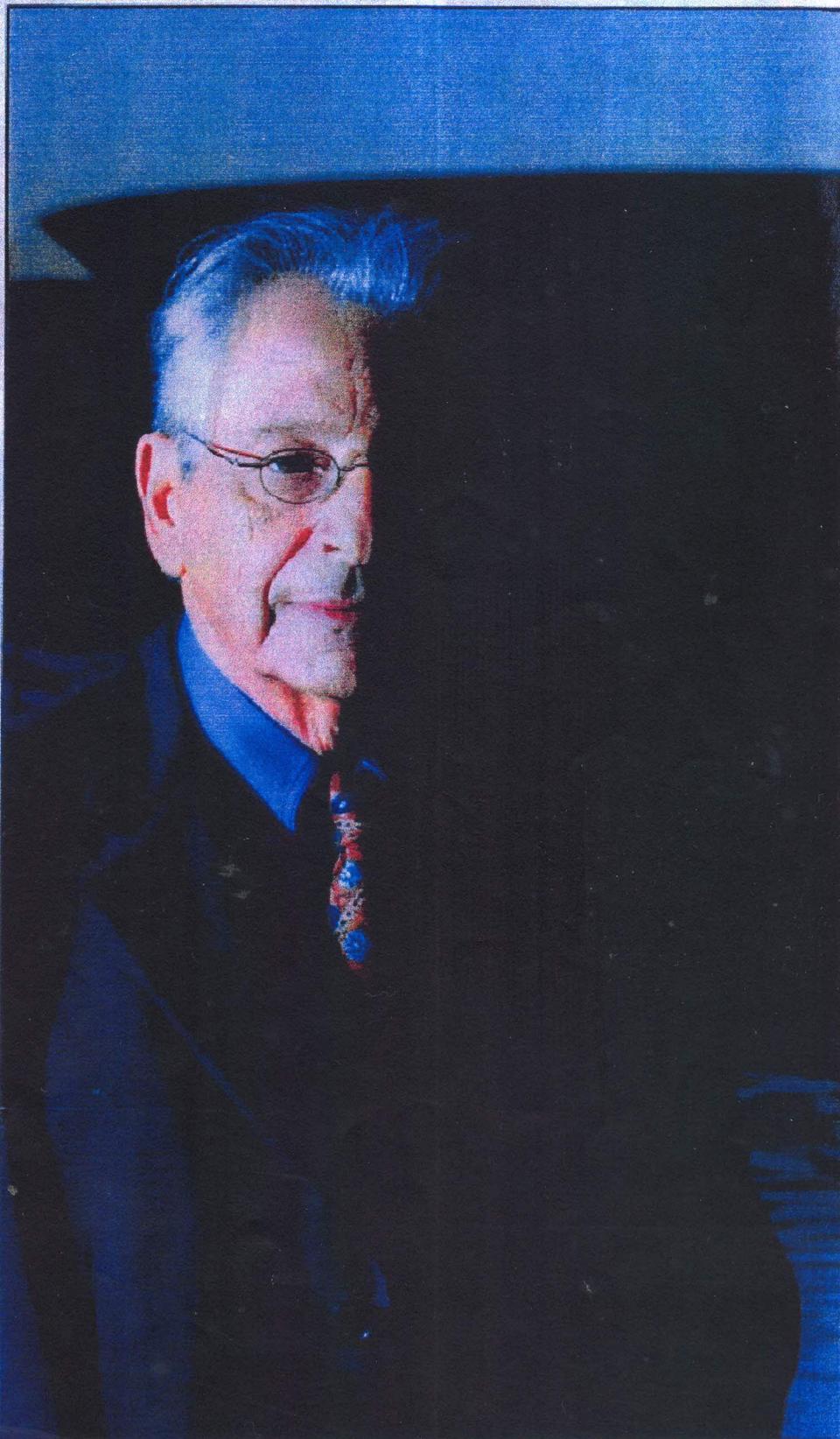
# O GUERRILHEIRO DA

Julia Duailibi

O deputado Fernando Gabeira, do PV do Rio de Janeiro, obteve, na semana passada, uma vitória quase pessoal. Depois de um mês na batalha, conseguiu arrancar a instalação da CPI das Sanguessugas, que vai investigar o envolvimento de dezenas de parlamentares com a compra superfaturada de ambulâncias. Em homenagem ao seu empenho, está cotado para ser o novo relator da CPI. É uma garantia de trabalho sério e competente. Esse mineiro de Juiz de Fora, que adotou o Rio de Janeiro em 1963, participou do célebre seqüestro do embaixador americano em 1969 e, uma década depois, causou furor ao desfilar em Ipanema com uma minúscula tanga lilás, tornou-se um exemplar de uma espécie cada vez mais rara no Congresso Nacional — a chamada “esquerda ética”. Gabeira tem sido um bravo. Foi um dos pioneiros na debandada do PT, armou as barricadas para destituir Severino Cavalcanti do comando da Câmara e já criou uma frente para acabar com o voto secreto nas cassações, cujo objetivo é estancar a farra das absolvições, e outra para defender o Congresso e tirá-lo do pântano do mensalão.

Do passado de guerrilheiro urbano, que lhe valeu quase dez anos no exílio e empregos como maquinista de trem e jardineiro de cemitério, Fernando Gabeira guarda a contundência na defesa de seus pontos de vista. Suas intervenções são certeiras e desinibidas. “Vossa excelência é um bandido”, disse, há duas semanas, do alto da tribuna, dirigindo-se ao deputado Natan Donadon, do PMDB de Rondônia, que já teve a prisão preventiva decretada e andou foragido. No ano passado, quando Severino Cavalcanti saiu em defesa dos mensaleiros, Gabeira, de dedo em riste, despejou-lhe um prognóstico fatal: “Vossa excelência está em contradição com o Brasil. Sua presença é um desastre para o Brasil. Ou vossa excelência fica calado ou vamos iniciar um movimento para derrubá-lo”. Severino, atropelado por seu próprio mensalinho, caiu três semanas depois.

Fernando Paulo Nagle Gabeira, separado, pai de duas filhas — uma estudante de psicologia e a outra surfista profissional —, é um homem do seu próprio



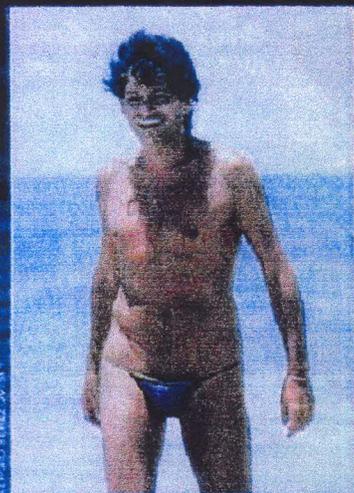
ANA ARAUJO

# LUCIDEZ

Gabeira consegue criar a CPI das Sanguessugas e mostra por que tem sido uma voz racional no pântano de Brasília

tempo. Apesar de ter passado parte de seu exílio em Cuba, Gabeira chamou Fidel Castro de "ditador" há três anos, ao criticar a perseguição aos intelectuais que se opunham ao governo cubano. "O Brasil tem uma visão nostálgica e romântica de Cuba", disse. Recentemente, condenou de pronto a baderna do MLST no Congresso, apesar de já ter sido colega de partido de Bruno Maranhão, o petista que liderou a arruaça. Gabeira começou a distanciar-se do ideário petista no fim dos anos 90, quando já tinha posições lúcidas e sensatas. Ele foi defensor do fim do monopólio das telecomunicações, que era um tabu para as esquerdas. Em 2003, saiu do PT, esse partido de "impostores históricos", "deslumbrados" e "emergentes", criticando o presidente Lula e o então ministro da Casa Civil, José Dirceu. Chamou o governo de "mediocre" e, cheio de premonições, muito antes da devastadora denúncia de Antonio Fernando de Souza, procurador-geral da República, Gabeira vislumbrou a existência de uma "quadri-lha" no Palácio do Planalto. Diz ele, com a autoridade de quem foi de esquerda quando isso ainda fazia sentido — no século passado: "O ideal hoje é esquecer a esquerda e ver se é possível encontrar pessoas interessantes, de vários horizontes".

"Ele continua vanguardista, sem ser exótico", diz o deputado Chico Alencar, do P-SOL do Rio de Janeiro. "Gabeira é um dos deputados mais preparados do Congresso", concorda o deputado José Carlos Aleluia, do PFL da Bahia. Sim, Gabeira permanece na defesa das minorias sem voz e no combate ao preconceito. Defende a descriminalização da maconha, a legalização da prostituição, do aborto, do casamento gay. Na vida pessoal, com o passar do tempo, vem amenizando certos rigores. A bicicleta, seu antigo meio de transporte, foi trocada por duas motos, uma no Rio e a outra em Brasília. O vegetarianismo não é mais radical. Ele já come peixe e, de vez em quando, frango. Consome até açúcar, uma vez ou outra, na forma de uma barra de chocolate. A única coisa que parece não mudar é o seu hábito de eventualmente aderir a um cigarinho proibido. "Vou parar quando fizer 60 anos", diz. Bem, Gabeira completou 65 anos em fevereiro passado. ■



Gabeira hoje, em frente ao Congresso, e em duas fotos antigas, numa usando a famosa tanga lilás no Rio e, na outra, com a então mulher e as duas filhas: político contemporâneo de seu tempo



## Uma bela cena num filme ruim

Roberto Pompeu de Toledo **Ensaio**

*Gabeira faz crer que quem sabe um dia sejam derrotadas a safadeza e a estultície*

**S**everino José Cavalcanti Ferreira nasceu em João Alfredo, Pernambuco, em 1930. No ano entre todos memorável de 1964, elegeu-se prefeito de sua cidade natal. Estava por cima. Abrigava-o a legenda da UDN, partido que apoiou o golpe militar contra o governo Goulart. Fernando Paulo Nagle Gabeira nasceu em Juiz de Fora, Minas Gerais, em 1941. Em 1964, era redator do *Jornal do Brasil* e no dia 1º de abril tentou

entrar na fila da distribuição de armas ao povo que seria promovida pelo almirante Cândido Aragão. Estava por baixo. Não havia armas a distribuir, não havia resistência.

No ano de 1968, Severino Cavalcanti cumpria seu primeiro mandato como deputado estadual em Pernambuco. Agora pertencia à Arena, o partido que dava sustentação aos governos militares. Fernando Gabeira selou, nesse mesmo ano, num encontro com um militante mais antigo, na Praça Antero de Quental, no Leblon, seu ingresso num movimento clandestino de combate ao regime. Era uma tarde bonita. Gabeira olhou em volta e estranhou que tudo continuasse no mesmo lugar: as babás que passeavam com as crianças na praça, os carrinhos da Kibon que vendiam sorvete na Avenida Delfim Moreira.

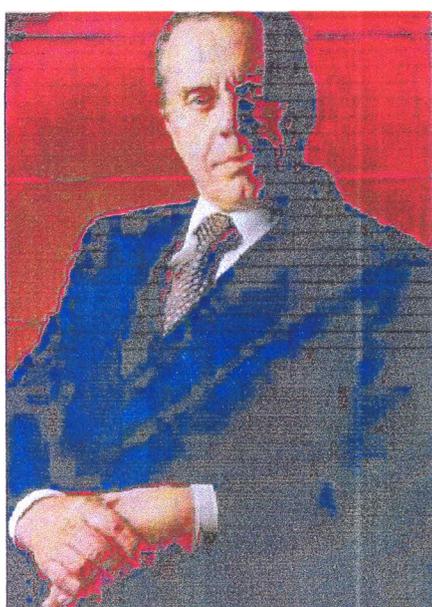
Em 1969, Gabeira integrou o grupo que seqüestrou o embaixador americano Charles Burke Elbrick. Em 1971, Severino Cavalcanti foi eleito para o segundo dos sete mandatos de deputado estadual que exerceria em Pernambuco. Em 1973, no exílio no Chile, Gabeira sofreu nova derrota com o golpe que derrubou Salvador Allende do poder. Em 1975, Severino Cavalcanti tornou-se o vice-líder da bancada da Arena da Assembléia pernambucana. Gabeira agora vivia na Europa. Na Suécia, exerceu a função de condutor do metrô.

Em 1978, Severino Cavalcanti recebeu a medalha da Soberana Ordem dos Cavaleiros do Estado de São Paulo e, no ano seguinte, a Pernambucana do Mérito, classe ouro. Em 1979, Gabeira voltou ao Brasil, beneficiado pela anistia, e apresentou-se na Praia de Ipanema com uma minúscula sunga de crochê. A sunga era um manifesto político. Significava que a política do corpo se acrescentara a seu ideário. Em 1980, Severino Cavalcanti perpetrou sua primeira ação de repercussão nacional ao denunciar o padre italiano Vito Miracapillo, que se recusara a celebrar missa no dia 7 de setembro em protesto contra o regime. A denúncia foi acolhida pelo ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, e o padre, expulso do Brasil.

Se a vida de cada pessoa pudesse ser traduzida em raios de eletrocardiograma, a de Gabeira configuraria uma disparada de impulsos que desembestam em tropelia, enquanto a de Severino Cavalcanti exibiria a linearidade da planície. Uma é complexa, a outra simples. A primeira tem a marca da inquietação, responsável tanto por explorações inovadoras como por equívocos, a segunda se nutre da acomodação fronteiriça e da cautela esperta. Esses dois homens tão diferentes encontraram-se, em 1995, onde os diferentes devem mesmo se encontrar: a Câmara dos Deputados. Por coincidência, iniciam no mesmo ano uma carreira federal, Gabeira eleito pelo Partido Verde do Rio de Janeiro, Severino pelo PFL de Pernambuco. Gabeira se destacaria por causas novas como a do meio ambiente ou polêmicas como a deserminação da maconha. Severino, pela defesa do aumento de salário dos deputados e pelo direito de nomear parentes para o serviço público.

Na terça-feira passada, quem assistiu à cena do deputado Fernando Gabeira, o dedo em riste, investindo contra o colega Severino Cavalcanti, durante sessão plenária da Câmara, viu uma cena bela, de recuperar a crença no Parlamento. Como no começo desta história, Severino estava por cima, encarapitado na presidência da mesa, e Gabeira por baixo, um cavaleiro solitário no centro do redemoinho que cerca o microfone dos apertes. Naquela manhã, a *Folha de S. Paulo* trouxera uma entrevista em que Severino Cavalcanti negava a existência do mensalão e defendia que as punições no Congresso se limitassem a "censuras", sem chegar ao rigor das cassações de mandatos.

"Vossa Excelência está se comportando de maneira indigna", começou Gabeira. Ele falava com a fúria dos justos. Lembrou que até defender empresa acusada de explorar trabalho escravo Severino já fez — é o caso de uma destilaria pernambucana para a qual fez gestões, meses atrás. "Vossa Excelência está em contradição com o Brasil", acrescentou, fazendo-se porta-voz de todos quantos querem puxar o Brasil para a frente, na face de alguém cujo propósito notório é empurrá-lo para trás. É ironia da grossa que Gabeira, ícone da esquerda no passado e hoje paladino das causas de vanguarda, atacasse um estado de coisas semeado por obra e graça do atual governo enquanto a defesa ficava por conta de Severino. "A sua presença na presidência da Câmara é um desastre para o Brasil e para a imagem do país", disse ainda Gabeira, e encerrou prometendo iniciar um movimento para derrubá-lo. Ficou no ar a esperança de que um dia, quem sabe, contra todas as evidências oferecidas pela hora presente, possam ser derrotadas a mediocridade, a safadeza e a estultície.



Edemar Ferreira, do Banco Santos

Couros Trading para o Banco Santos, de Edemar Cid Ferreira, que acabou sendo indiciado no mesmo processo que apura as fraudes de Arrieta. A venda da empresa foi considerada altamente suspeita pelas autoridades. O Banco Santos, àquela altura, enfrentava a severa vigilância do Banco Central, já alertado dos problemas de caixa da empresa de Ferreira. Com a compra da Vale Couros, Edemar teria maquiado o balanço do Banco Santos, melhorando sua classificação de risco. Mas o tiro saiu pela culatra porque a Polícia Federal já estava acompanhando de perto os passos da quadrilha e avisou o Banco Central do perigo da operação.

Por envolver uma autoridade graduada da República, o Ministério Público Federal do Rio Grande do Sul encaminhou as escutas e os documentos ao procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, que os remeteu ao STF. Na semana passada, Souza pediu novas diligências. O relator do processo no STF é o ministro Eros Grau. O presidente do STJ pode ter sido apenas envolvido por uma quadrilha cuja especialidade era buscar o relacionamento com funcionários públicos em geral e os poderosos em particular. É exatamente isso o que tem de ser esclarecido. "Sei que há muitas pessoas tentando me prejudicar, por decisões que eu tomo. É só disso que se trata nesse caso", afirma Vidigal. Ele mandou ver nos arquivos se em sua carreira tomou alguma decisão envolvendo Arrieta. Ele diz que negou um habeas corpus pedido pelo bandido três anos atrás. É para preservar o próprio Vidigal e a credibilidade da mais alta corte da Justiça brasileira que os fatos narrados aqui precisam ser apurados a fundo. ■

## TALES ALVARENGA

## Gabeira e os outros



Se me consultassem, eu indicaria o deputado Fernando Gabeira, do Partido Verde do Rio, para presidente da Câmara, no lugar de Severino Cavalcanti. Gabeira é inteligente, é um esquerdista darwiniano (evolui) e parece tão honesto como água de bica. Para mim, Gabeira representa o que de melhor a esquerda produziu no Brasil. Precisou dar uma volta imensa antes de se tornar o ideólogo equilibrado e flexível que conhecemos hoje.

Seqüestrou o embaixador dos Estados Unidos em 1969, converteu-se à "política do corpo" nos anos 70, desfilaro seminua nas areias de Ipanema, defendeu a liberalização do uso da maconha, transferiu-se para o ambientalismo através do Partido Verde. Tudo isso para, finalmente, descobrir ao fim da linha o que eu já sabia sobre a esquerda nos anos 60. Não importa que tenha demorado. Adquiriu experiência e densidade. Neste momento, participa da ação de um grupo de deputados para livrar a Câmara de Severino Cavalcanti. Gabeira conquistou uma autoridade moral talvez sem par no Congresso hoje em dia.

Raramente um militante da esquerda tem uma máquina cerebral suficientemente forte para libertá-lo dos mitos que absorveu na juventude. Para justificar antigas crenças demolidas pelos fatos, alguns integrantes da esquerda se tornam intelectualmente desonestos. Mentem para se agarrar a teses já desmoralizadas.

A filósofa Marilena Chauí, a musa cerebrina do PT, afirmou em cerimônia do partido na semana passada que o PT é odiado por puro despeito dos seus adversários. "Nós somos o principal construtor da democracia neste país e não seremos perdoados por isso nunca." E eu, pobre de mim, que estava

pensando no PT como o principal construtor da rouba-lheira "neste país". Chauí é uma filósofa que se recusa a enxergar o óbvio.

Entre os intelectualmente desonestos, José Dirceu é o patrono. "O objetivo das forças que me atacam", afirmou ele, "é interromper o processo de organização dos trabalhadores e de consolidação de uma alternativa popular para o país." E eu, pobre de mim, que pensava em Dirceu como o chefe da quadrilha petista, conforme o definiu Roberto Jefferson.

Já Gabeira é um homem de esquerda com raciocínio próprio. Veja alguns exemplos numa recente entrevista à

*Folha de S. Paulo:*

"A idéia da luta armada pressupõe a construção de um exército popular. Constituído o exército libertador, você fica sem saber depois quem vai te libertar do exército."

"No Brasil, o Muro de Berlim está caindo com atraso."

"A ausência de um mito messiânico da classe operária permite concluir que não temos salvadores, o que é um avanço.

A decadência moral em que parte da esquerda se meteu mostra que ela não é o bem absoluto. Fica demonstrado também que a direita não é o mal absoluto. Abre-se espaço para novas conformações políticas."

"Temos de acabar com o elogio da ignorância." (*sobre Lula*)

Gabeira merece a presidência da Câmara porque é o que me parece mais sólido entre os colegas, mesmo que não agregue apoios que resolvem eleições. É meu esquerdista predileto porque brilha pelo contraste com os companheiros de viagem, avestruzes que enfiam a cabeça na areia para não enxergar a realidade.

*"Para justificar antigas crenças demolidas pelos fatos, muitos integrantes da esquerda se tornam intelectualmente desonestos. Mentem para se agarrar a teses já desmoralizadas"*

DIOGO MAINARDI

## Gabeira para presidente

Fernando Gabeira é meu candidato a presidente. O que falta agora é convencê-lo a se candidatar.

O primeiro contato não foi muito animador. Eu disse que votaria nele. Ele respondeu que só se candidataria se fosse para ganhar. Como assim? Ele quer ganhar? Ganhar ele não ganha. O que eu espero dele não é isso. O que eu espero dele é que manifeste toda a minha repulsa por lulistas e oposicionistas.

Na semana passada, Fernando Gabeira disse que se sentia frustrado "ao ver que os bandidos estão triunfando na vida pública". E concluiu: "Não rolei tanto barranco para entregar o ouro aos bandidos". Claro que rolou. Claro que ele terá de entregar o ouro aos bandidos. Como todos nós. Mas o tom de seu discurso está certo. O que Fernando Gabeira pode oferecer a mim e a um milhão de gente como eu, durante a campanha eleitoral, é isso mesmo: um tantinho de teatro e um tantinho de demagogia, chamando sempre os bandidos de bandidos.

Os oposicionistas não entendem por que não conseguiram arrebanhar o eleitorado antilulista. Eles não conseguiram porque o eleitorado não é tonto e sabe perfeitamente que eles não são antilulistas. Como declarou Fernando Gabeira na última quarta-feira, o Congresso foi tomado por quadrilhas. Essas quadrilhas estão acima do interesse partidário ou ideológico. Diante delas, lulistas e oposicionistas se comportam de maneira igual. O caso da empresa do filho de Lula é emblemático. Os oposicionistas tinham a oportunidade de atingir diretamente o presidente, mas preferiram ignorar o assunto, porque suas afinidades com a Telemar acabaram prevalecendo.

Para conquistar o eleitorado antilulista, Fernando Gabeira terá de dar o passo que ele ainda não ousou dar. Ele chamou Severino Cavalcanti de bandido. Ele chamou Ney Suassuna de bandido. Ele chamou Romero Jucá de bandido. Ele chamou Natan Donadon de bandido. Ele só não chamou Lula de bandido. Estou aqui, esperando.

Há também a questão do táxi. Fernando Gabeira lembrou que, em sua campanha para o governo do Rio de Janeiro, em 1986, ele não tinha dinheiro nem para o táxi. Respondi que era melhor ficar sem táxi. Das duas, uma: ou o candidato rouba e toma táxi, ou não rouba e não toma táxi. Fernando Gabeira não rouba. Por isso é meu candidato. Então não pode tomar táxi. Ele concordou comigo.

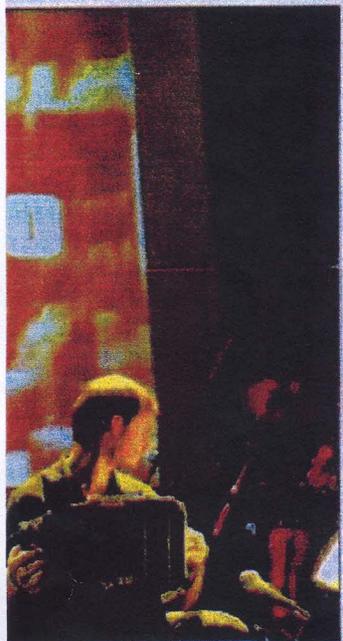
Fernando Gabeira apoiou Lula na campanha presidencial de 2002. Eu não. Fernando Gabeira foi contra a CPI dos Bingos. Eu não. Fernando Gabeira foi contra a guerra no Iraque. Eu não. Fernando Gabeira se preocupa com o acúmulo de nitrogênio no solo. Eu não. Mas não importa o que ele pensa. Fernando Gabeira é o único político que ainda pode dar algum sentido à disputa eleitoral, representando a recusa de uma parcela do eleitorado em aceitar calada essa bandidagem tão rudimentar.

Eu apóio Fernando Gabeira para presidente. Meu maior temor é que ocorra um acidente e ele seja eleito. Um candidato só é realmente bom se a gente sabe que ele nunca poderá ganhar.



***"Ganhar ele não ganha. O que eu espero dele não é isso. O que eu espero dele é que manifeste toda a minha repulsa por lulistas e oposicionistas"***

go é ainda mais central para a gentina do que o samba para a A prova disso está na assiduidade que os escritores do país se sobrepõem sobre o gênero para usá-lo ou não. Um exemplo recente está em *O Cantor de Tango*, lançado em 2004 por Tomás Eloy Martínez, um dos nomes mais importantes da literatura argentina contemporânea. Marti escreveu música para refletir sobre a história que tomou conta dos argentinos no momento mais agudo da crise econômica do país. Caminhando para o futuro, bebe-se que nenhum grande autor deixou de referir-se ao tango em seus textos, Jorge Luis Borges, por exemplo, no ensaio *Carriego*. Borges não gostava dos tangerinos. Acreditava que os argentinos expressavam uma índole brutal. Talvez a missão do tango seja ensinar aos argentinos a certeza de já ter perdido com as exigências da vida e da honra." Mas ele também não acreditava que o tango encerrava, "como tudo verdadeiro, um segredo". Quanto maior ou menor grau, as músicas do tango Project, do Bajofondo ou do tango têm respeito e irreverência em relação ao passado. O segredo do sucesso do tango ainda está por ser descoberto, mas o DJ Christoph tem uma teoria interessante. Ele acredita que o tango está a caminho de formar num dos principais gêneros da música eletrônica. "A chave é a liberdade", diz ele. "A intensidade cativa as platéias."





**“O governo está morto. Nós estamos discutindo o que fazer com o corpo até 2006.”**

*Fernando Gabeira, deputado federal (PV-RJ), ao sair da reunião das oposições que discutiu a crise*

ANDERSON SCHNEIDER

**“Está na hora de os caras-pintadas da UNE, que recebem recursos vultosos, deixarem de fazer passeatas vagas, como se o atual governo não tivesse relação com a corrupção.”**

*Eduardo Paes, deputado federal (PSDB-RJ)*

**“O povo está perdido. Está faltando condução no governo. É como se o país estivesse na UTI. Está faltando um médico que nos dê um boletim sobre o que está acontecendo de forma clara.”**

*Dom Aldo Di Cillo Pagotto, arcebispo da Paraíba*

**“Se ficar comprovada a desonestidade pessoal e cabal do presidente, não vamos poupá-lo. Impeachment não se pede, mas também não se impede.”**

*Arthur Virgílio, líder do PSDB no Senado*

**“Meu cirurgião plástico conhece meu corpo melhor que meu marido. Ele já pôs a mão em tudo.”**

*Sharon Osbourne, mulher do roqueiro Ozzy, comentando sua recente plástica para aumentar os seios*

**“As últimas manifestações do PT, ‘agora sob nova administração’, têm sido lamentáveis. Atacam justamente o que de melhor foi conseguido nestes trinta meses do governo Lula.”**

*Antonio Delfim Netto, deputado federal (PP-SP)*

**“Me enviam vibradores em caminhão de entrega. Caixas e caixas e mais caixas. E eu presenteio todas as minhas amigas.”**

*Eva Longoria, estrela do seriado Desperate Housewives, dizendo-se fã dos apetrechos eróticos*

**“Por favor, saltadores: superem minhas marcas.”**

*Sergei Bubka, atleta aposentado há quatro anos e ainda recordista do salto com vara há onze anos*

**“Nunca li um livro em minha vida. Não tenho tempo.”**

*Victoria Beckham, mulher de David Beckham*



DAVID J. PHILLIPS

Editado por Julio Cesar de Barros

e-mail: jbarros@abril.com.br

## PRÓXIMA PARADA: LUA

A empresa americana Space Adventures começou a vender viagens à Lua. Ela também oferece outros roteiros espaciais

Fonte: Space Adventures

	VÔO SUBORBITAL	VÔO ORBITAL	VIAGEM À LUA
VIAGEM	Experimentar gravidade zero a 100 quilômetros da Terra	Parada na estação espacial a 386 quilômetros da Terra	Dar uma volta em torno da Lua, sem descer
DURAÇÃO	60 a 90 minutos	8 a 10 dias	9 a 21 dias
PREÇO	98 000 dólares	20 milhões de dólares	100 milhões de dólares
SAÍDAS	A partir de 2006. Já foram vendidas 100 passagens	A terceira expedição parte em outubro	A partir de 2010

## Veja essa

**"Eu ainda me vejo como uma garota gorda e idiota que deseja desesperadamente ser bacana."**

*Gwen Stefani, cantora americana, vocalista do No Doubt*

**"Senhor presidente, peço a palavra, pela ordem, para uma reclamação. Já pedi a palavra há algum tempo e vossa excelência finge que não está vendo."**

*Fernando Gabeira, deputado federal (sem partido-RJ), dirigindo-se ao presidente da Câmara, Severino Cavalcanti*

**"Então, vossa excelência tem a palavra. Vossa excelência falou muito baixo ou muito fino."**

*Severino Cavalcanti, respondendo com sua típica educação*

**"Vossa excelência concedeu uma entrevista à Folha de S.Paulo não compatível com um presidente da Câmara. Ou vossa excelência começa a ficar calado, ou vamos iniciar um movimento para derrubá-lo."**

*Fernando Gabeira, acusando Severino de defender empresas que utilizam trabalho escravo e de se comportar de forma indigna no cargo*

**"É estranho trabalhar nesse meio há trinta anos e não conseguir bons papéis, nem mesmo entrevistas e roteiros. Envelhecer é assustador, triste e humilhante."**

*Melanie Griffith, atriz de 48 anos, queixando-se da indústria cinematográfica de Hollywood*

**"Juscelino várias vezes apareceu nas primeiras páginas dos jornais deste país como ladrão, tentaram cassá-lo duas vezes, tentaram dar golpe de Estado, tentaram matá-lo, inclusive, e ele nunca perdeu a paciência."**

*Luiz Inácio Lula da Silva, presidente da República*

**"Lula não conhece nem a história da República brasileira. E isso é um problema do PT, que chegou ao poder imaginando que a história do Brasil começa nas greves do ABC."**

*Francisco Carlos Teixeira da Silva, professor de história contemporânea da Universidade Federal do Rio de Janeiro*

**"O mensalão está provado de A a Zé."**

*Itapuã de Messias, o advogado de defesa de Roberto Jefferson no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados*



KEVIN WINTER/GETTY IMAGES



CARLO ALLEGRI/GETTY IMAGES

## A ENERGIA QUE VEM DO BAGAÇO

As usinas de açúcar produzem toda a energia elétrica que gastam. Há vinte anos, elas usam os resíduos da cana como combustível para seus geradores. Um estudo mostra que o bagaço queimado pelas usinas já poderia produzir tanta energia quanto a hidrelétrica de Itaipu

QUANTA ENERGIA AS USINAS PRODUZEM

**2,5 milhões de megawatts hora** por ano, o equivalente ao consumo do Recife

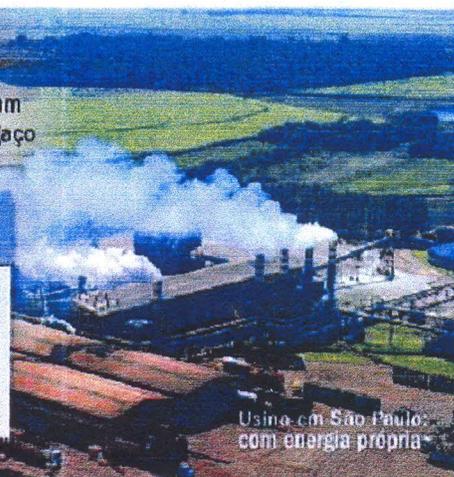
QUAL É SEU POTENCIAL ENERGÉTICO

**70 milhões de megawatts hora** por ano a partir de 2012, o equivalente a **20%** do consumo nacional

QUANTO AS USINAS PODEM GANHAR COM A ENERGIA

**10 milhões de reais** ao ano, mas, para isso, é preciso investir **30 milhões de reais** na troca de equipamentos

Fontes: Centro de Tecnologia Canavieira e Ministério da Ciência e Tecnologia



Usina em São Paulo com energia própria

FOTO: LIA LUZZANNO

## Veja essa



DAVID BERGMAN/CORBIS/STOCK PHOTOS

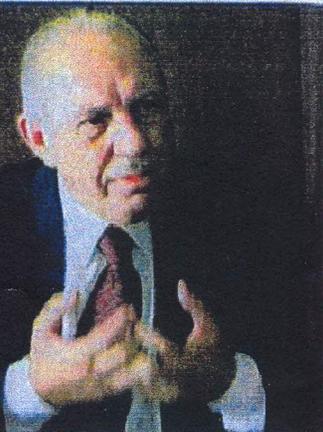
**“Não há mais salvadores. Há processos de recuperação, mas sem características messiânicas.”**

*Fernando Gabeira, deputado federal (PV-RJ), acreditando na maturidade do eleitor brasileiro, depois das mancadas do governo petista*

ALFA ROMEO/SP/INHA MAGDEM

**“Esses empréstimos... Ninguém pode acreditar nesses empréstimos.”**

*José Alencar, vice-presidente da República, no programa Roda Viva, da TV Cultura, duvidando da origem do dinheiro do caixa dois da campanha petista*



**“Eu não ponho a mão, ponho o corpo no fogo pelos meus filhos.”**

*Antonia Palocci, mãe do ministro Antonio Palocci e de Ademar Palocci, diretor de engenharia e planejamento da Eletronorte, acusado de tráfico de influência*

**“Os encontros de ex-gays me dão nojo.”**

*Anne Heche, que já namorou a comediantes Ellen DeGeneres e se casou com o cinegrafista Corey Laffoon, irritada com a mãe, que vai a encontros de ex-gays dizer que “curru” a filha com suas orações*

**“A prova mais clara de que a ONU morreu veio do governo brasileiro. Pelo terceiro ano seguido, Lula prometeu exportar para o mundo sua tecnologia de combate à fome. E continuou sendo levado a sério.”**

*Guilherme Fiuza, jornalista*

**“Há quase 100 dias, o deputado Roberto Jefferson jurou ter contado ao presidente, no fim de 2004, a história do mensalão. Até agora, a antiga encarnação da esperança não tocou no assunto. Deve imaginar que o povo vai esquecer o episódio. O Ibope informa: não vai.”**

*Augusto Nunes, jornalista, referindo-se à avaliação do governo Lula, que, segundo o Ibope, bate na marca de 32% para “ruim e péssimo” e 29% para “bom e ótimo”*

## PORTOS ABERTOS DEMAIS PARA A CHINA

O saldo da balança comercial de produtos industrializados com a China vem caindo vertiginosamente desde 2002. Os empresários acusam os chineses de vender produtos abaixo do custo de produção. As restrições à China, prometidas pelo governo Lula, para proteger certos setores da indústria nacional não foram adotadas e o empresariado analisa a hipótese de recorrer à Justiça para obrigar o governo a cumprir a promessa

**Saldo comercial com a China (em dólares)  
Produtos Industriais**

2002 — déficit de  
**450 milhões**

2005\* — déficit de  
**2,5 bilhões**

**Crescimento de importações da China**

Pneus **345%**

Móveis **170%**

Brinquedos **155%**

**Quem já pune a China**

Estados Unidos

União Européia

Argentina



Fonte: Fiesp

\* Estimativa

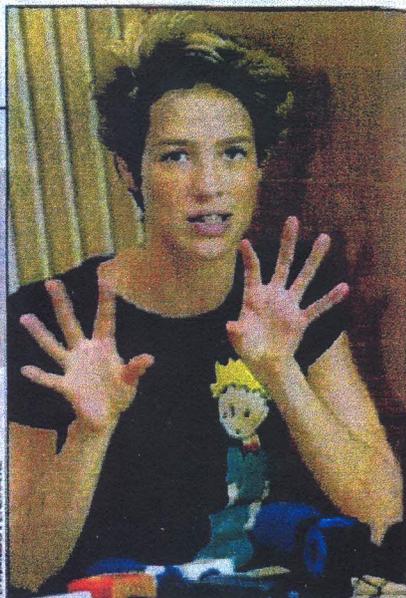
## Veja essa

**“Daqui a pouco a Polícia Federal vai ter uma ala só para os assessores do senador Ney Suassuna.”**

*Fernando Gabeira, deputado federal (PV-RJ), sobre a prisão de assessores parlamentares envolvidos na máfia das ambulâncias*

**“Sou chata, mas sou gostosa.”**

*Luana Piovani, modelo, atriz e faladeira, no especial de um ano do programa Saia Justa, do canal a cabo GNT*



FERNANDO PEREIRA/RE

**“A alma do PT não será destruída nunca, porque é bem maior que todos nós.”**

*Luiz Dulci, da Secretaria-Geral da Presidência da República, comemorando o bom desempenho do presidente Lula nas pesquisas de intenção de voto, apesar das bandalheiras promovidas por sua agremiação ao longo dos últimos anos*

**“Eu me recuso a acreditar que o povo brasileiro vai referendar pelo voto o governo mais corrupto de todos os tempos.”**

*Anthony Garotinho, ex-governador do Rio de Janeiro, espantado com o resultado da pesquisa CNT/Sensus, que dá ótimo desempenho ao candidato Lula*

**“Nunca entrei em casa de bingo. Nem em quermesse eu jogava bingo.”**

*Delúbio Soares, ex-tesoureiro petista, gozando com a cara dos parlamentares ao negar na CPI dos Bingos que tenha recebido dinheiro dos bingueiros para a campanha presidencial de 2002*

**“Sou japonesa, não sou sexy nem me acho bonita, mas mesmo assim vou continuar minha carreira de atriz.”**

*Juliana Kametami, a Susi da novela Belíssima, bancando a modesta na edição de junho da revista Vip*



MARCELO FAUSTINI

## NÃO SOBROU NADA DA IUGOSLÁVIA

A Europa terá um novo país: Montenegro. Na semana passada, os montenegrinos resolveram separar-se da Sérvia. Com essa decisão, desintegrou-se de vez a antiga Iugoslávia. Do ponto de vista econômico, sair da tutela de Belgrado deverá ser um grande negócio. O padrão de vida de todos os povos que se separaram dos sérvios melhorou

	COMO ERA	COMO É HOJE				
	Iugoslávia	Sérvia e Montenegro	Bósnia	Macedônia	Croácia	Eslovênia
PIB per capita	3700 dólares*	2700 dólares	6800 dólares	7600 dólares	11600 dólares	21000 dólares
População abaixo da linha de pobreza	30%	30%	25%	29%	11%	2%

Fonte: CIA

\* Valor atualizado



Montenegrinos em festa: eu quero o euro



**“Tudo o que o PT disser do PSDB é verdade, e tudo o que o PSDB disser do PT também é verdade.”**

*Pedro Simon, senador (PMDB-RS), sobre a disputa eleitoral Alckmin-Lula, em entrevista à Folha de S.Paulo*

**“O Zé Jorge não é nenhum Brad Pitt, mas é um grande homem.”**

*Tasso Jereissati, presidente do PSDB, sobre o vice do PFL na chapa de Geraldo Alckmin*

**“Os grandes ladrões estão bebendo uísque e roubando o povo.”**

*Marcelo Anthony, o André da novela Belíssima, em entrevista ao Jornal da Tarde*

**“Cláudio Lembo fica com esse papo furado de elite branca. O problema dele é que nunca teve um voto na vida. Tem cara de burro.”**

*Antonio Carlos Magalhães, senador (PFL-BA), criticando o governador de São Paulo, que culpou a “elite branca” pela violência da criminalidade no estado*

**“A frase de ACM é a forma como a minoria branca trata os demais. ACM age como senhor de engenho.”**

*Cláudio Lembo, respondendo a ACM durante sabatina na Folha de S.Paulo*

**“Enquanto fala em ‘cortar salários, pensões e aposentadorias como uma medida exemplar’, o governo cria uma classe de privilegiados — a começar pelo Molusco — com superaposentadorias sob o pretexto de terem resistido à ditadura, uma prática indecente que não encontra paralelo em países onde as ditaduras foram bem mais cruéis e a luta, bem mais dura.”**

*Fritz Utzeri, colunista do Jornal do Brasil*

**“Minha proposta não é só ir ao Supremo Tribunal Federal, é ir para a guerra.”**

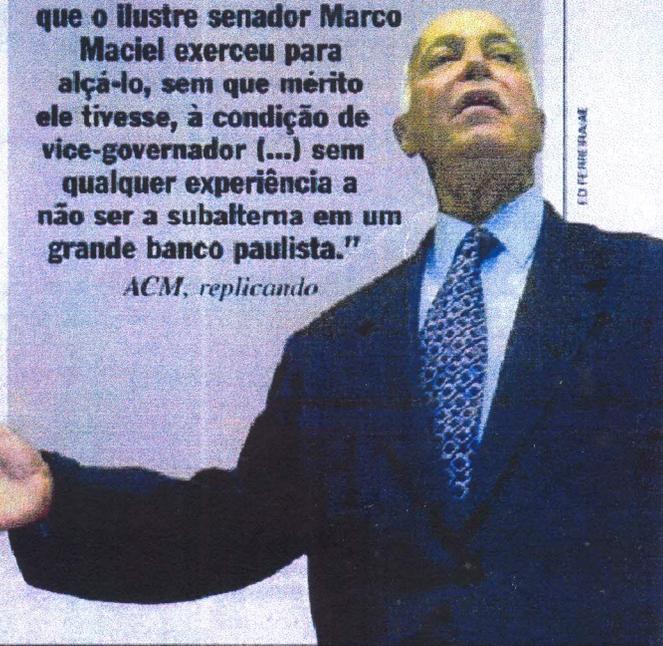
*Fernando Gabeira, deputado federal (PV-RJ), indignado com as manobras do presidente do Senado, Renan Calheiros, que impede a instalação da CPI dos Sanguessugas*

**“Queremos transformar a pedofilia no objeto de nossa discussão. A única maneira de falar sobre isso é no Parlamento.”**

*Ad van den Berg, fundador do Caridade, Liberdade e Diversidade, o partido dos pedófilos da Holanda, em entrevista ao jornal Algemeen Dagblad*

**“O governador Cláudio Lembo é fruto do acaso e da pressão que o ilustre senador Marco Maciel exerceu para alçá-lo, sem que mérito ele tivesse, à condição de vice-governador (...) sem qualquer experiência a não ser a subalterna em um grande banco paulista.”**

*ACM, replicando*



Editado por Julio Cesar de Barros

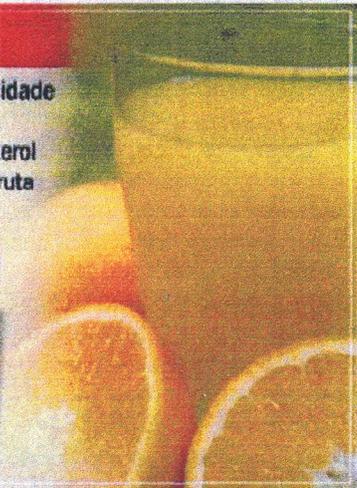
E-mail: jbarros@abril.com.br

## SUCO DE LARANJA FAZ BEM AO CORAÇÃO

O suco de laranja sempre foi apontado como uma bebida muito calórica. Mas uma pesquisa da Universidade Estadual Paulista concluiu que o consumo diário desse suco ajuda a emagrecer e a prevenir doenças cardiovasculares. O estudo constatou que as pessoas que consomem suco de laranja têm menos colesterol e gordura corporal. Acredita-se que os benefícios se devam aos flavonóides, substâncias presentes na fruta

Quem bebe o suco ocasionalmente (menos de 250 mililitros diários)	Quem bebe o suco moderadamente (de 250 a 500 mililitros diários)	Quem bebe muito suco (mais de 500 mililitros diários)
Colesterol ruim (LDL) <b>129</b>	Colesterol ruim (LDL) <b>115</b>	Colesterol ruim (LDL) <b>107</b>
Gordura corporal <b>28%</b>	Gordura corporal <b>25%</b>	Gordura corporal <b>24%</b>

Fonte: “O efeito do suco de laranja sobre os fatores de risco de doenças cardiovasculares”, de Thais César



Lula inaugurou  
obras. Agora vai  
O próximo passo  
ser eventos em que  
ele 'desejará' o  
fim de uma obra."

de Gabeira, deputado  
PV-RJ, no Pânico da  
Folha de S. Paulo



**"O Brasil é o avião  
e eu não gostaria  
de encontrar pilotando  
esse avião um antigo  
companheiro  
de boteco."**

*José Roberto Arruda,  
deputado federal  
licenciado (PFL-DF),  
numa insinuação  
ao presidente Lula*

**"Esta terra da Bolívia  
tem donos. Vamos  
mandar o Exército para  
defender as terras  
do leste boliviano  
dos brasileiros."**

*Evo Morales, presidente  
da Bolívia, ameaçando  
com o Exército  
os colonos brasileiros  
de terras fronteiriças*

**"Está na hora de revisitar  
o barão do Rio Branco  
antes que tenhamos de ver  
o governo brasileiro  
aplaudir Evo Morales  
por nos tomar de volta o Acre."**

*Sebastião do Rego Barros, embaixador,  
presidente do Conselho Consultivo  
do Instituto Brasileiro de Economia  
Fundação Getúlio Vargas*

**"As minorias só são chatas  
quando querem ser relevantes  
e impor sua agenda."**

*Reinaldo Azevedo, da revista Primeira  
Leitura, na entrevista em que anunciou o  
fechamento da publicação e de seu site*

**"Os cristais e o cetim são  
responsáveis pelo brilho  
chiquérrimo dos vestidos.  
Eles transpiram poder."**

*Ana Hickmann, sobre seu  
ensaio para a revista Estilo  
de Vida de junho*

sejam que a Varig  
vamos a falir, mas,  
ocorrer, paciência.  
As pessoas vivem e as  
empresas morrem. Assim  
são as empresas."

*Waldir Pires,  
ministro da Defesa*

Brasil é menos aberto que a  
China recebe anualmente  
bilhões de investimento  
americano direto. O Brasil  
não está conseguindo."

*Julio Cesar de Barros, novo embaixador da China  
em entrevista à Folha de S. Paulo*

Julio Cesar de Barros

e-mail: jbarros@abril.com.br

## NASCI HÁ CINCO MIL ANOS ATRÁS...

Em uma festa na Bolívia, Evo Morales, não sabe mesmo em que época está vivendo. Na passada, festejou a chegada do Ano Novo. Para fazer o seu réveillon, ele seguiu os cálculos de um antigo calendário criado pelos aimarás, uma etnia indígena boliviana. Morales festejou a entrada no ano 5514

Evo Morales no réveillon aimará: todo dia é dia de índio



**GREGORIANO ISLÂMICO CHINÊS HINDU AIMARÁ JUDAICO**

GREGORIANO	ISLÂMICO	CHINÊS	HINDU	AIMARÁ	JUDAICO
2006	1427	4703	5108*	5514	5766
Nascimento de Jesus Cristo	Fuga de Maomé de Meca para Medina	Invenção do próprio calendário	Alinhamento da Terra com Júpiter	Criação do universo	Criação do universo

\*O calendário hindu é dividido em eras. Atualmente, estamos no ano 1928 da era Saka

## Veja essa

CARSTEN KOALL/GETTY IMAGES



**“Eu vi o mar na minha frente e fiquei louco. Entrei na água de sapato e tudo para ver se era salgada mesmo. Era.”**

*Pelé, no Jornal da Tarde, lembrando o dia em que chegou a Santos*



FISCO DEL GAISO

**“Esta é talvez a legislatura mais vergonhosa da história da República, pela extensão do comprometimento do Congresso Nacional com a máfia das ambulâncias.”**

*Roberto Busato, presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil*

**“Estamos vendo um Brasil que apodrece, com mensaleiros e sanguessugas.”**

*Walter Maierovitch, presidente do Instituto Brasileiro Giovanni Falcone, denunciando a ausência de mecanismos para fiscalização dos poderes da República*

**“Entre casar e ter filhos e continuar a beber martinis no Ritz, prefiro a segunda opção.”**

*Hugh Grant, ator inglês, em entrevista publicada na revista Elle de agosto*

**“Tenho certeza de que foi parar dinheiro em bolso de parlamentar. Eles transformaram o Ministério da Ciência e Tecnologia em coisa de compadre.”**

*Fernando Gabeira, deputado federal (PV-RJ) e sub-relator da CPI dos Sanguessugas, referindo-se aos políticos do PSB*

**“Não falarei mal de nenhum candidato, não falarei mal de nenhum governo, não falarei mal de nenhuma pessoa, não levantarei denúncias contra ninguém. Agora, eu digo é o seguinte: não levarei desaforo para casa.”**

*Do presidente Lula, imaginando que vem chumbo grosso por aí na campanha eleitoral*

**“Infelizmente, um Congresso desmoralizado reflete um governo desmoralizado. Nenhum parlamentar conseguiria mensalão se não tivesse um governo corrupto.”**

*Heloísa Helena, candidata do PSOL à Presidência*

## SEGREDOS DO ALÉM-TÚMULO

Nos anos 90, médicos e historiadores passaram a exumar soberanos dos séculos passados, para saber exatamente do que morreram e de que doenças padeciam. Na semana passada, saiu o prontuário de Carlos V, que, em 1516, inaugurou o Século de Ouro da Espanha

**O que os exames póstumos já revelaram**

Soberano	RAMSÉS II (século XIV a.C.)	CARLOS V (1500-1558)	NAPOLEÃO (1769-1821)	NICOLAU II (1868-1918)
País	Egito	Espanha	França	Rússia
O que foi descoberto	Marcas na múmia do faraó revelaram que ele foi vítima de varíola	Ele sofria de gota, doença que dificulta movimentos e causa dores nas juntas, e, talvez, de malária	Foi detectado arsênico em seu cabelo. Não se sabe se ele foi envenenado ou se o veneno estava presente em uma tintura capilar	Exames de DNA comprovaram que o czar foi mesmo executado pelos bolcheviques



Carlos V: um corpinho de 500 anos

FOTO: IMAGNO/GETTY IMAGES